

**IVAN JAIRO JUNCKES**

**O SINDICALISMO NOVO DOS BANCÁRIOS  
NA REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DOS  
ANOS NOVENTA NO BRASIL**

**FLORIANÓPOLIS SC**

**2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**O SINDICALISMO NOVO DOS BANCÁRIOS**  
**NA REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DOS**  
**ANOS NOVENTA NO BRASIL**

Tese aprovada pela Universidade Federal de Santa Catarina  
como parte dos requisitos para a obtenção do título de  
Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa

**IVAN JAIRO JUNCKES**

**FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2004**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

JUNCKES, Ivan Jairo.

O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil. / Ivan Jairo Junckes. Florianópolis: UFSC. PPGSP, 2004.

319 p.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UFSC. PPGSP, Florianópolis, 2004.

1. sindicalismo. 2. bancários. 3. sistema financeiro. 4. trabalhadores. I. Título.



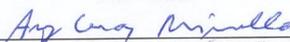
*Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política*  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

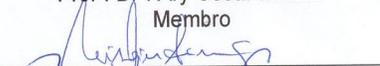
**“O SINDICALISMO NOVO DOS BANCÁRIOS NA  
REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DOS ANOS NOVENTA NO  
BRASIL”.**

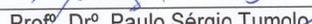
IVAN JAIRO JUNCKES

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Fernando Ponte de Sousa  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ary Cesar Minella  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nise Maria Tavares Jinkings  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Paulo Sérgio Tumolo  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Antonio David Cattani  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cécile Hélène Jeanne Raud Mattedi  
Coordenadora em Exercício

FLORIANÓPOLIS, (SC), JUNHO DE 2004.

PARA

**JÔ**

## **AGRADECIMENTOS**

Sinto-me obrigado com diversas pessoas que acompanharam minha trajetória de pesquisa e espero retribuir sempre que possível toda a contribuição que deram para o término desse trabalho. A alguns gostaria de registrar especial agradecimento.

Aos meus companheiros bancários agradeço o incentivo e a confiança de terem aberto arquivos, cedido informações e confidências que proporcionaram a esse texto uma particular identidade com o discurso sindical. Aos companheiros Manolo e Márcio devo a ajuda inestimável pela gravação dos cedês com as centenas de edições da Folha Bancária e da Folha Sindical. Devo também uma menção especial aos entrevistados que gentilmente me cederam horas de seus dias e trechos de suas histórias.

Muito carinho guardo dos meus colegas de turma e professores do curso, aos quais devo o saber compartilhado e incorporado para toda a vida. Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos e a UFSC, pessoalizada pela eficiência e simpatia da Albertina e da Fátima, pela acolhida sempre fraterna. Ao meu orientador pela paciência, pela assertividade nas indicações e pela confiança que depositou no meu trabalho.

Muito obrigado ao Edson e ao Tuto pelas idéias, pelo askSan, pelas revisões e mapas que tanto contribuem para essa pesquisa. À Cleide, ao Koga e à Yume, pela torcida de sempre para o bom andamento dos trabalhos. Agradeço também à Verci a presteza do alimento, da roupa e dos sorrisos no desempenho de suas tarefas diárias.

Há ainda algumas outras pessoas com quem eu tenho mais que obrigações pelo tanto que contribuíram durante esses anos de trabalho.

Agradeço aos meus três amores, Marília, Vinícius e Natália, que proporcionaram afeto e me lembraram das necessidades se rebelar com as obrigações da vida, brincar, dançar, buscar um amor tranquilo, ouvir músicas, apreciar um bom prato e um tempo para passear no jardim com os passarinhos.

Um carinho todo especial à Nemi, que tanto se dedicou me substituindo nos cuidados com a Natália e tantas outras preocupações que me aliviaram o trabalho. Agradeço o amor do Ivo e da Edite que desde que nasci sempre me apoiaram em tudo que aprendi e, tenho certeza, vibram muito com a conclusão dessa tese.

Finalmente a Jô. Vítima de minhas angústias e ausências, co-autora inseparável nos temas, na revisão atenta e na crítica das minhas idéias e letras. Por todo o amor, calor, lágrimas e sorrisos que ela compartilha comigo, dedicar-lhe a tese é pouco. Devo-lhe meu coração e o mesmo companheirismo que ela tem revelado ao meu lado. Espero que sempre os aceite.

## RESUMO

Esta tese analisa o sindicalismo bancário no processo de redefinição das relações entre banqueiros e bancários durante a reestruturação financeira ocorrida nos anos noventa no Brasil. As influências das políticas neoliberais, das relações econômicas de crédito, da desnacionalização e da reorganização do capital bancário sobre a formação identitária dos trabalhadores e sobre a sua organização sindical fizeram parte da análise. Verificou-se a ampliação da segmentação de classe entre os trabalhadores em bancos, a preservação de elevadas taxas de sindicalização nos sindicatos dos bancários, a constituição de grandes máquinas sindicais metropolizadas, a recomposição dos seus mecanismos de contratação do trabalho e o desenvolvimento de avançadas estratégias para a ampliação dos mecanismos de reconhecimento externo e interno. Conjugadas essas táticas de organização, os sindicatos dos bancários sobreviveram à crise sindical dos anos noventa, ajustaram-se aos desafios da reestruturação financeira e re-orientam a representação dos múltiplos interesses dos trabalhadores integrados aos objetivos estratégicos das corporações financeiras, contribuindo para a conflituosa ampliação da subsunção real do trabalho no capital.

**Palavras-chave:** 1. sindicalismo; 2. bancários; 3. sistema financeiro; 4. trabalhadores.

## **ABSTRACT**

This thesis analyses the bank workers Union in the process of redefinition of relationships between bank owners and bank workers during the financial re-structuring that occurred in Brazil in the nineties. The influence of the neo-liberal politics, economic relations of credit, de-nationalization and the bank capital re-organization upon the workers' identity formation and their organization into a Union were researched. The increase in classes' segmentation among the bank workers, the preservation of high rates of organization into the bank workers Unions, the constitution of big metropolitan syndicate machines, the re-composition of their mechanisms of workforce hiring and the development of advanced strategies for the amplification of mechanisms of external and internal acknowledgment were observed. Joining these tactics of organization, the bank workers' Union adjusted to the challenges imposed by the re-structuring, they survived to the syndicate crisis in the nineties and give new directions to represent the workers' multiple interests integrated to the strategic aims of financing corporations, contributing to the conflicting amplification of the real subordination of work in the capital.

**Key-words:** 1. Unionism; 2. bank workers; 3. financial system; 4. workers.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>XIV</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>XVI</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>XVII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>25</b>
<b>A TRAJETÓRIA DOS AGENTES E ESPAÇOS DAS RELAÇÕES DE CLASSES NO SISTEMA FINANCEIRO: INDICADORES DO SINDICALISMO NOVO DOS BANCÁRIOS .....</b>	<b>25</b>
1. A AÇÃO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE CORPORATIVISTA .....	25
1.1. <i>A reivindicação do corporativismo por frações do operariado.....</i>	26
1.2. <i>A alteridade dos bancários na consolidação do corporativismo.....</i>	29
1.3. <i>Relações de classes na gestão do capital financeiro e o golpe da dominação política.....</i>	36
2. AS GRANDES MOBILIZAÇÕES E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CONTROLES DO TRABALHO.....	43
2.1. <i>O novo sindicalismo bancário: a autonomia e a organização de base contestando o autoritarismo político .....</i>	44
2.2. <i>As evidências da dominação política de classes nas grandes mobilizações subversivas da disciplina do trabalho.....</i>	50
2.3. <i>A flexibilidade temporal e a mobilidade espacial: a recuperação do controle do trabalho pelo capital.....</i>	60
3. QUESTIONAMENTOS SOBRE A CRISE NO SINDICALISMO: ENTRE O RECUO DAS LUTAS E A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL.....	66

3.1. <i>Os bancários entre a resistência e a adesão: as transformações nas formas de organização do capital</i> .....	67
3.2. <i>A reorganização dos bancários e o estabelecimento de novos parâmetros para o sindicalismo</i> .....	70
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>76</b>
<b>PODER, TERRITÓRIO E IDENTIDADE: OS FATORES FUNDAMENTAIS DA REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BANQUEIROS E BANCÁRIOS NO FINAL DO SÉCULO XX</b> .....	<b>76</b>
1. O PODER DOS BANCOS: A RIQUEZA FICTÍCIA E OS MECANISMOS DE CORRUPÇÃO DAS INSTITUCIONALIDADES NO BRASIL.....	77
1.1. <i>As transformações no sistema de crédito e a instabilidade financeira global</i> .	77
1.2. <i>As redes de coordenação da ideologia e das práticas constituintes do poder privado dos financistas</i> .....	84
1.3. <i>O consenso político como correspondente dos interesses do capital financeiro</i> .....	91
1.4. <i>As alianças entre os mercados ilegais e as corporações financeiras na conformação de novos territórios</i> .....	101
2. A COMPLEXIDADE DAS NOVAS TERRITORIALIDADES DO CAPITAL BANCÁRIO NACIONAL E AS REDES FINANCEIRAS GLOBAIS.....	111
2.1. <i>Os princípios da reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil: acumulação privada insolvente e prejuízos públicos</i> .....	112
2.2. <i>Mudanças e permanências na desnacionalização conservadora do controle do capital bancário</i> .....	123
2.3. <i>A sobrevivência da elite bancária nacional na nova territorialidade do mercado financeiro</i> .....	131
2.4. <i>Os novos parâmetros da organização primária do trabalho na reestruturação territorial do capital bancário no Brasil</i> .....	137
3. A IDENTIDADE DOS BANCÁRIOS SOB AS NOVAS CONDIÇÕES MUNDIALIZADAS DO TRABALHO IMATERIAL .....	146
3.1. <i>A recomposição da categoria dos bancários: os integrados e os outros</i> .....	147
3.2. <i>A constituição do trabalhador-funcionário nas novas formas de remuneração e convencimento</i> .....	154

3.3. <i>A transformação da identidade territorial: a inserção global dos bancários nas redes do capital financeiro</i> .....	162
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>172</b>
<b>A SOBREVIVÊNCIA DO SINDICALISMO BANCÁRIO: LIÇÕES DE PRAGMATISMO NA ADESÃO À HEGEMONIA FINANCEIRA</b> .....	<b>172</b>
1. A REORGANIZAÇÃO FLEXÍVEL DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS.....	172
1.1. <i>A concentração metropolitana e a elevada sindicalização relativa</i> .....	173
1.2. <i>A prestação de serviços nas grandes máquinas sindicais</i> .....	185
1.3. <i>A mercantilização da ação sindical institucionalizada</i> .....	200
2. A NEGOCIAÇÃO DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO NO CAPITAL.....	208
2.1. <i>A (re)regulamentação da contratação fragmentada do trabalho</i> .....	209
2.2. <i>A endogenia das relações negociais entre banqueiros e bancários</i> .....	235
2.3. <i>A integração marginal dos terceirizados e a contratação diferenciada</i> .....	249
3. A AMPLIAÇÃO DO RECONHECIMENTO EXTERNO INSTITUCIONAL.....	261
3.1. <i>A complexa constituição da cidadania sindical bancária</i> .....	262
3.2. <i>A participação na gestão governamental: a complementação do reconhecimento</i> .....	277
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>289</b>
<b>REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O ESTUDO DO SINDICALISMO NOVO DOS BANCÁRIOS E AS POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO DE INTERESSE DOS TRABALHADORES</b> .....	<b>289</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>303</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>320</b>

## LISTA DE SIGLAS

ABBC - Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos  
ABBI - Associação Brasileira de Bancos Internacionais  
ABECIP - Associação nacional das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança  
ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing  
ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento  
ACT - Acordo Coletivo de Trabalho  
ADEVVAL - Associação das Empresas Distribuidoras de Valores  
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário  
AFUBESP - Associação dos Funcionários do Banespa  
AIFLD - *American Institute for Free Labor Development*  
ALCA - Aliança de Livre Comércio das Américas  
ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais  
ANAPAR - Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão  
ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento  
ANCOR - Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias  
ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto  
ANL - Aliança Nacional Libertadora  
ATS - adicional por tempo de serviço  
BACEN - Banco Central do Brasil  
BANCON - Administradora de Condomínios e Serviços  
BANCOOP - Cooperativa Habitacional dos Bancários  
BANCREDI- Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo  
BANESPA - Banco do Estado de São Paulo  
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo  
BANGRAF - Gráfica dos Bancários  
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul  
BB - Banco do Brasil  
BBVA - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria  
BEC - Banco do Estado do Ceará  
BEM - Banco do Estado do Maranhão  
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina

BNB - Banco do Nordeste  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRB – Banco de Brasília  
BSCH - Banco Santander Central Hispano  
CAGED/MTb - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho  
CCP - Comissões de Conciliação Prévia  
CCT – Contrato Coletivo de Trabalho  
CCV - Comissões de Conciliação Voluntária  
CEDES- Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais  
CEDOC - Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CGT - Central Geral dos Trabalhadores  
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores  
CIOSL - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
CNB/CUT- Confederação Nacional dos Bancários da CUT  
CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras  
CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio  
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
CNTT - Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Transportes  
COE – Comissão de Organização de Empresa  
CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras  
CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito  
COOPCREFI - Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Sistema Financeiro  
CPD – Centro de Processamento de Dados  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPMF – Comissão Permanente sobre Movimentação Financeira  
CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional  
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional  
CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil  
CTR - Central de Trabalho e Renda  
CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos  
DNB/CUT - Departamento Nacional dos Bancários da CUT  
ECOSOL - Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário  
EM 311 - Exposição de Motivos 311  
ENTOES - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical  
FAT - Fundo de Apoio ao Trabalhador  
FB- Folha Bancária  
FEBRABAN - Federação Brasileira de Associações de Bancos  
FED - Federal Reserve System  
FEEB - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
FENABAN - Federação Nacional dos Bancos  
FETEC - Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito  
FIET - Federação Internacional dos Empregados do Comércio, Administrativos,  
Profissionais e Técnicos  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNT - Fórum Nacional do Trabalho  
FSM - Fórum Social Mundial  
FSP - Jornal Folha de São Paulo  
FUNCEF – Fundo de Previdência Fechada dos Funcionários da Caixa Econômica  
Federal  
IAPB - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários  
IATIC- Instituto de Aperfeiçoamento dos Trabalhadores em Instituições de Crédito  
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICV-Dieese – Índice do Custo de Vida do DIEESE  
IEB- Instituto Educacional dos Bancários  
IIE - *Institute for International Economics*  
IL - Instituto Liberal  
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MOLIPO - Movimento pela Libertação Popular  
MTb - Ministério do Trabalho

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego  
MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores  
NESFI - Núcleo de Estudos Sócio-políticos do Sistema Financeiro  
OIT - Organização Mundial do Trabalho  
OLT – Organização por Local de Trabalho  
ONG – Organização Não-Governamentais  
OSB - Oposições Sindicais Bancárias  
OSI - Organização Socialista Internacionalista  
PAA - Posto Avançado de Atendimento  
PAB - Posto de Atendimento Bancário  
PAB – Posto de Atendimento Bancário  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PETROS – Fundo de Previdência Fechada dos Empregados da Petrobrás  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PIB - Produto Interno Bruto Nacional  
PLR – Participação nos Lucros e Resultados  
PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar do IBGE  
PPR - Plano de Participação nos Resultados  
PREVI - Fundo de Previdência Fechada dos Funcionários do Banco do Brasil  
PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional  
PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SEEB – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
STF - Superior Tribunal Federal (1911)  
TESICLA - Tendência Sindical Classista  
TRT - Tribunal Regional do Trabalho  
TST - Tribunal Superior do Trabalho  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNI - Union Network International

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS NO RANKING DOS CONGLOMERADOS BANCÁRIOS POR ATIVOS TOTAIS DO SFN ENTRE 1995 E 2002 .....	125
QUADRO 02: INCORPORAÇÕES, FUSÕES E AQUISIÇÕES REALIZADAS PELOS BANCOS BRADESCO, ITAÚ, E UNIBANCO ENTRE 1996 E 2002 .	134
QUADRO 03: PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS MAIORES CONGLOMERADOS NO TOTAL DE AGÊNCIAS DO SFN ENTRE 1994 E 2002 .....	136
QUADRO 04 - COMPARATIVO BANCO BAMERINDUS 1993 E GRUPO HSBC - 2003 – DADOS SELECIONADOS .....	166
QUADRO 05: VARIAÇÃO DO ESTOQUE ESTIMADO DE EMPREGOS NO SETOR FINANCEIRO <sup>(*)</sup> ENTRE 1989 E 2001 – BRASIL POR REGIÃO NATURAL .....	175
QUADRO 06: VARIAÇÃO NO ESTOQUE DO EMPREGO NOS BANCOS BRADESCO, ITAÚ E HSBC ENTRE 1989 E 1999 .....	176
QUADRO 07: GRUPOS DE SINDICATOS POR NÚMERO DE BANCÁRIOS NA BASE 1991 - 2001 .....	179
QUADRO 08: NÚMERO MÉDIO DE BANCÁRIOS EM AGÊNCIAS ENTRE 1986 E 2002 .....	237

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS POR ORIGEM DE CAPITAL NO PATRIMÔNIO DA ÁREA BANCÁRIA ENTE 1993 E 2002.....	128
GRÁFICO 02: PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS NA REDE DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO SFN POR ORIGEM DE CAPITAL ENTRE 1994 E 2002 ...	129
GRÁFICO 03: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO NO SFN ENTRE 1993 E 2002.....	138
GRÁFICO 04: CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS MAIORES CONGLOMERADOS PRIVADOS NACIONAIS NO SFN POR ATIVOS TOTAIS ENTRE 1996 E 2002.....	139
GRÁFICO 05: PARTICIPAÇÃO DOS 20 MAIORES CONGLOMERADOS BANCÁRIOS NO TOTAL DE AGÊNCIAS DO SFN ENTRE 1994 E 2002 ....	140
GRÁFICO 06: DISTRIBUIÇÃO DE AGÊNCIAS NO SFN POR REGIÃO GEOGRÁFICA E SUA VARIAÇÃO RELATIVA NO TOTAL DE AGÊNCIAS NO PAÍS ENTRE 1994 E 2001.....	143
GRÁFICO 07: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS NO SFN ENTRE 2001 E 2002.....	144
GRÁFICO 08: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCÁRIOS NA BASE E NÚMERO DE FILIADOS NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS (SC) E REGIÃO ENTRE 1991 E 2001.....	183

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: CIDADES E LAVAGEM DE DINHEIRO NA AMAZÔNIA LEGAL - 1996 .....	<b>105</b>
FIGURA 02: GEOGRAFIA DO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL - 2001 .....	<b>107</b>
FIGURA 03: CONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE POLARIZADA ENTRE OS BANCÁRIOS E OS OUTROS TRABALHADORES.....	<b>151</b>
FIGURA 04: RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE POR GRADUANTES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS BANCÁRIOS, OS TERCEIRIZADOS E OS DEMAIS TRABALHADORES. ....	<b>151</b>
FIGURA 05: CONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE COM FRONTEIRAS POUCO PERMEÁVEIS ENTRE BANCÁRIOS E BANQUEIROS .....	<b>160</b>
FIGURA 06: RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE COM ARREFECIMENTO DAS FRONTEIRAS DE AUTERIDADE DOS BANCÁRIOS .....	<b>160</b>
FIGURA 08: CONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE ENTRE OS BANCÁRIOS EMPREGADOS EM BANCOS PRIVADOS DE CONTROLE NACIONAL E OS BANCÁRIOS EMPREGADOS EM BANCOS DE CONTROLE ESTRANGEIRO NO BRASIL.....	<b>168</b>
FIGURA 09: RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADES ENTRE OS BANCÁRIOS EMPREGADOS NOS BANCOS PRIVADOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS, EM OPERAÇÃO NO BRASIL.....	<b>169</b>

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ADQUIRIDAS PELO BANCO SANTANDER NO BRASIL ENTRE 1997 E 2000 .....	127
MAPA 02: ESPACIALIDADE DO BANCO SANTANDER - 2003 .....	127
MAPA 03: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO ITAÚ NO BRASIL - 1993 .....	135
MAPA 04: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO ITAÚ NO BRASIL - 2003.....	135
MAPA 05: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BRADESCO NO BRASIL - 1993.....	141
MAPA 06: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO BRADESCO NO BRASIL - 2003.....	141
MAPA 07: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO BRASIL - 1993.....	164
MAPA 08: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO MUNDO - 1993.....	164
MAPA 09: ESPACIALIDADE DO GRUPO HSBC - 2003 .....	165
MAPA 10: ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 1991 .....	178
MAPA 11: ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 2001 .....	178

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho contribui para ampliar a análise do sindicalismo brasileiro ao detalhar os movimentos de ajustamento dos trabalhadores bancários ao processo de reestruturação financeira ocorrida no Brasil nos anos noventa. As alterações nas relações entre banqueiros e bancários são compreendidas nessa pesquisa como parte de um imenso campo de forças onde trabalhadores e capitalistas realizam acirrados conflitos, e também alianças, em complexas relações de disputa, resistência e cooperação que se desenvolvem entre suas diversas frações de classe.

Os financistas têm assumido a centralidade global das relações de produção e subordinado governos e mercados à dinâmica da riqueza fictícia e à corrupção generalizada dos contratos sociais tal qual detalhado em Chesnais (1996 e 1998b). A análise da trajetória dessa fração de classe está detalhada na produção de Harvey (1990) sobre as funções do crédito e as transformações do seu papel no capitalismo contemporâneo, em que se destaca a instável centralidade dos financistas no sistema produtivo e político. A abordagem da organização de classe dos banqueiros no Brasil está realizada nas pesquisas de Minella (1988, 1995 e 1998) que trata da intensa articulação político-ideológica das organizações de interesses dos financistas e suas ações para promover as bases do pensamento neoliberal e influenciar na composição e nas políticas das agências estatais.

Sob a ideologia neoliberal, a reestruturação produtiva amplia os mecanismos de subsunção do trabalho no capital, prevalecendo, assim, a heterogeneidade dos interesses imediatos dos trabalhadores sobre suas lutas históricas. A concorrência intraclasse fomentada pelo capital na relação imediata de trabalho tem afetado a capacidade de ação direta dos trabalhadores organizados e forçado uma significativa reorientação da ação sindical, conforme os estudos de Antunes (1992 e 1995) e Boito Jr. (1996 e 2002). A análise das relações entre financistas e trabalhadores em bancos foi desenvolvida na produção teórica de diversos autores, dentre os quais destacam-se os detalhados estudos de Jinkings (1995 e 2002) sobre as drásticas mudanças na organização do trabalho bancário nas últimas décadas e a ideologização do trabalhador empreendedor, autônomo e responsável ante o capital financeiro.

Esse conjunto de pesquisas sobre a financeirização, a organização dos financistas, a organização dos trabalhadores e a reorganização do mundo do trabalho nos bancos carecia, entretanto, de um detalhamento dos seus impactos sobre o sindicalismo dos bancários nos anos noventa. O ciclo instaurado no novo sindicalismo, tal qual detalhado em Antunes (1991), está sendo reestruturado nos últimos anos pelos trabalhadores em bancos e a dinâmica de um sindicalismo novo estava por ser pesquisada.

Estimulado pelos estudos acumulados e pelas minhas inquietações teóricas, elaborei algumas indagações para orientar a pesquisa. Entre elas, a questão central foi: como os bancários e seus sindicatos compõem a resistência e a adesão às políticas liberalizantes do final do século XX no Brasil? Decompus esse questionamento em dois outros que contemplaram o triângulo relacional formado por bancários, banqueiros e sindicatos. A primeira questão desdobrada foi: quais são os fatores que redefinem as relações entre banqueiros e bancários na reestruturação recente do sistema financeiro? Exploradas as determinantes das relações entre os dois pólos estruturantes do sindicalismo bancário, questioneei: como o sindicalismo histórico dos bancários se reorganizou na reestruturação bancária dos anos noventa?

No desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa utilizei diversos autores e conceitos já consagrados na sociologia política, conforme relatado anteriormente, e outros dos os quais destaco a orientação metodológica e o suporte às análises das novas espacialidades criadas pelas relações de força entre banqueiros e bancários no processo estudado de reestruturação financeira. Explorei a metamorfose nas relações de poder entre financistas e trabalhadores com o conceito de territorialidade e suas escalas utilizadas para abranger a complexidade da apropriação desigual de recursos utilizados para alcançar determinados objetivos estratégicos em determinados limites espaço-temporais.

O conceito de territorialidade corresponde ao espaço territorializado, ou seja, da apropriação, concreta ou simbólica, do espaço por um agente que lhe projeta um trabalho, na forma de energia e informação, marcado por relações de poder, conforme Sack: "territórios são formas socialmente construídas de relações espaciais e seus efeitos dependem das relações de controle e seus propósitos" (Sack, 1986, p. 216). A territorialidade foi considerada como a composição das relações mantidas em um meio

e sujeitas a variações em diferentes escalas de tempo para diferentes agentes, tal qual definido por Raffestin (1993). Através desses referenciais, identifico como as formas de gestão patronal promoveram a realocação dos referenciais territoriais do dinheiro para o âmbito corporativo e a sujeição de seus agentes aos ditames verticalizados da mundialização financeira, constituindo assim a hegemonia financista sobre as políticas públicas e sobre a resistência operária.

Outro conjunto de conceitos que sustentam minhas análises, baseados em Harvey (1993), Santos (1994 e 2001a) e Castells (1999), são os fluxos, os espaços de fluxos e, o seu complementar, os espaços de lugares. Especialmente importante para compreender as discussões sobre a dinâmica do sistema financeiro, utilizo a definição de fluxo como sendo “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade” (Castells, 1999, p.436).

Os espaços de fluxos são descritos por Castells (1999) em três camadas articuladas entre os circuitos de impulsos eletrônicos, os centros ou nós das redes de comunicação e as redes pessoais e funcionais que organizam as elites dominantes conferindo-lhes capacidade de ação e realização de seus objetivos estratégicos. Conforme Santos (2001), os espaços de fluxos comprimem, reorganizam e tendencialmente absorvem o tempo real e os lugares vividos, como uma função dos deslocamentos instantâneos, ordenando e subordinando os demais espaços da vida na sociedade, exatamente o que pode ser observado no contexto do trabalho no sistema financeiro.

Durante a investigação mantive a preocupação de evitar a fragilidade metodológica dos estudos baseados nas operações seletivas operadas nos aparelhos de Estado, conforme apontado em Offe (1984). Desenvolvi os trabalhos de análise da dominação política de classes identificando as três operações fundamentais de seleção realizadas no espaço político: a coordenação das ideologias e das práticas capitalistas, a repressão à ideologia e às práticas anti-capitalistas e as manobras divergentes que ocultam as duas primeiras, fundamentalmente a dissociação entre o discurso e a prática das agências estatais.

Demonstrei, em vários momentos de discussão da reestruturação financeira, o desenvolvimento simultâneo e convergente das funções do Estado que servem para a consolidação do consenso político e dos pré-requisitos do processo de valorização, o descompasso entre as justificações da ação e os fatos que a precedem e, especialmente, os momentos de fissuras na relação entre as funções instrumentais e simbólicas do Estado, ou seja, os momentos de rompimento da ordem pública através da repressão policial combinada com a exceção judicial ou do executivo.

O estudo dos grupos de interesse, especialmente os sindicatos de trabalhadores, foi desenvolvido observando três níveis de influência sobre suas políticas de ação estratégica: os condicionantes ideológicos, ou a estrutura dos valores e da identidade; os condicionantes econômicos, ou a estrutura de origens e oportunidades; e os condicionantes político-institucionais, ou as formas de regulação pública que orientam os grupos. Orientado dessa forma optei por expor as análises em dois blocos que intencionalmente mantêm os banqueiros e bancários em um conjunto e o sindicalismo bancário, composto evidentemente das relações anteriores, no segundo bloco que foi decomposto entre o primeiro e o terceiro capítulos.

As fontes orais para a pesquisa foram os dirigentes sindicais, executivos patronais financistas e trabalhadores em empresas prestadoras de serviços com os quais realizei 29 entrevistas utilizando um roteiro semi-estruturado. Foi fundamental nas entidades patronais o envio prévio do roteiro de entrevista, e na maioria dos casos a garantia do anonimato viabilizou um clima descontraído para a entrevista. Algumas delas duraram quase três horas e foram marcadas pela proximidade do discurso entre o que eu buscava e as angústias expressas pelos entrevistados.

As fontes documentais foram bastante facilitadas pelo relacionamento pessoal com os dirigentes sindicais que me franquearam inúmeros documentos e especialmente dados de controle e gestão que contribuíram de forma decisiva para determinadas análises e conclusões. Muito contribuiu para a pesquisa o Centro de Documentação – CEDOC do Sindicato dos Bancários de São Paulo, os arquivos da Federação dos Bancários da CUT no Paraná, do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e também os documentos disponibilizados pelas entidades na internet. Acumulei durante a prospecção de informações mais de 400 textos digitais e 8.000 arquivos com informações sobre a temática pesquisada, os quais repassei ao Núcleo de

Estudos Sócio-políticos do Sistema Financeiro - NESFI, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Durante a pesquisa foi utilizado rico material digitalizado de 418 edições do tablóide Folha Bancária, editado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, que foi integralmente convertido e gravado em banco textual, askSan©, para consulta relacional e difusa a todo o conteúdo. Do arquivo geral derivaram-se outros 76 documentos de organização das relações entre palavras-chave e dezenas de relatórios emitidos por consulta específica de termos associados.

As diversas análises deram origem a três capítulos que respondem às questões elaboradas para a pesquisa. O primeiro deles escrevi convicto da importância de elaborar um quadro de referência para a problemática de pesquisa a partir da história das lutas dos trabalhadores no sistema financeiro. Relato, nessa primeira parte do trabalho, os conflitos constituintes da fração de classe dos bancários contextualizando-os nas condições de regulação sócio-política e na organização de classe do patronato financeiro. Deliberadamente reduzo no texto o volume da contextualização da economia política e análises macro-sociológicas já amplamente dispostas nos textos citados ao longo dos capítulos.

No segundo capítulo a análise recai sobre os fatores que contribuem para a explicação das alterações nas relações de classe entre banqueiros e trabalhadores em bancos durante os anos noventa. Dezenas de autores da sociologia econômica e política têm discutido o poder dos financistas, especialmente da fração bancária, sobre o conjunto social em um longo debate sobre o alcance e as limitações das relações estabelecidas entre o mundo da produção, das finanças e o ambiente institucional. Resgato a importância explicativa desses estudos e implemento-os com dados e associações fundamentais para compreender a base de cálculo dos trabalhadores que têm nos financistas o outro das disputas interclassistas.

Algumas regras para a disputa entre financistas e trabalhadores em bancos foram alteradas durante a reestruturação financeira dos anos noventa, influenciando decisivamente o cálculo estratégico de ambas as frações e também dos novos agentes globais que ingressaram no mercado brasileiro. Analiso as novas territorialidades constituídas na desnacionalização, na concentração do capital, na centralização da

capilarização direta e precarização da capilarização indireta, as quais constituem a organização primária do trabalho bancário realizada pelo financista.

As condições estabelecidas na reestruturação recompõem os referenciais identitários dos trabalhadores em bancos que se ajustam entre suas frações internas para resistir, aderir e sobreviver à heterogeneidade criada pelas novas tecnologias de gestão e participação do trabalho. São essas condições identitárias que determinam a reconstituição da organização de interesses desses trabalhadores, por isso a importância de incluí-las como ponto de convergência dessa parte do texto.

No terceiro capítulo analiso as táticas que permitiram a sobrevivência do sindicalismo bancário, as quais constituem importantes referências para a análise do sindicalismo brasileiro. Demonstro, em três blocos, o intenso e dinâmico esforço dos bancários para constituir mecanismos de sobrevivência da sua capacidade de influenciar na contratação do trabalho no sistema financeiro. O primeiro tópico discute as alterações na organização dos sindicatos que se tornam progressivamente grandes prestadores de serviços sindicais. O segundo tópico contempla a recomposição das formas da ação de contratação do trabalho nos bancos, e o último as diferentes participações sócio-institucionais dos bancários na busca do reconhecimento de seu reconstituído poder de ação.

Tenho a vantagem de escrever no momento histórico em que diversas mudanças iniciadas no início dos anos noventa completam seu ciclo, permitindo conclusões sobre aspectos que só poderiam ter sido apontados anteriormente como tendências. Todavia tanto quanto se concluem alguns questionamentos se iniciam diversos outros apontados nas considerações críticas que escrevo para finalizar esse texto expositivo da pesquisa.

Este trabalho contribui certamente para sociologia política com a análise de um sindicalismo que tem em sua essência as disputas intraclasse fomentadas pelas ideologias liberalizantes e pelas novas formas de controle do capital. Espero também contribuir fraternalmente para as vidas dos homens e mulheres que compõem essa classe em luta na qual tive participação ativa durante vários anos. Eu fui dirigente sindical e agente de muitos dos movimentos que hoje percebo como angulares para a constituição do sindicalismo novo dos bancários e, portanto, as conclusões que aponto, algumas delas bastante contundentes, referem-se também a minha própria história, pois

do contrário teria valido pouco ter passado pelas angústias de pesquisar, analisar, concluir e escrever essa tese.

## Capítulo I

# **A trajetória dos agentes e espaços das relações de classes no sistema financeiro: indicadores do sindicalismo novo dos bancários**

Este capítulo constitui um quadro de referência construído a partir da trajetória histórica dos conflitos de interesses dos agentes sociais no sistema financeiro e das principais análises teóricas da constituição social e do sindicalismo brasileiro, que conjugados suscitaram os questionamentos que conduziram esta investigação.

O resgate da história do movimento sindical bancário corresponde parcialmente a lembranças pessoais de como essa história era contada nas dependências bancárias quando os velhos militantes, motivados pela abertura política, incentivaram à ação sindical os jovens trabalhadores dos anos setenta. Ouvi muitas histórias das lutas dos trabalhadores bancários que apenas mais tarde foram compreendidas com a experiência de militante sindical associada ao resgate documental realizado para esta tese e à reflexão como pesquisador social. O curso das lutas de classes no sistema financeiro é abordado no texto através da implantação, estabelecimento e degeneração de padrões de relações típicas da modernidade conjugados com a ideologia e as práticas neoliberais em curso. Ao final do texto são elaborados os questionamentos que orientaram esta pesquisa e indicam a reconstituição de diversos parâmetros de organização no sindicalismo brasileiro nesse início de século XXI.

### ***1. A ação dos trabalhadores na construção da modernidade corporativista***

Ao longo do texto será explorada a influência da força social dos trabalhadores sobre a modelagem do capitalismo e especialmente sobre a formação dos aparelhos estatais de controle do trabalho ocorrida no início do século XX. Essa

premissa é fundamental para compreender a capacidade propositiva e influência dos trabalhadores bancários na organização de suas entidades de classe, do próprio sistema financeiro e das agências de controle do trabalho no país.

### **1.1. A reivindicação do corporativismo por frações do operariado**

O movimento operário do início do século XX organizou muitas lutas para exigir do Estado capitalista fundamentalmente a regulação do assalariamento da massa de trabalhadores que ingressavam no mercado de trabalho. Além das derrotas impostas às correntes anarquistas pelo patronato e pelas agências estatais, especialmente pelo aparelho policial, é necessário resgatar a ação das correntes reformistas ou colaboracionistas na qual os próprios trabalhadores construíram o corporativismo reivindicando sua participação no moderno sistema de disciplina que se desenhava na gênese do Estado Novo.

Esse ativismo corporativista operário pode ser observado na tese apresentada ao III Congresso Operário Brasileiro pela corrente “Neutralidade Sindical” em 1920. Em defesa do pluralismo de idéias nos sindicatos, a corrente defendia o sindicalismo economicista sem vínculos político-partidários ou religiosos. Todavia era reivindicado o enquadramento sindical com fortes vínculos estatais, em que o sindicato seria uma associação corporativa de um mesmo ofício com participação ativa nas agências estatais em formação ainda inicial naquela época. Além dos debates internos, as correntes pró-participação no Estado, principalmente o reformismo católico e os socialistas, tinham desde 1880 seus jornais diários e uma extensa rede de influência sobre dezenas de publicações e organizações partidárias que, segundo Carone (1979), formavam a base para sustentação da hegemonia reformista e da emergência do corporativismo de estado no Brasil.

A ideologia corporativista, de forma mutuamente complementar, pode ser observada também nas declarações de gestores públicos desde a primeira década do século. Conforme Pinheiro e Hall (1981), em 1911 o futuro presidente do Superior Tribunal Federal - STF, Edmundo Lins, defendeu uma legislação industrial avançada com o estabelecimento de tribunais arbitrais específicos. Em campanha para a

presidência da República, Rui Barbosa, em 1919, escreveu longamente sobre direitos dos trabalhadores e defendeu políticas de Estado regulacionistas. Arthur Bernardes, também em campanha em 1921, propôs igualmente a regulação estatal e a participação nos lucros das empresas e, em 1923, durante um dos muitos estados-de-sítio de seu governo, instalou o Conselho Nacional do Trabalho, gênese do atual Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Enquanto ainda não haviam sido definidas as atribuições normativas do referido conselho, o órgão em formação já contava com a entusiasmada colaboração de representantes de várias categorias operárias, especialmente dos sindicatos cujas diretorias se mostravam alinhadas com as reformas em debate nos núcleos de governo, tal qual ocorrera no Congresso Nacional dos Operários em Fábricas de Tecidos, realizado em 1923. Segundo Carone (1979), os presentes ao evento congratularam o Presidente da República pela indicação de dirigentes da categoria para o Conselho Nacional do Trabalho e honraram a presença do Ministro da Agricultura e do Ministro da Justiça no evento pelo mesmo motivo. Pela magnitude de seu significado institucional, a instalação desse conselho do trabalho pode ser considerada a mais expressiva das mudanças ocorridas desde o início do século nos parâmetros de regulação das relações de trabalho.

Tradicionalmente baseadas em tratos estipulados dentro da ordem econômica privada e tratadas como questão policial, as relações do trabalho alcançaram já nos anos vinte a ordem pública normativa. Segundo Simão (1981), a reorganização produtiva industrial e as mobilizações promovidas pelos sindicatos emergentes e pelos partidos com base operária, desde as petições mais reformistas até as grandes greves de 1917, promoveram uma reformulação da atuação do Estado na regulação da relação capital e trabalho, incorporando, mesmo que de forma autoritária e desigual, novos agentes, associações operárias e empresariais, no processo de decisão política. Conforme conclusão de Antunes (1982), foi a atuação da classe trabalhadora que forçou o Estado varguista a cumprir com anseios da luta dos trabalhadores, sendo pouco sustentável, portanto, o senso vulgar da outorga promovida pelo Estado Novo na regulação trabalhista.

Ocorria assim o início da instalação de normas de direito público do trabalho como correspondência à ampliação da experiência social dos assalariados no

processo de crescimento da economia urbana. O Estado cumpriu com sua função de regular o assalariamento e estabilizar a inclusão dos trabalhadores nas relações de trocas mercantis, o que, segundo Offe (1984), constitui a razão primordial e a estratégia geral de ação do Estado capitalista moderno. Dessa forma o movimento sindical reivindicou, conquistou e incorporou as regras típicas da modernidade, especialmente a constituição de um governo forte em um estado-nação que aprimorou a dominação política de classe tão temida e denunciada pelos militantes anarquistas vencidos ao longo dos debates e das lutas operárias nas primeiras décadas do século XX.

Embora a ordem corporativista tenha sido reivindicada por ampla parcela dos trabalhadores organizados, foram necessários muitos anos para o governo Vargas institucionalizar a disciplina do corporativismo estatal, a ponto de Antunes (1982) considerar um fracasso os cinco primeiros anos da política varguista. As organizações horizontais intersindicais, com orientação majoritariamente anarquistas e essencialmente anti-corporativistas, opuseram-se ao enquadramento e às demais regras corporativistas mantendo seu funcionamento em alguns setores operários por algum tempo. Tentavam assim manter vivas as bandeiras da unificação e do internacionalismo operário e sobretudo da auto-determinação em relação ao Estado. Contudo a resistência desses setores foi paulatinamente vencida tanto pela forte repressão aos sindicatos ainda não enquadrados quanto pela eficácia da tática estatal de cooptação de amplos setores sindicais.

Segundo Araújo (1995), as agências estatais do trabalho promoviam a adesão ativa de novas lideranças sindicais, governistas ou independentes, e estruturavam sindicatos em categorias pouco organizadas, aumentando vertiginosamente o número de sindicatos enquadrados nesse período. Os sindicatos reformistas, inicialmente, e os sindicatos oficiais recém-instalados, nos quais se listam vários sindicatos de trabalhadores em bancos, formaram a base de sustentação desta nova regulamentação, redefinindo decisivamente as funções dos sindicatos, até então associações autônomas de caráter privado e ajuda mútua.

Além da política de cooptação ativa, estabeleceram-se novos critérios restritivos para as organizações intersindicais que definiam os sindicatos por categoria específica como entidades assistenciais e órgãos de colaboração. Na década de 30 e 40, muitos decretos marcaram a intervenção do Estado no sindicalismo, promovendo o

enquadramento do movimento e regulando a constituição dos sindicatos para reconhecimento junto ao Executivo. Conforme Martins (1989), as práticas de Estado, que até então foram essencialmente repressivas, voltaram –se progressivamente para disciplinar rigidamente as associações sindicais e integrá-las à administração pública como órgãos subordinados de colaboração.

Configurou-se, pois, um corporativismo estatal que consagrou a desigualdade de acesso dos agentes emergentes do mundo do trabalho aos aparelhos de Estado. Com práticas setorializadas, o empresariado urbano ocupou espaço nas agências estatais através de suas organizações formais e de suas influências plurais nos diversos grupos políticos. Enquanto para o capital o caráter autoritário do regime político traduziu-se em um estilo corporativista bipartite, para os trabalhadores o tratamento foi a incorporação subordinada e consentida dos segmentos reformistas por um lado e, por outro, a repressão e desarticulação das associações que não se tinham enquadrado no modelo proposto.

## **1.2. A alteridade dos bancários na consolidação do corporativismo**

As primeiras aglomerações de trabalho bancário datam dos anos trinta do século XIX quando começaram a surgir os primeiros bancos privados no país, bancos regionais em Maranhão, Ceará, Bahia, Pará e Pernambuco, além de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro evidentemente. Antes ainda houve a curta experiência do Banco do Brasil entre 1808 e 1829, posteriormente reorganizado em 1853 e finalmente consolidado na sua quinta tentativa em 1905. Neste tempo os bancários aumentavam em número e se concentravam nos centros comerciais e industriais da época: Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Principalmente nesses centros ensaiavam sua organização própria participando de vários outros movimentos, tanto oficialistas quanto contestatórios da política estatal de controle policial vigente à época.

A primeira organização de interesses específica dos bancários, a Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica de São Paulo, foi fundada em 1907 e

permaneceu ativa até o início dos anos 30, quando fora suprimida pela legislação corporativista. Assim como outras associações no período, essas sociedades mutualistas, embora geralmente criadas sob controle patronal para limitar a livre organização operária, agremiavam sem distinção legal trabalhadores de vários setores econômicos numa interessante experiência de organização horizontal de interesses. Entre os bancários e os comerciários, por exemplo, não havia distinção legal nem restrição de filiação às sociedades mutualistas ou associações profissionais nas duas categorias. Entretanto, após uma série de intervenções estatais, essa prática de agremiação horizontalizada foi suplantada pelo enquadramento das diversas categorias e pela instalação de seus respectivos sindicatos oficiais.

Na historiografia operária<sup>1</sup> são frequentes os relatos de participação dos bancários em assembléias de unificação de associações operárias, na fundação de bancos operários, na criação de hospitais populares, como também a participação em partidos operários e centros autônomos de educação mantidos por trabalhadores. Entretanto os bancários progressivamente fundaram seus próprios sindicatos, e a participação horizontal foi sendo reduzida às articulações entre as instâncias superiores do movimento.

Os primeiros sindicatos de bancários do país foram formados em São Paulo e Santos, em 1923, e Rio de Janeiro, em 1928, para organizar o crescente número de trabalhadores exigidos pelos bancos para suportar o intenso fluxo de negócios daquela época. Dispondo de tecnologia primária, o trabalho bancário era essencialmente manual e estendia-se num expediente rigidamente disciplinado com jornadas freqüentemente superiores a dez horas. O acúmulo dos conflitos encontrou condições propícias para organização de interesses na ebulição sócio-econômica da década, e os bancários paulistanos fundaram em 1923 a Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo. Essa iniciativa deu início à atuação político-social organizada dos bancários em São Paulo mesclando a predominância do trabalho assistencial com a luta sindical.

Com o advento do Decreto 19.770 de 1931, que regulamentava a estrutura sindical brasileira, e posteriormente com a Lei de Sindicalização de 1934, vários

---

<sup>1</sup> Fausto (1977), Pinheiro (1977), Pinheiro e Hall (1979 e 1981), Simão (1981), Carone (1979 e 1989), Canêdo (1988), Oliveira (1989), Martins (1989), Sandri (1990), Karepovs (1994), Silva H. (1995), dentre outros.

sindicatos de bancários foram formados no país dentro da nova estrutura<sup>2</sup> caracterizando um período de adesão ao novo regime, conforme descrito por Antunes (1982):

Foi singular o encaminhamento sindical dos bancários, frente à política varguista. Existindo desde a década anterior, a Associação dos Bancários encontrava sérias dificuldades para obter seu reconhecimento junto ao patronato, mesmo mesclando uma atividade corporativa com certa dose de assistencialismo. Assim, quando o governo Vargas estabeleceu as normas para a criação e reconhecimento dos sindicatos, essa atitude foi saudada pelos bancários, que viram aí as condições necessárias para o seu reconhecimento junto ao patronato.

Imediatamente os bancários solicitaram junto ao Ministério do Trabalho o seu reconhecimento, obtendo-o em 12 de agosto de 1931, quando passaram a denominar-se Associação dos Bancários de São Paulo – órgão sindical (Antunes, 1982, p. 98).

A diversidade das práticas corporativistas foi bastante expressiva entre os agentes de representação de interesses do capital e do trabalho envolvidos no sistema financeiro. Entre os banqueiros, apenas um ano após a instalação do Conselho Nacional do Trabalho, em 1924, já estava formada a primeira associação formal de interesses da classe financista - a Associação dos Bancos de São Paulo - que doze anos mais tarde, com o advento das organizações sindicais oficiais, fundiu-se com o Sindicato dos Bancos e Casas Bancárias de São Paulo dando origem à Associação dos Bancos de São Paulo – Órgão Sindical. A segunda associação patronal formada foi o Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, no Rio de Janeiro em 1934, que desde sua fundação destacou-se por seu desígnio de colaboração com os poderes públicos e promoção da solidariedade social subordinada aos interesses nacionais (Minella, 1988).

Entre os sindicatos de bancários o tratamento bivalente reservado ao movimento operário para o estabelecimento da ordem corporativista foi também bastante significativo. Aos vários novos sindicatos organizados com sucesso segundo o novo regime, os quais formaram inclusive uma federação oficial nacional em 1935, eram concedidas recompensas de participação em agências estatais e verbas para estruturação de setores assistenciais ou beneficentes. Entretanto os setores resistentes

---

<sup>2</sup> Pernambuco em 1931, Salvador em 1932, Belo Horizonte em 1932, Ceará em 1932, Porto Alegre em

das associações já existentes, especialmente em Santos e no Rio de Janeiro, enfrentaram uma sucessão de intervenções, tal qual ocorrido em vários outros sindicatos de outras categorias no mesmo período conforme, Canêdo (1978).

Embora as correntes de contestação fossem ativas no interior da categoria desde 1921, quando a associação paulistana foi organizada, Antunes (1982) destaca que somente a partir de 1932 os bancários de São Paulo se mobilizaram contra o Decreto 19.770 e posteriormente contra a Lei de Sindicalização. Junto com os bancários de Santos e Rio de Janeiro, os bancários paulistas, sob a direção do “Partido Sindicalista”, promoveram a primeira grande mobilização sindical no sistema financeiro brasileiro.

Inicialmente, dentro dos limites legais, os bancários peticionavam, dentre outros itens, a diferenciação e regulamentação da “classe”, até então indiferenciada dos comerciários, e a formação de uma comissão mista para formulação de um projeto de lei para a regulamentação da jornada de trabalho. Segundo Oliveira (1989), logo foram percebidas as rígidas limitações legalistas da estrutura corporativista, e os bancários do Banco do Estado de São Paulo, filial de Santos, adotaram uma proposta de lei formulada pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e realizaram a primeira greve da categoria no país. Durante dois dias, em abril de 1932, os bancários de Santos romperam com os ditames corporativistas e lançaram para todo o país a campanha pela regulamentação da jornada de trabalho de seis horas<sup>3</sup>.

Sob influência da nova diretoria da associação paulista, da corrente “Partido Sindicalista”, foi deflagrada em São Paulo e Santos a campanha *Seis Horas ou Greve*, que rapidamente teve a adesão dos bancários do Rio de Janeiro e de vários outros centros. A mobilização prolongou-se por vários meses, e os funcionários dos bancos obtiveram a regulamentação da categoria e a instituição formal da jornada de seis horas através do Decreto-Lei 23.322, de 03 de novembro de 1933. A princípio bastante

---

1933, Espírito Santo em 1934, Santa Catarina em 1935 e Paraná em 1936.

<sup>3</sup> No desenvolvimento da campanha pelas seis horas de trabalho, outro movimento acentuou a disposição de luta dos bancários e seu afastamento dos comerciários. A primeira oposição organizada que se tem registro nos bancários, o Partido Sindicalista, disputou em dezembro de 1932 a Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo – Órgão Sindical, venceu e implantou um estilo de confronto direto que influenciou vários outros sindicatos no mesmo sentido. A vitória da corrente *Partido Sindicalista* provocou também um racha na Associação: em outubro de 1934 foi fundado o Sindicato dos Funcionários de Bancos de São Paulo – o ‘Sindikê’, formado por altos funcionários dos bancos que não concordavam com a linha de atuação/confronto da diretoria conforme, Canêdo (1978). Até 1939 o pluralismo sindical foi permitido legalmente e os dois sindicatos estiveram ativos, quando ocorreu a fusão de ambos por imposição da unicidade sindical.

favorável aos bancários, a legislação manteve inalterado o trabalho aos sábados, excluiu contínuos e serventes por não executarem “tarefas mentais” e foi sistematicamente descumprida pelos bancos, com a anuência das agências estatais, nos anos seguintes.

Esta segmentação legal consagrou o princípio corporativista da obrigatoriedade de categorias únicas. No caso dos trabalhadores em bancos, esse princípio sustentou-se na aspiração de uma identidade de *bancário* cujo *outro* foi, no plano imediato da alteridade, o comerciário, que passou a ser excluído das lutas da categoria.

Outro grande movimento dos bancários, muitas vezes referido pelos militantes mais antigos como um ícone da história sindical, foi a primeira greve nacional dos bancários, em julho de 1934. Durante a mobilização pela jornada de seis horas, os bancários propuseram também a aposentadoria aos trinta anos de serviço, a estabilidade no emprego após um ano, o contrato coletivo de trabalho, o salário mínimo e uma caixa única de aposentadorias específica para a categoria. Essas reivindicações ganharam força e provocaram paralisações generalizadas em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e vários outros centros, além de manifestos de apoio de todos os sindicatos organizados no país. A greve durou três dias e terminou amplamente vitoriosa. Além de outras reivindicações atendidas, o governo instituiu o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários – IAPB, através do Decreto-Lei 24.615, sob a administração e controle dos sindicatos de bancários.

Após o sucesso da greve, os bancários participaram da Coligação das Esquerdas na disputa eleitoral legislativa de outubro de 1934 e intensificaram a participação na Aliança Nacional Libertadora – ANL. Essas participações provocaram o recrudescimento da repressão policial ao movimento sindical bancário, e vários militantes e lideranças foram presos em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e outras bases sindicais. Conforme Antunes (1982), os conflitos com o Departamento de Estado do Trabalho acentuaram-se em São Paulo e, sob ameaça, a diretoria do Sindicato renunciou em fins de 1935 para evitar a cassação da carta sindical. A partir de então, a repressão foi intensificada e se sucederam juntas governativas no sindicato até o golpe de 1937.

Com a proibição da pluralidade sindical em 1939 e com a consagração da linha oficialista, fundiram-se em São Paulo o Sindicato dos Bancários de São Paulo e o *Syndiké*, outro sindicato dos bancários fundado em 1934 por altos funcionários dos

bancos. Assim como ocorreu com os bancários paulistas, várias outras entidades de trabalhadores no país foram obrigadas à fusão para se ajustarem à regra mais restritiva e autoritária da legislação corporativista, a unicidade sindical. Dois resultados exemplares dessa mudança de orientação forjada pelas agências estatais foram o tranqüilo I Congresso Nacional da Categoria Bancária, realizado em Pernambuco em 1938, e um pacato memorial sobre as dívidas dos trabalhadores em bancos elaborado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo em 1940. Conforme Carone (1979), no referido documento, enviado ao ministro do trabalho, os bancários depositam, confiantes, nas mãos da autoridade estatal a solução para a condição de penúria por que passava a categoria.

Enquanto os sindicalistas aguardavam as providências do Ministro do Trabalho, generalizavam-se nos bancos duas importantes inovações tecnológicas: as máquinas de calcular e as copiadoras de gelatina. Essas duas novas tecnologias de cálculo e copiagem substituíram rapidamente a escrituração manual de contas e foram saudadas pelos muitos bancários que executavam seus trabalhos dispendendo de ponta tinteiro e cartão absorvente para os eventuais borrões. Esse desenvolvimento tecnológico agilizou os serviços de apoio e retaguarda, ampliou o número e a necessidade das caixas nas agências para suportar a expansão do número de clientes e a popularização de alguns serviços bancários, como o uso de cheques e pagamentos de contas até então inviáveis. Entre os bancos esse desenvolvimento primário da década de quarenta estimulou uma corrida tecnológica de grande impacto no serviço bancário durante as próximas cinco décadas.

Os elevados níveis de competição pela acumulação financeira levaram os bancos a implantar alterações organizacionais e tecnológicas progressivamente mais agressivas aos trabalhadores bancários e mais comprometedoras da ação sindical, conforme estudado minuciosamente por Jinkings (2002). Entretanto a reorganização do trabalho iniciada nos anos quarenta expôs também nas próximas décadas um ponto fraco na disciplinarização do trabalho bancário. A concentração tecnológica nos setores de bateria de caixas e retaguarda de apoio, e posteriormente nos centros de processamento de dados, tornou essas áreas um elemento central para a mobilização sindical da categoria, pois a adesão dos bancários desses setores a uma paralisação provocava um efeito progressivo sobre todos os outros setores, promovendo a inevitável suspensão das atividades.

Nesses anos reorganizaram-se também as oposições sindicais no interior dos sindicatos oficiais para a conquista de espaços de contestação e luta pela redemocratização do país. Entre 1945 e 1947, os bancários realizaram inúmeras manifestações, tanto intra-categoria quanto integrando movimentos ilegais, como a Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB ou o Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT. A manifestação mais importante do período foi a greve de dezenove dias, em janeiro de 1946, que envolveu mais de dois terços de toda categoria reivindicando reajuste salarial, salário-mínimo profissional e negociação nacional unificada com os banqueiros. A greve terminou vitoriosa com reajustes salariais de até 150%, pagamento dos dias parados, projeto de lei para o piso da categoria e formação de uma comissão patronal nacional para negociação.

Embora muito significativo, esse rápido avanço dos bancários foi detido com a ofensiva contra as organizações sindicais promovida pelo governo federal e sindicatos patronais nos anos seguintes. Foi proibida e fechada a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, e sofreram intervenção mais de uma centena de sindicatos em todo o país, entre eles os sindicatos de bancários de São Paulo e Belo Horizonte. Adicionalmente dezenas de militantes foram perseguidos, e os serviços bancários foram considerados categoria essencial na rígida lei-de-greve de 1946.

Divididos entre dirigentes burocratizados que reproduziam a oficialidade corporativista e militantes que formavam entidades representativas clandestinas, os bancários sofreram intensamente a primeira grande derrota da categoria. Em 28 de agosto de 1951, os bancários de São Paulo iniciaram uma greve, que logo se estendeu para Belo Horizonte e provocou manifestações em vários outros centros, por reajuste salarial e adicional por tempo de serviço.

Após forte repressão, o movimento ficou isolado em São Paulo e terminou após sessenta e nove dias de paralisação, a mais longa até então entre os bancários paulistas. Ocorreram inúmeras demissões e transferências de militantes grevistas, o que afetou o movimento de resistência pelo restante da década, reforçando sobremaneira o oficialismo corporativista. Os reflexos dessa greve sobre as várias correntes sindicais foram tão significativos que o dia 28 de agosto foi escolhido como o símbolo de luta e resistência da categoria e comemorado anualmente desde então como o Dia do Bancário. A alteridade bancária ganhou nessa greve seu símbolo mais importante, seu

próprio dia, a ponto de vários representantes legislativos com base na categoria proporem desde então ao Congresso Nacional a regulamentação de feriado bancário nesse dia<sup>4</sup>.

Entre a adesão e a resistência desse período, os bancários viveram uma acentuada politização do conflito capital e trabalho e associaram a legalização de seus sindicatos com a utilização dessas entidades aos frágeis recursos permitidos pelo corporativismo nascente, para a mobilização na defesa de seus interesses. A mesma tática de ocupar os cargos dos sindicatos oficiais para ação contestatória permaneceu viva no movimento sindical, e a representação de interesses institucionalizada tornou-se um esquema político e progressivamente uma variável dependente da política pública com seus diferentes graus de corporativização.

### **1.3. Relações de classes na gestão do capital financeiro e o golpe da dominação política**

A trajetória do sindicalismo bancário entra numa nova fase de luta em meados do século XX. A deferência à legalidade corporativista e a luta pelos canais institucionais foram as principais formas de participação dos bancários no movimento geral das classes trabalhadoras entre o início dos anos cinquenta e o golpe civil-militar de 1964. Em todo o mundo, nesse período, organizaram-se ciclos de lutas que forçariam uma mudança na qualidade e natureza do próprio trabalho sob o capitalismo. Segundo Hardt (2001), a constante resistência às condições de subordinação formal do trabalho ao capital acumulava forças para exigir novos avanços a cada crise vivida no sistema de produção capitalista. No Brasil, assim como na América Latina, além das progressivas alterações nas relações de produção, os trabalhadores sofreram ainda a grande articulação das forças burguesas na preparação do golpe de Estado em 1964.

---

<sup>4</sup> O caso mais recente é a proposta da deputada distrital Erika Kokay (PT), que apresentou em abril de 2003 Projeto de Lei instituindo o dia 28 de agosto como Dia do Bancário. Segundo o projeto, será decretado feriado na data comemorativa justificado pelo fato de que os bancários são uma categoria que muito tem contribuído para o desenvolvimento do Distrito Federal e do País e que a categoria tem sofrido com o desemprego, automação e com a avidez de lucros dos banqueiros, conforme <http://www.cnbcut.com.br/popup.php?chave=4259> em 17 de junho de 2003.

Entre 1951 e 1954, os sindicatos oficialistas ampliaram exponencialmente suas práticas assistencialistas e político-populistas seguindo as orientações das agências estatais do trabalho, conforme Martins (1989). Para tanto foi necessário ampliar rapidamente o quadro de empregados dos sindicatos com técnicos especializados como contabilistas, advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros, professores e outros auxiliares como barbeiros, atendentes, escriturários e organizadores de eventos sociais e esportivos que tornaram as associações operárias grandes aparelhos burocráticos, exigindo dirigentes sindicais igualmente burocratizados para gerenciá-los.

Enquanto a burocracia corporativista se generalizava nas entidades sindicais, os militantes ligados às correntes comunistas tomaram os caminhos da clandestinidade sindical por um curto período. Entretanto a militância clandestina paulatinamente foi se reincorporando à oficialidade sindical para “lutar por dentro da ordem” e viabilizar a organização nacional da categoria. A partir de 1952 seguiram-se os esforços de todas as correntes para a constituição das cinco federações de sindicatos que viabilizaram a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC, em julho de 1958. Dessa forma os sindicatos de bancários consolidaram uma das primeiras experiências nacionalmente articuladas de organização vertical representativa dos trabalhadores<sup>5</sup>.

Dentre os vários interesses concorrentes na fundação da confederação destacou-se logo no início o controle do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB, de tal forma que a atuação no instituto era considerada parte da própria ação sindical da confederação. Segundo Canêdo (1986), “através do controle dos benefícios, distribuídos através das delegacias regionais, a liderança sindical assegurava o controle da categoria por meio de uma rede de favores” (Canêdo, 1986, p. 112).

Além dos conflitos e disputas intra-sindicais pode-se apontar também que essa massa de poupança previdenciária acumulada promoveu principalmente o comprometimento dos bancários com as contradições do dinamismo financeiro. Harvey

---

<sup>5</sup> A CONTEC teve seu reconhecimento legal em 1959 como a primeira confederação criada por iniciativa de trabalhadores, pois as existentes, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Transportes – CNTT, foram criadas por iniciativa do Ministério do Trabalho e seus dirigentes eram conhecidos como “ministerialistas”, conforme Tosi (1995).

(1990) afirma que o capital acumulado em poupança é inevitavelmente lançado no mercado rentista e provoca uma progressiva equiparação tanto de trabalhadores quanto de capitalistas fundiários, industriais ou financistas. Os possuidores dos recursos depositados em poupança tornam-se indiferentes à origem do capital, pois se convertem simplesmente em poupadores e investidores e, como tais, ficam sujeitos a pressões muito distintas de sua condição original de classe. Dessa forma todos os estratos de capital e organizações do trabalho podem ser mobilizados para preservação do sistema, conforme destaca o autor:

...los trabajadores tienen así un fuerte interés en preservar el propio sistema que los explota porque la destrucción de ese sistema traería consigo la destrucción de sus ahorros. Por otro lado, en la medida en que los ahorros de los trabajadores se convierten en una fuente importante de capital-dinero, las organizaciones de trabajadores adquieren considerable poder económico, de ahí la lucha por el control de los fondos de pensiones de los sindicatos, los fondos de los seguros, etc. Esto introduce toda una nueva dimensión en la lucha de clases (Harvey, 1990, p. 267).

Harvey (1990) ainda destaca a maneira como trabalhadores e banqueiros participam da influência sobre políticas públicas através de envolvimento na dinâmica financeira. Primeiramente o Estado taxa o trabalho e o lucro para se viabilizar financeiramente e, como ambos os fatores são de interesse imediato tanto de trabalhadores quanto banqueiros, esses desenvolvem estratégias de obstrução da capacidade de retenção de seus recursos pelo Estado. Adicionalmente o governo tem a necessidade de financiar sua própria dívida vendendo títulos para financistas e para trabalhadores via seus fundos de pensão que se revelam especialmente fortes entre os bancários. Logo, fechando o ciclo de taxação e endividamento, nessa negociação financeira banqueiros e trabalhadores adquirem influência política para formular um ponto de equilíbrio entre os interesses particulares de classes específicas e as necessidades de manutenção do aparelho estatal para viabilizar tanto as políticas sociais de interesse do trabalho quanto políticas que viabilizem as condições capitalistas de produção.

A reflexão sobre esse momento histórico do movimento sindical, conforme indicado por Harvey (1990), indica o comprometimento progressivo dos interesses classistas dos bancários com a gestão de grandes volumes de capital em seus fundos de

pensão e elevados ativos patrimoniais em seus sindicatos, constituídos e re-significados na categoria ao longo de décadas.

Além da luta pelo controle do IAPB, a CONTEC articulava também as grandes questões nacionais do início dos anos sessenta com os esforços para obtenção do contrato coletivo de trabalho e outras reivindicações diretamente relacionadas com as alterações vividas pelos bancários no processo de trabalho. As pautas incluíam questões amplas do Plano Trienal do governo de João Goulart e suas reformas de base e questões específicas sobre a introdução de computadores, estabilidade no emprego, escala móvel de salários, extinção do trabalho aos sábados e jornada de seis horas para os comissionados.

Na historiografia dos bancários<sup>6</sup> são exaustivos os relatos das várias greves dos bancários no ano de 1961, da participação dos bancários na greve geral chamada pela Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT no ano seguinte e outros protestos e inúmeras grevilhas de cinco minutos durante o ano de 1963. A CONTEC foi expoente na direção da CGT, e a maioria de seus sindicatos consolidou no período uma atuação político-sindical de apoio às greves, participação em encontros nacionais e mobilizações para discussão de temas da conjuntura nacional que aumentaram a participação sócio-econômica dos trabalhadores e influenciaram diretamente a memória de seus protagonistas.

Além de todas as vitórias das greves dos primeiros anos da década de sessenta e mobilizações intercategorias, os bancários participaram também dos esforços para a regulamentação do sistema financeiro no país através de projeto próprio e com apoio a outros projetos de reforma bancária que tramitavam interminavelmente há quase quinze anos na Câmara. Segundo Minella (1988), já em 1947 o banqueiro e Ministro da Fazenda do governo Dutra, Correia e Castro, apresentou seu projeto de reforma na Câmara dos Deputados onde foi analisada exaustivamente por várias comissões. Em abril de 1954, a Subcomissão de Reforma Bancária da Comissão de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados apresentou um substitutivo que recebeu trinta emendas e assim permaneceu por mais alguns anos. Um novo projeto substitutivo foi remetido à comissão de Economia que esperou mais algum tempo e propôs a formação

---

<sup>6</sup> Especificamente sobre a história dos bancários ver: Canêdo (1978 e 1986), Sindicatos dos Bancários de São Paulo (1986), Oliveira (1989), Blass (1992), Karepovs (1994), Tosi (1995) e Mick (1995).

de uma Comissão Especial em 1962. Após vários meses de trabalhos foram apresentadas 118 emendas, além de outros três projetos substitutivos. Formou-se então uma nova comissão que elaborou nova proposta apreciada no ano seguinte. Em janeiro de 1964 tentou-se tratamento prioritário à reforma bancária, contudo o golpe de Estado interrompeu seu percurso.

A CONTEC formulou o seu próprio projeto *Reforma Bancária Progressista* para apresentação na Comissão Especial da Câmara entre 1962 e 1963. O projeto da confederação divergia acentuadamente das sugestões em curso no Grupo de Trabalho, criado pelo governo Goulart para estudar os projetos existentes, e coordenado pelo tradicional banqueiro baiano e Ministro da Fazenda Miguel Calmon. O projeto contrapunha-se também ao projeto substitutivo supra-partidário apresentado pelo novo relator da Comissão Especial e ainda ao projeto apresentado pelo deputado bancário Salvador Lossaco, um dos fundadores da própria CONTEC e sua principal voz na Câmara Federal.

A proposta de reforma bancária da CONTEC limitava a especulação financeira e defendia o caráter social e seletividade do crédito, a nacionalização dos bancos estrangeiros, monopólio estatal do câmbio, o fortalecimento dos bancos oficiais com a transformação do Banco do Brasil em banco central, a participação tripartite dos trabalhadores nas agências estatais de regulação do crédito e finanças e ainda a criação do Instituto de Aperfeiçoamento dos Trabalhadores em Instituições de Crédito - IATIC. Minella (1988) assim sintetiza os esforços em torno desse projeto:

Os princípios sugeridos pela Contec e sua expressão no projeto de Reforma Bancária foram, no plano da luta por uma reforma desta natureza, a manifestação dos interesses de uma das forças sociais que tinham um projeto político de transformações político-sociais e econômicas bastante amplo. Os líderes bancários foram, em parte, representantes dos interesses da classe trabalhadora. A consciência que disso tinham grande parte dos bancários e os demais assalariados merece consideração especial (Minella, 1988, p. 55).

No bloco patronal financista, os principais banqueiros no país, tanto nacionais quanto estrangeiros, ocupavam privilegiadas posições nos aparelhos estatais, especialmente nos órgãos reguladores do sistema financeiro, e realizavam intensas relações de reciprocidade classista através do complexo institucional formado pelo

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. Segundo Dreifuss (1987):

Os associados e colaboradores do Complexo IPES/IBAD que ocupavam cargos-chave na administração estavam vinculados aos bancos particulares e instituições financeiras mais importantes do Brasil, revelando uma marcante interligação de diretorias (Dreifuss, 1987, p. 745).

Conforme o autor, o complexo IPES/IBAD foi formado no final dos anos cinquenta e tornou-se, a partir de 1961, a principal instituição de articulação das forças civis e militares, nacionais e estrangeiras, contrárias ao governo nacional-reformista de João Goulart e seus aliados. Ocupando posições-chave nos círculos políticos e nas agências de estado, os membros do IPES/IBAD realizaram intensas atividades de financiamento de campanhas eleitorais e atividades parlamentares, difusão e doutrinação ideológico, espionagem e todo tipo de conspiração política para viabilizar o golpe civil-militar que depôs João Goulart.

Após o golpe de 1964, os membros do IPES/IBAD ampliaram sua influência controlando ministérios e as principais agências de estado para viabilizar os interesses das frações de classe que financiaram o golpe. Os banqueiros ocupavam posição de destaque no financiamento do IPES/IBAD “limpando” os volumosos repasses de recursos através dos sindicatos dos bancos e puderam então viabilizar seus interesses referentes à reforma bancária e à regulação do sistema financeiro<sup>7</sup> (Dreifuss, 1987). Segundo Minella (1988), esses diversos elementos da participação política dos banqueiros evidenciam a ação de classe específica dessa fração capitalista:

Além de uma marcante influência econômica se percebe muito mais: os banqueiros estão presentes na luta política, através do controle ou influência nos partidos políticos e nas instâncias estatais de decisão e da vinculação com importantes meios de comunicação de massa além de outros canais de influência sobre o processo sócio-político do país (Minella, 1988, p. 12).

---

<sup>7</sup> A partir do golpe as propostas articuladas por membros do executivo e do legislativo ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e coordenados pelo banqueiro e Ministro da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões, foram progressivamente incorporadas no projeto debatido no Congresso até a promulgação da Lei 4595 em 31 de dezembro de 1964.

Conforme o autor, logo após a ativa participação no golpe civil-militar, os banqueiros, além da influência decisiva na formulação da reforma bancária, participaram de diversas manobras para garantir a presença de sua representação privilegiada nos órgãos de fiscalização e controle do sistema financeiro então criados, especialmente no Conselho Monetário Nacional – CMN e no Banco Central – BACEN. Paralelamente à reorganização institucional os banqueiros também se reorganizaram nacionalmente em 1967 formando a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN, de caráter sindical e constituída em torno do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, e também a Federação Brasileira de Associações de Bancos - FEBRABAN, de caráter civil organizada em torno da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo.

Nesse período, os métodos de gerenciamento do trabalho bancário passavam por acentuada racionalização. O *lay-out* das agências, as rotinas e os fluxos de trabalho estavam sendo padronizados pela introdução de máquinas eletroeletrônicas e, nos grandes centros financeiros, os primeiros computadores consumiam vorazes os dados antes escriturados mecanicamente, possibilitando, por exemplo, o fornecimento de extrato diário de conta-corrente e uma nova fase de expansão dos serviços bancários.

A intensa modernização foi absolutamente favorecida por linhas de financiamento e políticas de investimento em infra-estrutura decididas nos órgãos governamentais em que a participação dos banqueiros fora muito expressiva, conforme já visto. Entretanto tais investimentos foram principalmente a resposta do capital aos ciclos de mobilização operária e suas conquistas que em todo o mundo ameaçavam comprometer parte dos lucros com a elevação dos custos de produção e com o aumento do salário social, conforme analisado por Hardt (2001).

Muito diferente dos banqueiros, após o golpe civil-militar os bancários enfrentaram a intervenção na maioria de seus sindicatos, a deposição das diretorias de suas entidades, a destruição de seus arquivos históricos, a cassação e prisão de muitos de seus dirigentes e ainda o assassinato de tantos outros, como o presidente da CONTEC, Aluysio Palhano<sup>8</sup>. Além da intervenção e da perseguição policial, os bancários viram seu instituto de aposentadorias, o IAPB, ser fechado em 1967, a estabilidade no emprego ser suprimida com o advento do Fundo de Garantia por Tempo

---

<sup>8</sup> Informação disponível em [http://www.contec.org.br/acontec\\_historia.asp](http://www.contec.org.br/acontec_historia.asp) em 16 maio de 2003.

de Serviço – FGTS e, ainda, a data-base da categoria ser pulverizada ao longo do ano com alterações em vários estados<sup>9</sup>.

Esses episódios foram intensivamente lembrados nas agências bancárias nas próximas décadas. O fim do IAPB foi sempre lamentado como a perda de um recurso de identidade da categoria, pois como afirmavam alguns antigos militantes “o instituto era só dos bancários e era muito bom”; e a descrição da prisão dos líderes sindicais jamais deixou de ser repetida com indignação por uns e orgulho por outros, “anti-comunistas”, aos novos funcionários que iniciavam a carreira no final dos anos 70. Esses novos bancários, eu entre eles, tentaram entender e acompanhar a geração militante que sobreviveu entre o silêncio imposto pelo regime militar e a subversão crescente das correntes clandestinas.

## ***2. As grandes mobilizações e a desterritorialização dos controles do trabalho***

Em várias partes do mundo nos anos sessenta, as mais diversas formas de contestação e experimentação social geraram uma resistência criativa à disciplina rígida da produção capitalista e suas novas formas de produtividade. Nos países centrais a resposta do capitalismo a essa resistência dos trabalhadores foi a flexibilização disciplinar e a recomposição orgânica do proletariado associados à dominação política de classe sob o manto opaco da guerra-fria. Na América Latina, entretanto, especialmente no Brasil, tal resposta teve seus fatores alterados em relevância e exposição. A dominação política de classe foi evidenciada na repressão policial continuada a todos os movimentos suspeitos de contestação, tanto à velha ordem disciplinar quanto aos aprimoramentos tecnológicos e organizacionais e seus novos mecanismos de controle do trabalho. A resistência operária foi sufocada em vários momentos até o final dos anos setenta quando finalmente um novo ciclo de lutas integradas se iniciava forçando a remodelação política do país e a revisão de métodos de

---

<sup>9</sup> Bahia: 7 de fevereiro, Ceará: 1º de dezembro, São Paulo: 12 de outubro, Pernambuco: 9 de novembro, Rio Grande do Sul: 3 de novembro, e 21 de maio para o Sergipe, conforme Blass (1992).

gestão do trabalho, configurando a desterritorialização<sup>10</sup> dos controles e hierarquias historicamente presentes nas agências bancárias.

### **2.1. O novo sindicalismo bancário: a autonomia e a organização de base contestando o autoritarismo político**

O processo decisório das políticas estatais no período pós-1964 foi caracterizado pelo controle dos poderes Legislativo e Judiciário, pela intensa participação setorializada das elites empresariais e pela exclusão sistemática dos movimentos contestatórios de trabalhadores. Essa dinâmica contribuiu para reforçar a centralização política no Executivo, para o estabelecimento de um poder judiciário trabalhista subserviente e para a configuração de uma experiência despolitizadora que favoreceu tanto os grupos da elite empresarial envolvidos na preparação e na sustentação do regime ditatorial quanto as correntes colaboracionistas no movimento operário.

Nos onze anos entre 1966 e 1977 a maioria dos sindicatos no país, dentre eles os bancários, foi exemplar, pois ampliaram-se seus serviços assistenciais, generalizaram-se as barbearias, as farmácias, as especialidades médicas e odontológicas, clubes recreativos e seus bailes para eleição da “miss” da categoria e das festividades oficialistas para comemoração do dia do trabalhador e, no caso dos bancários, os bailes para comemoração do dia do bancário em 28 de agosto. Adicionalmente muitos sindicatos foram fragmentados com a criação de novas e pequenas entidades sindicais para controle dos votos em eleições para a direção da estrutura vertical, federações e confederação, em que cada sindicato tinha direito a um voto independente do número de sindicalizados.

---

<sup>10</sup> Sendo territorialização a constituição social das formas das relações espaciais segundo Sack (1986) e a estrutura básica de aprisionamento e exploração da força criativa do trabalho vivo segundo Hardt (2001), a desterritorialização é a desconstituição social, temporária ou não, dos mecanismos estabelecidos de apropriação desigual de recursos em determinada fração do espaço. Dessa forma a luta operária é o motor da desterritorialização, ou seja, da desconstituição das relações estabelecidas de poder do capital. No entanto é importante destacar que a desterritorialização não se opõe à reterritorialização mas, ao contrário, a compõe como etapa inicial de libertação do trabalho ou início de uma nova fase de controle e opressão.

Os dirigentes-gerentes desses grandes aparelhos assistenciais e recreativos tornaram-se hábeis manipuladores das regras eleitorais que os mantinham em seus cargos, o que os consagrava em fiéis difusores das disposições governamentais com a esperança de uma indicação para ocupar algum cargo na estrutura do Ministério do Trabalho – MTb, ou para realizar algum curso financiado pela Agência Central de Inteligência Americana no *American Institute for Free Labor Development* – AIFLD, conforme longa listagem exposta por Dreifuss (1987, p. 707). Além da indicação para o MTb ou para os cursos no exterior buscava-se especialmente uma prestigiada nomeação para o bem remunerado cargo de juiz classista em algum tribunal do trabalho nas suas várias instâncias. Esperanças essas muitas vezes confirmadas entre os dirigentes das federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC, inclusive com a indicação de seu presidente, Lourenço Ferreira do Prado, para o cargo de juiz classista no Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Enquanto os grupos colaboracionistas eram favorecidos, várias categorias no país abrigavam clandestinamente tendências sindicais de resistência e contestação ao regime vigente. Os grupos de oposição intensificaram a reorganização sindical e a resistência à ditadura civil-militar após a grande manifestação anti-regime, ocorrida na expressiva votação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, nas eleições parlamentares de 1974. Entre os bancários, um movimento organizado pela oposição dos bancários de São Paulo propunha a autonomia do sindicato em relação ao patronato e ao Estado e realizava um intenso esforço para a organização de comissões sindicais de base. Em meados de 1977, o lançamento do Movimento Bancário de Transformação do Sindicato marcou simbolicamente o ressurgimento público da combatividade organizada na categoria.

Conforme entrevista com um ex-dirigente do Movimento de Transformação,<sup>11</sup> confluíram para formação do movimento militantes de várias tendências partidárias clandestinas, especialmente oriundos do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA. Fortemente organizados nos locais de trabalho desde a disputa eleitoral pelo Sindicato de São Paulo em 1975, os militantes do Movimento pela Libertação Popular – MOLIPO, da Tendência Sindical Classista – TESICLA e da

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em Florianópolis (SC), em 25/10/2002, com Luiz Antônio Azevedo, o *Luizinho* do Banco do Brasil, que posteriormente foi membro da diretoria do sindicato durante três gestões e Deputado Estadual em São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores - PT.

Organização Socialista Internacionalista - OSI ocuparam progressivamente os espaços no sindicato oficial através do departamento cultural do Sindicato e da Comissão Salarial de 1976, somando forças com os militantes orientados pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB os quais já compunham a diretoria em minoria. No ano seguinte a oposição assumiu abertamente um movimento próprio e intensificou os esforços para recuperar progressivamente a articulação nacional da categoria a partir da formação de oposições sindicais em vários outros sindicatos no país.

Nesse período, grandes mobilizações operárias promoveram a progressiva distensão da ação policial sobre os sindicatos, e as forças sindicais emergentes buscaram a remodelação do sistema corporativista sucedendo, via eleições, as direções sindicais oficialistas. Iniciou-se, com essas disputas, uma longa trajetória de alterações na organização sindical brasileira definida por Ricardo Antunes como *o novo sindicalismo*:

...Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc (Antunes, 1991, p.11).

O autor conclui ainda em outro texto: “As Greves de Maio de 1978, desencadeadas pelo operariado da indústria automobilística, significaram, em síntese, o reaparecer do proletariado na cena política...” (Antunes, 1992, p. 38).

No segundo semestre de 1978, a Oposição Bancária de São Paulo assumiu a liderança da campanha salarial e dirigiu uma greve reivindicando 65% de reajuste salarial e a desvinculação do piso da categoria e do salário mínimo. Nessa greve os líderes bancários, influenciados pelas táticas de mobilização dos metalúrgicos nas fábricas, orientaram a paralisação com a permanência dos grevistas no interior das agências; entretanto essa tática mostrou-se completamente inviável no setor financeiro. Sem recursos adequados de comunicação, a oposição não conseguiu reorientar os grevistas para deixarem os locais de trabalho e tampouco agregar aqueles que já haviam

deixado as agências. Os primeiros grevistas tornaram-se alvo de toda forma de coerção patronal e os outros, que se dirigiram para o sindicato ou a outros locais de concentração, foram alvo de intensa repressão policial.

Ameaçada pelo Ministério do Trabalho com a perda do registro sindical, a diretoria do sindicato fechou as portas da entidade com cadeados, dirigiu-se para o Tribunal Regional do Trabalho – TRT/SP e aceitou rapidamente um pífio resultado no dissídio coletivo julgado pelo tribunal paulista. Segundo Blass (1992), a grande aprendizagem da greve de 1978 para a oposição foi a necessidade de compreender melhor as especificidades da relação hierárquica no setor de serviços e o papel do sindicato oficialista na frustração do movimento. A revisão de algumas táticas de ação foi fundamental no desenvolvimento de novas mobilizações e da campanha eleitoral para a sucessão da diretoria do sindicato no início do próximo ano.

Em 1979, o sindicalismo de contestação ganhou grande impulso entre os bancários com a vitória da chapa de oposição no Sindicato dos Bancários de São Paulo, a Chapa 2, com o I Encontro Nacional de Oposições Sindicais Bancárias – OSB já organizadas em vários centros financeiros do país, com o II Encontro Nacional dos Bancários e com a realização de greves articuladas em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Em resposta ao rompimento da disciplina do trabalho e ao ascenso das correntes de oposição, o patronato bancário e a polícia do regime militar reprimiram violentamente a greve de 1979, especialmente em São Paulo onde a repressão desencadeou um grande quebra-quebra no centro financeiro paulista. Em todo o país ocorreram inúmeras prisões e demissões de dirigentes dissidentes e militantes de oposições sindicais com base na legislação que enquadrava os serviços bancários como segurança nacional e atividade essencial “à ordem política e social”. A partir de então, os bancários passaram a ocupar a agenda das agências estatais de vigilância sindical, freqüentaram assiduamente as salas da repressão policial e as manchetes dos principais jornais do país durante suas manifestações coletivas que subvertiam a rotina dos centros financeiros.

A partir dessa greve muitos questionamentos surgiram das mobilizações que mesclavam interesses imediatos e históricos e se defrontaram com a intensa repressão patronal e estatal. Os bancários refletiram profundamente sobre a efetividade da greve, e seus limites sobre as relações de classes vividas no processo de trabalho bancário,

chegando geralmente à conclusão apontada por Antunes (1992) em estudo sobre as greves de 1978 no ABC Paulista:

Os possíveis desdobramentos de um processo de greve, no plano da subjetividade operária, serão nulos, inexistentes ou substancialmente reduzidos, quando a paralisação se integrar no universo das relações imediatas de compra e venda da força de trabalho, sem ferir a materialidade do sistema social (Antunes, 1992, p. 189).

A derrota da greve de 1979 e as reflexões sobre os limites do movimento indicaram, pelo segundo ano consecutivo, a necessidade de conhecer melhor a categoria, as táticas patronais, as agências de controle estatal do trabalho e ainda apontaram a necessidade de ampliar a articulação nacional da categoria para o sucesso do movimento. Aprendizados que resultaram na recuperação das manifestações de rua com teatro, painéis, carro-de-som e banda como forma de comunicação direta, e também numa profunda remodelação nos sindicatos conquistados pelas oposições: boletins sindicais esporádicos passaram a ser periódicos diários ou semanais, o departamento jurídico passou a priorizar o caráter coletivo das reclamações judiciais e explorar os limites da legislação corporativista nas mobilizações, o departamento de cultura trocou os antigos bailes pelas atividades culturais de caráter crítico e de mobilização e os departamentos de saúde focaram as doenças profissionais coletivas e suprimiram a estrutura hospitalar assistencialista instalada nos sindicatos. Também foram criados departamentos de formação sindical, responsáveis pela politização dos militantes, e departamentos contra a discriminação racial e de gênero.

Toda essa reorganização nos sindicatos pouco teria auxiliado na alteração do quadro desfavorável vivido nas greves anteriores sem a reorganização simultânea da articulação política entre os vários sindicatos no país. Os bancários necessitavam integrar seus esforços e desenvolver lutas nacionalmente articuladas. A necessidade da rearticulação nacional da categoria, a organização crescente das oposições sindicais bancárias e as conquistas das diretorias dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre proporcionaram o surgimento de um campo político que, em 1981, integrou a Comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) e firmou-se como oposição orgânica à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito

– CONTEC<sup>12</sup>, e suas federações de bancários. A reação da CONTEC à formação pró-CUT foi o apego à ordem corporativista com o apelo às questões legalistas pontuais e a reprodução de argumentos superficiais contra o movimento emergente estampados em diversos boletins dos sindicatos ligados à confederação<sup>13</sup>.

Além do histórico I Encontro Nacional de Oposições Sindicais Bancárias, os bancários dos principais sindicatos do país, alguns como diretorias outros como oposição, foram presença expressiva nos encontros da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS e no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES, ambos realizados em 1980. No ano seguinte realizou-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT, o maior e mais expressivo evento sindical desde os anos 60, com 5.036 delegados de 1.091 entidades de todo o país. Dois anos mais tarde, em agosto de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT com a decisiva participação em sua direção de alguns sindicatos e oposições sindicais bancárias, assim como nos eventos preparatórios da fundação.

Meses antes da fundação da CUT, 138 categorias no país, dentre as quais os bancários, preparavam uma greve geral contra a sucessão de pacotes econômicos editados pelo Governo Federal<sup>14</sup>. Reagindo à mobilização dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho - MTb interveio no Sindicato dos Bancários de São Paulo um dia antes da greve, e sete de seus dirigentes foram presos e indiciados na Lei de Greve. Segundo Blass (1992) a intervenção frustrou a participação dos bancários na greve, as mobilizações posteriores ficaram prejudicadas e a campanha salarial de 1983 encerrou-se com o julgamento do dissídio coletivo à revelia da categoria embora assistido pelos dirigentes da Federação dos Bancários de São Paulo ligada à CONTEC.

Afastados do sindicato, os dirigentes cassados tiveram apoio político de várias outras entidades, especialmente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

---

<sup>12</sup> Até 1985 os sindicatos do campo pró-CUT ainda participavam dos encontros nacionais promovidos pela CONTEC.

<sup>13</sup> Frequentemente os militantes pró-CUT eram classificados como perturbadores da ordem, comunistas, agitadores inconseqüentes, radicais do Partido dos Trabalhadores - PT e outros tantos adjetivos que tentavam desqualificar o mérito da crítica ao imobilismo do sindicalismo oficialista.

<sup>14</sup> Os Decretos-Lei 2012/fevereiro, 2024/junho, 2045/agosto, 2064/outubro, 2065/novembro expurgaram índices e adotaram medidas que limitavam os reajustes em 80% do INPC, dentre outras de precarização dos mecanismos de reajuste (DIEESE, 1994).

do Campo e da Frente Nacional do Trabalho<sup>15</sup>, e comandaram as diversas paralisações preparatórias da campanha salarial de 1984 até o acordo que trocava parte do reajuste salarial reivindicado por uma série de cláusulas favoráveis<sup>16</sup>. Além das atividades na categoria, a diretoria cassada manteve seu papel determinante na articulação de oposições sindicais no país, participação na direção da CUT e lutas no movimento pelas Diretas-Já.

Durante a intervenção, a publicação do sindicato, a *Folha Bancária*, ganhou a terminação “*Livre*” e continuou clandestinamente com sua tiragem diária de 25.000 exemplares sustentada exclusivamente pelos bancários através de carnês de contribuição, arrecadações de fundos nas festas e todo tipo de “lista de apoio” financeiro à continuidade das atividades sindicais<sup>17</sup>. A diretoria cassada dos bancários de São Paulo demonstrou ao regime político autoritário e aos banqueiros, tal qual o fizeram outras diretorias de outros sindicatos de outras categorias igualmente cassadas, o potencial de contestação de um novo sindicalismo marcado pela forte organização de base e direção efetiva da categoria a despeito da legislação autoritária e das federações e confederações oficialistas.

## **2.2. As evidências da dominação política de classes nas grandes mobilizações subversivas da disciplina do trabalho**

A campanha salarial de 1985 é considerada a mais complexa já realizada pelos bancários e a mais recordada pelos militantes bancários até hoje, especialmente por retomar as grandes mobilizações da categoria e pela reivindicação de reajuste salarial trimestral<sup>18</sup>. Os preparativos da greve foram favorecidos pelo crescente das mobilizações dos anos anteriores, pelo fortalecimento de várias oposições sindicais

---

<sup>15</sup> Frente articulada por segmentos específicos da Igreja Católica para apoio às oposições sindicais.

<sup>16</sup> O acordo desse ano implantou várias novas cláusulas e ampliou outras tais como adicional noturno, adiantamento do 13º nas férias, ampliação do auxílio-creche, auxílio alimentação, gratificação de caixa, dentre outras.

<sup>17</sup> Segundo o ex-dirigente da diretoria cassada Luiz Antônio Azevedo inclusive as viagens dos dirigentes cassados eram custeadas por contribuições diretas dos bancários, prática que diversas vezes provocou o pagamento de passagens ou outras despesas com dezenas de cédulas menores e centenas de moedas arrecadadas entre os bancários, conforme entrevista realizada em 25/10/2002 em Florianópolis (SC).

bancárias e por inúmeros protestos e greves que ocorreram em diversas categorias. Entretanto as duas grandes greves que ocorreram no primeiro semestre, a dos correios e a dos metalúrgicos, foram isoladas politicamente pelo governo da Nova República que impôs severos desgastes às direções de ambas as categorias.

Cautelosos os bancários distribuíram dossiês contra os bancos, articularam apoios dos candidatos a prefeito das capitais e realizaram uma passeata, em São Paulo, que contou com a participação de trinta mil bancários, motivando os setores mais reticentes da categoria. A partir de 11 de setembro, os bancários promoveram a primeira greve nacional da categoria no pós-64 em doze capitais e inúmeras outras cidades. As paralisações foram sustentadas pelas “comissões de esclarecimento” que se aglomeravam na frente das agências bancárias com dezenas, às vezes centenas de grevistas, que tanto ganhavam o apoio da população e dos clientes quanto impediam a entrada de pessoal e o funcionamento das agências. Em pesquisa específica sobre essa greve, Blass (1992) assim descreve a dinâmica da paralisação:

Reatualizam tradições de luta e retomam formas de comunicação e organização sem a intenção de difundir e promover um determinado programa político-partidário, como nos projetos anarquistas e socialistas das primeiras décadas deste século. Para tanto, utilizam-se de um repertório cultural produzido e reproduzido coletivamente. Nesse processo, o sindicato se instituiu, reinstituindo-se como referência política para esses trabalhadores. ...Os bancários produzem um espetáculo coletivamente para si mesmos e para os outros, deixando de ser coadjuvantes atomizados em um cenário criado por outros (Blass, 1992, p. 174).

A paralisação terminou no segmento dos bancos privados de São Paulo e do Rio de Janeiro em consequência de julgamento relativamente favorável nos respectivos tribunais regionais do trabalho e continuou por até dois dias nos demais estados e no Banco do Brasil - BB. Para os funcionários do BB a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC, sem qualquer consulta aos líderes grevistas, aceitou uma proposta rebaixada<sup>19</sup> diretamente do Ministro do Trabalho

---

<sup>18</sup> Sobre a greve de 1985 ver: *Paramos São Paulo, Sacou?*, Sindicato dos Bancários de São Paulo (1986); e *Estamos em Greve!* Blass (1992).

<sup>19</sup> Embora o índice de 89,55% tenha sido semelhante ao TRT-SP (90,78%) várias cláusulas ficaram aquém: gratificação de função, adicional noturno, hora extra, auxílio creche, ajuda alimentação e ajuda transporte, conforme Blass (1992).

e provocou a desmobilização da greve no país. Nos demais estados os empregados dos bancos privados encerraram a greve, aceitaram resignados as sentenças judiciais regionais e a conseqüente regionalização de diversos itens salariais.

Diante da diversidade de índices, a Federação Nacional dos Bancos – FENABAN orientou os bancos para o pagamento do menor índice e dos menores benefícios. Quase dois meses mais tarde e após várias ameaças de retomada da greve, chegou-se a um acordo de melhoria nos índices, e a greve pôde ser finalmente comemorada como uma vitória. Dessa forma os bancários iniciaram uma nova fase de lutas que influenciou várias outras categorias, conforme afirma Gonçalves (1994):

...a conquista dos bancários espalha-se e é obtida por quase todas as categorias, via acordo ou conflito dissídio. Começa a delinear-se um padrão tático de ação sindical: campanha, negociação, freqüentemente acompanhada ou seguida de greve, e obtenção de conquistas via prosseguimento das negociações ou na Justiça do Trabalho (Gonçalves, 1994, p. 276).

Após o ascenso do movimento proporcionado pela greve, os sindicatos dos bancários de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e dezenas de oposições sindicais cutistas criaram o Departamento Nacional dos Bancários da CUT – DNB/CUT. Confrontando-se com a linha de colaboração oficialista mantida pela CONTEC, o DNB/CUT apoiou as oposições bancárias na conquista das diretorias dos sindicatos de Curitiba, Londrina (PR), Florianópolis, Belo Horizonte, Belém, Ceará e Espírito Santo. Os resultados dessa política de conquista de sindicatos oficiais através das eleições podem ser observados na crescente capacidade de mobilização, no acentuado aumento dos índices de sindicalização da categoria<sup>20</sup> e no conseqüente incremento na arrecadação financeira. Com esse crescimento do DNB/CUT, os bancários rapidamente tornaram-se uma das categorias mais importantes da Central Única dos Trabalhadores - CUT, ocupando desde então os cargos mais expressivos na sua direção, especialmente a secretaria-geral e a tesouraria, com dirigentes oriundos do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A acumulação de forças proporcionada pelas conquistas continuadas do segmento confrontacionista da CUT e o rearranjo das frações burguesas no interior da

---

<sup>20</sup> Segundo dados da Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB/CUT, os índices médios de sindicalização passaram de 46% em 1983 para 81% em 1993 nos sindicatos filiados.

Nova República levaram ao surgimento de várias entidades setoriais de representação de interesses financistas nesse período. Para reorganizar as diversas iniciativas que ameaçavam pulverizar a representação financista foi criada a Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF<sup>21</sup> que, segundo Minella (1993), constitui a representação formal mais significativa do setor financeiro privado do país. Sua criação é assim descrita por Dreifuss (1989):

Era o nascimento do pivô de atuação político-institucional do conjunto de empresas que constituem o sistema financeiro nacional privado, incluindo os bancos comerciais e de investimento, corretoras, distribuidoras de valores, instituições de crédito imobiliário, *leasing* e empresas financeiras, representando ao todo 280 empresas (Dreifuss, 1989, p. 57).

A reorganização patronal articulou de imediato uma reação à ameaça de se repetir a amplitude da greve dos bancários de 1985. Segundo Golçalves (1994), foram intensivos os esforços para surpreender e superar os bancários nos enfrentamentos do próximo ano: “Os empresários, surpreendidos no início, estruturaram a contra-ofensiva... O caráter sistemático, sincronizado e combinado da contra-ofensiva parece escapar, durante algum tempo, aos sindicatos, que não modificam o seu esquema tático...” (Gonçalves, 1994, p. 276).

Nos bancos a contra-ofensiva envolveu intensos *lobbies* governamentais, treinamentos com consultorias especiais<sup>22</sup>, procedimentos jurídicos de contingência, estabelecimento de locais alternativos de atendimento às grandes contas<sup>23</sup> e a remodelação de fluxos administrativos, especialmente as alterações decorrentes da conexão *on-line* dos serviços de retaguarda de caixas que suprimiu a necessidade da preparação, nas agências, dos documentos gerados no atendimento dos caixas e seu envio aos centros de processamento. O momento econômico, as diferenças entre os

---

<sup>21</sup> Além da FENABAN e da FEBRABAN a CNF congrega também a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI.

<sup>22</sup> Por suas inusitadas sessões de treinamento para situações de conflito um assessor da FENABAN, Júlio Lobos, alcançou notoriedade nesses anos (ver entrevista “Rigor com as greves” à Revista *Veja*. São Paulo: Ed. Abril, 17 set., 1986). Dois de seus textos foram bastante difundidos entre funcionários de confiança dos bancos: Manual de Guerrilha para Gerentes (ed. própria, 1983) e Sindicalismo e Negociação (Ed. José Olympio, 1985).

<sup>23</sup> A Resolução nº 1082, de 30 de janeiro de 1986, do Banco Central era bastante ampla e permissiva no seu Art. 6: “Os estabelecimentos bancários podem instalar tantos postos de atendimento especiais quantos julgarem necessários para satisfazer à demanda por seus serviços”, conforme normativos editados pelo Banco Central do Brasil consultados em <http://www.bc.gov.br/mPag.asp>, em 04/11/2002.

diversos sindicatos e os diferentes patamares de motivação interna nos segmentos da categoria foram minuciosamente explorados pelos bancos, e multiplicaram-se as negociações específicas na tentativa de enfraquecer a mobilização. Preparados, os bancos aguardavam a deflagração da provável greve para solicitar a decretação da sua ilegalidade e a correspondente coerção das agências estatais do trabalho e a repressão policial.

Entre os bancários os sindicatos governistas tratavam de difundir boletins com o lema “O momento é de reflexão. Não podemos nos deixar levar por impulsos de aventureiros e de elementos que não são autênticos bancários”<sup>24</sup>. Nos sindicatos e oposições sindicais ligados à CUT a campanha salarial era articulada enfrentando desde o início do ano uma conjugação de decretos e campanhas para regular os salários e, ainda, os “fiscais do Sarney”<sup>25</sup> que se colocavam contra qualquer reajuste que ameaçasse o sucesso temporário do Plano Cruzado, seu congelamento de preços e a euforia popular com a intensa elevação do consumo provocada pelo plano econômico.

Apesar de todas essas condições adversas a greve de 1986 foi deflagrada com grandes passeatas e alcançou 500 mil bancários em quinze capitais e inúmeras cidades. Desde os primeiros momentos as comissões de esclarecimento, base de sustentação da grande greve do ano anterior, foram alvo da repressão policial que impedia a aproximação e a aglomeração dos grevistas em frente das unidades bancárias. No judiciário, enquanto os tribunais do trabalho nos estados anunciaram inexpressivas audiências, indicando o prolongamento do conflito, o Tribunal Superior do Trabalho – TST julgou sumariamente, na madrugada de 12 de setembro, o dissídio do Banco do Brasil - BB. Além do rebaixamento das reivindicações, o TST decretou a ilegalidade do movimento e determinou o imediato retorno dos funcionários do BB ao trabalho. Isolados os trabalhadores dos bancos privados encerraram a greve sob intensa repressão policial em vários estados, especialmente em São Paulo onde dezenas de militantes e dirigentes sindicais foram feridos, detidos e enquadrados na lei de greve em situação semelhante ao ocorrido nos anos de 1978 e 1979. Apesar de todos os percalços do pós-

---

<sup>24</sup> Manchete do “Informativo Bancário”, nº XLIV, de março de 1986, órgão oficial do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Santa Catarina.

<sup>25</sup> Pequenas associações populares ligadas à economia doméstica, ou diretamente cidadãos entusiasmados com o sucesso do plano, atendendo a solicitação do Presidente da República assumiram a “missão” de fiscalizar e denunciar a remarcação de preços, especialmente no comércio varejista.

greve,<sup>26</sup> os bancários, em quinze capitais e inúmeras cidades, participaram ativamente da greve geral de protesto contra a disparada inflacionária e contra a edição do plano econômico Cruzado II<sup>27</sup>.

Aproveitando a organização de várias greves em diversas categorias no início de 1987, os dirigentes bancários ligados à CUT iniciaram outra forte mobilização explorando o agudo descontentamento dos empregados do Banco do Brasil – BB. Progressiva e heterogeneamente, a reivindicação de 100% de reajuste salarial promoveu a paralisação de bancários em todos os bancos. Durante tensos nove dias em março foram realizadas grandes passeatas e atos públicos que paravam o centro urbano e recebiam amplo apoio popular, manifestado com as “chuvas” de papel picado, faixas e cartazes de apoio e especialmente com a contribuição financeira na campanha de arrecadação de fundos realizada para contornar o desgaste financeiro provocado pelas greves anteriores.

A organização e mobilização na greve foram fortes, entretanto o preparo da direção dos bancos mostrou-se novamente incisivo: além da intransigência nas negociações e de uma série de coerções patronais, os bancários enfrentaram ainda uma intensa difusão de notícias, nos jornais de grande circulação e na maior rede de televisão do país, sobre ameaçadores prejuízos causados pela paralisação à economia nacional. Adicionalmente a repressão policial foi ostensiva sobre as comissões de esclarecimento, e as manobras nos tribunais do trabalho foram novamente ardilosas.

No sétimo dia da greve, a direção do Banco do Brasil - BB e o comando de greve dos funcionários do banco chegaram a um acordo que mais uma vez implicou o retorno ao trabalho no BB e o isolamento e o fracionamento regional da luta dos demais bancários. Novamente isolados, os bancários enfrentaram violenta repressão policial em várias capitais, especialmente Brasília, encerraram a greve sem qualquer ganho monetário e os nove dias parados foram descontados em três parcelas.

---

<sup>26</sup> Além da sensação de derrota na greve de 1986, os bancários tiveram ainda outro desdobramento conflituoso. Após o retorno dos funcionários do BB iniciaram-se negociações entre a direção do Banco e a CONTEC que lograram melhorias nos índices sentenciados pelo TST. As negociações foram apontadas, pela direção e gerências médias dos bancos privados, como evidências um conluio entre os funcionários do BB e a direção do banco para prejudicar tanto a situação dos bancos privados no mercado, com a extensão da paralisação isolada, quanto os trabalhadores desse segmento com reduzidos índices de reajuste.

A resolução dessa greve agravou seriamente a segmentação entre os funcionários do BB e os empregados dos bancos privados e estaduais, comprometendo as possibilidades de ações unitárias desses trabalhadores desde então e promovendo escolhas de táticas diferenciadas nos três segmentos. Os empregados dos bancos privados acentuaram as negociações diretas com a federação patronal, os funcionários dos bancos estaduais buscaram mesclar as negociações do segmento privado com a intensificação das negociações em separado com as direções dos bancos nos estados, enquanto os funcionários do Banco do Brasil, e posteriormente da Caixa Econômica Federal – CEF, enredaram-se progressivamente em negociações específicas.

Apesar de a greve de 1985 ter sido expressiva em função da retomada das lutas dos bancários e muito relevante pela recuperação de métodos históricos de agitação, a greve de março 1987 foi mais marcante pelo amplo apoio popular conquistado e pela intensa participação dos militantes nos sindicatos de Belo Horizonte, Curitiba e Florianópolis, onde ocorreriam eleições para a diretoria meses mais tarde, tornando relativamente irreversível a vitória desses grupos que reforçariam decisivamente o campo cutista a ponto de torná-lo hegemônico na categoria. Eu estava entre os militantes da capital catarinense que dirigiram a greve na oposição e venceram as eleições para diretoria do sindicato logo em seguida. As imagens dos piquetes, dos conflitos policiais, do apoio popular nas passeatas e das assembleias lotadas foram cenas inesquecíveis no longo aprendizado de política sindical.

Desgastados com o movimento de março, os bancários lograram pouco êxito na data-base de setembro de 1987. As mobilizações para uma nova paralisação arrastaram-se por mais de um mês e foram vencidas principalmente por táticas gerenciais agressivas nos bancos e pela sentença de 56,57% de reajuste determinada pelo TRT em São Paulo. Dinâmica diferente teve a campanha salarial de 1988, quando os bancários realizaram uma greve de seis dias que alcançou nove capitais e forçou um acordo com a FENABAN/FEBRABAN que atendia parcialmente as reivindicações salariais. As bandeiras de luta dessa greve incluíram vários temas amplos da Constituinte, especificamente a reforma bancária e evidenciaram a persistência do envolvimento dos bancários nos conflitos classistas de regulação social.

---

<sup>27</sup> De forma oportunista o Cruzado II, que descongelou os preços que serviram ao sucesso do Cruzado I, foi decretado somente após as eleições de 1986 quando os candidatos ligados ao então Presidente da República, José Sarney, foram amplamente favorecidos.

Durante os anos de 1987 e 1988, nos debates sobre as ações da Assembléia Nacional Constituinte, os sindicatos de bancários, especialmente aqueles ligados ao Departamento Nacional dos Bancários da CUT – DNB/CUT, realizaram diversas manifestações contra a reforma bancária em debate, que favoreceria a concentração bancária, e se posicionavam a favor da estatização dos bancos no país. Exigindo a regulamentação do setor os bancários tentavam viabilizar suas propostas através dos poucos deputados ligados aos partidos de esquerda, notadamente o Partido dos Trabalhadores – PT. Por outro lado os banqueiros gestionaram seus interesses de liberalização e ampliação das políticas de proteção ao setor articulados tanto pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais – CEDES<sup>28</sup> quanto pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF conforme descreve Dreifuss (1989):

Além de suas tentativas de assegurar diretrizes governamentais que atendessem aos interesses do setor e reduzissem a presença da máquina estatal na economia, avançando no processo de privatização, a CNF também fez esforços para assegurar que a Assembléia Nacional Constituinte tivesse entre seus membros um número substancial de delegados que respondessem aos anseios do setor financeiro (Dreifuss, 1989, p. 57).

Com financiamento a centros de pesquisas, eventos e propaganda, os banqueiros promoveram nos anos seguintes, com sucesso, a ideologia neoliberal de reorientação das políticas estatais promovendo o déficit público como a unicausalidade explicativa dos problemas do país e, como solução, a necessidade de "reduzir o tamanho do Estado". Segundo Minella (1995) tal postura evitava a discussão sobre a responsabilidade dos bancos nas dívidas do país e remetia para a esfera pública o ônus da crise, da qual eles eram beneficiários diretos.

Meses após a promulgação da Constituição de 1988, os bancários tiveram fraca participação na greve geral de março de 1989, organizada pelas centrais sindicais contra os impactos do Plano Verão e contra os reflexos do elevado índice inflacionário

---

<sup>28</sup> Fundada em 1980, a CEDES ganhou expressão em 1986 nas articulações para a Assembléia Nacional Constituinte. A entidade foi mantida por mais de 150 empresas e associações para a defesa do liberalismo econômico na Constituinte e atuou principalmente na elaboração de proposições estratégicas, apoio a candidaturas “confiáveis” e campanha de *lobby* e assessoramento dos Constituintes na Assembléia, segundo Dreifuss (1989).

acumulado durante 1988, 933,62%<sup>29</sup>. Entretanto, um mês mais tarde, os bancários estiveram em greve por nove dias e os desdobramentos foram ao revés dos anos anteriores. Os empregados dos bancos privados voltaram ao trabalho com reajuste médio de 63%, contra os 81% exigidos, enquanto os funcionários do Banco do Brasil permaneceriam em greve até o vigésimo primeiro dia sem obterem qualquer reposição salarial e ainda acumularem centenas de casos de punições aos grevistas. Novamente a cisão entre bancários de bancos privados e estatais federais recrudesce, e as condições para a organização de campanhas unitárias esvaíam-se.

Nos desdobramentos da greve de abril de 1989, vários bancos privados, que se ajustavam ao novo padrão concorrencial estabelecido com o regime de bancos múltiplos, anteciparam reajustes parciais e provocaram uma intensa segmentação das negociações da campanha salarial. Divididos pelas reivindicações de dezenas de diversos índices, apenas os bancários dos bancos privados realizaram paralisações localizadas para forçar negociações específicas inaugurando uma nova dinâmica que vigoraria anos mais tarde contrastando com as grandes lutas dessa segunda metade dos anos oitenta.

Esse ciclo de greves potencialmente fortes e reações patronais incisivas articuladas com políticas institucionais de controle do movimento sindical expôs a assimetria das relações corporativistas no Brasil e, de forma exemplar, a dominação política expôs-se como dominação de classe no contraste entre o papel formal das agências estatais de controle, instrução e julgamento e o uso oportunista do poder normativo e dos instrumentos autoritários de coerção e repressão, especialmente a força policial para enquadramento dos militantes e dirigentes que subvertiam a disciplina do trabalho nos bancos e desafiavam os ditames dos decretos-lei da pretensa política salarial da Nova República.

Nesse período, assim como em outros também, as arbitrariedades governistas, as manobras legislativas e a subserviência do judiciário, e diversos outros momentos excepcionais da ordem pública evidenciaram o exercício da dominação de classe através dos recursos da dominação política. Segundo Offe (1984) somente esses momentos de exceção da ordem normativa institucional permitem a superação da frustração gerada pelas tentativas de evidenciar a dominação política com recursos

---

<sup>29</sup> ICV-Dieese jan-dez de 1988.

teóricos, tal qual a teoria corporativista, baseados na inclusão e exclusão sistemática de grupos de interesse, ou da inclusão e exclusão dos interesses de grupos determinados, no processo de decisão política. Afinal a simples exclusão sistemática de grupos ou seus interesses na decisão política é absolutamente insuficiente para evidenciar a dominação, pois o não acontecido, a não-inclusão, não permite sustentar demonstração científica alguma. Segundo o autor:

...os limites históricos-concretos de um sistema de dominação, cuja verificação é vedada tanto ao conhecimento normativo-analítico quanto ao saber objetivante, de caráter empírico-analítico, somente podem ser percebidos *no contexto da práxis política*, e identificados nos conflitos de classe realizados mediante ações e organizações, nas quais opções *normativas* coletivas se transformam em violência *empírica*. O caráter de classe do Estado comprova-se *post foestum*, depois que os limites de suas funções transparecem nos conflitos de classe, tornando-se ao mesmo tempo visíveis para o conhecimento objetivante (Offe, 1984, p. 161).

A necessidade patronal de forçar a suspensão, mesmo que momentânea, da ordem normativa e a explicitação da violência sofrida pelos trabalhadores bancários evidenciaram, além do esgotamento de um regime político, a corrupção da disciplina de controle do trabalho nos bancos baseada na obediência aos limites e fronteiras definidos pelos empregadores capitalistas na sua condição normal de organizadores primários da força de trabalho contratada.

As mudanças político-institucionais para evitar o esgotamento do regime foram parcialmente absorvidas pela reorganização das normas civis no processo de elaboração e implantação da nova Constituição de 1988. Mas a combalida disciplina do trabalho necessitava também de uma resposta intensiva que permitisse aos banqueiros desmobilizar a força acumulada pelos trabalhadores e recuperar sua capacidade de determinação e organização da força de trabalho.

### **2.3. A flexibilidade temporal e a mobilidade espacial: a recuperação do controle do trabalho pelo capital**

As mobilizações localizadas em diversos bancos e as negociações de antecipações de reajustes que marcaram o ano de 1989 se estenderam pelos primeiros meses do ano seguinte até a decretação do plano econômico que intensificou a liberalização econômica após a posse de Fernando Collor de Mello, em março de 1990. Enquanto os trabalhadores reivindicavam reajuste salarial semanal para enfrentar os elevados índices inflacionários,<sup>30</sup> o novo governo se apressou em cumprir seus compromissos com a agenda neoliberal que sustentou sua campanha e editou medida provisória expurgando os índices que reajustariam os salários<sup>31</sup>, confiscou as reservas de poupança, limitou saques em contas-corrente e anunciou um amplo programa de privatização e demissões em empresas públicas.

Além do expurgo de índices, o governo federal pré-fixou os primeiros reajustes e tentava estabelecer ainda uma dinâmica de livre negociação de salários que preservava as amarras legais corporativistas sem estabelecer qualquer regulamentação do processo negocial que minimizasse as desvantagens estruturais do trabalho em um agudo quadro de recessão e desemprego.

Embora a maioria dos jornais e redes de rádio e televisão massificassem a inevitabilidade das medidas adotadas pelo governo, esconjurando as críticas ao plano e as tentativas de oposição organizada, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a Central Geral dos Trabalhadores – CGT coordenaram a resistência ao plano com uma greve geral no mês de maio. Mobilizados com os protestos contra as políticas neoliberais, os empregados dos bancos privados e estaduais deflagraram uma greve nacional em junho de 1990 e reivindicaram, fora da data-base, reposição das perdas salariais e estabilidade no emprego para enfrentar a grande onda de demissões que o

---

<sup>30</sup> Os índices de inflação no período eram muito elevados, segundo o ICV Dieese: dez/90=47,34%, jan/90=74,3%, fev/90=77,23% e mar/90=79,68. Índices semelhantes foram apurados pelo IGP-DI-FGV e IPC-FIPE.

<sup>31</sup> A Medida Provisória 154 e a Lei 8030 tiveram validade apenas nos meses de abril e maio, expurgaram o IPC de março, 84,32%, do reajuste dos salários e o índice de reajuste de abril foi prefixado em zero. Até janeiro de 1991 sucederam-se sete medidas provisórias, convertendo os salários pela média do ano anterior, tentando reimplantar o sistema de reajustes anuais.

plano provocaria nos bancos<sup>32</sup>. Após sete dias de adesão parcial e de enfrentamentos acirrados, os bancários se tornaram a primeira categoria nacional a romper com as amarras salariais do Plano Collor e conquistar antecipações de salário, auxílio-alimentação e reajuste em verbas complementares. A resistência dos trabalhadores foi apontada pelo governo e pelos banqueiros como a prenúncia do caos econômico porque tentava obstruir o plano que salvaria o país do abismo inflacionário.

Em resposta à ousadia dos bancários, o governo Collor demitiu com arbitrariedade 112 grevistas da Caixa Econômica Federal – CEF, forçando o retorno dos empregados da CEF ao trabalho no segundo dia de paralisação; ameaçou diretamente os funcionários das poucas unidades do Banco do Brasil - BB que ensaiavam aderir ao movimento e ainda reforçou as diretorias dos bancos públicos com executivos fiéis ao seu governo desde a campanha eleitoral<sup>33</sup>. Dessa forma o governo aprofundou as dificuldades de mobilização no segmento federal e agravou o desencontro com a dinâmica de mobilização dos bancos privados, embora aproximasse rapidamente as condições de trabalho e salário de ambos.

Essa primeira greve da década de noventa iniciou também uma dinâmica de segmentação do movimento nos bancos estaduais. Após o encerramento da greve em todo o país, os trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC continuaram a paralisação isolados por mais sete dias na tentativa de ampliar as conquistas obtidas pelos demais bancários dos bancos privados. Nos quatorze dias de greve, a direção do banco não negociou, perseguiu e retaliou grevistas e se utilizou de espionagem policial para controlar e derrotar o movimento conforme documentado em Junckes (1997). Entretanto nos quatro anos seguintes, os empregados de vários bancos estaduais obtiveram relativo sucesso nessa dinâmica micro-corporativista setorial.

---

<sup>32</sup> Entre dezembro de 1989 e dezembro de 1991 foram reduzidos 124.099 postos de trabalhos nos bancos segundo dados do Mapa de Emprego Bancário no Brasil – Dieese e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTb (Lei 4923/65).

<sup>33</sup> Evidentemente a instalação desses executivos nos bancos públicos cumpriu o objetivo de favorecimentos específicos de grupos que financiaram a campanha eleitoral e sustentavam o governo, conforme amplamente documentado posteriormente no processo de impedimento de Fernando Collor. Expressão desses executivos de origem no setor financeiro privado foi Lafayette Coutinho. Ele foi diretor do ex-Banco Econômico e um dos tesoureiros indicados por representantes do setor financeiro para a campanha presidencial de Fernando Collor. No governo, Lafayette tornou-se presidente da CEF, posteriormente do BB e um agente privilegiado de influência e negociações até o final do governo Collor, conforme Revista dos Bancários, *Os espertalhões*, São Paulo: SEEB-SP, nº 01, julho 1996.

Em setembro daquele ano os bancários da rede privada e estadual novamente enfrentaram o plano econômico e a aguda recessão econômica do país com uma longa greve de treze dias, sem a participação dos empregados do BB ou da CEF, e conquistaram um reajuste salarial médio de 120% sobre os salários de março e pagamento dos dias parados. Acusados novamente de inviabilizar economicamente o país com o “setembro negro” de greves contra o plano, os bancários reagiram criativamente envolvendo nas mobilizações diversas organizações civis e distribuindo flores à população na campanha que teve o *slogan* “Essa primavera tem que ser nossa!”.

Nas demais categorias, entretanto, as mobilizações sindicais conquistaram apenas pequenos benefícios secundários, caracterizando o período mais crítico para o movimento sindical desde as manifestações de 1978, conforme descrito por Gonçalves (1994):

Do ponto de vista dos acordos e dos conflitos, foi um dos piores anos, se não o pior, de todo o período: o impacto da política monetária levou a demissões em massa, os salários caíam e o desemprego amarrava as mãos do movimento sindical, juntamente com a conjuntura política. A capacidade de mobilização atingiu um de seus pontos mais baixos. Os acordos mal mantinham as conquistas anteriores e conseguiam repor as perdas (Gonçalves, 1994, p.283).

Nos primeiros meses de 1991, realizaram-se ainda muitas manifestações contra o segundo plano do governo Collor, e os bancários novamente tiveram expressiva participação na organização de um ano de grandes conflitos, contribuindo especialmente com as discussões sobre a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal<sup>34</sup> e com a organização de manifestações contra as manobras para a redução da presença dos bancos públicos no mercado financeiro. No curso das mobilizações, no mês de junho, os empregados do BB suspenderam uma conflituosa paralisação de nove

---

<sup>34</sup> O artigo 192 deveria regulamentar o sistema financeiro nacional mas, desde a promulgação da Constituição em outubro de 1988, os sindicatos de bancários denunciavam as manobras governamentais e dos banqueiros nacionais para a sua postergação. O Departamento Nacional dos Bancários da CUT – DNB/CUT buscava influenciar o trâmite da regulamentação com um anteprojeto de lei encaminhado por deputados do Partido dos Trabalhadores – PT e ex-dirigentes sindicais ligados à CUT, conforme as brochuras *Democratização e controle social do sistema financeiro*, CNB/CUT: São Paulo, março de 1992; e *Cadernos CNB/CUT – Sistema Financeiro*, nº 03, CNB/CUT: São Paulo, dezembro de 1995. A CONTEC, em outubro de 1991, iniciou a discussão sobre sua proposta de reforma encaminhada pelo Deputado Marcelino Romano Machado, do Partido

dias após a polêmica sessão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que considerou o movimento abusivo e ameaçou os sindicatos com multas e outros recursos caso o movimento persistisse.

Antes do referido julgamento, o presidente do tribunal trabalhista antecipou seu voto contrário à paralisação, defendeu enfaticamente o plano de ajustes neoliberais, com todas as suas arbitrariedades, e considerou a mobilização dos bancários uma afronta à ordem econômica e aos poderes constituídos. A precipitação do ministro-juiz causou perplexidade pública, especialmente nos meios jurídicos, por deixar evidente determinadas manobras que deveriam ficar ocultas, como indica Offe (1984) em sua análise sobre a dinâmica da dominação política de classes:

O fato da funcionalização da soberania exige que o aparelho estatal assuma funções de classe sob o pretexto da neutralidade de classe e invoque o álibi do universal para o exercício do seu poder particular. ...Somente a preservação da aparência da neutralidade de classe permite o exercício da dominação de classe (Offe, 1984, p. 163).

Agastados com o tratamento de exceção reservado ao BB, os bancários prepararam intensamente a campanha salarial de setembro daquele ano sob a paradoxal bandeira da livre negociação que abrigou uma variedade de dezessete diferentes índices para diferentes bancos, chegando a percentuais de 500% no caso dos funcionários do Banco do Brasil - BB. A greve foi iniciada com a participação de todos os segmentos e ocorreu simultânea com paralisação dos trabalhadores petroleiros. Após três dias de paralisação, os bancários de bancos privados, e vários bancos estaduais, voltaram ao trabalho com um acordo que atendia parcialmente suas reivindicações, especialmente a reposição das perdas salariais acumuladas no ano e a unificação do piso salarial. Os bancários dos bancos federais, entretanto, continuaram em greve por mais onze dias e novamente estiveram sob o julgo do TST, reviveram as manobras governistas da greve anterior e a sentença do tribunal repetiu-se impondo perdas salariais e pesadas multas aos sindicatos pela continuidade da greve<sup>35</sup>.

---

Democrático Social – PDS/SP, conforme brochura *Reforma do Sistema Financeiro*, CONTEC: Brasília, maio de 1992.

<sup>35</sup> Após a sentença, os dirigentes nacionais do movimento grevista presentes ao julgamento, eu entre eles, foram expulsos do tribunal por terem lançado moedas em direção aos ministros-juizes bradando o *slogan*, “Abusivo é o TST”, referente à campanha de denúncia pública promovida em todo o país pelos bancários.

No ano seguinte, 1992, os trabalhadores participaram intensamente do processo de impedimento de Fernando Collor,<sup>36</sup> entretanto, sob o agravamento progressivo da crise política e econômica no segundo semestre, os bancários dos bancos privados aceitaram a proposta da Federação Nacional dos Bancos - FENABAN/FEBRABAN que repunha as perdas salariais do período.

O mecanismo de acordo dessa campanha salarial foi, pela primeira vez, uma Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, válida nacionalmente e assinada por 117 sindicatos sob a coordenação da recém-criada Confederação Nacional dos Bancários da CUT - CNB/CUT. O reconhecimento formal da convenção nacional e da CNB/CUT definiu novos parâmetros para a relação entre banqueiros e bancários baseados na negociação direta e centralizada nacionalmente. Esse novo regime negocial atendeu às aspirações de organização nacional dos bancários e também às necessidades de padronização salarial dos bancos que pulverizaram negociações, de adiantamento de reajustes e outras verbas salariais, como mecanismo diferencial na intensa concorrência desencadeada após as novas regras aprovadas na Constituição de 1988 para o sistema financeiro.

Desde o novo sindicalismo até essas últimas grandes mobilizações do início dos anos noventa, os bancários exerceram intensamente sua capacidade de resistência política e intervenção no mundo do trabalho. O acúmulo das lutas desse período exibiu os sinais do esgotamento das formas de controle patronal, baseadas em disciplina e obediência rígidas, e novas regras foram estabelecidas para governar o potencial de resistência da força de trabalho imaterial, cooperativa, comunicativa e afetiva que se formava no mundo do trabalho bancário. Os bancos reagiram reorganizando suas associações de interesses e, especialmente, implantando acentuadas mudanças nos métodos disciplinares do trabalho.

As mudanças de controle e a tecnificação do trabalho bancário vinham sendo intensificadas desde o grande processo de fusões e incorporações ocorrido entre a reforma bancária de 1964 e os primeiros anos da década de setenta, conforme detalhado em Minella (1988). O grande volume de informações simples e repetitivas foi concentrado em centros de processamento de dados, os CPDs, que dentre outros

---

<sup>36</sup> A participação dos trabalhadores bancários e da direção sindical bancária na coordenação do movimento de impedimento de Fernando Collor estão detalhadas em *O ano em que pintamos a cara*,

mecanismos viabilizaram a implantação de sistemas automáticos de acompanhamento gerencial de carteiras e clientes, alterando bruscamente as rotinas e relações de hierarquia entre as agências e departamentos dos bancos.

O marco da irreversibilidade da informacionalização bancária foi a instalação dos centros de processamento de dados – CPD e instituição da ordenação do espaço total na virtualidade dos comandos exigidos pelas novas rotinas padronizadas, aniquilando assim os espaços dos lugares banais onde os bancários ainda compartilhavam a formação relativamente horizontalizada de seu trabalho. Até a implantação dos CPD's, os fluxos operacionais da agência bancária confluíam para a gerência e para a contabilidade da unidade permitindo aos seus funcionários a apropriação e o compartilhamento de dados estratégicos do banco, tal qual ocorria nos momentos de *balanço anual* quando todos os empregados da agência eram envolvidos no fechamento de contas para a apuração dos lucros e resultados do período<sup>37</sup>.

Nos anos oitenta e noventa os bancários constituíram a introdução de máquinas eletrônicas “*on-line*” no caixa executivo, o processamento dos documentos em centros informatizados, a supressão de arquivos físicos, os primeiros cartões magnéticos, a instalação dos primeiros terminais de auto-atendimento, o processamento *on-line* e os serviços de atendimento via internet, os *home-banking*. Enfim a intensificação da substituição do trabalho vivo pelo rápido movimento dos *bits*, telas, teclados e suas variações de cores e sons que animavam os clientes para realizarem suas operações bancárias, operando agora tal qual bancários sem qualquer remuneração por essas atividades. Adicionalmente essas alterações tecnológicas e organizacionais ocorreram com variações intensas entre os bancos, e também entre unidades regionais de uma mesma instituição, e afetaram de forma muito diferente os trabalhadores, gerando vivências diversas e percepções díspares das novas espacialidades e temporalidades do sistema financeiro informatizado.

Todas essas alterações ocorridas com a informacionalização, especialmente na relação entre as agências e os CPD's, deslocaram para a burocracia dos

---

reportagem publicada na Revista dos Bancários, edição número 88, de março de 2003, p. 9-13.

<sup>37</sup> Nos últimos anos os bancários não mais realizam expediente interno no dia 31 de dezembro, entretanto até os anos oitenta os últimos dias do ano exigiam esforços concentrados, organizavam-se vários mutirões, para organizar manualmente as contas agência e simbolicamente “levar o lucro apurado para a matriz”. Inúmeros bancários contam histórias de finais-de-ano dedicados às exigências de *achar diferença* para poder *fechar o balancete*, sem o qual não se poderia encerrar o ano.

departamentos centrais, e seus ambientes virtuais, a identificação do *outro* como elemento fundamental da análise estratégica das relações de classes e suas táticas de lutas. A autoridade gestora do banqueiro, personificado na agência pelo contador e pelo gerente, foi absorvida pelo complexo sistema de normas e controles automatizados nos terminais funcionais, de modo a virtualizar a autoridade patronal-empregadora através dos fluxos dos impulsos eletrônicos. Essas alterações tiveram grande impacto sobre os interesses dos trabalhadores e sobre a constituição da própria categoria dos bancários, conforme demonstrado por vários autores, especialmente em Jinkings (2002), indicando a necessidade do dimensionamento dos impactos dessas mudanças sobre a organização sindical.

As diversas vivências de novas culturas na informacionalização geraram demandas e desafios de reorganização do movimento sindical tão diversos quanto suas experiências. Estabeleceu-se sobre os bancários e seus sindicatos a necessidade de re-localizar os principais agentes do jogo estratégico das lutas de classes que foram absorvidos, sob distintas temporalidades e espacialidades, na virtualidade multifacetada da informacionalização. Ao sindicalismo estava colocado o desafio de re-significar os impactos da flexibilidade temporal e da mobilidade espacial implantadas como forma de poder do capital sobre o trabalho em rede na era da tecnologia da informação.

### ***3. Questionamentos sobre a crise no sindicalismo: entre o recuo das lutas e a reestruturação sindical***

No início dos anos noventa, a implantação das políticas neoliberais para a estabilização monetária, a redução dos gastos estatais com programas sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho tiveram grande impacto sobre o movimento sindical, especialmente rompendo a recorrência de mobilizações para reposição salarial de elevadas perdas inflacionárias. Nesse contexto o intenso processo de ideologização do trabalhador bancário e a rápida desnacionalização do sistema financeiro complexificaram as exigências de uma reorganização sindical que atendesse à diversidade de interesses emergentes entre os trabalhadores.

Os estudos recentes<sup>38</sup> sobre o sindicalismo apontam uma aguda crise nos sindicatos, reduzida capacidade de resistência, predomínio de ações reativas e um ciclo de recuo das lutas sindicais. Essas abordagens estiveram condicionadas por um processo de reordenação político-ideológico ainda em curso nos anos noventa e que se consolida no final do século XX no sistema financeiro com a reestruturação desnacionalizadora do setor bancário, tornando-se fator decisivo para uma nova explicação da reestruturação sindical contemporânea. Dessa forma a questão central dessa tese é: como os bancários e seus sindicatos compõem a resistência e a adesão às políticas liberalizantes do final do século XX no Brasil?

A contextualização das recentes alterações no sindicalismo bancário e alguns questionamentos são realizados a seguir para explorar o potencial do movimento de internacionalização do sistema financeiro e de seus fatores associados que abrem novas perspectivas de análise sobre as tendências já apontadas nos estudos anteriormente realizados.

### **3.1. Os bancários entre a resistência e a adesão: as transformações nas formas de organização do capital**

O contexto da última década do século XX foi marcado para os bancários pela hegemonia das práticas neoliberais de desregulamentação das relações de capital, especialmente no mercado de trabalho, e pela estabilização monetária, pela generalização das práticas de remuneração variável vinculadas à participação nos lucros e pelo ingresso de grandes bancos estrangeiros de varejo no país.

A estabilização monetária iniciada em 1994 teve grande impacto sobre as mobilizações porque, dentre outros motivos, rompeu um longo ciclo de lutas cuja principal reivindicação era a recuperação de elevadas perdas salariais. Nos últimos oitenta e oito meses que antecederam o Plano Real, entre abril de 1987 e julho de 1994, os índices inflacionários mensais estiveram abaixo de 10% apenas seis vezes, e as

---

<sup>38</sup> Antunes (1995 e 1999), Rodrigues (1999), Ramalho (1999), Silva M.(1999), Alves (2000), Boito (2002), Jinkings (2002), Lorangeira (2002), Cardoso (2003), e Ferraz (2003).

campanhas promovidas pelas categorias mais organizadas representaram o único mecanismo coletivo de reposição das perdas salariais provocadas pela inflação. A partir da estabilização da inflação em índices próximos a 1%, progressivamente implantaram-se mecanismos de recomposição salarial pouco suscetíveis à influência dos sindicatos, tal qual o aumento da parcela variável da remuneração vinculada à participação nos lucros e regulamentada pelos programas patronais.

Em setembro de 1994, a inflação mensal esteve próxima de zero,<sup>39</sup> e os bancários reivindicaram 133% de reposição de perdas acumuladas, enquanto o índice previsto pelo plano era de apenas 11,87%<sup>40</sup>. Após várias tentativas frustradas de mobilização e negociações fragmentadas em diferentes bancos, os bancários dos bancos privados, e alguns estaduais, obtiveram 16% de reajuste em média com um acordo no qual deixaram de constar a obrigatoriedade de aumento real de salário e o pagamento de produtividade, ambos compensados em parte pelo auxílio cesta-alimentação que passou a ser pago a partir desse ano.

As dificuldades para obter a recuperação salarial estavam sendo compensadas em diversos bancos por formas diversas de remuneração variável e de participação nos lucros, de tal forma que o crescimento da parcela variável da remuneração do bancário tornou-se a grande esperança da campanha salarial de 1995. Apesar do lema de "unificação da categoria nas lutas" as mobilizações foram fragmentadas, parciais e fracas. Os bancários obtiveram um reajuste rebaixado acrescido de um abono, inferior ao reivindicado, e vinculado à participação nos lucros. Com poucos resultados para comemorar, os bancários consideraram a participação nos lucros a grande conquista do ano pois romperam uma resistência histórica dos banqueiros e se tornaram a primeira categoria a garantir essa cláusula em acordo coletivo válido nacionalmente<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Em três meses o plano reduziu o índice da inflação de 49,15%, registrado em junho de 1994, para 0,66% segundo o ICV-Dieese e, diferente dos planos anteriores, implantou a desindexação salarial.

<sup>40</sup> Em março de 1994 os salários foram convertidos pela média dos últimos doze meses e transformados em uma "moeda provisória", a Unidade Real de Valor - URV. Em julho a URV foi convertida para Real e aos bancários foi garantido um último reajuste, de 11,87%, com base na inflação acumulada até setembro. Após essa primeira data-base não houve regulamentação governamental de reajustes salariais, exceto a determinação do valor do salário mínimo.

<sup>41</sup> Segundo levantamento do DIEESE em 448 acordos de Participação nos Lucros e Resultados – PLR (*Boletim Dieese*, n. 184, DIEESE: São Paulo, julho de 1996).

Nos anos seguintes a generalização da remuneração variável através da participação nos lucros acordada com os sindicatos complementou as técnicas de controle de qualidade em curso desde o início dos anos noventa. Enquanto os sindicatos lutavam para ampliar as conquistas da participação nos lucros e, conseqüentemente, influenciar nos programas de remuneração variável, os bancos internamente generalizaram nesses últimos anos os programas de qualidade total e colhiam seus frutos na ideologização dos bancários. Com a substituição do modelo disciplinar rígido pelo estabelecimento de novos mecanismos de controle, ou de auto-controle, os trabalhadores realizavam cotidianamente o culto da excelência incorporando progressivamente o papel de guardiões da qualidade e da produtividade do trabalho bancário, conforme exposto em Jinkings (2002).

A desnacionalização do sistema financeiro no Brasil foi intensificada a partir de agosto de 1995 quando o Ministério da Fazenda encaminhou ao Executivo a Exposição de Motivos n.º 311, anunciando e definindo o interesse do governo brasileiro na liberalização da participação dos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional. Meses após, o Governo Federal instituiu o PROER<sup>42</sup>, um mega programa governamental de benefícios financeiros aos bancos em dificuldades, e interveio rapidamente no sistema financeiro. Entre 1997 e 2000 os conglomerados nacionais Bamerindus, Real, Econômico e Meridional/Banespa foram adquiridos pelos grandes conglomerados estrangeiros HSBC, ABN, Bilbao Vizcaya e Santander respectivamente. Ingressaram ainda no país vários outros bancos estrangeiros que iriam alterar decisivamente o perfil do sistema financeiro vigente até o início da década<sup>43</sup>.

Os recentes estudos sobre a desnacionalização do sistema financeiro no Brasil realizados por Barros e Almeida (1997), Freitas e Prates (1998), Prates (1999), Freitas (1999 e 2000), Puga (1999), Rocha (2002) e Vidotto (2002) destacam fatores, como a pouca inovação mercadológica provocada pelo ingresso dos bancos estrangeiros

---

<sup>42</sup> A fundamentação para a concessão de créditos do PROER a instituições bancárias com problemas de liquidez deu-se na Resolução CMN n.º 2208 e na Medida Provisória n.º 1179, ambos de 03.11.1995. Em 16 e 17.11.1995 foram editadas a Circular BCB n.º 2633, a Resolução CMN n.º 2210 e a Circular BCB n.º 2636. Esses normativos definiram as condições de acesso ao Proer, de acordo com o Relatório Fina751 da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil – BCB com o sistema financeiro privado – CPI do Proer; Brasília, abril de 2002.

<sup>43</sup> Em dezembro de 1993, a participação das instituições sob controle estrangeiro nos ativos totais dos 50 maiores bancos era de 8,35% e em junho de 2000 alcançou 34,1%, segundo diversos Relatórios do Banco Central do Brasil – Bacen.

aliada a sua grande capacidade adaptativa, que contrastam com as mudanças ocorridas no movimento sindical. Os estudos realizados suscitaram a necessidade de investigação sociológica para dimensionar os impactos da internacionalização do sistema sobre o conjunto da força-de-trabalho instalada nos bancos e, especialmente, sobre suas organizações de classe.

Aos sindicatos dos bancários estava posto o desafio de gerir interesses paradoxais de um estrato de classe dominado essencialmente pela ideologia neoliberal da livre interação dos agentes mercantis, entretanto sujeito às práticas assimétricas dessas relações econômicas que exigem trabalhadores intensamente produtivos sob o julgo do trabalho morto e altamente comprometidos com a solidão de sua individualização. Essas tendências em curso conjugadas com o ingresso de banqueiros cuja identidade móvel e mista se difunde e se confunde na complexidade da hierarquia das redes corporativas transnacionais instiga a seguinte questão: quais são os fatores que redefinem as relações entre banqueiros e bancários na reestruturação recente do sistema financeiro?

### **3.2. A reorganização dos bancários e o estabelecimento de novos parâmetros para o sindicalismo**

O contexto recente das transformações do sindicalismo bancário brasileiro é composto, além das condicionantes da ideologia e das práticas neoliberais, pela segmentação das negociações, integração sindical internacional e transigência do histórico direito de adicional por tempo de serviços. Além desses fatores, o novo século dos bancários é marcado pelas novas tentativas de representação de trabalhadores em empresas terceirizadoras de serviços, pela intensificação da ação patronal de cooptação e distanciamento dos dirigentes sindicais das unidades bancárias e pela ascensão desses ao governo Lula.

A segmentação da organização dos bancários evidencia-se com negociações diferenciadas em vários bancos através das comissões de empresa organizadas desde o

início da década de noventa<sup>44</sup>. Após a campanha salarial de 1996, quando foi realizada uma greve de nove dias com paralisações parciais forçadas pelos sindicatos, os bancários dos bancos privados aceitaram um abono e um reajuste salarial insuficiente para repor as perdas inflacionárias dos últimos doze meses<sup>45</sup>, não avançaram nas demais cláusulas peticionadas e chegaram ao ponto decisivo de reavaliação das táticas de luta do movimento<sup>46</sup>, conforme registrado nas II Congresso da Confederação Nacional dos Bancários da CUT - CNB/CUT, no tópico "*A Crise Emergente da Organização*":

...é forçoso reconhecer que o atual padrão de organização não corresponde mais às necessidades dos trabalhadores bancários e, menos ainda, aos demais trabalhadores do ramo... é necessário uma inversão da preponderância das negociações centralizadas.(...)

Estamos dizendo que é preciso desenvolverem-se rapidamente as negociações por empresa. ... uma opção desta natureza deverá marcar o declínio definitivo das grandes mobilizações de massa que caracterizaram o ressurgimento do sindicalismo bancário...(CNB/CUT, 1997, s/p.)

Nas campanhas dos próximos três anos, de 1997 a 1999, cumpriram-se as deliberações do referido congresso nas manifestações de protestos, também chamadas de paralisações estratégicas ou greves inteligentes por sua seletividade e impacto localizado nos pontos mais sensíveis do sistema bancário. Entretanto os resultados nas negociações foram acordos com índices pouco expressivos ou que impuseram perdas reais de salário, participação nos lucros limitada ao papel de abono, descontado posteriormente nos programas de remuneração variável, e precária manutenção das cláusulas existentes nos acordos anteriores.

Nesse mesmo período de acentuadas alterações nos bancos, os banqueiros viveram uma intensa mudança na composição da diretoria da FENABAN/FEBRABAN.

---

<sup>44</sup> Comissões de empresa são organizações representativas dos trabalhadores de uma mesma empresa. Formadas inicialmente com caráter de mobilização específica, progressivamente essas comissões foram adquirindo condição negocial ficando, entretanto, a capacidade de contratação restrita ao sindicato. As comissões formadas no HSBC, Santander-Banespa, ABN-Amro, dentre outras, dispõem de *home-page*, jornal específico e encontros deliberativos periódicos onde são eleitos os membros do comitê executivo da comissão.

<sup>45</sup> O reajuste acordado foi de 10,8% enquanto o índice acumulado da inflação foi de 14,28% segundo o INPC.

<sup>46</sup> Offe (1989) ao discutir a unidade sindical e a organização de interesses destaca: "a polarização e a divisão dentro do mercado de trabalho levam a um relativo antagonismo entre os interesses de

Com a chegada dos bancos estrangeiros, vários bancos intensificaram discussões e pré-acordos em separado buscando diversificar suas estratégias competitivas através de uma dinâmica negocial específica.

Enquanto se desenvolviam as mobilizações específicas e negociações segmentadas, eram também estabelecidos laços de integração sindical internacional. Preocupados com a baixa capacidade de resistência dos países periféricos, como o Brasil, à globalização das crises econômicas que afetaram diferentemente setores e áreas mundiais, como acontecido nas diversas crises sistêmicas após a crise mexicana em 1995<sup>47</sup>, os dirigentes bancários da CNB/CUT organizaram a I Conferência sobre Bancos Estrangeiros na América Latina, em São Paulo em agosto de 1998. Os membros da comissão de empresa do Banco Santander incrementaram sua organização com a constituição da Coordenadora Hispano-americana de Sindicatos Nacionais do BSCH, em maio de 2001. Essas iniciativas de integração internacional sindical puderam ser observadas crescentemente também entre trabalhadores sujeitos aos controladores do Banco HSBC, Banco ABN-Amro e Banco Bilbao Vizcaya tornando o CNB/CUT membro ativo de várias organizações internacionais de trabalhadores do sistema financeiro, especialmente a setorial da *Union Network International* – UNI, a UNI-finanças, da qual a confederação brasileira é uma das coordenadoras.

A transigência do histórico direito de adicional por tempo de serviço, o ATS, foi decidida em plebiscito nacional coordenado conjuntamente pelos sindicatos e pela FENABAN/FEBRABAN e realizado em todos os bancos representados pela federação patronal, excetuando-se, portanto, os funcionários dos bancos públicos federais e vários outros bancos estaduais. Na campanha salarial de 2000 os bancários realizaram protestos públicos estampando nos boletins sindicais "2000 é o ano de conquistas"<sup>48</sup> e "Em direito não se mexe"<sup>49</sup>. Neste ano os bancários promoveram grandes encontros para discutir a campanha e implementaram as comissões de empresa nos principais bancos privados do país; contudo o desfecho da campanha foi bem diferente do esperado. Participaram da consulta 127 mil bancários, e os resultados

---

diferentes grupos de empregados, e esses antagonismos se estendem à organização sindical" (Offe, 1989, p. 207).

<sup>47</sup> Sobre a fragilidade sistêmica ver Chesnais (1998b, p. 249-318).

<sup>48</sup> Manchete do *Jornal da CNB / Especial HSBC*, ano II, n. 04, setembro de 2000.

<sup>49</sup> Manchete do jornal *Folha Sindical*, Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC, nº 417, 20 de julho de 2000.

foram amplamente favoráveis à FENABAN/FEBRABAN pois apenas 38% votaram conforme orientação dos sindicatos, e a "venda" do anuênio foi, portanto, aprovada.

As tentativas de representação dos trabalhadores de empresas terceirizadoras de serviços constam dos debates sindicais desde os anos setenta<sup>50</sup>, porém apenas no III Congresso dos Bancários da CNB/CUT, realizado em setembro de 2000, os bancários deliberaram a contratação coletiva diferenciada desses trabalhadores. Das disposições convencionais às mobilizações para forçar a representação dos trabalhadores terceirizados nos bancos, os sindicatos, especialmente o Sindicato dos Bancários de São Paulo - SEEB/SP, promoveram intensas campanhas de denúncia das irregularidades praticadas nos bancos pelas prestadoras de serviços terceirizados. Esse esforço sindical continuou nos meses seguintes, especialmente junto aos trabalhadores financeiros, e resultou na formalização de alguns acordos entre empresas prestadoras de serviços em bancos ou financeiras e os sindicatos dos bancários.

Protestos fragilmente centrados nos dirigentes sindicais bancários e mecanismos de defesa patronais baseados na institucionalidade jurídica marcaram a campanha salarial de 2001. Nos preparativos da campanha, as comissões de empresa organizaram paralisações durante o mês de junho de 2001, e os sindicalistas se reuniram em cidades-pólo nos estados e “fecharam” as maiores agências dos locais selecionados, conforme já ocorrido em anos anteriores<sup>51</sup>.

Associado ao relativo afastamento dos locais de trabalho, ocorria também um nítido deslocamento de energias do movimento sindical para as eleições presidenciais, parlamentares e governadores estaduais, como pôde ser observado após a campanha salarial de 2001. Junto com a campanha eleitoral, a campanha salarial de

---

<sup>50</sup> Conforme registrado em uma convocação sindical de setembro de 1976: Aos Empregados em “Locadoras de Mão-de-Obra” que prestam serviços em bancos: “...em continuação aos trabalhos anteriores, para estabelecer os rumos da Campanha de Esclarecimentos que estamos promovendo no sentido de se conseguir a EXTINÇÃO de locadoras de mão-de-obra dentro dos Bancos, e o reconhecimento por parte dos mesmos, como empregados seus, todos os trabalhadores que lhes prestam serviços sob tal crédito. O regime de locação EXCLUE os companheiros dos direitos garantidos por lei dos bancários...”. Trecho de panfleto de convocação de reunião timbrado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo- SEEB-SP, consultado no acervo do Centro de Documentação – CEDOC do SEEB-SP em novembro de 2001. Os termos em maiúsculo constam do original e foram assim preservados.

<sup>51</sup> Nessa dinâmica de mobilização merece destaque o esforço dos 1.500 dirigentes sindicais presentes no Encontro Nacional dos Bancários de outubro de 1999 no Rio de Janeiro. Num protesto contra as propostas da FENABAN nas negociações os sindicalistas “fecharam” 100 das 1.200 unidades bancárias da cidade. A iniciativa foi considerada um sucesso nos boletins sindicais, especialmente na Folha Bancária, n. 4108 de 26/10/1999.

2002 misturava nos jornais sindicais as denúncias dos elevados lucros dos bancos e das precárias condições de trabalho às charges e matérias de caráter político eleitoral, especialmente de promoção da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Os governos estaduais e o governo Lula alçaram para os quadros estatais muitos dirigentes sindicais provocando uma considerável necessidade de renovação nos quadros de direção sindical.

A franca redução das atividades de militância sindical, progressivamente compensadas com a intensificação do uso de recursos institucionais pelos sindicatos, associada ao afastamento dos dirigentes sindicais das unidades bancárias nos momentos de mobilização da categoria por determinação judicial consagra um ciclo de afastamento entre os bancários e seus dirigentes que contrasta francamente com a proximidade dos sindicalistas com os circuitos internacionais de organização sindical e com o intenso crescimento da ocupação de cargos públicos, eletivos ou não no legislativo e no executivo, por dirigentes ou ex-dirigentes bancários.

Essas experiências de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho afetaram a raiz do sindicalismo vertical tradicional, como indicam Antunes (1995), Boito Jr. (2002) e Cardoso (2003). Em várias análises sobre o movimento sindical, esses autores, dentre outros<sup>52</sup>, apontam para uma descorporativização com o estabelecimento de um neocorporativismo societal caracterizado por uma intensa relação entre empregadores capitalistas e os trabalhadores organizados e, quanto à regulação política, uma atenuação da intervenção regulatória dos aparelhos de Estado, conforme a análise conceitual em Araújo e Tapia (1991).

Em recente estudo sobre o trabalho bancário no complexo contexto dos anos noventa, Jinkings (2002) destaca a crise de representatividade sindical e a perda da capacidade de determinação coletiva dos salários. A autora afirma que as debilidades vividas pelo sindicalismo bancário nos anos noventa evidenciam um refluxo do movimento sindical e revelam a permanência das condições essenciais da luta histórica dos trabalhadores pela emancipação econômica e política. Embora inalterados tais elementos centrais, a nova dinâmica de organização do movimento sindical bancário, essencialmente na pós-desnacionalização, guarda perfis ainda não explorados e

---

<sup>52</sup> Rodrigues (1999), Ramalho (1999), Silva M. (1999), Alves (2000), Jinkings (2002), Lorangeira (2002) e Ferraz (2003).

indicadores da superação da crise sindical vivida na década de noventa pelos movimentos organizados dos trabalhadores. Dessa forma questiono nessa pesquisa: como o sindicalismo histórico dos bancários se reorganizou na reestruturação bancária dos anos noventa?

As questões formuladas nesse capítulo demandam aprofundamento nas condições atuais do movimento sindical bancário e sua contribuição para repensar a crise do sindicalismo após os avanços e refluxos da luta dos trabalhadores no século XX. Todavia prosseguir as discussões sobre esse movimento de resistências, proposituras e conformidades implica a necessidade de se explorar o poder do capital financeiro e a reestruturação conservadora ocorrida no sistema financeiro nos anos noventa no Brasil e seus impactos sobre a formação identitária dos bancários. Tal exploração será realizada no próximo capítulo.

## Capítulo II

# **Poder, território e identidade: os fatores fundamentais da redefinição das relações entre banqueiros e bancários no final do século XX**

*“A pós-modernidade tem locais e população específica para ser verdade...”*

*Antonio Negri*

Este capítulo aborda as transformações promovidas no sistema financeiro no Brasil pela ideologia e pelas práticas neoliberais que ampliaram intensamente as relações de dominação de classes nas últimas décadas, nas quais os banqueiros tiveram um papel determinante. Os fatores selecionados para essa análise são o poder dos bancos, a territorialidade constituída na reestruturação bancária dos anos noventa e as mudanças nos referenciais identitários dos trabalhadores desse setor econômico.

As alterações ocorridas no sistema financeiro brasileiro evidenciam um intenso rearranjo de forças entre os estratos capitalistas que tencionaram a inserção subordinada do país ao recente ciclo de liberalização mercantil, ampliando especialmente aqueles segmentos subsumidos no capital financeiro transnacionalizado. A crescente influência dos bancos no conjunto social instaura um novo regime de gestão cujas normas e instrumentos se estabelecem sobre os conflitos sociais e sobre a ordem pública, reduzindo ou neutralizando as resistências históricas dos seus setores assalariados.

Os conglomerados financeiros passaram a coordenar territorialidades específicas que suplantaram os referenciais nacionais e consagraram a ordem fluida dos fluxos financeiros mundializados, gerando novos parâmetros para a organização primária do trabalho bancário. Nesse contexto o estabelecimento do trabalho imaterial nas linhas dos fluxos<sup>53</sup> financeiros desordenou o tempo e o espaço, historicamente

---

<sup>53</sup> A definição de fluxo está extensamente elaborada em *A sociedade em rede*, de Manuel Castells, do qual obtemos: “Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio

apropriados pelos bancários, e reterritorializou o universo das relações desses trabalhadores provocando uma intensa realocação de seus referenciais identitários. Esses fatores estabelecem uma configuração conflituosa, interdependente e transformadora das condições hegemônicas do capital e, assim, são explorados ao longo do texto para verificar a ampliação da subsunção real do trabalho no estrato financeiro.

### ***1. O poder dos bancos: a riqueza fictícia e os mecanismos de corrupção das institucionalidades no Brasil***

As combinações dos propósitos neoliberais para produzir taxas e cifras de lucro financeiro têm desregulamentado mercados, intensificando exponencialmente a especulação, e instaurado urgências políticas que mobilizam recursos em escala global para preservar as condições de acumulação de um reduzido grupo de gestores financeiros. Tal dinâmica é sustentada pelo capital financeiro que se apropriou do poder social do dinheiro, criou complexos mecanismos de hegemonia incorporados à esfera produtiva, instaurou uma coalizão de interesses junto ao poder político e, de forma suplementar, se beneficiou da ampliação das redes de comércio ilegais que, supostamente, deveriam ser coibidas pela regulação estatal e pelas próprias instituições financeiras. As múltiplas determinações desse poder que permitiram a conquista da centralidade do capital financeiro na sociedade são analisadas a seguir.

#### **1.1. As transformações no sistema de crédito e a instabilidade financeira global**

O sistema de crédito constitui o sistema nervoso central da circulação global de capital e, como capital comum de uma classe, força os ajustes necessários nos capitais específicos de acordo com as necessidades do capital global que progressivamente dilacera territorialidades e consolida espaços constituídos pelos

---

e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas

impulsos eletrônicos e suas redes de interações que organizam práticas sociais hegemônicas. As relações de crédito são, portanto, a base de todo o processo de circulação financeira atual e, dada a sua importância, é fundamental refletir sobre a dinâmica de sua formação e subordinação da esfera produtiva.

A origem do crédito, ou do dinheiro-crédito, está nas próprias limitações estruturais do processo primário de circulação do capital a juros. À medida que o capital emprestado se compromete com o tempo de produção de uma mercadoria específica, ele perde sua flexibilidade, temporal e espacial, para servir a qualquer capitalista que dele necessite. Esse comprometimento com produtos específicos subtrai do crédito primário sua capacidade de regular as relações capitalistas pois aqueles que emprestam buscam controlar o dinheiro emprestado na especificidade da produção das mercadorias até o pagamento do empréstimo. Assim comprometido nas especificidades da produção, o sistema o crédito torna-se inútil para a coordenação de interesses globais, os quais conflitam permanentemente com qualquer alocação específica.

Para superar essas limitações estruturais, o capital a juros foi desvinculado da produção de mercadorias específicas e dos rendimentos obtidos com a sua realização no mercado. Estabeleceu-se, então, um adiantamento de rendimentos genericamente estimados no futuro através da criação de dinheiro-crédito, letras de câmbio principalmente, que pôde servir aos investimentos dos capitalistas, na forma de capital, sem a necessidade de realização prévia no processo de circulação, conforme apontado por Guttman (1998) “Num regime de moeda de crédito, grande parte do capital monetário é criada *ex nihil*, a partir de nada, dentro do sistema bancário” (Guttman, 1998, p. 78). Esse mecanismo criado para superação das limitações temporais e locais do capital a juros foi chamado por Marx de “capital-fictício” e assim descrito por Harvey (1990):

El sistema de se puede considerar como una especie de sistema nervioso central por medio del cual se coordina la circulación global del capital. Permite cambiar la ubicación del capital-dinero entre actividades, empresas, sectores, regiones y países. Fomenta la continuidad de diversas actividades, una naciente división del trabajo y una reducción en los tiempos de rotación. Facilita la compensación de la tasa de ganancia y arbitra entre las fuerzas

que tratan de lograr la centralización y la descentralización del capital. Ayuda a coordinar las relaciones entre las corrientes de capital fijo y circulante. La tasa de interés hace a un lado los usos presentes por los requerimientos futuros, mientras que las formas de capital ficticio enlazan las corrientes de capital-dinero actual con la previsión de los frutos futuros del trabajo. El capital a interés puede desempeñar todos estos papeles porque el dinero representa un poder social general. (Harvey, 1990, p. 288).<sup>54</sup>

O capital fictício é, pois, um componente da própria gênese do capital, sem o qual o ritmo e a extensão da acumulação capitalista estariam limitados ao *quantum* de mais-valia produzida e realizada. Por meio do sistema de crédito, a produção e a circulação são aceleradas simultaneamente e todas as conexões do processo de realização do capital são submetidas a um padrão de rentabilidade desvinculado da produção de mercadorias. Esse novo padrão rentista liberou o capital global dos limites da acumulação primária e aparentemente coordenaria todos os capitais particulares, no suprimento das necessidades criadas de acumulação capitalista, e conciliaria os antagonismos que ameaçam o sistema nas suas conexões entre a produção e o consumo.

Todas as potencialidades do crédito foram usadas intensamente, e em excesso, pelos capitalistas financeiros para especulação mediante artifícios criados e generalizados para todo o sistema produtivo. Baseados na indiferenciação da origem do capital e na generalidade de sua aplicação, os valores fictícios foram postos em circulação e convertidos em formas de capital que permitiram a valorização exponencial de títulos genéricos, fundados principalmente nas letras de câmbio, títulos da dívida pública e ações de participação, cuja correspondência na esfera da produção tornou-se progressivamente residual. Entretanto a ameaça para a qualidade do dinheiro e à estabilidade de todo o sistema é óbvia e imediata pois o sistema de crédito criado não substitui a transformação real da natureza, através da produção concreta de valores de uso, e portanto não há possibilidade de apropriação de riqueza sem que o capital complete seu ciclo e se realize ele mesmo no mercado. A consequência dessa limitação é um desencontro incalculável entre a valorização exponencial do capital fictício acumulado e o *quantum* limitado de mais-valia produzida no sistema. Essa metamorfose do crédito é assim resumida por Harvey (1990):

---

<sup>54</sup> Tradução do espanhol realizada por mim, autor da tese.

Lo que comenzó como um sano mecanismo para expresar los intereses colectivos de la clase capitalista, como um medio para superar ‘las ataduras y barreras’ inherentes de la producción y así elevar las “bases materiales” del capitalismo a nuevos niveles de perfección, se convierte em la palanca principal del exceso de producción y de especulación (Harvey, 1990, p. 292).

O excedente de capital acumulado nas principais praças financeiras do mundo, especialmente Londres entre os anos cinquenta e setenta, foi absorvido pelos governos centrais e corporações mundiais mediante inúmeras medidas de relaxamento dos principais controles dos fluxos de capital no planeta. Conforme (Chesnais, 1998a), esse movimento aumentou exponencialmente o endividamento público e possibilitou aos operadores dos mercados financeiros exigirem taxas de juros crescentes conforme suas próprias expectativas de rentabilidade que aprofundavam progressivamente o desencontro desses rendimentos com as atividades produtivas que deveriam lhes servir de referência e limite.

Sem condições de resolução estrutural, as disparidades criadas na financeirização forçam crises financeiras que impõem queimas periódicas do excedente de capital com perdas heterogêneas entre as diversas frações de classes envolvidas nos círculos financeiros, buscando assim um adiamento recorrente da conciliação das contas entre a hiper-valorização do capital fictício e a riqueza efetivamente produzida e realizada. Trecho de matéria jornalística sobre um pedido de mega-concordata ocorrido em julho de 2002 evidencia essa dinâmica:

Abalada pela acelerada queda de seus lucros e por um escândalo contábil que criou bilhões de rendimentos ilusórios, a WorldCom registrou o maior pedido de concordata da história americana na noite deste domingo... Os acionistas, que possuíam títulos desta que já foi uma das mais valorizadas companhias de todo o mundo -e que, em seu auge, chegou a valer mais de US\$ 100 bilhões provavelmente terão perdido tudo o que tinham. Com o pedido de concordata, o controle passa às mãos dos bancos e dos controladores de títulos que financiaram o crescimento da WorldCom<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Conforme matéria, *WorldCom pede concordata* publicada no jornal *The New York Times* em 22 de julho de 2002. Dias mais tarde a empresa anunciou que novas descobertas de fraudes nos balanços reduziram o valor da companhia em até 50,6 bilhões de dólares americanos, conforme matéria *WorldCom divulga outros US\$ 3,3 bilhões em irregularidades contábeis* publicada no mesmo jornal em 9 de agosto de 2002. As manchetes foram traduzidas do inglês.

Milhares de casos como o da WorldCom tornaram-se possíveis porque os círculos financeiros formados por investidores e governos subordinados à lógica do mercado criaram seu próprio tempo, como uma função do deslocamento particular de impulsos eletrônicos ao redor do planeta, e expõem continuamente o brutal desencontro entre as necessidades de valorização exponencial e as limitadas possibilidades da geração de riquezas na produção. A dinâmica dos mercados se apropria hoje de um valor que não foi gerado no passado e, tampouco, tem a possibilidade de ser gerado num futuro já negociado e entregue à mesma ficção. Para solver essa equação são exigidas rentabilidades cada vez mais altas que elevam exponencialmente o risco sistêmico e forçam crises contínuas coordenadas pelos gestores financeiros dos grandes países centrais, estabelecendo assim a corrupção permanente de riquezas produtivas. A grande finalidade dessas crises é ajustar temporariamente a contabilidade da hiper-valorização impondo elevadas e heterogêneas perdas aos segmentos mais frágeis da ciranda financeira. Entre os mais afetados estão os mercados emergentes politicamente subordinados aos princípios neoliberais que têm a missão de socializar essas perdas entre os menos favorecidos pelos recursos de gestão do capital, especialmente os pequenos investidores e os assalariados que pagam através de políticas fiscais que reduzem os investimentos sociais e elevam exponencialmente o déficit público para proteger especialmente as grandes corporações financeiras atingidas. Conforme Santos (2001), originalmente o território continha e regulava o dinheiro que o representava, entretanto hoje o dinheiro mundial representa uma globalidade não reconhecida por território algum e tampouco regulada, todavia obedecida.

Os inúmeros esforços globais para suportar o retardamento de crises econômicas promovidas pela especulação financeira e socializar seus custos entre diversos setores e países estão detalhados em Chesnais (1996 e 1998b) e em Arrighi (1996). Os autores traçam um panorama dos ciclos capitalistas e suas crises que exigem volumes cada vez maiores de recursos públicos para reequilibrar temporariamente sistemas financeiros que ocultam durante anos grandes bolhas especulativas, fatores especialmente expressivos nos sistemas financeiros norte-americano e japonês. Nos Estados Unidos diversas operações de socorro às caixas de poupança privadas comprometeram valores estimados em 350 bilhões de dólares do orçamento público federal entre 1985 e 1989. Esse montante de recursos foi utilizado para evitar a exposição de graves perdas ocorridas nesse setor apenas nas bolsas de valores e nos

mercados de títulos, caso computados todos os setores envolvidos nos diversos programas de auxílio os valores chegam a dois trilhões de dólares no mesmo período. No Japão o socorro governamental aos bancos envolveu aproximadamente 400 bilhões de dólares americanos entre 1990 e 1995, sendo refreado nos anos seguintes pelas constantes denúncias de envolvimento da máfia japonesa nas fraudes bancárias. Referindo-se aos Estados Unidos, Chesnais (1998b) é taxativo: “... foi nos Estados Unidos que houve, nos últimos vinte anos, o maior número de abalos que exigiram a intervenção do FED<sup>56</sup> e das agências especializadas complementares do governo federal, na qualidade de “último recurso” de empréstimos” (Chesnais, 1998b, p. 267).

Sujeitos apenas a uma regulação incipiente e promotora da especulação globalizada, os grandes bancos mundiais, especialmente americanos, tornaram-se os agentes centrais das crises financeiras da segunda metade dos anos noventa e das mega-fraudes contábeis que envolveram as maiores corporações industriais americanas no início do século XXI. A participação dos bancos americanos nos grandes escândalos financeiros pode ser evidenciada com o colapso da *Enron Corporation* em 2001, além do caso citado acima da *WorldCom* em 2002. A Enron era uma das maiores operadoras de serviços de energia do mundo, com faturamento de 200 bilhões de dólares americanos em 2000, e seus ativos estimados em 62 bilhões de dólares não garantiram qualquer indenização aos seus milhares de acionistas minoritários, tal qual ocorrido com a *WorldCom*, quando o que restou da empresa foi arrestado pelos grandes credores bancários<sup>57</sup>.

Os resultados da Enron foram adulterados durante anos com a participação direta de dois dos maiores bancos americanos, *J.P. Morgan Chase* e *Citigroup*, que através de uma rede de empresas com sede em paraísos fiscais realizavam empréstimos milionários disfarçados de transações comerciais com produtos de consumo. Sem surpresas as investigações que se seguiram ao colapso da Enron comprovaram que a maioria dessas mega-operações atenderam integralmente às exigências legais e

---

<sup>56</sup> Federal Reserve System – FED é o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos formado por um conjunto de doze bancos coordenados por uma Diretoria de sete membros que, em seu conjunto, são considerados como o banco central do país.

<sup>57</sup> As informações apontadas foram obtidas em diversas matérias e artigos publicados nos jornais Folha de São Paulo e *The New York Times* sobre o caso da *Enron Corporation*, especialmente a reportagem *Dois bancos concordam com multas milionárias em casos envolvendo a Enron* e o artigo síntese *News analysis: a warning to banks on role in fraud*, de Floyd Norris, publicados no jornal *The New York Times* em 29 de julho de 2003.

contábeis norte-americanas; entretanto ambos os bancos citados concordaram em pagar, em julho de 2003, quase 300 milhões de dólares americanos em indenizações para encerrar suas responsabilidades no financiamento e estruturação das transações secretas que forjavam os resultados da Enron. Dezenas de outros casos de fraudes financeiras com a participação de bancos mundiais foram divulgados entre 2001 e 2003 envolvendo grandes companhias em todos os setores, tal qual a Xerox, a Vivendi/Universal, a Tyco, a AOL Time Warner, a Merk e a Bristol-Myers dentre muitas outras.

A posição alcançada pelos bancos com a elevada hierarquização dos fluxos financeiros contrasta com a fragilidade das condições sistêmicas e de regulação e controle das atividades bancárias. Embora o capital fictício tenha se tornado a principal ameaça à qualidade do dinheiro, pois os bancos possuem a capacidade singular de gerar valores fictícios e estabelecer parâmetros de rentabilidade quando centralizam os recursos financeiros de outras frações capitalistas e as substituem por seus próprios títulos hiper-valorizados, cada vez mais os investimentos são destinados à produção de bens e serviços que confirmem a rentabilidade necessária para alimentar a ciranda financeira, intensifica-se a produtividade geral do trabalho para alargar o lastro na produção e criam-se crises financeiras que impõem a absorção de parcela do capital circulante tanto pelo endividamento público quanto pelo prejuízo direto a investidores ou a qualquer ente minimamente envolvido nas relações mercantis. As evidências do abandono do controle do crédito aos próprios agentes promotores das ameaças são apontadas por Chesnais (1998b):

O regime de acumulação mundial predominantemente financeiro se caracteriza pela ausência de instâncias ou de mecanismos endógenos de regulação... Os únicos elementos que marcam presença são a política monetária americana e as funções de prestador em última instância ocupadas simultaneamente pelo FMI, pelo BIS, mas também, é freqüentemente, pelas instituições monetárias americanas, encabeçadas pelo FED (Chesnais, 1998b, p. 259).

Na trajetória da transformação do dinheiro pode-se observar que o papel dos grandes bancos mundiais é determinante e constituinte de todo o processo que sobrepõe a esfera financeira à produtiva e subordina governos às suas expectativas de rentabilidade. A capacidade do sistema bancário para criar e recriar o crédito torna-o cada vez mais central num regime de acumulação em que a criação de valores fictícios

ao invés de ser uma prática extemporânea, visando obter vantagens contingentes, se converteu na necessidade fundamental de uma classe rentista e representa a própria natureza da reação neoliberal às conquistas operárias no século XX.

Evidentemente toda a dinâmica de estabelecimento desse novo registro de autoridade supranacional e sobre-produtiva não ocorre sem conflitos ou antinomias próprias da competição intracapitalista e da resistência social à exploração financeira, as quais invalidam a ampla formulação teórica de um espaço financeiro autônomo e com poder de determinação sobre os destinos do sistema capitalista e da organização social. Tais idéias têm promovido nas últimas décadas uma superestimação do poder de influência dos financistas sobre as demais frações de capital e sobre todas as forças políticas, conforme alerta Harvey (1990). De toda forma e com todas as contradições inerentes ao sistema mercantil, a intensificação do deslocamento de rendimentos produtivos para valorização financeira nos últimos cinquenta anos promoveu uma acentuada circulação de recursos sem intercâmbio, ou com intercâmbio forjado por operadores financeiros, com as relações de troca de mercadorias, serviços ou de investimentos que confere aos financistas uma forte influência e uma centralidade nas relações de produção. A metamorfose do dinheiro é, pois, o deslocamento de sua base monetária real, ou o trabalho social acumulado, para a conflituosa geração de um montante de capital fictício incalculável que promove a hipertrofia da esfera financeira e sujeita as demais frações do capital e os governos ao redor do globo à sua instável e temporal territorialidade.

## **1.2. As redes de coordenação da ideologia e das práticas constituintes do poder privado dos financistas**

O poder da fração de classe financeira remonta ao processo de estabelecimento do dinheiro como meio de pagamento quando os bancos serviram primeiramente de simples meio de desconto e liquidação das letras de câmbio emitidas pelos produtores individuais no mercado. Posteriormente as casas de desconto assumiram posição dominante quando passaram a emitir seus próprios papéis caucionados nos recursos acumulados com a retenção de parcela referente aos custos

operacionais das primeiras transações realizadas para os produtores. O papel dos primeiros banqueiros nessa transição foi definido por Harvey (1990) como *traficantes de dinheiro* que se apropriaram e transformaram o manejo dos aspectos puramente técnicos da circulação do dinheiro.

A perda da capacidade dos produtores individuais de se projetarem no mercado lançando suas próprias letras de câmbio conferiu aos banqueiros a possibilidade de influenciar na produção sem, no entanto, produzir qualquer mercadoria, apenas agenciando a mercadoria dinheiro e recriando-a na forma de seu próprio dinheiro-crédito. Os papéis emitidos pelos bancos passaram a estender e generalizar as funções tradicionais do dinheiro e especialmente substituir, por conveniência de garantia, os papéis gerados pelos produtores que, dessa forma, institucionalizaram nas casas bancárias as relações particulares de confiança e credibilidade. Esse momento caracteriza-se pela absorção da horizontalidade das relações de produção na verticalidade dos fluxos financeiros que renderam aos financistas uma posição central no sistema produtivo.

Embora ocupando progressivamente uma posição nuclear no modo de produção capitalista, os banqueiros necessitavam ainda de uma instituição central para mediar suas relações privadas e especialmente promover o encontro de contas dos diversos dinheiros e papéis que os projetava ao topo da escala econômica, função que, por motivos elementares de confiança, não poderia ser reservada a nenhum dos banqueiros em particular. A forma encontrada para conciliar a complexidade do dinheiro foi a criação de um organismo central de gestão institucional do capital sem caráter comercial e com a única tarefa de tentar defender a qualidade do dinheiro dentro de um Estado-nação, através da regulação dos excessos desviantes na disputa pela acumulação, para viabilizar sua aceitação e convertibilidade em escala global<sup>58</sup>.

As diversas relações de empréstimo e a institucionalização da regulação setorial, associadas às operações de crédito que se desenvolvem a longo-prazo entre bancos, empresas e governos, especialmente com a formação de consórcios para as mega-operações, estabelecem entre as instituições financeiras uma espacialização

---

<sup>58</sup> Os bancos centrais e diversas outras agências de Estado ligadas à regência do dinheiro nascem, pois, à imagem e semelhança do próprio capital, fator que lhes condiciona a autonomia ou independência e limita o seu uso nas ações institucionais de mediação nas disputas interclassistas ou nas crises financeiras, conforme extensamente discutido em Harvey (1990).

relativamente compartilhada de suas atuações. Essa dinâmica funde progressivamente interesses dos participantes e afeta diretamente a concorrência entre os maiores bancos mundiais, que raramente realizam grandes transações sem consultar as demais instituições envolvidas ou interessadas na negociação, regra esta que sujeita as instituições transgressoras a severas sanções no mundo das finanças, segundo Glasberg (1989). A análise dessas relações de empréstimo alerta para acentuadas limitações dos impactos conferidos à concorrência entre as instituições financeiras e indica tais relações como principal mecanismo da hegemonia financeira.

Conforme Mintz e Schwartz (1985), a redução das condições concorrenciais provoca uma acentuada assimetria na relação entre prestamistas e tomadores de empréstimos primeiro porque raramente os tomadores de empréstimos o fazem consorciados, segundo porque diferentemente das demais relações mercantis, onde o objeto da transação torna-se risco integral do tomador, nas relações de empréstimo os bancos se interessam diretamente pela gestão do capital tomado, pois do seu retorno depende o lucro bancário, e, dessa forma, os bancos tendem a desenvolver mecanismos de influência e controle sobre as decisões do tomador. Adicionalmente a escassez de capital torna as empresas demandatárias de crédito altamente influenciáveis pelo segmento bancário e pela ameaça de colapso financeiro, enquanto os bancos pouco se constroem pelo excedente de capital.

Os mecanismos operantes da hegemonia financeira através das relações de crédito podem ser observados também nas relações de cooperação entre bancos ou grupos de bancos em determinada região. Minella (1988) explora a transnacionalização do sistema financeiro no Brasil para verificar a associação de interesses e direcionamentos de conflitos entre bancos estrangeiros, e entre estes e os bancos de capital nacional. O autor detalha os vínculos dos maiores bancos brasileiros com o capital estrangeiro e destaca a participação dos bancos com capital de controle nacional no processo de endividamento externo brasileiro pós-1967, concluindo o estabelecimento de um novo papel para os bancos brasileiros no mercado financeiro internacional no final da década de 60: "Transformaram-se em intermediários dos intermediários financeiros internacionais, recebendo por tais funções uma comissão que variou entre 4% e 14%" (Minella, 1988, p. 213). Baseadas no desenvolvimento das relações de empréstimo e outros serviços financeiros, uma parcela dos gestores financeiros no Brasil reproduziu a inevitabilidade da implantação de políticas estatais de

reestruturação do setor no país, desenvolveu e apoiou projetos que reforçavam essa posição subordinada. Segundo Minella, (1993) desenvolveu-se, então, uma ativa intervenção das associações de interesses dos financistas, especialmente a Federação Nacional dos Bancos - FENABAN/FEBRABAN, no cenário político do país e nas agências de promoção ideológica na defesa dos projetos neoliberais a partir de meados dos anos oitenta.

Empréstimos de curto prazo são outro importante recurso de poder para os bancos, especialmente porque geralmente ocorrem sustentados por um consórcio entre bancos e companhias de seguro, o que permite um volume muito maior de recursos e a imposição de condicionantes aos tomadores que as aceitam em função da urgência de saldar compromissos freqüentemente relacionados às próprias corporações que compõem o grupo formado para viabilizar essas operações (Glasberg, 1989). A autora destaca que, principalmente nesses casos, o capital financeiro tem o poder de gerar crises e se apresentar como solução imediata cedendo ou cobrando empréstimos ou créditos, comprando ou vendendo estoques no mercado aberto, provocando balanças comerciais pró ou contra corporações ou governos. Nos países latino-americanos, que em geral apresentam elevado endividamento público e forte dependência do fluxo de capitais, são exercidos continuamente os constrangimentos e ameaças, ou mesmo o estabelecimento de crises financeiras que favorecem a hegemonia, financeira conforme estudos recentes realizados por Chesnais (1998b) sobre a crise mexicana de 1994, por Salama (1999) em estudos relacionando finanças mundiais e flexibilização do trabalho, pela CEPAL (1999) em relatório sobre os movimentos macro-econômicos latino-americanos e por Minella (1998) em estudos sobre o estabelecimento de uma nova elite financeira nos anos noventa, dentre outros.

A formação de diretorias cruzadas, que ocupam as posições centrais nas redes das grandes corporações, associada ao controle do fluxo de capitais de investidores institucionais também proporciona aos bancos outro importante recurso de poder. Os estudos precursores de Mintz e Schwartz (1985) concluem que toda ação corporativa estratégica se desenvolve baseada em um processo entrelaçado de decisão discricionária e de constrangimento institucional. Em todos os estudos o padrão encontrado na *interlock network* indica que as instituições financeiras exercem uma forma de liderança estrutural de ampla extensão sobre as corporações não financeiras e

sobre governos. Tal liderança tem vários nuances e reveses mas é contínua e altamente significativa em termos globais do processo de decisão corporativo.

Citando vários estudos, Glasberg (1989) afirma que as instituições financeiras, em particular os bancos, ocupam posições centrais na rede de diretorias e conselhos das empresas dos mais diversos setores norte-americanos. Verificando estudos realizados entre 1910 e 1970 sobre as relações de empréstimo e a participação cruzada nos conselhos gestores das corporações não financeiras, a autora conclui que a capacidade dos bancos de conceder ou negar empréstimos a empresas não financeiras possibilita uma promoção de ações e representação sobre o conselho diretor dessas empresas. Também Minella (2001) demonstra que o modelo de diretorias intercruzadas possibilita entender os bancos como agentes de influência e controle social capazes de coordenar suas decisões corporativas baseados nas participações empresariais diretivas, configurando assim um forte indicativo de hegemonia bancária.

A observação da expansão corporativa do Banco Bradesco nas últimas décadas e o conjunto de participação dos gestores do banco<sup>59</sup> permitem exemplificar o potencial de influência nos diversos setores econômicos formado pela rede transcorporativa e pela participação diretiva nas inúmeras empresas. Em março de 2000, o Banco Bradesco reestruturou parte de suas participações e as transferiu para uma subsidiária, a Bradespar, nos seguintes termos:

O foco da Bradespar concentra-se em empresas nas quais possa influenciar positivamente no direcionamento estratégico, seja por força de participação majoritária, seja pelo controle compartilhado,...utilizando efetivamente nosso poder de voto para favorecer as melhores práticas de governança corporativa...<sup>60</sup>.

Dentre os investimentos mais significativos do Banco Bradesco transferidos para a Bradespar cumprir como seus propósitos constam 17,9% do capital votante e total da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, 7,5% do capital votante e 4,8% do capital total da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, 33,3% do capital votante e total

---

<sup>59</sup> Conforme currículo dos membros da diretoria do Banco Bradesco publicado no relatório Formulário 20-F, registrado em 8 de setembro de 2001 junto a *Securities and Exchange Commission* - órgão da Comissão de Bolsas e Valores Mobiliários de Washington, DC, p. 154-162.

<sup>60</sup> Trechos da apresentação a Bradespar extraídos da página virtual da empresa, [www.bradespar.com.br](http://www.bradespar.com.br), em 09/06/2002 e 11/08/2003.

da VBC Energia S.A., 19,5% do capital votante e 9,7% do capital total da Globo Cabo S.A., e 75% do capital votante e total da Scopus Tecnologia S.A.<sup>61</sup>.

Além da associação transcorporativa, também a administração da maioria dos grandes fundos de pensão e de investimento é realizada por grandes bancos comerciais, possibilitando a manipulação das aplicações em benefício próprio e ampliação do poder dos bancos sobre as empresas controladas pelos fundos. Segundo Glasberg (1989), essa fonte de poder resulta primeiramente da formação assistida e controlada dos grandes fundos de pensão e investimentos pelos grandes bancos norte-americanos que sempre intermediaram as transações de mercado aberto para os fundos, sendo os próprios bancos detentores de metade de todos os papéis adquiridos pelas megainstituições emergentes. Além da influência na formação histórica, os bancos comerciais manipulam também a própria gestão dos fundos absorvendo a influência do direito a voto adquirido pela participação dos fundos nas empresas e fornecendo informações ou mesmo forçando suas aplicações em clientes preferenciais, geralmente empresas controladas pelos próprios bancos, com risco maior e remuneração abaixo da média do mercado.

Através das associações formais de interesses,<sup>62</sup> os financistas também limitam os efeitos degenerativos da concorrência intracapitalista e organizam sua participação nos espaços nacionais de articulação político-ideológica, promovendo assim uma intensa produção simbólica e constituindo complexas redes de relações com órgãos de pesquisa, divulgação e agências estatais de decisão.

Dreifuss (1987) evidencia a relevância da associação formal de interesses ao explorar a participação dos banqueiros no golpe civil-militar de 1964 através do

---

<sup>61</sup> Conforme composição acionária parcial publicada na [www.bradespar.com.br](http://www.bradespar.com.br), acessada 11/08/2003.

<sup>62</sup> No Brasil várias entidades representam os diversos segmentos do sistema financeiro, dentre elas as principais, segundo Minella (1998), são a Associação das Empresas Distribuidoras de Valores – ADEVAL criada em 1965; a Associação nacional das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP criada em 1966, a Federação Nacional dos Bancos – FENABAN criada em 1966, a Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN criada em 1967, a Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento – ANBID criada em 1969, a Associação Brasileira das Empresas de Leasing – ABEL criada em 1970, a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA criada em 1971, a Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias – ANCOR criada em 1972, a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos – ABBC criada em 1983, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF criada em 1985, a Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI criada em 1988 e a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI criada em 1989.

Complexo IPES/IBADES, assim como Minella (1988 e 1995) o faz ao investigar a participação dos financistas na elaboração da Constituição de 1988 e o estabelecimento de consensos macro-econômicos neoliberais através dos espaços ocupados pela Federação Nacional dos Bancos – FENABAN/FEBRABAN na direção do Instituto Liberal – IL<sup>63</sup> no início dos anos noventa. Nos últimos anos a FEBRABAN tem promovido, além de dezenas de atividades típicas da organização formal de interesses, debates e formulações visando a ampliação da liberalização do comércio de serviços financeiros na Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA em parceria com as demais associações de financistas do continente americano. Em 2003 a federação financeira constituiu um grupo de trabalho para preparar uma proposta para as negociações coordenadas pelo governo brasileiro na ALCA e tem promovido eventos para difusão da necessidade de estabelecimento de acordos de desregulamentação do fluxo de capitais no âmbito da aliança<sup>64</sup>.

Esse movimento de ampliação dos temas discutidos pela federação patronal financeira acompanha as conclusões de Minella (2001) sobre a constituição de redes transassociativas de ação político-ideológica após a desregulamentação e a desnacionalização dos mercados latino-americanos e a crescente participação dos bancos estrangeiros na maioria das diretorias das associações financeiras desses países. Nesse período, a presença simultânea dos grupos financeiros na direção de vários órgãos de representação de classe foi tão acentuada que o autor, em um paralelo com as redes transcorporativas, sugere um avanço conceitual com a adoção da categoria analítica das *redes transassociativas* nos estudos das associações formais de interesses e destaca a influência das corporações *trans-associadas* sobre os processos decisórios de empresas e governos e sobre o fluxo de capitais, dos quais a maioria dos países latino-americanos tornou-se suscetível em função da política monetária implantada.

Embora o enfoque dos estudos seja a associação e controle transcorporativo, os diversos autores, especialmente Harvey (1990), alertam para a necessidade de considerar temporalidade do capital financeiro no ciclo de acumulação e evitar a reprodução do aparente poder totalizante das finanças institucionalizadas. As etapas do

---

<sup>63</sup> Sobre o Instituto Liberal ver Gros (1993) e a *home-page* [www.institutoliberal.org.br](http://www.institutoliberal.org.br).

<sup>64</sup> Conforme informações da convocação para o workshop *Alca e OMC* promovido pela FENABAN em 08/09/2003, disponíveis em [http://www.fenaban.org.br/arquivo/servicos/eventoscursos/workshop\\_alca\\_omc\\_pro.asp](http://www.fenaban.org.br/arquivo/servicos/eventoscursos/workshop_alca_omc_pro.asp), acessada em 25/08/2003.

ciclo de acumulação - recessão, recuperação, expansão baseada no crédito, febre especulativa e bancarrota - fomentam uma alternância de poder entre capital bancário e industrial ao longo de seu curso de valorização, constituindo-se num fator estrutural de acentuada relativização do poder do capital financeiro. Cada fase altera as condições de poder de um ou outro bloco e, por isso, não se pode generalizar para todo o ciclo a hegemonia de uma fração de classe observada numa determinada etapa.

A capacidade de determinação da associação formal de interesses dos financistas sobre a formação ideológica neoliberal e sobre a composição do Estado na constituição das condições da hegemonia financeira também é considerada criticamente nos estudos de Minella (1998). Em pesquisa sobre as organizações representativas de interesses do sistema financeiro durante o período de crise e desnacionalização bancária, o autor destaca que, embora membros dos bancos Nacional, Bamerindus e Econômico ocupassem nesse período cargos de direção em órgãos de representação financeira, inclusive a presidência da FENABAN/FEBRABAN, foram diretamente afetados pelas mudanças no sistema.

Com esses diversos movimentos associados, especialmente com a apropriação de relações particulares de crédito entre produtores e a criação condicionada de um circuito próprio de mediação institucional, os financistas se estabelecem como um centro nervoso do sistema produtivo e político que coordena as atividades divergentes dos capitalistas individuais e constitui uma classe especial dentro da burguesia para manter os diversos tipos de capital sob condições de estreita interdependência e exercer acentuada influência sobre as políticas estatais de sujeição do trabalho através do controle das políticas monetárias, das condições de câmbio e flutuações inflacionárias usadas como recursos privilegiados de transferência de renda.

### **1.3. O consenso político como correspondente dos interesses do capital financeiro**

Os fatores de hegemonia financeira apontados anteriormente se complementam com as relações de influência dos gestores financistas sobre os aparelhos de Estado, especialmente nos principais órgãos de elaboração, gestão e

fiscalização do sistema financeiro, que formam um núcleo bipartite de ação política e transpõem amplamente as fronteiras dos países em que operam os grandes bancos mundiais. A intensa aproximação e influência de grupos privados financistas sobre os governos e aparelhos de Estado motivaram os estudos de Glasberg (1997) e sua proposição conceitual de bem-estar corporativo como complemento aos debates sobre o estado de bem-estar social. A autora assume a definição de bem-estar empresarial como um conjunto de esforços realizados pelo Estado para direta ou indiretamente subsidiar, suportar ou salvar empresas, ou socializar os custos e riscos de investimentos e produção de lucros privados.

Dezenas de casos de favorecimento de banqueiros no Brasil são apontados por Minella (1998) nas relações entre as elites financeiras e o governo federal no período pós-Real, entre 1994 e 1998. O autor explora decisões relativas a regulação do funcionamento do mercado de ações, a remoção de restrições de operação com áreas específicas do mercado, a facilitação da estrutura de custos para diferir gastos com modernização operacional, inclusive com demissões de trabalhadores, e relativas também à flexibilização do mercado de hipotecas conforme pressão de grandes investidores americanos e, ainda, os grandes programas de saneamento do sistema que alocaram grandes volumes de recursos públicos para garantir a estabilidade do sistema financeiro com o socorro a grandes bancos cuja má-gestão e desvios de todo tipo ficaram evidenciados em vários estudos<sup>65</sup>.

O acesso privilegiado dos financistas ao Estado e sua capacidade de influenciar as políticas públicas segundo seus interesses podem também ser observados em estudos e denúncias sobre o financiamento de campanhas eleitorais e os lobbies formados por entidades representativas dos banqueiros. Conforme Minella (1998), a participação das organizações financistas no patrocínio das campanhas eleitorais destaca-se nacionalmente após as novas regras que exigem a divulgação das contribuições recebidas pelas candidaturas, embora o autor alerte que apenas uma parte seja efetivamente divulgada. Junto com as associações de empreiteiros, os banqueiros são os que mais contribuem com os candidatos em todos os níveis<sup>66</sup>, tornando-se

---

<sup>65</sup> Sobre gestão fraudulenta de bancos amparados pelo BACEN ver especialmente o Relatório Final da CPI dos Bancos (Senado Federal, 1999).

<sup>66</sup> O financiamento de campanhas pelos banqueiros foi amplamente explorado na pesquisa jornalística vencedora do Prêmio Folha de Jornalismo 1995, com as matérias *Folha revela como empreiteiras e*

especialmente relevantes as contribuições aos candidatos a cargo majoritário ou legislativo federal.

A reportagem *Mercado financeiro doou R\$ 1,3 mi a membros da CPI*, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 11/04/1999, também expôs elevada vinculação dos banqueiros com membros do senado federal. Durante a definição dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos Bancos, criada para investigar diversas denúncias de favorecimento de instituições financeiras pelo Banco Central - BACEN<sup>67</sup>, ficou exposta a suspeição preliminar sobre a lisura dos trabalhos da CPI em função das doações realizadas pelos bancos denunciados e recebidas por quatro senadores indicados para a referida comissão, ou seja, os parlamentares iriam investigar supostos crimes cometidos pelos principais contribuintes de suas campanhas<sup>68</sup>.

A referida CPI dos Bancos foi instaurada em 31/03/1999 contemplando em seu texto de abertura trechos inequívocos do favorecimento dos bancos<sup>69</sup>, e o primeiro fato determinado que motivou a comissão, o escândalo envolvendo diretores do Banco Central no socorro fraudulento aos bancos FonteCindam e Marka, foi confirmado no relatório final que concluiu a existência da prática ou tentativa de falsidade ideológica, peculato, advocacia administrativa, tráfico de influência e falso testemunho pelos dirigentes e servidores do Banco Central; tráfico de influência, suprimir ou reduzir tributo, gestão temerária, induzir em erro mediante sonegação de informação e prática

*bancos financiaram o jogo eleitoral e Bancos doaram 20% da campanha de FHC*, disponíveis em [http://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/pre\\_gp\\_95\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/pre_gp_95_1.htm).

<sup>67</sup> Conforme o relatório final da CPI dos Bancos, Senado Federal (1999), dentre outros fatos determinados, coube à comissão investigar: a operação secreta de socorro aos Bancos Marka e FonteCindam, ocorrida em janeiro de 1999, pelo Banco Central do Brasil; a utilização do Fundo de Investimento do Exterior e contas CC5 para a retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de 400 milhões de dólares; a sonegação de impostos que estaria sendo praticada pelos bancos Citibank, J.P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse First Boston, Crédit Commercial de France; e apurar as razões da persistência da fragilidade do sistema financeiro nacional após a maciça injeção de recursos através do PROER.

<sup>68</sup> Segundo a reportagem: “O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que está cotado para ser o presidente da comissão, recebeu o equivalente a R\$ 832 mil na eleição de 1994. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que inicialmente resistiu à criação da CPI, teve toda a sua campanha eleitoral custeada por instituições financeiras em 1994. ...O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que propôs a criação da CPI, recebeu o equivalente a R\$ 232 mil do grupo BMC (banco, seguradora, distribuidora, promotora de negócios e leasing) na eleição de 1994. ...Barbalho propôs a criação da CPI, mas rejeitou a ampliação da investigação no Congresso, com a formação de uma CPI mista de deputados e senadores. O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), um dos membros da CPI, recebeu R\$ 250 mil de instituições financeiras nas eleições do ano passado.”

<sup>69</sup> “Evidentemente que não se discrimina o lucro, mas é quase insensato que, justamente no mês em que o Brasil sofreu forte ataque especulativo em sua moeda, o lucro de 181 bancos, em janeiro de 1999, foi de R\$ 3.340 bilhões, valor duas vezes maior que o lucro durante todo o exercício de 1998, em torno de R\$ 1.870 bilhão” (Senado Federal, 1999, p. 13).

de ato contra o regular funcionamento do sistema financeiro nacional pelos dirigentes dos Bancos FonteCindam e Marka; e atos lesivos ao erário e atos contrários aos princípios administrativos pelos dirigentes das três instituições. Dois outros fatos motivadores da investigação, a remessa ilegal ao exterior de mais de R\$ 400 milhões sob a conivência do BACEN e a sonegação de impostos pelas instituições financeiras, foram confirmados, e a redação do relatório é esclarecedora do favorecimento dos bancos:

...R\$ 825 bilhões, quase o valor de nosso PIB, não são alcançados por nenhum imposto, em razão da prática de atos de sonegação, evasão ou elisão fiscais. Metade das 530 maiores empresas não pagam imposto de renda, valendo-se de brechas legais. Das 66 maiores instituições financeiras, 42% não recolhem um centavo sequer aos cofres públicos, a título de imposto de renda. (Senado Federal, 1999, p. 290)

Tantas informações e apurações sobre o que acontece no sistema financeiro, tal qual verificado na CPI dos Bancos, sem que se produzam mudanças coercitivas e atenuantes das práticas ilícitas e ilegais, são parcialmente explicáveis pelo complexo de favorecimentos e pela ocupação direta de cargos nos aparelhos de Estado por executivos diretamente ligados ao sistema financeiro e pela intensa influência dos financistas na definição dos principais cargos decisórios na burocracia estatal de controle do sistema, conforme Minella (1988):

...alguns grupos financeiros (...) se caracterizam pelo trânsito de seus quadros diretivos para o comando de aparatos de decisão do Estado, especialmente relacionados com a área econômico-financeira (Ministérios, Conselho Monetário Nacional, Banco Central, e Instituições Financeiras Estadais) (Minella, 1988, p. 61).

Observando o histórico dos presidentes do BACEN<sup>70</sup>, pode-se verificar que dezenove entre os vinte e três presidentes do banco entre 1965 e 2002 mantiveram, ou ainda mantêm, cargos na alta diretoria de bancos privados<sup>71</sup>. O caso mais recente é do ex-presidente do BACEN, entre setembro de 1993 e dezembro de 1994, e ex-Ministro

---

<sup>70</sup> Disponível em <http://www.bacen.gov.br/mPag.asp?perfil>, acessada em 23/08/2002.

<sup>71</sup> Sobre a trajetória das relações entre presidentes e diretores do BACEN e os bancos privados ver reportagem *O legal e o imoral*, publicada na Revista dos Bancários, nº 11, de julho de 1996. Outras evidências de relacionamento privilegiado entre as diretorias do BACEN e as principais corporações do sistema financeiro estão disponíveis também em Novelli (1999).

da Fazenda Pedro Sampaio Malan. O ex-ministro foi responsável direto pela conivência do BACEN com as fraudes acumuladas pelo Banco Nacional entre 1993 e 1994 e foi responsável também pelo PROER que viabilizou a operação de liquidação do banco e a sua estranha aquisição pelo Unibanco em 1995, conforme trecho do Relatório Final da CPI dos Bancos<sup>72</sup>. Quatro meses após deixar o governo, cumprindo assim o prazo legal de afastamento do mercado, o ex-ministro Malan foi nomeado vice-presidente do conselho de administração do banco amplamente favorecido em sua gestão, o Unibanco. Além dele, também outro ex-diretor do BACEN, Sérgio Werlang, passou a ocupar o cargo de diretor-executivo do Banco Itaú no mesmo período.

O ascenso sobre os cargos de direção do sistema financeiro auxilia na explicação da suposta incompetência das operações dolosas ao erário realizadas pelos bancos públicos, como foi o caso do escândalo BB-Encol<sup>73</sup>, ou da falha fiscalização do BACEN nas extensas fraudes bancárias, especialmente aquelas que levaram os bancos Nacional e Econômico à insolvência em 1995. Em depoimento à CPI dos bancos, o ex-presidente BACEN Gustavo Loyola reconheceu que o banco errou na fiscalização do Banco Nacional e pediu desculpas pelos R\$ 5,3 bilhões em fraudes acumuladas durante os nove anos que o BACEN não detectou e tampouco tomou qualquer medida para evitar as irregularidades<sup>74</sup>.

Tal qual ocorrido no BACEN nos bancos federais, especialmente Banco do Brasil - BB - e Caixa Econômica Federal - CEF, as diretorias contavam geralmente com a presença de um ex-diretor ou alto funcionário de um banco privado. Um caso exemplar foi de Lafayte Coutinho, que era diretor do Banco Econômico ele foi indicado pelos banqueiros para a tesouraria da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello junto com Paulo César Farias, o PC Farias. Com a vitória eleitoral de Collor,

---

<sup>72</sup> “5.5. Escândalo na Liquidação do Banco Nacional : O Banco Nacional foi vendido ao Unibanco no âmbito do Proer no dia 18 de novembro de 1995, 24 horas após a expedição da Medida Provisória nº 1.182 (atual Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997) que ampliou os poderes do Banco Central, conferindo-lhe maior flexibilidade nos casos de insolvência e fusões bancárias. ...A liquidação extrajudicial do Banco Nacional foi um escândalo de proporções crescentes. Estimativas iniciais de técnicos do BC estimavam um rombo em torno de R\$ 1,5 bilhão. Em fevereiro de 1996, o BC constatou que o rombo patrimonial era muito superior à estimativa inicial. A fiscalização do Banco Central detectou manipulações fraudulentas de balancetes e centenas de contas fantasmas que vinham sendo mantidas desde o Plano Cruzado. A intervenção no Nacional requereu aproximadamente R\$ 5,9 bilhões em empréstimos do Proer.” (Senado Federal, 1999, p. 229)

<sup>73</sup> O Banco do Brasil encobriu as fraudes praticadas pelos gestores da Incorporadora Encol conforme Relatório Final da CPI dos Bancos (Senado Federal, 1999) páginas 258 à 325.

<sup>74</sup> Conforme Relatório da CPI dos Bancos (Senado Federal, 1999) p. 330.

Lafayette Coutinho tornou-se presidente da CEF, posteriormente presidente do BB e um agente privilegiado de influência e negociações até o final do governo Collor.

Além da ocupação direta de cargos nos aparelhos de Estado, os financistas desenvolvem também avançados mecanismos de influência através de poderosos lobbies, cuja prática está tão difundida que foi regulamentada no Poder Executivo, através de decreto-lei em junho de 2002, e no Legislativo discute-se um projeto-lei - PL 6132/90 para a mesma regulamentação<sup>75</sup>. Em artigo sobre a representação empresarial e o poder público, Diniz e Boschi (2002) destacam a generalização e a profissionalização das relações das entidades com os governos. Os autores afirmam que diversas entidades mantêm escritórios de “relações governamentais” para desempenhar as funções de lobby junto aos poderes de Estado, desenvolvendo assim uma estratégica abordagem dos agentes-chave dos processos decisórios que varia de simples informações aos mais complexos mecanismos de coação e corrupção ativa. Tal dinâmica é assim apontada por Pio (1997):

Os governos do período democrático recente, a partir da definição de suas linhas prioritárias de política, alteraram estrategicamente o aparato institucional do Estado para promover a cooperação dos atores sociais estratégicos, ora incorporando-os, ora excluindo-os. Esta conduta contribuiu para reforçar ainda mais o padrão informal de representação de interesses sociais junto ao processo decisório público, algo intrinsecamente nocivo à consolidação democrática, devido ao seu caráter excludente (Pio, 1997, p. 37)

Entre os financistas, a atividade de lobby foi exemplar em diversas manobras para proteger o sigilo de seus clientes quando ocorreram os debates sobre a proposta de acesso da Receita Federal aos dados do imposto cobrado sobre a movimentação financeira, a CPMF, para combater a sonegação fiscal dos grandes depositantes e viabilizar, com esses recursos, o reajuste no pagamento previdenciário do salário-mínimo proposto na época. Dentre os protegidos pelos lobbies financistas estavam especialmente os narcotraficantes, conforme declarado por um notório defensor

---

<sup>75</sup> Conforme matéria *Deputado defende a regulamentação do lobby*, veiculada no Boletim Eletrônico da Agência Câmara em 22/05/2002 no site <http://www.camara.gov.br/internet/agencia>, acessado em 08/08/2002.

dos bancos no Congresso, o Deputado Federal Mussa Demes<sup>76</sup> do PFL do Piauí: "Isso vai se transformar num instrumento de perseguição e de corrupção da Receita Federal. ...Você acha que um narcotraficante vai deixar o dinheiro no banco? Vai colocar embaixo do colchão"<sup>77</sup>.

Além da regulação geral do mercado financeiro, os lobistas dos banqueiros influenciam também nas decisões dos órgãos de regulação específica do setor como no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, conhecido como "conselhinho". O órgão, subordinado ao Ministério da Fazenda, tem composição paritária, com quatro representantes do governo e quatro da iniciativa privada, e julga recursos, em segunda e última instância administrativa, contra punições aplicadas pelo Banco Central - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aos bancos e demais instituições financeiras<sup>78</sup>. Segundo levantamento realizado pelo Jornal Folha de São Paulo nos relatórios de atividades da instituição entre 1994 e 1997, foram julgados 719 processos dos quais a maioria obteve sucesso na petição de transformação da penalidade em mera advertência ou ainda redução da multa aplicada para valores insignificantes. Referindo-se ao escandaloso índice de redução, ou mesmo nulidade, das penalidades, o diretor jurídico da FEBRABAN à época defendeu as instituições bancárias e ressaltou a importância da atuação do "conselhinho" para minimizar os constantes abusos cometidos pela fiscalização do BACEN<sup>79</sup>. Entre 1998 e 2002 esse quadro de impunidade foi revertido e o índice de confirmação das penalidades aplicadas pelo BACEN apresentou crescimento positivo, alcançando 73% no ano de 2000; entretanto esses dados carecem ainda de avaliação qualitativa do comportamento do órgão em relação aos grandes corporações financeiras<sup>80</sup>.

O acesso privilegiado dos financistas ao Estado e sua capacidade de influenciar as políticas públicas segundo seus interesses são apontados em dezenas de

---

<sup>76</sup> O desempenho do referido deputado pode ser acompanhado na *home page* do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP: [www.diap.org.br/agencia/not\\_busca.asp?codigo=2188&conteudo=mussa&titulo=hdkslpwr&assunto=hplws&texto=mussa](http://www.diap.org.br/agencia/not_busca.asp?codigo=2188&conteudo=mussa&titulo=hdkslpwr&assunto=hplws&texto=mussa).

<sup>77</sup> Trecho da declaração do congressista publicada na matéria *Deputados da base adiam votação de projeto que quebra sigilo da CPMF*, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 01/12/2000, p. A8.

<sup>78</sup> Conforme informações disponíveis no *site* do CRSFN, [www.bc.gov.br/crsfn](http://www.bc.gov.br/crsfn) acessado em 26/04/2002.

<sup>79</sup> Conforme matérias *Lei prevê punição irrisória para fraudes financeiras* e *Diretor da Febraban afirma que Conselho de Recursos ajuda a equilibrar abusos da fiscalização do BC*, publicadas no Jornal Folha de São Paulo em 25/05/1997, p. 1-12 e 1-13 respectivamente.

<sup>80</sup> Conforme levantamento realizado nos relatórios anuais do CRSFN entre 1998 e 2002 disponíveis em [www.bc.gov.br/crsfn/crsRelAtiv](http://www.bc.gov.br/crsfn/crsRelAtiv), acessados em 14/07/2003.

estudos referentes à relação dos bancos mundiais com Estados-nação periféricos e do conjunto dos bancos nos governos locais. Mintz e Schwartz (1985) concluem que os grandes bancos americanos influenciam internamente nos negócios dos países credores dos grandes consórcios financeiros ou dos organismos multilaterais de empréstimo na tentativa de estabelecer políticas que gerem fluxo de caixa suficiente para o pagamento das dívidas assumidas. Os autores destacam o quanto os bancos assumem o papel de *policymakers* do terceiro mundo quando intervêm abertamente nos países provocando constrangimentos estruturais através da ameaça de retirada de apoio a determinadas linhas de crédito ou aos esforços governamentais relacionados à política cambial ou de controle do fluxo de capitais.

A influência do capital financeiro e suas proposições de liberalização econômica sobre os governos foram evidenciadas durante as negociações do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI para renovação de linhas de empréstimos ao país, entre junho e agosto de 2002, quando os candidatos à presidência da república foram pressionados a assumir compromissos de continuidade das políticas neoliberais implantadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos. O país assistiu a acentuadas flutuações em todos os índices econômicos quando diversos bancos, investidores institucionais e institutos de análise econômica, tal qual o *Institute for International Economics* - IIE, em Washington, tentavam influenciar as decisões da equipe de governo do então candidato favorito às eleições presidenciais Luiz Inácio Lula da Silva. O referido instituto e seus intelectuais orgânicos afirmavam a altíssima probabilidade de ocorrência de uma aguda crise de pagamentos nas contas externas brasileiras até o primeiro trimestre de 2003, evitável apenas marginalmente com uma intensa elevação do superávit primário em curto prazo e disponibilização desses recursos segundo os critérios dos organismos multilaterais e do mercado internacional. Dezenas de artigos e matérias jornalísticas foram publicados entre junho e novembro daquele ano relatando os movimentos e ameaças internacionais em relação a dívida pública brasileira, dentre os quais a declaração realista do financista Jorge Soros perante os executivos dos principais bancos do mundo é exemplar:

Não cabe mais ao Brasil decidir. Se o país não conseguir pegar dinheiro emprestado a taxas razoáveis<sup>81</sup>, não haverá opção. ... As ações de bancos com operações no Brasil estão caindo. Os bancos têm que reagir saindo do Brasil. Essa é a lógica.<sup>82</sup>

As negociações, em ritmo lento e tumultuado com as frequentes ameaças de abalos no mercado financeiro brasileiro, resolveram-se com a manifestação formal dos candidatos favoritos à presidência e dos grandes bancos estrangeiros, especialmente os americanos, de preocupação os investimentos bancários no país e de apoio aos esforços do governo brasileiro para estabilizar problemas cambiais alardeados pelos principais agentes do mercado externo e interno<sup>83</sup>. Apesar de todo o discurso em torno da ideologia neoliberal de redução do papel do Estado na economia e na sociedade, percebe-se facilmente o contraditório das práticas neoliberais de intervenção e controle para assegurar a credibilidade do sistema financeiro.

O resultado de tais intervenções desgasta os governos locais que se sujeitam aos ditames liberalizantes e implantam medidas e reformas apresentadas como indispensáveis para evitar o colapso do sistema de crédito e garantir o crescimento econômico. As políticas de socorro monetário externo e repressão interna de frações de oposição têm sido adotadas pela maioria dos governos na tentativa de reajustar temporariamente o sistema bancário; contudo os resultados obtidos têm sido bastante controversos porque essas manobras transitam entre a inflação e a depressão e provocam conflitos entre frações beneficiadas e frações não atendidas em seus interesses. Dessa forma, a hegemonia financeira depende cada vez mais tanto de organismos multilaterais para aprofundar o comprometimento dos estados-nação envolvidos em crises que ameaçam todo o sistema, quanto de aparelhos de estado que

---

<sup>81</sup> O financista refere-se ao empréstimo de US\$ 30 bilhões obtido pelo Brasil em agosto daquele ano e cuja negociação para a liberação das parcelas dependia progressivamente do posicionamento dos bancos e investidores internacionais em relação as eleições presidenciais.

<sup>82</sup> Trecho de matéria, “Debate nos EUA vê país à beira da bancarrota”, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 02/10/2002.

<sup>83</sup> Nesse período publicaram-se dezenas de reportagens e artigos de analistas e investidores sobre a instabilidade financeira e os compromissos de campanha dos candidatos à presidência da república, como referência pode-se observar a matéria *Bancos fazem Bush rever linha-dura para emergentes e FMI* e também *Bancos prometem não piorar crédito do país*, ambas publicadas no Jornal Folha de São Paulo em 09 e 27/09/2002 respectivamente.

protejam e garantam, em momentos específicos, a dominação financista através da coerção direta das frações de classes que reagem contra as políticas monetárias adotadas para impor-lhes o ônus devido pelo capital financeiro.

#### **1.4. As alianças entre os mercados ilegais e as corporações financeiras na conformação de novos territórios**

Além dos fatores da hegemonia financeira explorados anteriormente, a associação de interesses entre os bancos e o mercado ilegal é outro indicador das condições neoliberais de desregulamentação mercantil que se tornou estratégico para a configuração da hegemonia financista, muito embora pouco explorado na sociologia econômica. Assim, como a prática do Império é banhar-se continuamente no sangue e dedicar-se conceitualmente à paz (Hardt, 2001), como a ideologia neoliberal prega o ilusionismo da livre concorrência e se dedica às benesses dos recursos públicos, assim também podemos afirmar que é prática dos financistas, como classe constituída, banhar-se continuamente nos dejetos das relações humanas e dedicar-se conceitualmente à *compliance*<sup>84</sup> cosmética nos controles fugazes da legalidade. Dessa forma torna-se imperativo aos estudos da rede transassociativa constituída pelos financistas considerar a importância daquilo que proponho denominar de associações ilegais de interesses para a composição básica da hegemonia financeira. Nesse sentido as conexões entre o sistema financeiro e a lavagem de dinheiro<sup>85</sup> são exemplares.

O poder das associações ilegais de interesses no Brasil foi evidenciada na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Congresso Nacional, formada em 1999, para investigar a ligação do narcotráfico com membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário. O relatório final da CPI do Narcotráfico acusou responsabilidades globais aos países sede dos maiores bancos comerciais do mundo, especialmente os Estados Unidos da América, pela proteção integral proporcionada aos

---

<sup>84</sup> *Compliance* é a conformidade de uma instituição às regras e mecanismos de controle da atividade financeira vigentes em um país ou nos organismos de mercado internacional. Geralmente as corporações constituem uma área específica (*compliance officer*) vinculada à área jurídica ou a direção geral da empresa para enquadrar suas atividades nos regulamentos específicos. No Brasil o *compliance* é regulado pela Resolução 2.554 do Bacen, de 24/09/1998.

<sup>85</sup> Conforme Machado (1995): “Lavagem de dinheiro” ou “branqueamento de dinheiro” é como se denomina o processo mediante o qual o dinheiro obtido por meios ilegais passa à condição de legítimo ou tem suas origens ilegais mascaradas. Essa reciclagem de dinheiro “ilícito” não recobre apenas os lucros obtidos com o comércio ilícito de drogas: pode envolver a fuga de capitais, o dinheiro proveniente do contrabando de armas, de grãos, de produtos eletrônicos, de matérias primas para a fabricação de armas nucleares, assim como os lucros provenientes de serviços freqüentemente controlados por máfias (prostituição, hotéis, jogos de azar, casas de cambio, etc.)” (Machado, 1995, p. 218).

paraísos fiscais<sup>86</sup> e centros financeiros *offshore* que servem de “lavanderia” para grande parte do dinheiro obtido por meios ilícitos no mundo. As centenas de páginas com depoimentos, denúncias de obstrução de investigações, especialmente por negativa ou falseamento de informações, e diversos indiciamentos envolvem tanto bancos públicos federais quanto bancos privados nacionais e estrangeiros. Destaca-se no relatório que todos os grandes bancos em operação no Brasil, indistintamente, possuem agências em vários paraísos fiscais onde atuam intensamente sob a proteção de regras propulsoras da elisão fiscal e do crime organizado, especialmente os irrestritos sigilos bancário e fiscal. Todavia, ao se referir à situação especificamente brasileira, o relatório aponta evasivos vínculos do narcotráfico com sistema financeiro e faz um chamado pueril para que os banqueiros fechem seus caixas à lucrativa lavagem de dinheiro, conforme o texto:

O Brasil desta passagem de século é um país ameaçado pelo crime organizado. E é de olhos atentos a isso que se deverá julgar os narcotraficantes, os lavadores de dinheiro e as instituições financeiras que com eles compactuam. As que são omissas quanto ao controle que a lei impõe já estão a serviço do crime organizado. O banqueiro é chamado, pois, a exercer sua cidadania: não pode mais fechar os olhos e abrir seu caixa para receber dinheiro sujo. (Congresso Nacional, 2000, p. 17)

O deputado parece conceber amadoristicamente o tráfico de dinheiro não autorizado, embora bastante conhecido, como um fator estranho e externo à atividade financeira e legislativa, pouco considerando que a lavagem de dinheiro compõe a própria gênese das políticas liberalizantes executadas no governo brasileiro e aprovadas no Congresso Nacional. Outra Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI foi aberta em junho de 2003 para investigar a remessa ilegal de 30 bilhões de dólares americanos entre 1996 e 2000, segundo investigações da Polícia Federal brasileira, para uma agência do Banco do Estado do Paraná - Banestado em Nova York e de lá reenviados para paraísos fiscais. A CPI mista do Banestado, formada no Congresso Nacional, foi precedida em três meses de outra comissão de mesmo caráter na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e ambas as comissões relutaram em avançar nas investigações que

---

<sup>86</sup> Paraíso Fiscal (*Tax Haven*): algumas características dos Paraísos fiscais (e de centros financeiros offshore): não compartilham informações sobre impostos com outros países; apresentam um alto grau de dependência em relação ao setor de serviços financeiros; tem localização geográfica favorável para a conexão com países ricos vizinhos; atividade turística importante para explicar grandes fluxos de dinheiro vivo; excelente meio de comunicação eletrônicos; sigilo bancário. Fonte: Glossário Sistema Financeiro Mundial, Machado (2003).

envolvem influentes políticos e banqueiros em desvios de dinheiro público e financiamento de campanhas eleitorais, segundo denúncias reiteradas nos jornais de grande circulação nacional e ainda conforme depoimentos do Procurador da República Luiz Francisco de Souza à CPI do Congresso ocorrido em 30 de julho<sup>87</sup>. Embora as comissões tenham avançado pouco, um grupo de elite do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, no Paraná, apurou o envolvimento de oito mil pessoas no esquema que ficou conhecido como “propinoduto do Banestado”, apresentou nove ações penais e denunciou 194 pessoas e dez bancos e casas de câmbio em julho de 2003<sup>88</sup>.

O conjunto das denúncias da CPI do Banestado e dos documentos apontados nas investigações torna bastante plausível a existência de um padrão de relações criminosas entre o sistema financeiro e as máfias de desvio de dinheiro dos cofres públicos, assim como também evidencia a relação de corrupção ativa entre os gestores financistas e o aparato institucional montado para o desvio de recursos públicos. Embora o esforço de investigação e apontamento das conexões internacionais seja válido, lançando a responsabilidade para os centros financeiros *offshore*<sup>89</sup> e para os paraísos fiscais localizados no exterior, esse direcionamento ainda é inconsistente pela parcialidade de não elucidar os paraísos correspondentes existentes no próprio território brasileiro e operados pelos maiores bancos instalados no Brasil.

Em extensos estudos sobre a gestão do território, Machado (1995, 1996 e 1999) evidencia a conivência e a complementaridade existente entre os mecanismos de (des)regulação dos Estados e as áreas especiais de comércio e finanças operadas tanto

---

<sup>87</sup> Conforme matéria *Bornhausen e Procurador discutem em CPI* publicada no Jornal Folha de São Paulo em 31/07/2003, p. A12.

<sup>88</sup> Conforme matéria *Ministério Público denuncia 200 nomes no caso Banestado*, publicada no Jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, em 01/08/2003.

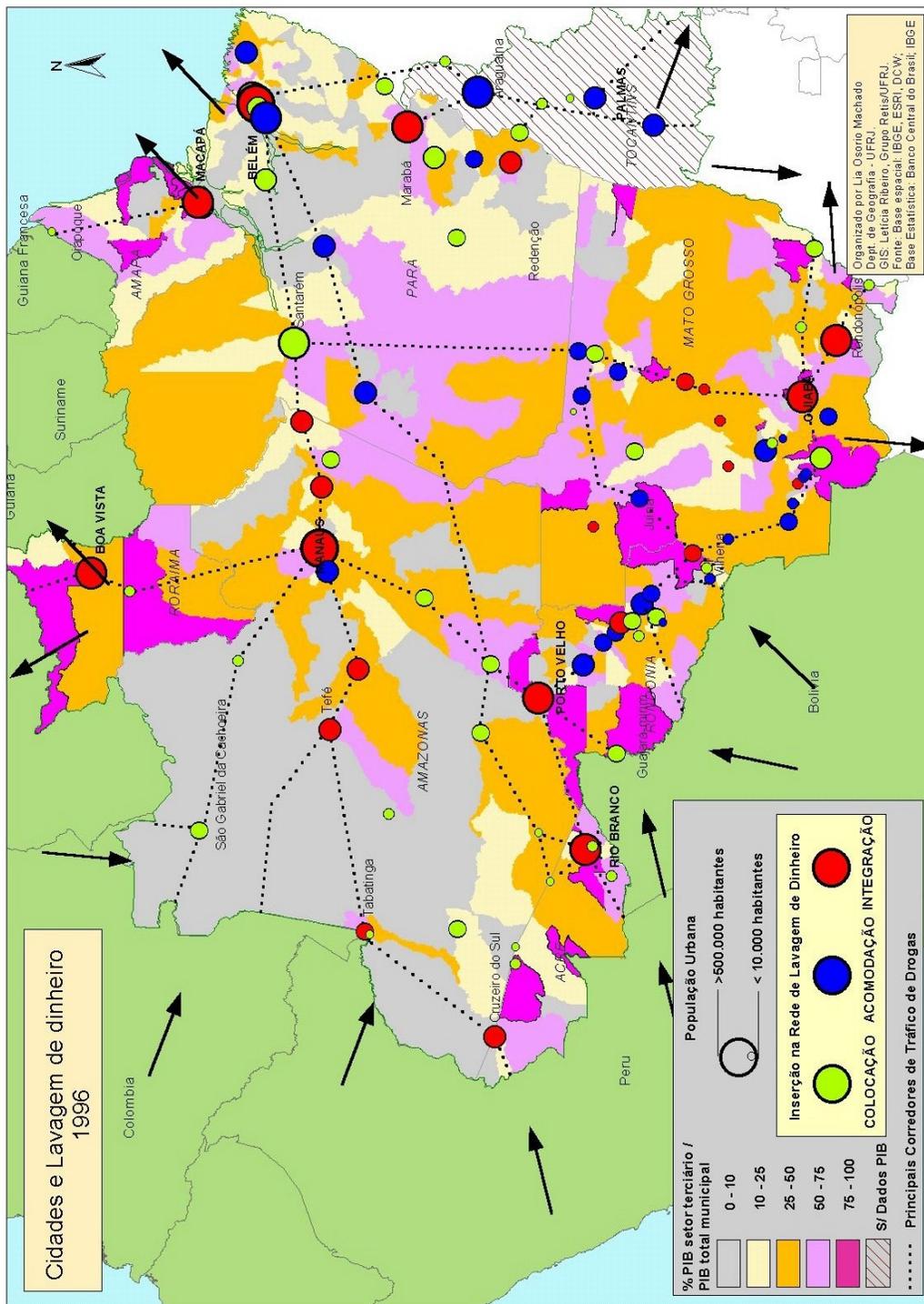
<sup>89</sup> Centros financeiros offshore (*offshore financial centers – OFCs*) têm várias funções no mundo contemporâneo: 1) centros financeiros onde fundos em moeda estrangeira de não-residentes são depositados para depois serem canalizados, através de intermediários financeiros offshore, aos tomadores de empréstimo, também não-residentes; 2) fuga do controle e regulamentos dos estados de origem do investidor (individual ou institucional); 3) parte de redes de operações financeiras protegidas pelo anonimato; 4) parte de redes financeiras de lavagem de dinheiro. Em resumo, as vantagens dos CFOs: a) domicílio de companhias internacionais (financeiras ou não) que criam *holdings* e subsidiárias em lugares onde existam benefícios fiscais, vantagens cambiais e anonimato; b) lugares onde é possível às companhias explorar com maior liberdade de ação do que no país de origem os mercados internacionais de capital e dinheiro; c) paraísos fiscais para lucros e poupança internacionais, além de serem ‘bacias’ de liquidez para investidores internacionais num ambiente tributário neutro. Se em passado recente, os CFOs se limitavam a servir o mercado bancário e financeiro, atualmente a expansão dos meios de telecomunicação tem provocado a extensão do princípio “offshore” para outras áreas como jogos de azar, pornografia e compras on-line de bens de consumo individual. Fonte: Glossário Sistema Financeiro Mundial, Machado (2004).

nos mercados globais quanto no Brasil<sup>90</sup>. A autora alerta para o cinismo presente na dupla diferenciação entre os tipos de “dinheiro limpo” e “dinheiro sujo” e sua esfera de circulação: “dependendo da perspectiva, se de fora ou de dentro do território nacional, encontramos que o mesmo dinheiro pode ser classificado como legal ou ilegal” (Machado, 1999, p.26). Analisando o caso das conexões entre o narcotráfico e a rede de agências bancárias na Amazônia Legal, a autora estabelece uma nova concepção de paraíso fiscal e lavagem de dinheiro associando o mapeamento do tráfico de drogas com a elevada movimentação de cheques, avançados recursos de telecomunicações e o reduzido total de riqueza declarada na região nos anos noventa. Verifica-se a existência de paraísos perfeitamente localizáveis em determinadas regiões ou municípios amazônicos onde mais de dois terços do produto interno bruto são determinados pelo setor terciário, fundamentalmente as milionárias movimentações financeiras. As evidências apontadas pela autora são amplamente conhecidas dos bancários e das autoridades das cidades investigadas, e os dados utilizados são certamente acessados diariamente por autoridades reguladoras do sistema financeiro e pelas áreas de compliance dos bancos envolvidos; entretanto o dinamismo das operações bancárias na região cresce exponencialmente caracterizando uma nova dimensão na ordem de relações entre finanças e riquezas. A intensa associação ilegal de interesses analisada por Machado (1996) pode ser observada na figura a seguir:

---

<sup>90</sup> Documentos, textos, mapas e gráficos sobre o sistema financeiro e a lavagem de dinheiro podem ser obtidos na *home-page* do Grupo RETIS/UFRJ <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/sistfin/index.php>.

**FIGURA 01: CIDADES E LAVAGEM DE DINHEIRO NA AMAZÔNIA LEGAL - 1996**



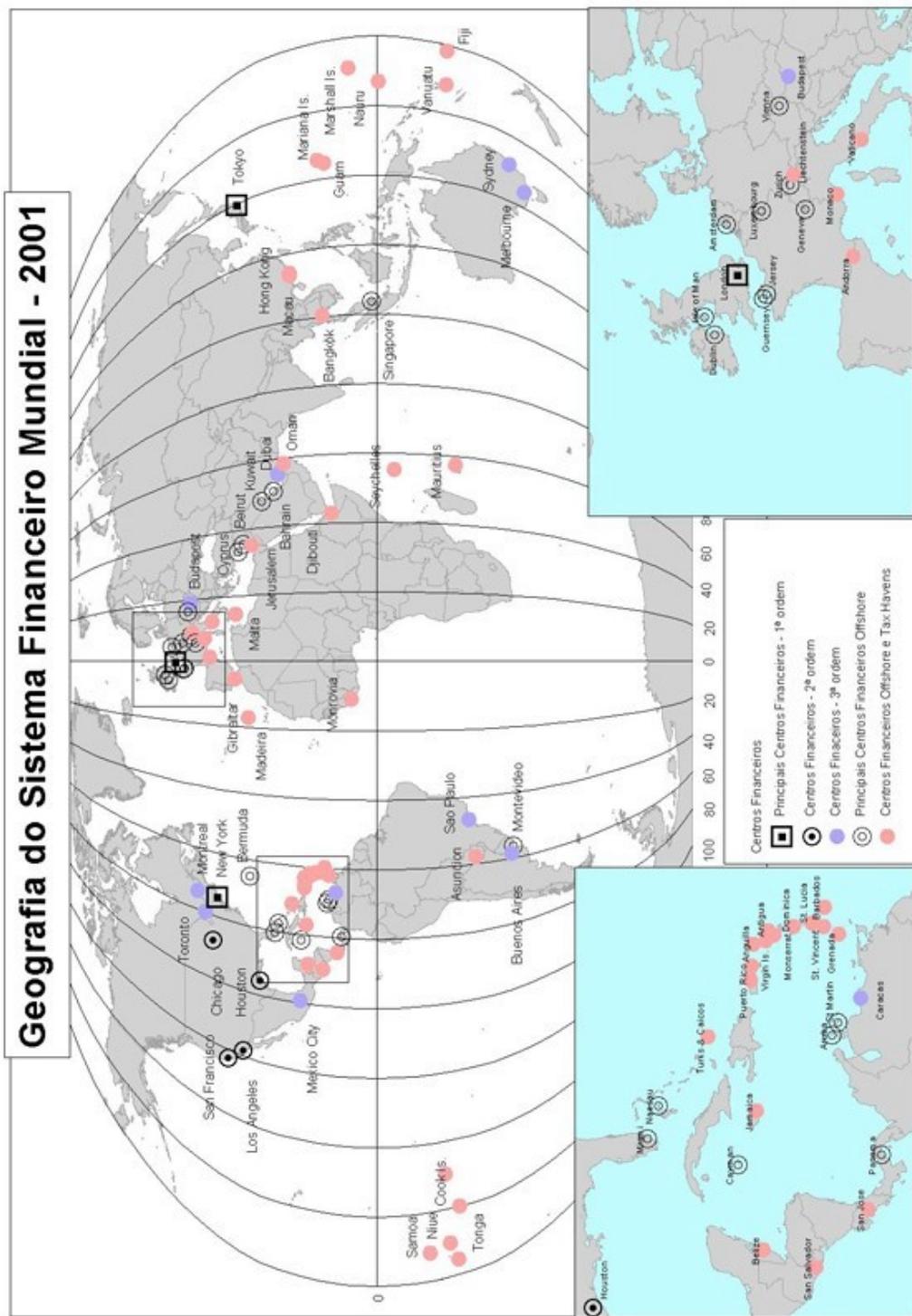
Os vínculos interdependentes entre o narcotráfico e a lavagem de dinheiro são apontados também em diversos estudos sobre a produção de cocaína em Bolívia, Peru e Colômbia, citados por Salama (1999) para analisar sua relação com o sistema financeiro. Segundo o autor, as relações estabelecidas entre os grandes produtores de cocaína, narcotraficantes e os grandes bancos americanos caracterizam máfias internacionais com conexões em todos os setores econômicos e políticos em escala global. A globalização econômica e as políticas neoliberais, as relações do narcotráfico e a lavagem de dinheiro no Brasil, China, Índia e México são analisadas também em extenso relatório UNESCO (2002), onde dezenas de pesquisas apontam para a intensificação das conexões entre as diversas formas de obtenção de dinheiro ilegalmente, especialmente o narcotráfico, e o sistema financeiro coordenado pelos grandes bancos mundiais nas duas últimas décadas.

Toda essa expressividade da relação entre o sistema financeiro e os mercados ilegais é, entretanto, a menor parcela de envolvimento dos bancos se comparado com o conjunto dos recursos originados nas manobras parafiscais conforme analisado em Chesnais (1996 e 1998b) e apontado em Machado (1999):

Bem mais significativo é aquele oriundo de particulares e de empresas que querem escapar da instabilidade econômica do país de origem, do pagamento de impostos ou que buscam maior rentabilidade para o seu capital. São eles responsáveis pela transferência de grandes somas desde os países para o exterior através de operações bancárias legais e ilegais, e que podem voltar ao país de origem como capital estrangeiro, beneficiando-se das vantagens que porventura o país hospedeiro ofereça. ...No entanto, não tem sentido “demonizar” o sistema financeiro mundial, pois a demanda por seus serviços se origina em indivíduos e empresas com base nacional. Um serviço como o *private banking* foi criado justamente para facilitar a legalização do que é, para todos os efeitos, fuga de capitais. O mercado mundial de *private banking* somava em 1996 US\$ 12 trilhões, sendo que um terço disso eram recursos administrados fora dos países de origem (*offshore*) (Machado, 1999, p.26).

Essa intensa movimentação legal/ilegal ao redor do planeta está apoiada nos principais centros financeiros e paraísos fiscais representados na figura a seguir:

FIGURA 02: GEOGRAFIA DO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL - 2001



Na figura anterior podem ser observados tantos centros financeiros *offshore* e paraísos fiscais quanto centros financeiros tal qual estabelecidos nas grandes metrópoles mundiais. A formação dos grandes centros de isenção fiscal foi intensificada na primeira metade do século XX quando grandes fortunas e corporações formalizaram a existência de unidades localizadas em pequenos países que proporcionavam amplas garantias aos seus ativos sem questionar origem, sem cobrar impostos por permanência e trânsito e, especialmente, sem informar aos demais países a existência de tais operações. Atualmente tais centros financeiros contam com os mais avançados recursos informacionais existentes no planeta, são protegidos por tratados transnacionais e transcorporativos de toda ordem de conveniência com seus objetivos e estão fortemente amparados por forças militares das principais potências bélicas do mundo, especialmente anglo-americanas<sup>91</sup>.

A interatividade das operações legais e ilegais realizadas nos grandes centros financeiros do planeta, especialmente viabilizada pela não-intrusão dos estados nacionais nos negócios dos paraísos fiscais, produziu agentes e espaços transnacionais cuja regra fundamental é a permeabilidade favorecida de fronteiras e a sobreposição dos interesses financistas às regulações que ainda representam algum obstáculo ao livre trânsito do dinheiro. A esses movimentos poder-se-ia afirmar a propriedade da primazia liberal da livre concorrência tão intensivamente proposta na ideologia neoliberal nas últimas décadas, pois, na liberdade dessas territorialidades específicas, a demanda do trabalho sobre o capital é próxima de zero, os gastos com as políticas sociais são reservados ao bem-estar de seus operadores e o controle estatal sobre o dinheiro é implantado sob encomenda de seus portadores anônimos.

Algumas tentativas de controle institucional dessas operações legais/ilegais realizadas no sistema financeiro têm sido anunciadas no Brasil pelo Banco Central – BACEN e pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN em associação com organismos internacionais; entretanto, os resultados desses esforços têm sido pouco perceptíveis. Tal fracasso certamente não pode ser creditado à ignorância ou à dificuldade de localização dessas práticas, pois tanto o BACEN quanto os próprios bancos e suas organizações de interesse têm acesso direto às evidências diárias das

---

<sup>91</sup> Centenas de pesquisas e artigos acadêmicos podem ser acompanhadas e acessadas no *site*: [www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/EH/F/noir/blanc](http://www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/EH/F/noir/blanc), abrigado na universidade canadense de Laval.

manipulações fisco-contábeis e da lavagem de dinheiro no sistema financeiro, conforme dados divulgados em julho de 2003 pelo Comitê Latino-Americano para a Prevenção da Lavagem de Dinheiro, órgão coordenado pela Federação Latino Americana de Bancos – FELABAN.

A citada *Pesquisa do Comitê Latino-Americano de Lavagem de Dinheiro*<sup>92</sup> revela que 96% das instituições monitoram as transações suspeitas de lavagem de dinheiro, que 75% delas reportam os casos a alguma unidade de inteligência financeira externa e que a maioria dos executivos responsáveis por essa área de *compliance* bancária participa das decisões sobre as estratégias da corporação referentes a produtos, serviços, segmentos e especialmente sobre as decisões de vinculação ou desvinculação de clientes. Ou seja, a pesquisa evidencia que os bancos que operam na América Latina monitoram, comunicam às autoridades externas e desenvolvem seletividade em relação aos clientes suspeitos de enriquecimento obtido por manobras fiscais, corrupção, fraudes e ou por operação nos mercados de drogas, armas, pessoas e demais tráficos ilegais. Com todo o aparato de identificação, controle e repressão, os casos de lavagem de dinheiros e demais operações consideradas em não-conformidade com os compromissos da governança financeira crescem exponencialmente todos os anos na América Latina evidenciando, no mínimo, a completa ineficácia desses mecanismos ou, o que parece mais plausível, conferindo confirmação às suspeitas de utilização desses mecanismos para realizar exatamente o contrário de seus propósitos.

Observando os diversos fatores explicativos do poder dos bancos na sociedade, e também as diversas considerações críticas a seu respeito, pode-se afirmar que as relações de produção centradas na fração financista se estabelecem como um aparelho de hegemonia social. Conforme aponta Carnoy (1994), ao debater a concepção de Gramsci sobre a relação entre Estado e hegemonia:

Hegemonia e função hegemônica no Estado emanam ao mesmo tempo da natureza da burguesia como uma classe ideologicamente abrangente e de sua posição específica de poder econômico na sociedade capitalista (Carnoy, 1994, p.102).

---

<sup>92</sup> Ironicamente a manchete da nota de divulgação da pesquisa é *Pesquisa do Comitê Latino-Americano de Lavagem de Dinheiro*, conforme divulgado em [http://www.febraban.com.br/Arquivo/Destaques/show.asp?id\\_destaque=114](http://www.febraban.com.br/Arquivo/Destaques/show.asp?id_destaque=114) em 16/09/2003.

Em síntese, nas últimas décadas o dinheiro e as finanças tornaram-se globais e cibernéticos, desconstituíram os referenciais territoriais e as materialidades aos quais serviam de representação e constituíram o poder da corrupção constante das regras, tornando-se a própria regra da efemeridade dos contratos e do dilaceramento das forças dispostas nas lutas sociais. O poder dos bancos tornou-se essencialmente corruptor de relações ontológicas e das regras dos espaços dos lugares da vida. Ele constitui e é constituído pela onicrise instaurada na alta modernidade e gerenciada por redes infinitas de micro conflitos que dissipam e neutralizam as contradições e o potencial das lutas geradas no sistema produtivo. Dessa forma os financistas se apropriaram do poder social do dinheiro e criaram complexos mecanismos de hegemonia incorporados à esfera produtiva e ao poder político. Tantas alterações no ritmo e na intensidade da acumulação projetam o capital bancário e seus agentes, os trabalhadores bancários, para o centro das relações econômicas como produto e produtores de necessidades fluidas ou imateriais que respondem fundamentalmente aos seus próprios fluxos e buscam silenciar os espaços da vida e dos conflitos a ela inerentes.

Nessa perspectiva, não se trata de pensar uma dominação específica de corporações financeiras mas sim um processo de relativa unificação do capital financeiro, proveniente do privilegiado acesso de seus agentes à maioria das instituições da sociedade, que habilita esses agentes a promoverem valores que suportam e legitimam suas posições positivamente assimétricas em relação às outras frações de classe envolvidas nas disputas sociais e, no caso dessa pesquisa, especialmente os trabalhadores do sistema financeiro. Nesse contexto, as condições neoliberais para a hegemonia financeira nas últimas décadas consagram os trabalhadores no sistema financeiro como operadores primários dos mecanismos considerados próprios de espaços protegidos e fluxos mundializados, tornando-os por consequência produtores e produtos de uma sobreordem jurídica e econômica pouco afetada pelas relações cotidianas e pouco suscetível às organizações formalmente constituídas, como os sindicatos, por exemplo.

## ***2. A complexidade das novas territorialidades do capital bancário nacional e as redes financeiras globais***

Os agentes da reestruturação do sistema financeiro ocorrida nos anos noventa no Brasil desenvolveram novas territorialidades resultantes de cálculos intencionais usados para influenciar, afetar ou controlar o comportamento de grupos envolvidos na disputa de recursos. As corporações financistas se apropriam de espaços específicos para compor o projeto político neoliberal e garantir a manutenção de sua ordem através de estratégias de poder e exploração, definindo assim os seus territórios. As relações entre poder e espaço que compõem as territorialidades são concebidas por Raffestin (1993) como a soma das relações mantidas pelos atores que disputam o controle sobre determinados espaços, conforme o ator:

...falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis (Raffestin, 1993, p.153).

A instituição de novas territorialidades do capital financeiro no espaço brasileiro e a sua inserção nas relações mundiais através de fluxos estabelecidos pelo segmento bancário é um fator fundamental para a compreensão da reorganização das relações entre banqueiros e bancários. Assim, a discussão que segue aborda algumas das condições específicas das políticas neoliberais voltadas ao capital financeiro, os recursos que viabilizam a manutenção de sua posição de classe e a adaptabilidade dos financistas na alocação de recursos e organização do trabalho bancário.

## **2.1. Os princípios da reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil: acumulação privada insolvente e prejuízos públicos**

O processo de liberalização mundializada da esfera financeira fez com que, em apenas uma década, mercados relativamente fechados tornaram-se integrados ou subordinados às dinâmicas da financeirização mundial. A intensidade dessas transformações provocou, nas décadas de oitenta e noventa, a superação da tradicional função dos bancos como depositários de recursos e intermediários de empréstimos sindicalizados, que marcaram as décadas anteriores. Somaram-se ainda fatores como a concorrência de corretoras e fundos mútuos, expansão financeira de empresas produtivas e redes varejistas, novas tecnologias na gestão dos sistemas de pagamento e generalizam-se as inovações financeiras promovidas pelas instituições não-bancárias nos países centrais.

A expansão financeira dos anos noventa foi consideravelmente diferente dos anos setenta quando os bancos estrangeiros atuavam concentrados no apoio à expansão de grandes corporações multinacionais. A estratégia no final do século foi a conquista de ampla fatia do mercado local, com a maior diversificação possível de produtos, que permitisse o ganho de escala global e o enfrentamento da concorrência nos países de origem<sup>93</sup>. Essa nova estratégia exigiu a constituição de um suporte ideológico neoliberal e alianças com as parcelas financistas locais para a liberalização ou remoção gradativa das restrições legais, referentes à movimentação de capitais, à atuação dos bancos estrangeiros no país, à promoção de transferências de controle, incorporações, cancelamentos e liquidações operadas no sistema pelos bancos centrais latino-americanos. Texto do presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Leo Wallace Cochrane Junior, publicado pelo Instituto Brasileiro de Ciência Bancária, demonstra o pensamento dos financistas na época<sup>94</sup>:

---

<sup>93</sup> Calderon e Casilda (2000) fazem boa demonstração da estratégia dos bancos espanhóis na América Latina explicitando a vinculação existente entre a expansão do BBVA (Bilbao-Vizcaya) e do BSCH (Santander) e a tentativa de sobrevivência de um dos dois bancos no mercado financeiro europeu. No mesmo sentido sobre os bancos europeus ver também De Paula (2003): *Los determinantes del reciente ingreso de bancos extranjeros a Brasil*.

<sup>94</sup> Além de textos, diversos artigos assinados pelos presidentes da Febraban, Leo Wallace Cochrane Junior e Alcides Lopes Tápias, foram publicados entre 1988 e 1993 defendendo a desregulamentação do mercado financeiro. Tais como *Coragem pra mudar*, artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo em 21/09/1989, p. A3, e *Reformas enquanto é tempo*, artigo de saudação aberta à eleição de

O Brasil deverá registrar a internacionalização de seu mercado financeiro e de capitais, a exemplo do que já vem ocorrendo nos países da bacia do Pacífico, no México e no Chile, os chamados “mercados emergentes”. Nossos Sistema terá, cada vez mais, que operar em escala mundial, competindo em igualdade de condições com seus congêneres no resto do mundo (Cochrane Junior, 1991, p.12)

Tais transformações foram tão intensas e dinâmicas que muitos países periféricos ajustaram tardiamente seus mecanismos regulatórios, e os seus bancos nacionais reagiram lentamente à nova dinâmica competitiva, promovendo assim a fragilidade nos seus sistemas financeiros e propiciando espaços de especulação que rapidamente foram absorvidos pelos bancos e outros intermediários financeiros que se encontravam sob vários fatores de repulsão nos países centrais<sup>95</sup>. Embora tenham ocorrido resistências em diversos setores sociais, os fluxos de capital migraram para a América Latina amparados pelos mecanismos de hegemonia das grandes corporações financeiras mundiais e pela ampla flexibilização das regras de trânsito de capitais estrangeiros ocorrida nos países da região nos anos noventa<sup>96</sup>.

O novo arcabouço regulatório, híbrido e volátil foi implantado fundamentalmente por exigência dos programas de liberalização mercantil, desnacionalização<sup>97</sup> financeira e estabilização monetária acordados com os organismos

---

Fernando Collor de Mello para a Presidência da República publicado no mesmo jornal em 21/12/1989, p. A3., e ainda *Para investir a longo prazo são necessárias regras mais flexíveis*, artigo publicado no Jornal Gazeta Mercantil em 17/04/1992, p. 05.

<sup>95</sup> Conforme Rocha (2002) os principais fatores de repulsão dos bancos nos mercados financeiros centrais foram a concorrência entre os setores bancários e não-bancários em todas as esferas de serviços financeiros para obtenção de alcance e escala globais, a concentração e a queda nas margens de lucros no mercado bancário europeu no final dos anos oitenta com a união econômica e monetária européia, aumento das exigências de regulação para proteção da qualidade do crédito em diversos países centrais, diversificação de produtos para maximizar lucros ponderados pelos riscos inerentes a cada país e, principalmente, aproveitamento dos diferenciais de taxas de juros entre os países de origem e os países de destino do crédito.

<sup>96</sup> Segundo dados do Relatório Anual 2000 do FMI, *Annual Report of the Executive Board for the Financial Year 2000*, a participação do capital bancário europeu e norte-americano no sistema financeiro dos países da América Latina, Europa Central e Ásia aumentou de 8,8% para 31,8% em média entre 1994 e 1999.

<sup>97</sup> O termo *desnacionalização* refere-se aos novos índices de participação do capital estrangeiro no controle do sistema bancário que nas últimas seis décadas foi composto majoritariamente, acima de 90%, por bancos cujo controle acionário, ou proprietário, era detido por capital nacional de residentes no país. Quando utilizado o termo *internacionalização* faz-se referência ao movimento de expansão dos bancos de controle nacional para mercados externos tal qual ocorrido em dezembro de 1998 quando o Bradesco comprou a seguradora do HSBC na Argentina, a extensão orgânica de agências e aquisições do Itaú na Argentina em 1999, a expansão de porte e agências do Banco do Brasil na zona do Euro, nos Estados Unidos e no leste asiático entre 1996 e 2000, ou ainda o credenciamento como

multilaterais de crédito internacional, essencialmente o Fundo Monetário Internacional – FMI, que rompeu com regras protecionistas que vigoravam há décadas e fragilizou mais ainda a economia latino-americana, conforme Chesnais (1998b):

A acelerada desregulamentação dos mercados financeiros ‘emergentes’, instigada pelo FMI e pelo Banco Mundial, significou a completa submissão desses países ao neoliberalismo, mas [e] também trouxe um elemento de risco sistêmico. Incorporar, ao sistema ‘incompleto’ de mundialização financeira, países que, antes, tinham sistemas fechados, com dirigentes pouco experimentados nas sutilezas das finanças de mercado, acaba resultando na criação de economias muito frágeis... (Chesnais, 1998b, p. 165)

Conforme Freitas e Prates (1998) e ANDIMA (1999), a liberalização financeira na América Latina alcançou patamares diferenciados na Argentina, México e Brasil. Os governos e as elites financeiras desses países promoveram reformas bancárias que, embora diferenciadas, cumpriram os ditames do pensamento neoliberal e reduziram a forte presença do setor público no sistema financeiro e ampliaram a participação de bancos estrangeiros sob a justificativa de reforçar a capacidade do sistema financeiro para resistir a choques macroeconômicos<sup>98</sup>.

O caso mais avançado de desnacionalização do sistema financeiro é o da Argentina onde a dolarização e integração com a economia internacional do início dos anos noventa proporcionaram às instituições financeiras estrangeiras as mesmas regras aplicadas às instituições nacionais, sem qualquer discriminação, adotando assim o princípio de tratamento nacional para os bancos estrangeiros iniciado no final dos anos setenta. Os resultados parciais dessa ampla abertura e da manutenção forçada da paridade cambial entre a moeda nacional e o dólar americano foram o acentuado crescimento econômico do país em meados dos anos noventa e o colapso sócioeconômico ocorrido no final da década que forçou uma revisão das bases do sucesso obtido com a abertura, uma desvalorização brutal das riquezas nacionais, um

---

*financial holding company* dos bancos Itaú e Bradesco junto ao banco central dos Estados Unidos da América ocorrido em 2002 para ampla atuação no mercado financeiro daquele país.

<sup>98</sup> Dados e análises sobre o sistema financeiro na América Latina obtidos especialmente em Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México, de Freitas e Prates (1998), e em *Globalization and the emerging economies*, de CEPAL/ECLAC (2000). Também em ANDIMA (1999), CEPAL (1999), e World Bank (2003).

refluxo das atividades dos bancos estrangeiros no país e interrupções nos compromissos com credores externos.

No México o acesso de investidores estrangeiros foi ampliado a partir de 1989 tendo como elemento central a abertura do mercado de títulos públicos. Conforme Freitas e Prates (1998), devido à elevada remuneração desses títulos, as aplicações em ações e papéis do governo mexicano absorveram quase todos os fluxos de capitais, e a dívida pública rapidamente concentrou-se em títulos de curtíssimo prazo detidos por investidores não-residentes. Tal política sustentou o milagre mexicano de atração de capital externo até a crise cambial de 1994 que ameaçou o sistema financeiro mundial expondo a elevada fragilidade das políticas monetárias baseadas na atração de investimentos de curto-prazo. A participação estrangeira no sistema bancário ficou bastante restrita durante o intenso e liberado ingresso dos investimentos estrangeiros de porta-fólio<sup>99</sup>. Entretanto a crise de 1994 induziu a liberação da compra de ações dos bancos mexicanos por bancos estrangeiros e até 1998 ingressaram no país os principais bancos americanos, espanhóis e o inglês HSBC, dentre muitos outros. Após a crise, a participação dos bancos estrangeiros no mercado bancário mexicano avançou para 80%<sup>100</sup>, e o país obteve uma relativa estabilidade financeira em função das políticas de subordinação da economia aos acordos comerciais diretos com o mercado americano, embora tenha ocorrido uma aguda deterioração das condições gerais de vida, aumento das desigualdades socioeconômicas e acelerada fragmentação das forças sociais de resistência às políticas implantadas, especialmente aquelas vinculadas à desregulamentação das condições do trabalho tal qual ocorrido na Argentina.

No Brasil o predomínio dos bancos estrangeiros já fez parte da história entre meados do século XIX e os anos vinte do século XX, quando as exceções à regra eram o Banco do Brasil e poucas iniciativas do capital privado nacional nos centros comerciais da época. Segundo Vidotto (1999), a esse período sucederam-se seis décadas de regulação protecionista que, embora mantivesse baixo o nível de participação do

---

<sup>99</sup> Porta-fólio (port.), ou *Portfolio* (ingl.), é uma carteira de títulos ou investimentos que contém ações, obrigações, commodities, investimentos específicos em imóveis, investimentos de títulos de liquidez imediata ou outros ativos financeiros (*commercial papers*) de um investidor pessoa física, pessoa jurídica ou investidor institucional. A finalidade de um porta-fólio é reduzir o risco por meio da diversificação nas aplicações.

<sup>100</sup> Conforme nota de divulgação *Bancos discutem negociação de serviços financeiros na ALCA*, disponível na *home-page* da FENABAN, [http://www.fenaban.org.br/arquivo/destaques/workshop\\_alca\\_omc.asp](http://www.fenaban.org.br/arquivo/destaques/workshop_alca_omc.asp), consultada em 26/09/2003.

capital externo sob a forma de investimento direto, não resistiu à associação do excedente mundial de capital dos anos setenta com fatores políticos neoliberais e assimilou a transnacionalização pela via de capitais de empréstimo, vinculando as instituições financeiras domésticas ao mercado internacional pelo seu passivo patrimonial, conforme demonstrado por Minella (1988) ao debater a desnacionalização dos grandes bancos e a composição de alianças na burguesia financeira transnacional desse período. Além dessa face pouco visível do avanço da transnacionalização, no mesmo período ocorreu a expansão de alguns bancos estrangeiros no Brasil através do princípio da reciprocidade presente nos acordos bilaterais firmados para permitir também expansão dos bancos brasileiros no exterior, principalmente Banco do Brasil, Banespa e Banco Real.

A reforma no sistema financeiro ocorrida nos anos noventa, que superou a reforma bancária de 1964 e seu modelo norte-americano de segmentação por especialização das instituições, começou em 1985 com os entendimentos entre o governo brasileiro e o Banco Mundial que tencionava diversos países para a adoção de critérios básicos de liberalização bancária. Conforme Vidotto (2002), essas tratativas, que objetivavam um programa de ajustamento e flexibilização das regras do sistema, não foram formalizadas mas influenciaram as alterações ocorridas no sistema financeiro nos próximos dez anos. Em 1988 as regras para os negócios bancários foram liberalizadas, e foi instituído o “Banco Múltiplo” para regularizar a atuação conglomerada que a maioria instituições financeiras já haviam consolidado progressivamente com fusões e aquisições entre 1964 e 1987, preservando apenas a apresentação de contabilidades separadas, segundo o Dieese (2000b)<sup>101</sup>.

Com as novas regras, o número de bancos passou de 120, em 1987, para 243 em apenas seis anos, sustentado por pequenas distribuidoras, corretoras ou grandes grupos empresariais que se transformaram em bancos para aproveitar as oportunidades de fácil valorização e baixo risco presentes na rolagem dos títulos da dívida pública, nos ganhos inflacionários e na participação no mercado interbancário. Esse rápido crescimento ampliou a fragilidade acumulada no sistema pelo favorecimento dos grupos financeiros ligados aos governos militares e alimentou as pressões internas e externas favoráveis à abertura do mercado de capitais para investidores estrangeiros que também

pressionavam pela adoção dessas medidas, tal qual ocorrido na Argentina, México e tantos outros países periféricos, em função do excesso de liquidez internacional.

Amparadas pelas novas instituições e pela criação, em 1991, do Anexo IV<sup>102</sup>, elevadas somas de capital expatriadas nas décadas anteriores retornaram ao Brasil anonimamente dissimuladas de investimentos estrangeiros de porta-fólios e sem a necessidade de constituição de sociedade ou fundo de investimento no país. Aproveitando a efemeridade das novas regras, esses “investidores estrangeiros” aproveitam a liquidez proporcionada por seus administradores locados em paraísos fiscais e usufruem as vantagens fiscais concedidas aos investimentos externos no Brasil.

Com todas essas facilidades, a abertura aos investimentos de porta-fólio estrangeiros avançou consideravelmente enquanto os bancos no Brasil ainda se beneficiavam de uma economia relativamente fechada que lhes impunha regras pouco exigentes para o seu funcionamento e lhes proporcionava duas fontes cativas de receitas baseadas nos ganhos com o *floating*<sup>103</sup> e nas operações com títulos da dívida pública. Entretanto, com a edição do Plano Real, em julho de 1994, a queda da inflação praticamente eliminou as receitas inflacionárias, e as exigências internacionais para a abertura bancária e adoção de referenciais de controle da qualidade do crédito reconhecidos na comunidade financeira global, especialmente após a crise mexicana, forçaram o governo brasileiro a adotar novas regras de controle dos bancos que alterariam significativamente a história do capital bancário no país.

Inicialmente a perda das receitas de *floating* fragilizou algumas instituições, especialmente as menores, que mais dependiam do mercado interbancário e que pouco conseguiram cortar custos e ampliar receitas com operações de crédito ou cobrança de tarifas. Contudo para a maioria dos bancos, as perdas inflacionárias foram rapidamente compensadas pelo aumento da demanda agregada, pela remonetarização e pelo aumento nas operações de crédito, enquanto os ganhos com as operações com títulos da dívida pública elevaram-se exponencialmente acompanhando as altas taxas de juros que

---

<sup>101</sup> Em 31 de dezembro de 1964 estavam em funcionamento 366 instituições bancárias. Esse número foi reduzido para 120 em dezembro de 1987 conforme dados do Dieese (2000b) confirmados no Bacen.

<sup>102</sup> Anexo IV à Resolução nº 1.289/87: instrumento disciplinar dos investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários criado por Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, nº 1.832/91.

<sup>103</sup> Recursos oriundos de depósitos à vista ou em trânsito, tributos especialmente, captados a custo zero e aplicados à taxa do dia. Entre 1990 e 1994 os ganhos com *floating* respondiam em média por 35% das receitas dos bancos e equivaliam a 3,7% do PIB segundo o Dieese (2000b).

sustentaram estabilidade monetária, conforme apontado em Cysne e Costa (1997), Dieese (2000b), Pio (2001), Rocha (2002), Vidotto (2002) e descrito em Carvalho et alii (2002):

Apesar de os bancos brasileiros terem perdido as expressivas receitas propiciadas pela alta inflação, a lucratividade média deles praticamente não se alterou a partir do segundo semestre de 1994... Ainda que pareça um tanto surpreendente, esse resultado não contradiz a tese de que a alta inflação representava uma poderosa fonte de lucros para o setor bancário no Brasil. O que se evidenciou nos primeiros meses do Plano Real foi a significativa capacidade de antecipação dos bancos ao programa de estabilização, bem como a rápida adaptação deles ao novo cenário macroeconômico, de modo que fosse preservada sua rentabilidade (Carvalho et alii, 2002, p. 40)

Associados os impactos da estabilidade monetária e das mudanças nas regras para o funcionamento do sistema bancário, especialmente a incorporação dos critérios do Acordo da Basileia<sup>104</sup>, dezenas de instituições bancárias enfrentaram problemas de enquadramento e segundo Rocha (2002), fizeram desabar o senso comum, formado tanto pelos órgãos fiscalizadores quanto por vários autores, de que o sistema bancário brasileiro era sólido, que estava preparado para a estabilização monetária e que os problemas estariam localizados prioritariamente no setor público. No segundo semestre de 1995, apresentaram-se insolventes o Banco Econômico, o Banco Nacional e logo em seguida o Banco Bamerindus. Os três bancos ocupavam posições entre os dez maiores bancos em funcionamento e foram diretamente afetados pelos fatores citados acima e especialmente pelas extensas fraudes dissimuladas através das manobras contábeis durante vários anos.

A crise<sup>105</sup> deflagrada pelo Banco Econômico desfez o mito da solidez dos bancos brasileiros e forçou também duas medidas de impacto para conter a ameaça

---

<sup>104</sup> O Acordo da Basileia (*Basle agreement*) é um conjunto de regras para a supervisão bancária adotado pelos países do G-10 (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão, França, Itália, Canadá, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) que desde de 1988 tornou-se referência global para a regulação bancária. Em 1993 o Banco Central havia assinado um protocolo com os demais países do Mercosul para incorporação ao sistema financeiro brasileiro e em agosto de 1994 foi publicada a Resolução 2.099 com novos critérios de alavancagem, novos requerimentos de capital mínimo e novos critérios para os cálculos de ponderados pelo risco que buscavam minimizar a instabilidade bancária inerente ao novo modelo mundial.

<sup>105</sup> O termo “crise” refere-se ao abalo sofrido pela área bancária em 1995 e 1996. Concordo com Carvalho et alii (2002) na afirmação de que uma crise de fato implicaria primeiramente uma fuga generalizada do público depositário para áreas instituições não bancárias e, nos casos em que houve saques de

sistêmica. A primeira resultou de uma rápida mudança no discurso da burguesia financeira no sentido do relaxamento do protecionismo e atração de investimentos diretos para o sistema financeiro nacional. Segundo Vidotto (2002), desde 1988 a elite financeira e o governo respondiam às pressões para a abertura com mudanças pontuais através de disposições transitórias e com a difusa defesa da necessidade de regulamentação do sistema através do artigo 192 da Constituição. Entretanto, nove dias após a intervenção no Banco Econômico, o governo publicou a Exposição de Motivos 311 – EM 311<sup>106</sup> afirmando o interesse na abertura financeira com a participação do capital estrangeiro no sistema bancário. Embora a EM 311 tenha sido uma reação passiva, condicionada pelas ameaças de generalização da crise e pelas exigências internacionais, e não tenha determinado a abertura, ela é um marco de rompimento com o protecionismo que selava a simbiose entre os grupos financeiros locais e o poder político. Por vias tortuosas e contingentes, as condições neoliberais ganhavam assim um importante adicional para o exercício da hegemonia financeira a que o país abriga, fortalecida nos últimos quinze anos.

A segunda medida para preservação subordinada da credibilidade bancária foi a absorção dos impactos da crise bancária com os cofres públicos enquanto os bancos estrangeiros se preparavam para ingressar no mercado nacional. Pressionado pelo eminente risco sistêmico, e pelas instituições externas que exigiam a estabilização mínima do sistema para aportar no Brasil, o BACEN preparou e implantou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER<sup>107</sup>. Foram autorizadas linhas de crédito, incentivos fiscais, benefícios tributários

---

depósitos, esses foram replicados em outros bancos do sistema considerados sólidos. Adicionalmente o BACEN evitou quebra de liquidez generalizada transferindo recursos interbancários para as instituições que sofriam saques. Mesmo tendo havido quebras em grandes bancos, a estrutura do sistema não sofreu rompimento, revigorando o seu núcleo bancário com o ingresso dos grandes bancos estrangeiros nos anos seguintes. Entretanto optei pelo termo “crise” em função de sua ampla difusão nos textos consultados.

<sup>106</sup> Na Exposição de Motivos nº 311/MF, de 24/08/1995 (destaques): a) escassez de capitais nacionais para dar continuidade ao necessário processo de atualização tecnológica; b) redução da margem de intermediação e melhor remuneração ao poupador; c) elevada qualidade dos serviços dos estrangeiros já instalados no país; d) novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços, logo maior eficiência alocativa da economia brasileira e maior concorrência com menores preços e custos.

<sup>107</sup> A fundamentação para a concessão de créditos do PROER a instituições bancárias com problemas de liquidez deu-se na Resolução CMN nº 2208 e na Medida Provisória nº 1179, ambas de 03.11.1995. Em 16 e 17.11.1995 foram editadas a Circular BCB nº 2633, a Resolução CMN nº 2210 e a Circular BCB nº 2636. Sobre o PROER é interessante observar o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil – BCB com o sistema financeiro privado – CPI do PROER.

e legais para as instituições que sinalizavam problemas patrimoniais ou de solvência, especialmente o Banco Nacional e o Banco Bamerindus que já se apresentavam na fila dos beneficiários<sup>108</sup>.

Em extensa investigação sobre os fatores da persistência da fragilidade do sistema financeiro no Brasil mesmo após a injeção 31 bilhões de Reais<sup>109</sup>, o relatório final da CPI dos Bancos refere-se reiteradamente ao PROER:

O Proer foi conduzido sob pouca transparência. Durante sua execução, os atos normativos e os contratos que permitiram as operações não foram revelados. Nem sempre os critérios adotados nas fusões tinham coerência ou lógica econômica. As operações do Proer foram realizadas com pouca competência, muita arbitrariedade e tratadas como assunto sigiloso (Congresso Nacional, 2002, p. 228).

Apesar de todas as evidências<sup>110</sup>, o relatório resultou tão somente em algumas correções regulatórias e de fiscalização no BACEN, sugestões aos mais diversos órgãos e instituições bancárias, encaminhamento de documentos ao Ministério Público e outros órgãos judiciários, alguns projetos de lei e a proposição de dezenas de comissões. Nas considerações finais de seu texto, o relator da comissão comenta com pateticismo<sup>111</sup> a reação dos bancos:

Além do mais, observamos que os poderosos atingidos apresentavam um forte poder de mobilização para contratar os melhores advogados e escritórios técnicos que justificassem as suas ações. E mais ainda, como ocorre dentro da Máfia, a lei do silêncio imperou. ...nesta nossa CPI da luta de Davi contra Golias, o Sistema Financeiro mostrou a sua força e não

---

<sup>108</sup> As sinistras relações entre a conivente fiscalização do BACEN e os principais banqueiros nacionais, tanto aqueles que quebraram quanto aqueles que adquiriram as instituições insolventes, estão detalhadas no Relatório Final da CPI dos Bancos, em Senado Nacional (1999), e no Relatório Final da CPI do PROER, em Congresso Nacional (2002).

<sup>109</sup> Além dos bancos citados seis outras instituições também foram adquiridas com recursos do PROER entre novembro de 1995 e abril de 1997 comprometendo aproximadamente 31 bilhões de Reais, valor correspondente a 4,03 % do PIB brasileiro do ano de 1996 conforme Barros e Almeida Júnior (1997).

<sup>110</sup> Nas investigações sobre as denúncias referentes ao PROER o relatório final da CPI dos Bancos conclui diversas evidências de irregularidades agrupadas em tópicos tais quais “Escândalo na liquidação do Banco Nacional”, “A estranha compra do Econômico pelo Excel”, “As novas falcaturas do Excel”, “Indícios de Favorecimento ao Grupo HSBC” e tempestivamente aponta a aguda “Inépcia e Desarticulação no Setor de Fiscalização do BC (Os termos foram preservados conforme os títulos dos tópicos da conclusão referente as investigações sobre o PROER).

<sup>111</sup> A expressão não está entre aspas porque expressa exatamente, sem qualquer figuração retórica, a qualidade da observação feita pelo deputado relator.

surgiu ninguém que nos trouxesse à luz as formas obscuras como operações do mercado financeiro são realizadas, prejudicando os interesses populares (Congresso Nacional, 2002, p. 463).

Interessante observar que, salvo exceções no caso dos bancos FonteCindam e Marka e em depoimentos específicos, os banqueiros são referidos apenas como “poderosos” sem que suas identidades sejam expostas, sem que quaisquer dos membros das diretorias desses bancos sejam eventualmente citados ou, ainda, que suas entidades de classe sejam listadas durante o relatório. Observa-se que um dos relatórios mais importantes sobre os bancos já elaborados no Brasil, concluído no Senado da República, refere-se genericamente à maioria figurativa dos agentes da ordem financista investigada, admitindo assim uma dinâmica econômica que gera milionários mas se realiza na impessoalidade e é sustentada por entidades jurídicas abstratas. Nem mesmo os mais cínicos ideólogos neoliberais poderiam imaginar que seus agentes políticos pudessem ser tão eficazes na constituição de um Estado supostamente tão fraco para regular as relações financistas e deixar seus gestores tão à vontade.

Meses após o PROER, e após dezenas de medidas complementares, o governo, seguindo os preceitos de liberalização do mercado e abertura de espaço para os bancos transnacionais, instituiu também incentivos específicos para o saneamento e redução da presença do setor público estadual no meio bancário através do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES<sup>112</sup>. O resultado do esforço realizado desde final de 1994 pelo BACEN para reduzir a participação dos bancos estaduais no mercado foi bastante expressivo, pois dos vinte e oito bancos estaduais listados em 1990 restavam, em dezembro de 2002, apenas três sob controle dos governos estaduais - BANESTES, BANRISUL e BRB - e outros quatro - BEC, BESC, BEP e BEM - aguardavam federalizados a privatização.

Os bancos federais, exceto a Caixa Econômica Federal - CEF, também sofreram forte retração de sua participação no mercado financeiro. O Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste tiveram diversas agências fechadas e significativa redução de pessoal. O Banco Meridional foi privatizado em 1997 e, entre 1993 e 1999,

---

<sup>112</sup> O PROES foi instituído pela Medida Provisória 1.514, de 07/08/96, e regulamentado em fevereiro de 1997 por outra série de medidas. O PROES necessita também ser compreendido como associado ao Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados - PARAFE e às dezenas de medidas

o Banco do Brasil teve sua participação nos ativos da área bancária reduzida de 22,93% para 15,75%, sua participação no patrimônio da área bancária despencou de 24,93% para apenas 9,73%, e ainda ocorreu uma redução de 30 % na dotação de pessoal do banco nesses seis anos. Todo esse desempenho do Banco Central durante a reestruturação pode ser assim resumido, conforme Vidotto (2002): “...o Bacen atuou como vanguarda político-institucional da tradução das diretrizes liberalizantes do governo brasileiro” (Vidotto, 2002, p. 319).

O total de recursos públicos envolvidos na reestruturação do setor bancário com o PROER, com o PROES e com ajustes de capitalização do Banco do Brasil atingiu aproximadamente 84 bilhões de Reais, correspondendo a 10,83% do Produto Interno Bruto Nacional do ano de 1996, conforme Barros e Almeida Júnior (1997). Entretanto, conforme Vidotto (2002), todo esse montante ficou restrito à aplicação corretiva da condição operacional das instituições insolventes sem alterar o mercado oligopolizado e o crédito limitado que caracterizam o sistema financeiro brasileiro há décadas, e preparou as condições para o ingresso dos bancos estrangeiros no país:

O PROER carrega como fracasso não ter proporcionado uma estrutura bancária estável, tendo consistido numa ‘ponte’ entre a situação anterior e seus desdobramentos, a internacionalização do sistema financeiro e a subsequente etapa de consolidação do sistema. ...Assim, em combinação com as condições precárias do balanço de pagamentos, amadureceram as condições para o ingresso do capital estrangeiro na cidadela longamente protegida do setor bancário brasileiro, o segmento de varejo (Vidotto, 2002, p. 150).

O elevado volume de recursos públicos envolvidos para sanar temporariamente problemas típicos da valorização fictícia, favorecendo abertamente a riqueza financeirizada, resultou em uma nova fase de concentração e centralização do sistema financeiro brasileiro, revertendo a expansão ocorrida entre 1988 e 1994, e em novas regras exigidas para o ingresso do capital estrangeiro no setor bancário brasileiro, alterando decisivamente os territórios das instituições participantes no sistema no Brasil e as suas condições gerais para o exercício da hegemonia financeira. O PROER e os demais programas de ajustes do sistema evidenciaram, como poucos outros programas

estatais de intervenção econômica, o contraditório contido na ideologia neoliberal que apregoa a redução da regulação e dos gastos estatais sem especificar que tal princípio é reservado aos gastos considerados sociais, pois a prática neoliberal amplamente difundida no Brasil implicou a alocação de elevadas somas de recursos públicos para viabilizar a proteção dos ganhos de capital gerados no mercado sob quaisquer condições.

## **2.2. Mudanças e permanências na desnacionalização conservadora do controle do capital bancário**

Após a abertura dos mercados financeiros dos países da América Latina e o ingresso dos investimentos de porta-fólios estrangeiros no Brasil no início dos anos noventa, as pressões internacionais para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no sistema bancário, assim como nos demais setores econômicos, ainda continuavam sem sucesso<sup>113</sup>. As pressões externas pela liberalização mercantil somaram-se aos desdobramentos internos dos ajustes à crise mexicana de 1994 e à estabilização monetária promovida pelo plano Real. Juntos esses fatores prenunciaram uma crise sistêmica em 1995 e precipitaram a abertura do mercado bancário brasileiro. Entretanto os grandes bancos estrangeiros ingressaram somente em 1997<sup>114</sup> quando os riscos da crise de insolvência em diversos bancos haviam sido parcialmente absorvidos pelos programas públicos de reestruturação do sistema que intervieram em diversas instituições e geraram um estoque de bancos à venda que se tornou bastante atraente aos bancos estrangeiros já interessados no potencial de negócios, e lucros, do mercado bancário brasileiro.

---

<sup>113</sup> Os investimentos externos diretos – IED que ingressaram no Brasil em 1996 e 1997 somaram 27 bilhões de dólares americanos em diversas áreas econômicas, sendo os serviços de intermediação financeira responsáveis por 7,3 % desse total nesses dois anos. Esse total é mais de dez vezes superior ao montante de IED na década anterior, conforme Censo de Capitais Estrangeiros do BACEN, ano base 1995, divulgado em maio de 1998.

<sup>114</sup> Após a Exposição de Motivos 311, de agosto de 1995, o primeiro banco estrangeiro a ingressar no país foi o holandês Raibobank que transformou seu escritório de representação em sede bancária estrangeira em setembro daquele ano. Até o ingresso do HSBC, em março de 1997, diversos outros bancos estrangeiros ingressaram no Brasil sem contudo demarcar o início da desnacionalização, fundamentalmente pela reduzida escala de atuação dessas instituições.

O resultado geral das ações articuladas entre governo e mercado financeiro mundial foi tanto a redução e a concentração de instituições bancárias quanto a intensa expansão dos bancos sob controle estrangeiro através da participação no capital de instituições bancárias nacionais, aquisição de instituições liquidadas ou privatizadas, ampliação da rede dos bancos já estabelecidos no país e ainda através da aquisição ou instalação de instituições não-bancárias. Essa dinâmica é evidenciada facilmente pelas posições obtidas pelos bancos estrangeiros entre os 20 maiores conglomerados por ativos totais, os quais representavam 83,7 % de todo o sistema em dezembro de 2002, quando excluído o BNDES. Em 1995 apenas três bancos estrangeiros colocavam-se entre os vinte maiores conglomerados, e em 2002 essa participação subiu para nove posições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

**QUADRO 01: PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS NO RANKING DOS CONGLOMERADOS BANCÁRIOS POR ATIVOS TOTAIS DO SFN ENTRE 1995 E 2002**

Posição	1995 -	1996 -	1997 -	1998 -	1999 -	2000	2001	2002
1	CEF	CEF	CEF	BB	BB	BB	BB	BB
2	BB	BB	BB	CEF	CEF	CEF	CEF	CEF
3	BANESPA	BANESPA	BANESPA	BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO
4	BRADESCO	BRADESCO	ITAU	ITAU	ITAU	ITAU	ITAU	ITAU
5	ITAU	ITAU	BRADESCO	UNIBANCO	UNIBANCO	UNIBANCO	<u>SANTANDER</u>	UNIBANCO
6	UNIBANCO	UNIBANCO	UNIBANCO	BANESPA	BANESPA	BANESPA	UNIBANCO	SANTANDER
7	BAMERINDUS	REAL	REAL	REAL	ABN AMRO	ABN AMRO	ABN AMRO	ABN AMRO
8	BANRISUL	BAMERINDUS	SAFRA	SAFRA	SAFRA	SAFRA	SAFRA	CITIBANK
9	REAL	SAFRA	BEMGE	BANRISUL	BANKBOSTON	BANKBOSTON	BANKBOSTON	NOSSA CAIXA
10	BCN	BANRISUL	HSBC	HSBC	SUDAMERIS	<u>SANTANDER</u>	CITIBANK	HSBC
11	APLICAP	BCN	BOZANO	SUDAMERIS	CITIBANK	HSBC	NOSSA CAIXA	BANKBOSTON
12	SAFRA	CREDIREAL	BANRISUL	<u>SANTANDER</u>	HSBC	NOSSA CAIXA	HSBC	SAFRA
13	CREDIREAL	BANKBOSTON	BBVA	MERIDIONAL	<u>SANTANDER</u>	CITIBANK	SUDAMERIS	VOTORANTIM
14	BANERJ	CCF Brasil	CCF Brasil	BANKBOSTON	BBA	SUDAMERIS	BBA	SUDAMERIS
15	ECONOMICO	SUDAMERIS	SUDAMERIS	ABN AMRO	BANDEIRANTES	BBA	VOTORANTIM	BBVA
16	BBA	CITIBANK	BANKBOSTON	BBA	BBVA	BANDEIRANTES	BBVA	BANRISUL
17	CCF BRASIL	BANESTADO	CITIBANK	CITIBANK	MERCANTIL FIN	BBVA	BNB	BNB
18	BANESTADO	BOAVISTA	MERIDIONAL	MERCANTIL FIN	MERIDIONAL	MERCANTIL FIN	BANRISUL	JP MORGAN
19	SUDAMERIS	BOZANO,S	BANESTADO	BBVA	BANRISUL	BNB	LLOYDS	LLOYDS
20	BANKBOSTON	MERCANTIL FIN	BBA	BANDEIRANTES	BANESTADO	<u>MERIDIONAL</u>	MERCANTIL SP	SANTOS

**Legenda:** BANCO PÚBLICO, BANCO PRIVADO CONTROLE NACIONAL, BANCO PRIVADO CONTROLE ESTRANGEIRO.

**Fonte:** BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 25; Relatórios Anuais 50 maiores por ativos totais, bases dez 2000, 2001, 2002.

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes.

O avanço dos bancos estrangeiros ocorreu em uma primeira fase quando os bancos já instalados no país ampliaram organicamente sua participação no mercado, e quando três grandes conglomerados financeiros nacionais, Bamerindus, Real e Econômico, tiveram seus controles adquiridos pelo HSBC, ABN e Bilbao Vizcaya, respectivamente. Os primeiros movimentos de aquisições reduziram a participação dos bancos privados nacionais no total de ativos do sistema de 39,0 % para 33,1 % entre 1996 e 1999. Somou-se às aquisições dos conglomerados privados a preparação dos bancos públicos, especialmente os estaduais, para a privatização e a redução de sua participação no sistema, exceto BB e CEF, de 21,9% em 1995 para apenas 5,8 % dos ativos totais em 2002, enquanto a participação dos bancos estrangeiros passou de 8,3 % para 27,3 % nesse mesmo período. Segundo o Banco Central: "o aumento de participação dos bancos com controle estrangeiro nos ativos da área bancária se deu às custas da redução dos demais bancos, com exceção da CEF. Fatores como a desnacionalização de bancos e situação desfavorável vivida pelos bancos estaduais explicam parte desse comportamento." (Banco Central, 2000a, s/pg.).

O banco estrangeiro de maior crescimento no mercado financeiro brasileiro nos anos noventa, por ativos totais entre os vinte maiores conglomerados, foi o Banco Santander Central Hispano – BSCH. Forçado pela concorrência interbancária no processo de unificação européia, o BSCH, após uma série de aquisições e fusões no mercado europeu, expandiu-se especialmente para a América Latina<sup>115</sup>. No Brasil o BSCH adquiriu inicialmente as 42 agências do Banco Geral do Comércio em 1997 e, no ano seguinte, adquiriu as 81 agências do Banco Noroeste. Após aportes de capital e expansão de sua capilaridade para 488 unidades, o Santander alcançou 600 mil clientes e tornou-se o décimo-segundo banco entre os vinte maiores conglomerados. Em maio de 2000, o BSCH adquiriu as 274 agências do grupo financeiro Meridional-Bozano Simonsen e, em novembro do mesmo ano, pagou R\$ 7,05 bilhões pelo Banco do Estado de São Paulo – Banespa, suas 590 agências no país e seus 22 mil funcionários que em poucas horas se tornaram empregados de um dos maiores conglomerados financeiros do mundo. Dessa forma, em apenas três anos, o Santander tornou-se o quinto banco no ranking por ativos totais em operação no país e contribuiu para a integração do mercado brasileiro no mundo financeiro, conforme demonstram os mapas a seguir:

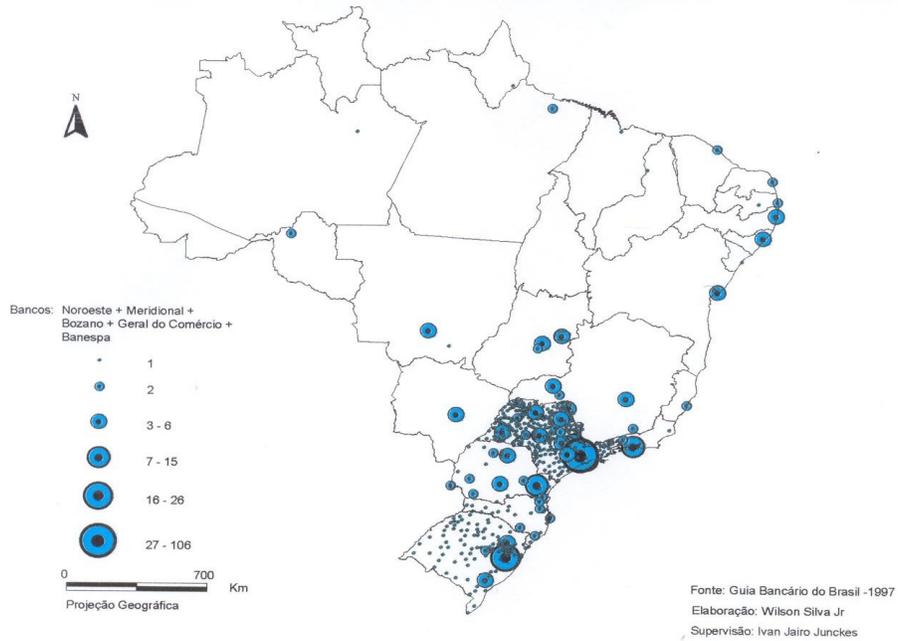
---

<sup>115</sup> Sobre a trajetória recente dos bancos espanhóis, ver Calderón e Casilda (2000).

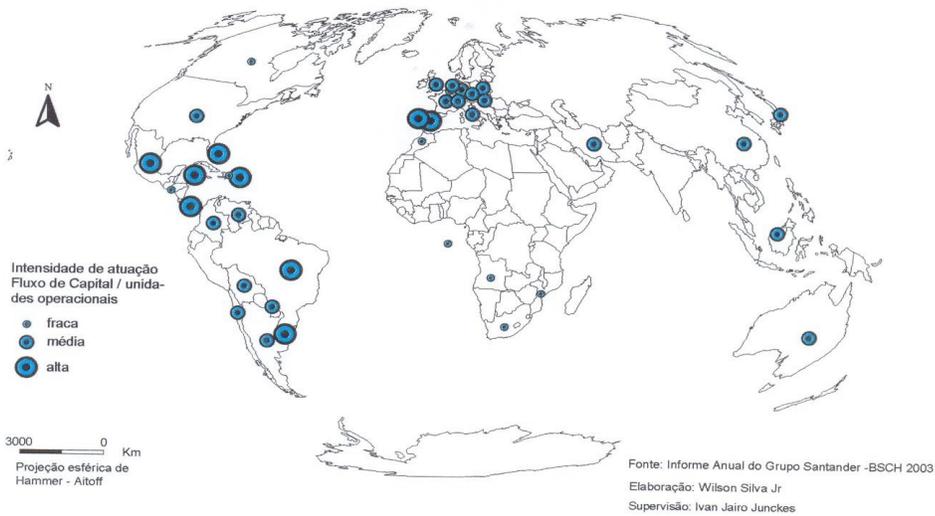
**MAPA 01: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ADQUIRIDAS PELO BANCO SANTANDER NO BRASIL ENTRE 1997 E 2000**

**MAPA 02: ESPACIALIDADE DO BANCO SANTANDER - 2003**

**MAPA 01 - ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ADQUIRIDAS PELO BANCO SANTANDER NO BRASIL ENTRE 1997 E 2000**

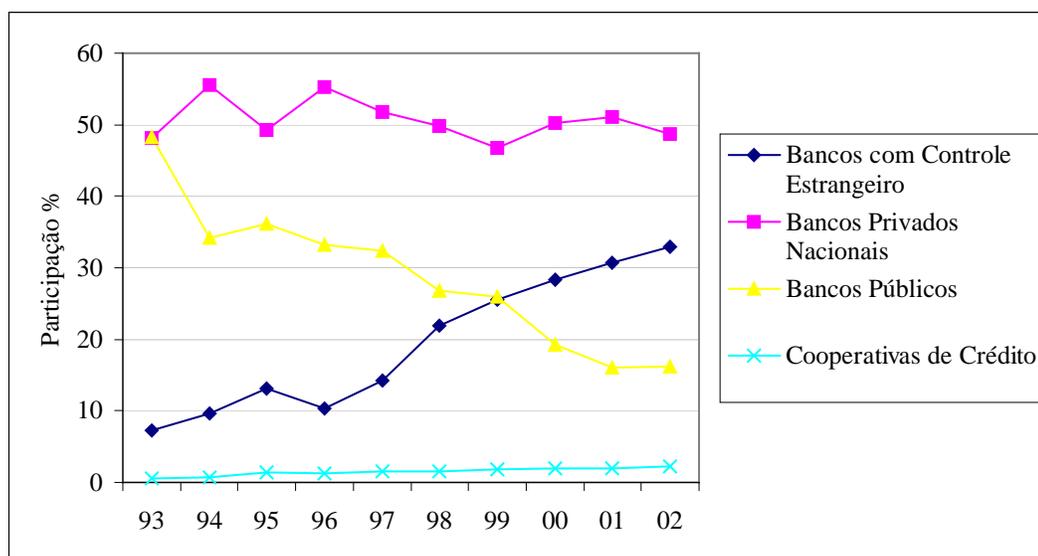


**MAPA 02 - ESPACIALIDADE DO BANCO SANTANDER - 2003**



Tal qual ocorrido na participação nos ativos totais, também a participação no patrimônio líquido da área bancária revela o acentuado crescimento dos estrangeiros, de 7,2 % em 1993 para 32,9 % em 2002, e ainda o abrupto declínio dos bancos públicos, incluindo BB e CEF, de 43,9 % para 16,2 % em 2002<sup>116</sup>. Ambos os movimentos de participação na área bancária podem ser observados no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 01: PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS POR ORIGEM DE CAPITAL NO PATRIMÔNIO DA ÁREA BANCÁRIA ENTE 1993 E 2002**



**Fonte:** Bacen: Relatório Semestral do Mês de Junho de 1999 - Q 15; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 12

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

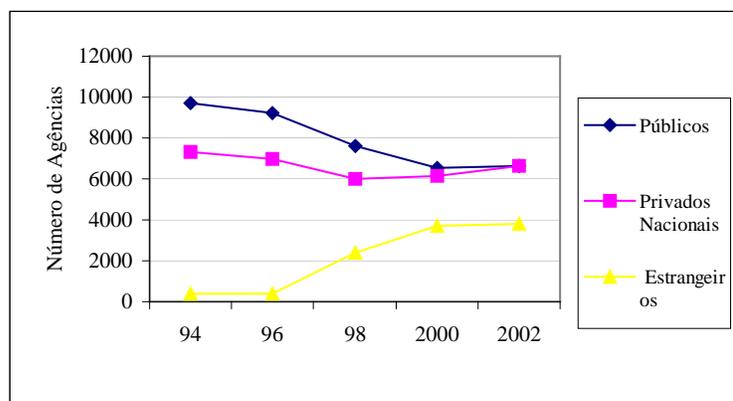
A expansão dos bancos estrangeiros se reflete diretamente no aumento da sua participação nas operações de crédito, especialmente na rede de agências da área bancária, e conseqüentemente no número de trabalhadores envolvidos por esse segmento<sup>117</sup>. Enquanto os bancos públicos, exceto o Banco do Brasil, apresentaram queda de 41,2 % para 12,3 % na participação das operações de crédito realizadas na área bancária entre 1997 e 2002, os bancos estrangeiros aumentaram sua participação de 11,7% para 29,9 % nesse mesmo período. A participação dos bancos estrangeiros na

<sup>116</sup> Em outras regiões do globo também ocorreram mudanças semelhantes: a média de alteração de controle ocorrida na América Latina foi de 13,1% em dezembro de 1994 para 44,9% em dezembro de 1999; na Europa Central o controle estrangeiro, por patrimônio, passou de 8% para 56% entre 1994 e 1999; e na Korea, Malásia e Tailândia de 1,6% para 13,2% em média no mesmo período segundo dados do Fundo Monetário Internacional em 2000.

<sup>117</sup> Em 1994 os bancos estrangeiros empregavam apenas 1,5% do total de bancários do país e em 2002 essa participação saltou para 18%, correspondendo a 75.300 bancários (Dados BACEN: Relatório Semestral de Dezembro de 1998, período 1993-1998, e Relatório Semestral de Dezembro de 2002).

composição da rede de agências em funcionamento entre 1994 e 2002 no Brasil aumentou mais de dez vezes, passando de 378 para 3.785, enquanto o total de agências do sistema manteve-se em torno de 17.000, representando uma alteração na participação relativa de 2,1% para 22,2%, como demonstrado no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 02: PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS NA REDE DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO SFN POR ORIGEM DE CAPITAL ENTRE 1994 E 2002**



**Fonte:** BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 - Q 16; Relatório Anual de Dezembro de 2000 - Q 12; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 7

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

De acordo com o gráfico acima, a acentuada expansão dos bancos estrangeiros no Brasil ingressou em um período de desaceleração a partir de meados de 1999, excetuando-se a aquisição do Banespa pelo Santander em novembro de 2000, a ponto de alguns autores considerarem um processo de renacionalização do sistema em curso. Segundo Vidotto (2002), os fatores preponderantes para a desaceleração da desnacionalização foram as alterações na política de desvalorização monetária, o alcance dos objetivos estratégicos traçados pelos grandes conglomerados estrangeiros e a reação dos competidores nacionais, principalmente dos três maiores bancos.

Segundo Rocha (2002), o primeiro grande banco estrangeiro a ingressar no mercado, o HSBC, ainda está distante do cumprimento de suas metas iniciais; os grupos portugueses que adquiriram o Boavista e o Bandeirantes evitaram perdas maiores repassando esses bancos para os nacionais Bradesco e Unibanco; o francês Sudameris investiu 820 milhões de dólares americanos e anunciou retirada do mercado após registrar quatro anos seguidos de prejuízos; o espanhol BBVA investiu no Brasil um quarto de todo o seu patrimônio mundial e repassou o que havia comprado do Excel-econômico para o Bradesco. Todos esses parecem ser contrastados apenas pelo

holandês ABN-Amro, que adquiriu o Real sem que esse estivesse em crise de liquidez e tenta superar a fase de amortizações ocupando a oitava posição entre os maiores brasileiros, e pelo espanhol Santander que, após a aquisição do Banespa, tornou-se o maior banco estrangeiro em operação no país exibindo lucratividade e ganhando posições no mercado. Contudo, conforme alerta de Carvalho et alii (2002), esses apontamentos, embora relevantes, são preliminares, pois o intervalo de tempo relativamente curto, o quadro macroeconômico adverso e os dados ainda pouco consistentes limitam a projeção de tendências sobre o desempenho dos bancos estrangeiros no Brasil para os próximos anos.

A expectativa predominante com a chegada dos estrangeiros era, mesmo entre autores críticos da reestruturação, que aumentasse a concorrência interbancária e melhorassem as condições de crédito doméstico, especialmente desconcentrando suas condições de acesso, conforme aponta Carvalho et alii (2002):

Além de serem maiores e de disporem de amplas fontes de recursos por custo mais baixo no exterior, os bancos estrangeiros eram considerados também mais eficientes que os nacionais. Assim, as instituições brasileiras seriam “engolidas”, com maior ou menor facilidade, caso não reduzissem os juros e cobrassem preços menores por seus serviços. (Carvalho et alii, 2002, p. 09)

Entretanto, excetuando-se o relativo fortalecimento do setor bancário promovido pelos bancos estrangeiros através das aquisições e capitalização dos bancos nacionais com problemas de liquidez, as expectativas iniciais foram amplamente frustradas, e cinco anos após o ingresso dos grandes bancos mundiais formou-se um consenso entre diversos autores e institutos, tal qual Freitas (1999), IMF (2000), Carvalho F. (2001), Carvalho et alii (2002), Rocha (2002), Vidotto (2002), De Paula (2003), dentre outros, de que a recente experiência brasileira, tal qual ocorrido em diversos países periféricos, desconstituiu teses mundialmente difundidas que afirmam que as instituições estrangeiras são as mais eficientes, que estariam mais adaptadas à concorrência interbancária, que teriam métodos mais avançados de análise de riscos, que têm desenvolvido mecanismos regulatórios mais avançados e detêm melhor gerenciamento geral para desenvolvimento de tecnologia e produtos bancários voltados à universalização financeira.

Conforme Vidotto (2002) “...a expansão do capital estrangeiro não operou uma transformação positiva do oligopólio bancário brasileiro em favor dos poupadores, tomadores de crédito e usuários dos serviços bancários – ao contrário disso, essa expansão reafirmou seus traços estruturais” (Vidotto, 2002, p. 196). Os diversos estudos investigaram os riscos, custos, competitividade sistêmica, alocação eficiente de recursos para estímulo ao crescimento econômico e melhoria nos mecanismos de supervisão bancária para afirmar que os bancos estrangeiros pouco ou nada alteraram nesses indicadores, fundamentalmente porque as instituições estrangeiras desenvolveram estratégias adaptativas à dinâmica financeira vigente no país, principalmente os ganhos fáceis com o endividamento público, com diferenciações marginais de baixo impacto.

### **2.3. A sobrevivência da elite bancária nacional na nova territorialidade do mercado financeiro**

No início da década de noventa, os diretores da FENABAN/FEBRABAN, especialmente seus presidentes na condição de escudeiros do neoliberalismo em curso, reivindicavam a desregulamentação econômica<sup>94</sup>, conforme sintetizado em discurso de Leo Wallace Cochrane Junior, então presidente da instituição:

Os bancos de uma forma geral precisam de liberdade de atuação para sobreviver e ampliar os serviços oferecidos à sociedade e às empresas. Para isso, é vital um ambiente de menos intervenção e regulamentação e de maior estabilidade nos preços e nas regras estabelecidas.<sup>118</sup>

Após a efetivação da abertura ao capital externo e o ingresso do HSBC e do Santander em 1997, a FENABAN/FEBRABAN altera o discurso, reclama uma regulamentação limitadora do ingresso dos estrangeiros e passa a denunciar, especialmente através de seu presidente Roberto Egydio Setúbal, os riscos decorrentes do avanço da desnacionalização. Com ares de defesa do nacionalismo ameaçado, Setúbal alardeou que a moeda nacional, o real, sofreria ameaça de um ataque

---

<sup>118</sup> Discurso proferido no Seminário *A Nova Estrutura do Sistema Financeiro*, promovido por diversas organizações empresariais em outubro de 1990, e publicado no periódico Informativo FEBRABAN/FENABAN, na matéria *Os caminhos para a reestruturação do setor*, n. 81, edição de novembro de 1990, p. 05.

especulativo, que o poder do BACEN quedaria enfraquecido, haveria maiores dificuldades de controlar o fluxo de capitais e a alocação da poupança nacional seria decidida no exterior<sup>119</sup>. Contrastando com a defesa anterior de ampla liberalização, os argumentos de regulação e nacionalismo, alguns quase fantasiosos conforme crítica realizada por Freitas (1999)<sup>120</sup>, buscavam apoio público para as tentativas dos financistas nacionais de controlar o processo de abertura do mercado para a participação estrangeira.

Enquanto os banqueiros tentavam ampliar seu apoio político interno, entre 1997 e 2000, os maiores bancos brasileiros de varejo, especialmente o Bradesco, o Itaú e o Unibanco, reagiram ao ingresso de capital externo no sistema, ganharam posições no mercado e desenvolveram progressivamente a associação de capital com as grandes corporações globais. Tais conquistas alteraram novamente o discurso dos financistas, conforme evidenciado no reposicionamento de Roberto Egydio Setúbal no final de seu mandato na presidência da FENABAN/FEBRABAN:

Roberto Setúbal não engrossou o coro dos banqueiros brasileiros que saíram a público para defender limites ao avanço das instituições estrangeiras no sistema financeiro nacional<sup>121</sup>. Para Setúbal, que é presidente da Febraban (a federação dos bancos), é preciso ter cuidado com o tema porque o discurso nacionalista pode até prejudicar as instituições brasileiras interessadas em se associar a estrangeiros. "É muito delicado falar em qualquer regulamentação nesse sentido", diz Setúbal. "A regulamentação pode ser prejudicial às parcerias e às alianças internacionais dos bancos brasileiros." Na opinião do presidente da Febraban, a "globalização é inexorável" e "é importante que os

---

<sup>119</sup> Conforme artigo *O risco dos bancos externos*, publicado no Jornal Folha de São Paulo em 21/12/1997, p. 1-15. O mesmo teor observa-se em diversos jornais e revistas na mesma época.

<sup>120</sup> A autora desconstrói esses argumentos destacando que a vulnerabilidade do Real dá-se pela dependência de volumes de capital especulativo de curto prazo, que não é necessariamente o caso dos recursos dos bancos estrangeiros; que o crédito do Bacen dá-se pela manutenção da obrigatoriedade da conversão de capitais estrangeiros para a moeda nacional; que as formas de controle do capital externo não dependem da presença ou não de bancos estrangeiros; e que a decisão sobre a alocação de poupança não envolve os bancos privados, nacionais ou estrangeiros, porque esses jamais envolvem seus recursos em concessão de crédito de longo prazo no Brasil, apenas participam como meros repassadores de programas estatais de fomento ou de empréstimos externos (Freitas, 1999, p. 140-142).

<sup>121</sup> O autor da reportagem refere-se especialmente a Fernão Bracher, dono do Banco BBA, um dos maiores bancos de atacado do país, que afirmou contraditoriamente, pois seu banco tinha 49% de participação de capital austríaco, que a permissão para participação de estrangeiros no leilão do Banespa era um erro pois o ingresso de capital externo no setor bancário já havia chegado ao seu limite. Conforme reportagem *Banqueiro quer limite a estrangeiros*, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 02/01/2000, p. 2-8.

bancos brasileiros tenham flexibilidade para fazer alianças com quem bem entender." Tecnicamente, diz Setúbal, não há certeza se é preciso ou não limitar a entrada dos bancos estrangeiros no país. O problema é, essencialmente, político.<sup>122</sup>

Em poucos anos os bancos estrangeiros passaram a ocupar quase a metade da direção da FENABAN/FEBRABAN, e na virada do século o discurso da federação financeira altera-se para a aceitação e defesa do ingresso dos bancos estrangeiros, conforme as colocações do novo presidente da entidade Gabriel Jorge Ferreira:

O potencial de crescimento do sistema bancário brasileiro é enorme, seja pela possibilidade de expansão do crédito, onde merece destaque o aumento do crédito imobiliário, seja pelo aumento da população "bancarizável" (crescimento da renda per capita). Dessa forma, tanto os bancos privados nacionais quanto os estrangeiros, têm um grande mercado a ser explorado. A competição sempre existiu no sistema financeiro. Não acreditamos que o aumento da participação dos estrangeiros gere algum problema. A eficiência do sistema exige competição tanto entre bancos privados nacionais quanto entre nacionais e estrangeiros.<sup>123</sup>

Dessa forma, o discurso dos banqueiros nacionais em relação à reestruturação bancária, especialmente relacionado ao ingresso dos bancos estrangeiros, nos anos noventa passa por períodos distintos de promoção da liberalização do mercado, preocupação e reivindicação de limites para a participação do capital externo no sistema e finalmente nova defesa da participação dos estrangeiros no mercado.

A reação de alguns bancos nacionais ao ingresso dos bancos estrangeiros obteve destaque nos jornais em 1999 e 2000, a ser observada em manchetes como "Bradesco fica com clientes de bancos estrangeiros"<sup>124</sup> e "Mercado enquadra legião estrangeira: três bancos já jogaram a toalha; os outros precisam crescer para encarar Bradesco e Itaú"<sup>125</sup>. O quadro a seguir demonstra a intensidade dessa dinâmica através das alterações societárias ocorridas nos três maiores conglomerados privados do país entre 1996 e 2002:

---

<sup>122</sup> Trecho da reportagem *Setúbal aceita estrangeiros no Banespa* publicada no Jornal Folha de São Paulo em 16/02/2000.

<sup>123</sup> Entrevista de Gabriel Jorge Ferreira à revista Fortune em 03/04/2001, disponível em <http://www.fenaban.org.br/arquivo/servicos/imprensa/fortune.asp>, consultado em 26/09/2003.

<sup>124</sup> Matéria do Jornal Gazeta Mercantil de 08/09/1999, p. B-3.

<sup>125</sup> Matéria do Jornal Folha de São Paulo de 09/07/2000, p. 2-1.

**QUADRO 02: INCORPORAÇÕES, FUSÕES E AQUISIÇÕES REALIZADAS  
PELOS BANCOS BRADESCO, ITAÚ, E UNIBANCO ENTRE 1996 E  
2002**

<b>Bradesco</b>	<b>Itaú</b>	<b>Unibanco</b>
<p><b>1998</b> Banco de Crédito Nacional S.A Banco de Crédito Real de MG. S.A. Banco Itabanco S.A. BCR - Banco de Crédito Real S.A.</p> <p><b>1999</b> Continental Banco S.A Banco do Estado da Bahia S.A..</p> <p><b>2000</b> Banco das Nações S.A. Banco Boavista S.A.</p> <p><b>2002</b> Banco do Estado do Amazonas S.A. Banco Mercantil de São Paulo S.A Banco Finasa S.A. Banco Cidade S.A. Potenza Leasing S.A. Deutsche Bank Invest S.A. (*)</p>	<p><b>1996</b> Banco Planibanc S/A Banco Francês e Brasileiro S/A</p> <p><b>1997</b> Banco Banerj S.A.</p> <p><b>1998</b> Banco do Estado de Minas Gerais S.A.</p> <p><b>2000</b> Banco do Estado do Paraná S.A. Banco del Paraná S.A.</p> <p><b>2001</b> Banco do Estado de Goiás S.A</p> <p><b>2002</b> BBA-Creditanstalt S.A / Fináustria</p>	<p><b>1996</b> Banco Nacional S.A</p> <p><b>1997</b> Banco Fininvest S.A</p> <p><b>1998</b> Banco Dibens S.A</p> <p><b>2000</b> Banco Credibanco S.A</p> <p><b>2001</b> Banco Bandeirantes S.A.</p> <p><b>2002</b> Banco Fininvest S.A. Banco Investcred S.A.</p>

**Fonte:** Banco Central – Relatórios Anuais / mês de dezembro – Anexo 1

(\*)Em janeiro de 2003 o Bradesco adquiriu as filiais do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA no Brasil. Em dezembro de 2002 o BBVA ocupava a 16ª posição no ranking por ativos totais dos bancos em operação no Brasil, detinha 1,09% do total de ativos do sistema, tinha 5.907 funcionários e 440 agências.

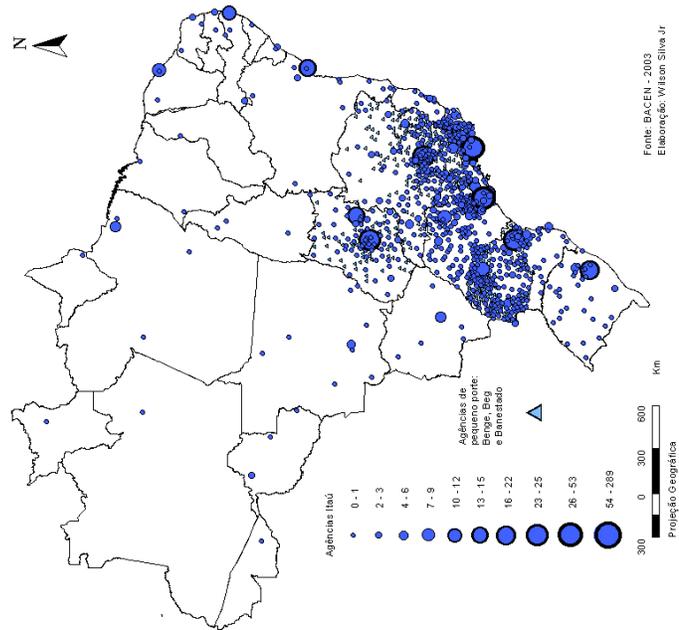
**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

O intenso crescimento orgânico realizado pelos maiores grupos pode ser observado pela evidente expansão da malha de agências do Banco Itaú demonstrada nos mapas a seguir:

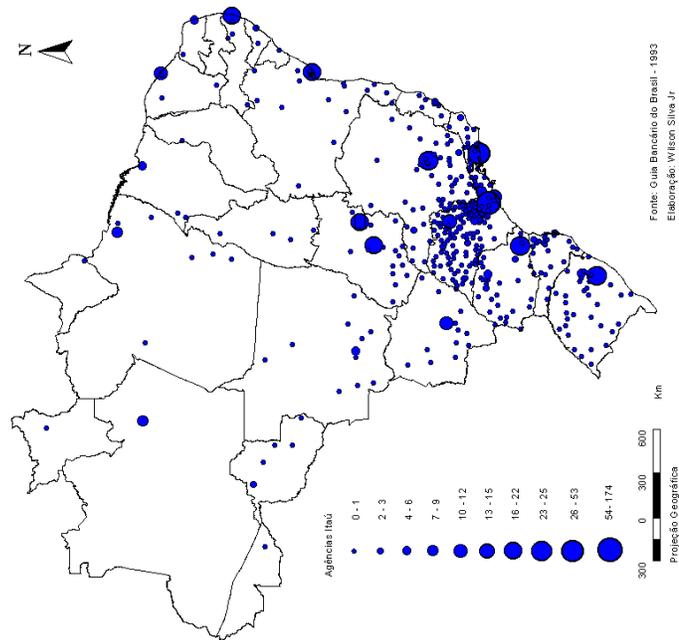
**MAPA 03: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO ITAÚ NO BRASIL - 1993**

**MAPA 04: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO ITAÚ NO BRASIL - 2003**

**MAPA 4 - ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO ITAÚ NO BRASIL - 2003**



**MAPA 3 - ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO ITAÚ NO BRASIL - 1993**



O crescimento da malha de agências do Banco Itaú, evidenciado nos mapas anteriores, compõe o crescimento da participação dos três maiores conglomerados, de acordo com o gráfico a seguir:

**QUADRO 03: PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS MAIORES CONGLOMERADOS NO TOTAL DE AGÊNCIAS DO SFN ENTRE 1994 E 2002**

	<b>1994</b>	<b>1996</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>1994 / 2002</b>
<b>Bradesco</b>	1.846	1.895	2.090	2.510	3.401*	<b>+ 84,2 %</b>
<b>Itaú</b>	1.010	1.013	1.673	1.655	2.231	<b>+ 120,8 %</b>
<b>Unibanco</b>	786	714	685	736	906	<b>+ 15,2 %</b>
<b>B + I + U</b>	3.642	3.622	4.448	4.901	6.538	<b>+ 79,5 %</b>
<b>Total Sist.</b>	17.400	16.583	16.002	16.396	17.049	<b>- 0,02 %</b>
<b>B + I + U / TS</b>	<b>20,9 %</b>	<b>21,8 %</b>	<b>27,7 %</b>	<b>29,8 %</b>	<b>38,3 %</b>	<b>+ 83,1 %</b>

\* incluem-se as 440 ags do BBVA adquiridas pelo Bradesco em janeiro de 2003

**Fonte:** BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 – Q 10; Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 10; Relatório Anual de Dezembro de 2000 - Quadro 10; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 6.

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

O quadro acima demonstra que os três maiores conglomerados brasileiros aumentaram de 20,9 % para 38,3 % sua participação no total de agências do sistema, o que significa uma ampliação de 83,1 % entre 1994 e 2002. Essas alterações foram determinadas pela concorrência interbancária que impulsionou os maiores bancos de controle de capital nacional para a intensificação da inovação em tecnologia bancária, para a internacionalização de suas operações e para um acentuado crescimento orgânico através da aquisição favorecida do controle dos bancos públicos que foram leiloadas pelo Banco Central ou ainda através da aquisição ou incorporação parcial daquelas instituições insolventes, ou que evitaram tal situação com a transferência do controle acionário. De forma complementar, os maiores conglomerados financeiros nacionais foram amplamente favorecidos pelas políticas monetárias e fiscais de estabilização monetária, especialmente os elevados juros e aumento exponencial do endividamento público assumido justamente por esses bancos, e realizaram um progressivo avanço sobre setores industriais e de serviços e sobre as demais instituições não bancárias, tal qual os fundos de investimentos e as financeiras, diversificando assim a sua base patrimonial.

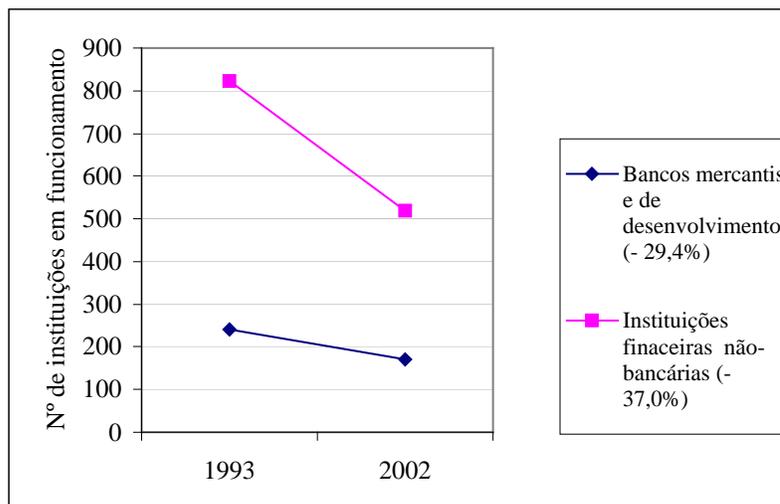
Dessa forma, a elite bancária nacional conjugou fatores internos e externos de favorecimento político-econômico e de concorrência interbancária e integrou-se aos mercados mundiais subordinando e absorvendo parcelas do mercado interno, ao mesmo tempo em que se condicionava a predominância dos fatores da globalização financeira, especialmente o ingresso dos grandes bancos mundiais. Alguns dos maiores bancos nacionais preservaram e ampliaram então sua parcela de mercado reconfigurando suas fronteiras na nova territorialidade do sistema financeiro brasileiro.

#### **2.4. Os novos parâmetros da organização primária do trabalho na reestruturação territorial do capital bancário no Brasil**

O capital financeiro, composto pelos grandes bancos estrangeiros e pelos sobreviventes nacionais, selecionou espaços favoráveis à sua reprodução e estabeleceu seus fluxos entre as cidades que lhes proporcionaram melhores condições de interconexão aos mecanismos globais de acumulação de riquezas. Esses movimentos implicam um novo perfil do sistema bancário brasileiro caracterizado pela concentração de capital, pela centralização da capilarização direta e intensificação da capilarização indireta que afetam diretamente a organização primária do trabalho bancário.

A concentração de capital financeiro no período pós-Real pode ser observada tanto pela redução do número de instituições bancárias e não-bancárias no sistema financeiro entre 1993 e 2002 quanto pelo crescimento qualitativo dos bancos que ocupam o topo do ranking bancário, ou seja, a concentração como um movimento de expansão intensiva que agregou aos maiores bancos em operação os espaços deixados por aqueles que encerraram suas atividades. O resultado dessa dinâmica de concentração foi a redução de 241 para 170, menos 29,4%, no número de bancos mercantis e de desenvolvimento em operação e de 824 para 519, menos 37,0%, no número de bancos de investimento, corretoras, distribuidoras, financeiras, empresas de leasing, sociedade de crédito imobiliário e de poupança e empréstimos no período, conforme gráfico a seguir:

**GRÁFICO 03: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO NO SFN ENTRE 1993 E 2002**



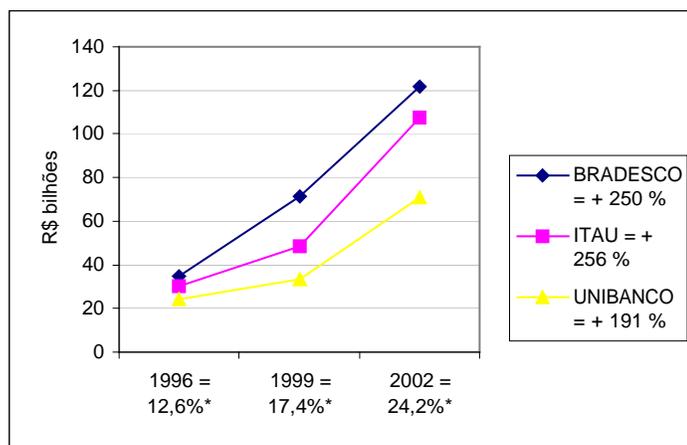
**Fonte:** Bacen / Relatório Anual – Base de Dezembro 2002 - Quadro 1

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

A redução no número das instituições financeiras complementa-se necessariamente com a segunda face da concentração que se revela na distribuição qualitativa da participação daquelas instituições que permanecem no sistema. O crescimento das instituições que já ocupavam as primeiras posições no ranking dos bancos na época do Plano Real é evidenciada pela elevadíssima variação dos ativos totais dos três maiores conglomerados financeiros privados de controle nacional e sua participação por ativos totais no sistema financeiro nacional entre 1996 e 2002. O Bradesco, o Itaú e o Unibanco tiveram, juntos, sua participação no sistema duplicada nesse período, passando de 12,6% para 24,2%, alcançando quase um quarto de todos os ativos totais do sistema<sup>126</sup>, conforme o gráfico a seguir:

<sup>126</sup> No período, 1996-2002, os ativos totais do sistema passaram de R\$ 700,2 bilhões para R\$ 1.231,0 bilhões, variando portanto + 75%.

**GRÁFICO 04: CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS MAIORES CONGLOMERADOS PRIVADOS NACIONAIS NO SFN POR ATIVOS TOTAIS ENTRE 1996 E 2002**



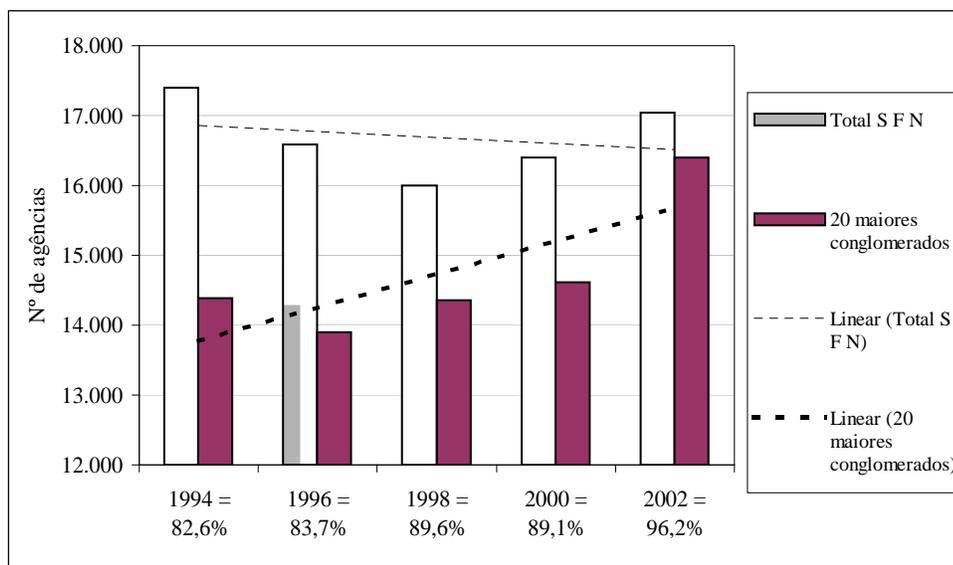
**Fonte:** Relatórios do BACEN: Ativos dos 20 maiores conglomerados do sistema financeiro nacional (95-99), Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 25, e 50 Maiores Bancos por Ativos Totais (-) Intermediação Dezembro/2002.

\* Soma da participação relativa das três instituições.

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

Outro indicador significativo da concentração bancária no sistema financeiro é a alteração de 82,64 % para 96,22 % do total de agências do sistema bancário concentrado entre os 20 maiores conglomerados entre 1994 e 2002, respectivamente. Enquanto o número total de agências no sistema permaneceu relativamente estável, de 17.400 passou para 17.049, o aumento entre os 20 maiores conglomerados foi de 2.024 agências, passando de 14.381 para 16.405, demonstrado no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 05: PARTICIPAÇÃO DOS 20 MAIORES CONGLOMERADOS BANCÁRIOS NO TOTAL DE AGÊNCIAS DO SFN ENTRE 1994 E 2002**



**Fonte:** BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 – Q 10; Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 10; Relatório Anual de Dezembro de 2000 - Quadro 10; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 6.

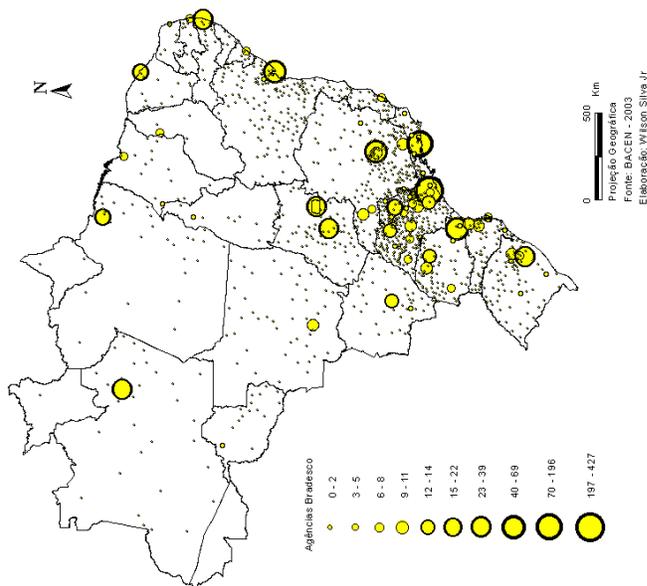
**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

Além da concentração de capital e da centralização das agências em um número cada vez menor de bancos, outro resultado expressivo e complementar das alterações ocorridas no sistema financeiro no período pós-Real foi a intensificação da metropolização da rede de agências bancárias do sistema, especialmente em São Paulo, como pode ser percebido, além dos mapas 01 e 02 referentes à rede de agências do Banco Itaú, e também nos mapas referente à rede de agências do maior banco comercial de varejo em atuação no Brasil, o Banco Bradesco:

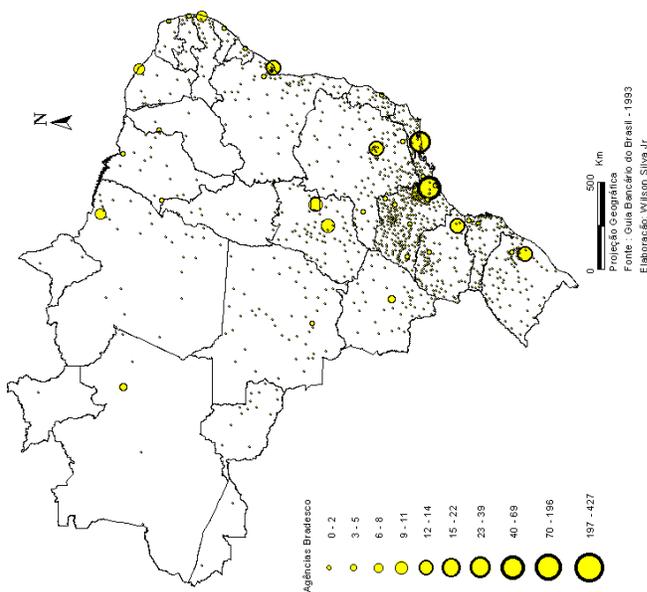
**MAPA 05: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BRADESCO NO BRASIL - 1993**

**MAPA 06: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO BRADESCO NO BRASIL - 2003**

**MAPA - 6 ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO BRADESCO NO BRASIL - 2003**



**MAPA - 5 ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BRADESCO NO BRASIL - 1993**



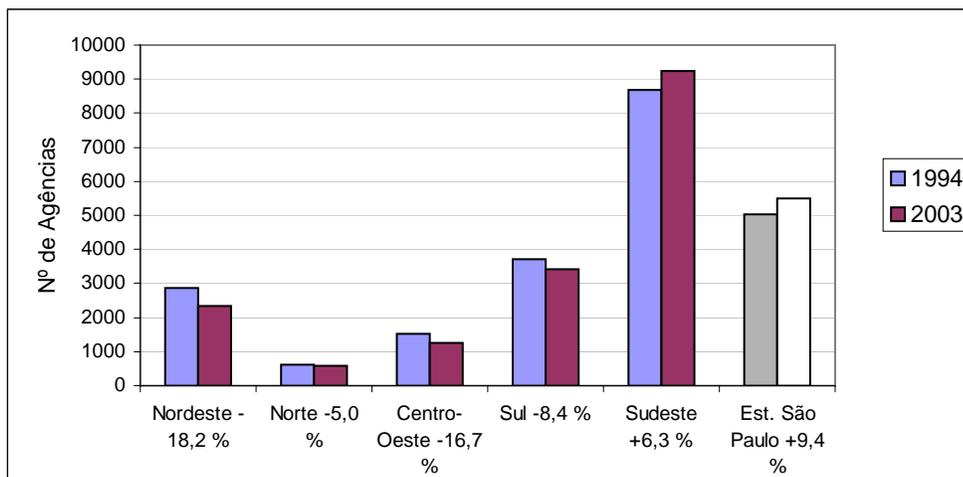
Conforme evidenciado nos mapas anteriores, o Banco Bradesco e o Banco Itaú apresentam intensa expansão nas regiões metropolitanas e também aumentam as suas redes de agências nas demais regiões devido à intensa aquisição de outras instituições nos anos noventa. Entretanto essa dinâmica não corresponde ao conjunto do sistema que apresenta retração da capilarização direta e concentração de unidades centrais, ampliando assim a metropolização já observada nos maiores conglomerados. Em dezembro de 2002, 88% do total das instituições financeiras estavam sediadas nas regiões sul e sudeste, e somente a região metropolitana de São Paulo respondia por 80 % das sedes dos conglomerados privados incluídos entre as 50 maiores instituições por ativos totais em operação no país<sup>127</sup>. Essa centralização da direção corporativa financeira é reforçada pelo crescimento do número total de agências no Estado de São Paulo, de tal forma que a sua participação no total de agências do país no sistema passa de 28,8% para 32,6% no período<sup>128</sup>, especialmente na capital, contrastando com o decréscimo generalizado nas demais regiões, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste cuja a participação somada dessas regiões caiu de 28,7% para 24,8% no total do sistema. Tal centralização pode ser observada no gráfico a seguir:

---

<sup>127</sup> Foi considerada a aquisição do BBVA, cuja sede era em Salvador BA, pelo Bradesco em janeiro de 2003. Dados do BACEN: Relatório Anual de Dezembro de 2002 e 50 Maiores Bancos por Ativos Totais, base de dezembro de 2002.

<sup>128</sup> O número total de agências bancárias no sistema financeiro passou de 17.400 em dezembro de 1994 para 16.829 em dezembro de 2003, redução de 3,2 % segundo dados do BACEN / Relatório semestral dez 1998 - Q11 e Q3 da Atualização mensal de dados – dezembro de 2003.

**GRÁFICO 06: DISTRIBUIÇÃO DE AGÊNCIAS NO SFN POR REGIÃO GEOGRÁFICA E SUA VARIAÇÃO RELATIVA NO TOTAL DE AGÊNCIAS NO PAÍS ENTRE 1994 E 2003**



**Fonte** Bacen / Relatório semestral dez 1998 - Q11 e Q3 da Atualização mensal de dados – dezembro de 2003.

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

A queda no número e na participação no total de agências, especialmente das regiões nordeste e centro-oeste, poderia ser compensada pela ampliação do número de unidades bancárias avançadas, Posto de Atendimento Bancário – PAB ou Posto Avançado de Atendimento – PAA; entretanto o número de PAB's ou PAA's foi reduzido em todas as regiões com uma média de – 21,6 %, passando de 10.125 para 7.937 pontos no país entre dezembro de 1994 e 2001.

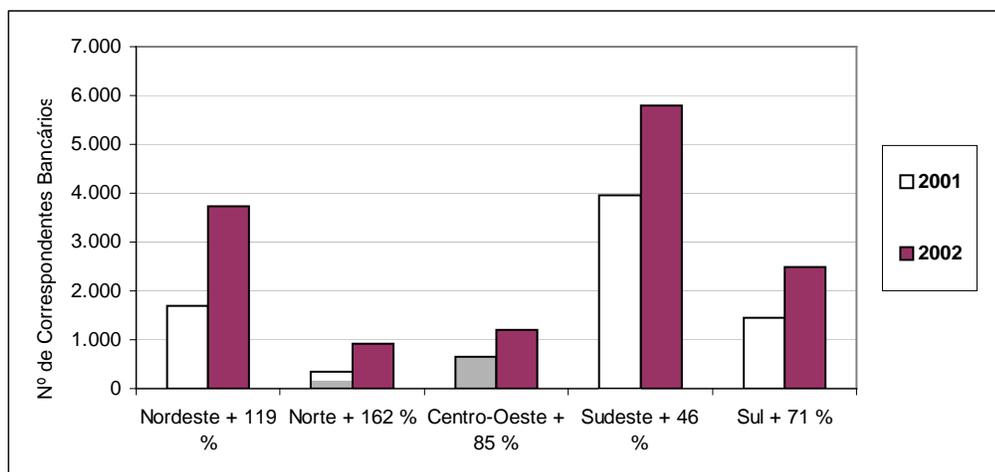
Contrastando com a acentuada redução da capilarização bancária direta na maioria das regiões geográficas do país e a conseqüente redução do trabalho bancário nessas áreas, observam-se dois movimentos de capilarização bancária indireta nos últimos anos com o estabelecimento dos correspondentes bancários e das sociedades cooperativas e associações de microcrédito, que na sua maioria não são considerados trabalho especificamente bancário.

Através dos correspondentes bancários<sup>129</sup>, os grandes bancos, principalmente o Bradesco e a Caixa Econômica Federal, desenvolveram mecanismos indiretos para atingir estratos sociais de baixa renda, especialmente nas regiões norte e nordeste. Trata-se de um prestador de serviços com ampla capilarização, como os

<sup>129</sup> O Correspondente Bancário é um instrumento de capilarização bancária indireta regulamentado desde 1973 pelo BACEN. Porém somente a partir 1999 foi amplamente implantado e novamente regulado pela Resolução 2.640/99 e 2.707/00 do BACEN.

correios ou as casas lotéricas, contratado ou conveniado com uma instituição bancária, que a partir de 1999 se tornou um recurso de competitividade importante para ampliação de escala e redução de custos de serviços pouco lucrativos para a estrutura dos bancos, especialmente a transferência de trabalho bancário, pois tais unidades iniciam os processos de abertura de contas e empréstimos, realizam análise cadastral, efetuam recebimentos e pagamentos diversos, executam a cobrança de títulos e processam os dados referentes às operações contratadas. A conveniência dessa modalidade de atendimento pode ser dimensionada pelo amplo e rápido crescimento dos correspondentes bancários em todas as regiões do país, passando de números residuais no ano de 2000 para 8.118 correspondentes em 2001 e 14.149 em 2002, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 07: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS NO SFN ENTRE 2001 E 2002**



**Fonte:** BACEN: Relatório Anual de Dezembro de 2001 - Q 11; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 11

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

O segundo fator de compensação do refluxo da capilarização bancária direta é o crescimento inovador das cooperativas de crédito e sociedades de microcrédito que em números de estabelecimentos passaram de 877 em dezembro 1993 para 1400 dez anos após.

Sem vínculo direto com os grandes conglomerados bancários, as cooperativas inicialmente operavam com sérias limitações legais e se estabeleceram nos espaços deixados pelos bancos que encerram suas atividades em pequenos municípios

considerados pouco rentáveis. Contudo nos últimos anos, notadamente a partir de 1999, essas entidades alcançaram escala e conquistaram apoio político para forçar o BACEN a desenvolver esforços para melhorar o tratamento desse segmento. Embora o crescimento numérico do segmento cooperativo seja expressivo, sua participação no total de operações de crédito do sistema ainda é bastante reduzida, representando em dezembro de 2002 apenas 1,77% do total, mesmo tendo crescido 90,32% em relação a dezembro de 1998 quando essa participação era de 0,93 %<sup>130</sup>.

Organizadas em grandes redes de compartilhamento de recursos, as quase 500 novas cooperativas constituem uma experiência que contraria as regras de concentração e centralização do capital entre os grandes conglomerados bancários sediados especialmente em São Paulo. Contudo a intensificação da espacialidade das unidades bancárias em torno de regiões metropolitanas evidencia a seleção de espaços e a constituição de cidades informacionais impulsionada pelas grandes corporações. Tal estratégia territorial atende a necessidades de composição de centros de serviços, os quais incluem o trabalho bancário, que suportem o dinamismo dos nós das redes de fluxos voltadas às conexões dedicadas com clientes prioritários para a acumulação de capital. Os espaços não atendidos por essa primeira linha de ação são integrados através de mecanismos de atendimento secundário, tais quais os recursos de capilarização indireta do sistema bancário implementados no Brasil na última década.

Dessa forma a reestruturação financeira analisada aqui cumpriu a função de coordenar a ideologia e as práticas liberalizantes dos anos noventa evidenciando e ampliando as condições do domínio político de uma fração de classe sobre o conjunto social. Essa reorganização de capitais recondicionou globalmente as relações bancárias brasileiras, intensificou a concorrência interbancária e remodelou os territórios das frações financistas dominantes afetando diretamente as condições gerais de vida tanto dos trabalhadores integrados ao núcleo dinâmico dessa financeirização mundial quanto dos alocados em posições marginais ou mesmo desfilados do processo produtivo.

---

<sup>130</sup> Dados do BACEN: Relatório Anual de Dezembro de 2002 Quadro 15.

### ***3. A identidade dos bancários sob as novas condições mundializadas do trabalho imaterial***

Historicamente a identidade dos trabalhadores bancários esteve fundada na definição de sua categoria de trabalho, na evidência da figura do empregador e na pouca permeabilidade das fronteiras do território nacional. Entretanto essas bases identitárias sofrem profundas transformações modeladas pelo recente processo de ideologização neoliberal, pela ampliação do poder dos bancos na financeirização mundial, pela corrupção da capacidade regulatória do poder público, pelo intenso processo de desnacionalização conservadora e estabelecimento das novas territorialidades do capital bancário no Brasil. Compreender tais mudanças determina nossa capacidade de analisar o posicionamento dos bancários nas relações de trabalho e as suas disposições para a organização de seus interesses coletivos.

As alterações nos referenciais identitários estão primeiramente atreladas à reestruturação produtiva e às tendências de imaterialização do trabalho que foram intensificadas com a concorrência interbancária nos anos noventa. A virtualização, formada pelos circuitos de impulsos eletrônicos, pelos centros de comunicação e pelas microrredes pessoais projetadas em macrorredes funcionais, promove entre os trabalhadores a ética da efemeridade das conquistas, aprofundando a exploração do trabalho e sufocando os espaços de resistência à totalização promovida pelos fluxos do capital. Conforme estudos realizados por Jinkings (2002): “a brutal racionalização do trabalho, apoiada na teleinformática, recria em novas bases as condições de domínio do capital sobre o trabalho” (Jinkings, 2002, p.260).

A informacionalização gera e é simultaneamente geradora de um novo registro de autoridade mediante a recriação e alocação de normas e instrumentos de coerção em espaços de fluxos<sup>131</sup> que sustentam um estilo de vida produtor de novas

---

<sup>131</sup> Espaços de fluxos são formas espaciais compostas por “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade” (Castells, 1999, p.436). Os espaços de fluxos foram intensificados pelas tecnologias da virtualização e tornaram-se um dos fundamentos da sociedade informacional. São descritos por Castells (1999) em três camadas: circuito de impulsos eletrônicos, centros ou nós da rede comunicação, e as redes pessoais e funcionais que organizam as elites dominantes. Os espaços de fluxos são a forma material de suporte dos processos e funções dominantes na sociedade informacional. Conforme Harvey (1993) e Santos (2001), os espaços de fluxos comprimem, reorganizam e tendencialmente absorvem o tempo real, como uma

formas materiais de suporte à dominação capitalista aprimorada com o ciclo neoliberal em curso. A intensa alocação de informações nas linhas dos fluxos e as novas formas de disciplinarização das resistências à exploração do trabalho desordenaram o tempo e os espaços historicamente apropriados pelos bancários, reorganizando o universo das relações desses trabalhadores. Neste sentido a discussão que segue aborda a redefinição da alteridade e analisa as alterações ocorridas na composição orgânica da categoria bancária, os recursos de incorporação desses trabalhadores no mundo das finanças e as alterações ocorridas nas noções de territorialidade e temporalidade dos bancários decorrentes da reestruturação financeira ocorrida no país nos anos noventa.

### **3.1. A recomposição da categoria dos bancários: os integrados e os outros**

O permanente esforço das corporações financeiras na concorrência intercapitalista implicou investimentos que consumiram anualmente 8,5% do seu patrimônio<sup>132</sup> na intensificação da informacionalização dos serviços que, associados a outras tecnologias de neutralização de resistências e maximização da adesão ativa dos empregados, estavam destinados principalmente à eliminação ou precarização dos postos de trabalho<sup>133</sup> nessas instituições, conforme analisado em Jinkings (1995 e 2002), Junckes (1997), Rodrigues A. (1999), Silva M. (1999), Dieese (1997b, 1999b, e 2000b), Passos (2001), Carvalho et alii (2002), Costa F. (2002), Revista dos Bancários (nº 92, 2003) e outros. Entre as principais alterações nas condições gerais de trabalho nos bancos, cujo impacto para a alteridade bancária é determinante, destaca-se a recomposição orgânica da categoria dos bancários mediante a acentuada redução no número de trabalhadores empregados das instituições bancárias e o exponencial

---

função dos deslocamentos instantâneos, ordenando e subordinando os demais espaços da vida na sociedade.

<sup>132</sup> Esse percentual corresponde a 2,5 bilhões de reais nos anos que antecederam 1999, conforme a publicação da Federação Nacional dos Bancos – FENABAN *Balanço Social dos Bancos 1999*, p. 18.

<sup>133</sup> Segundo dados do Mapa do Emprego Bancário no Brasil, elaborado pelo Dieese com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – CAGED.MTb (Lei 4923/65), em dezembro de 1993 estavam formalmente empregados em bancos 671.740 trabalhadores, e em dezembro de 1999 esse número foi reduzido para 400.021, representando uma redução 40% aproximadamente em apenas seis anos.

crescimento do número de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços para os bancos.

Até o início dos anos oitenta os trabalhadores não-bancários eram fundamentalmente os vigilantes e pessoal de asseio e conservação predial; entretanto nos anos noventa generalizou-se a força-de-trabalho contratada por empresas terceirizadas, a contratação temporária ou mesmo a interposição fraudulenta de estágios sub-remunerados para os setores e serviços de apoio administrativo, digitação, apoio operacional de comunicações, teletendimento, o *front line* nas agências e a maioria dos serviços de processamento de documentos e informações. A heterogeneização crescente do mercado laboral, as alterações na tecnologia de organização do trabalho bancário e a distensão progressiva da legislação trabalhista proporcionaram a substituição acelerada da força-de-trabalho que, em dezembro de 1986, ocupava 842.188 bancários e foi reduzida em pouco mais de uma década em 52,5 %, passando para 400.021 em dezembro de 1999<sup>134</sup>, enquanto as empresas prestadoras de serviços e alocação de estágios realizaram o acréscimo de aproximadamente 260.000 trabalhadores nas mais diversas áreas bancárias<sup>135</sup>.

Dados do Balanço Geral Analítico Contábil da Itaú Holding Financeira, exercícios de 1997 e 1998, registram a redução de 15% dos empregados em apenas um ano e o aumento de 14,37% nas despesas de serviços de terceiros, vigilância e técnico especializado. Como a despesa de pessoal manteve uniformidade com o total das despesas administrativas pode-se observar o efetivo repasse da margem de proventos obtida com a redução de pessoal, suportada pela contratação de serviços de terceiros, para os proventos do pessoal remanescente que registrou um aumento relativo de

---

<sup>134</sup> Dados do Mapa de Emprego Bancário no Brasil – Dieese e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTb (Lei 4923/65).

<sup>135</sup> As instituições patronais não informam dados atualizados sobre de trabalhadores em serviços terceirizados no sistema financeiro. A última referência encontra-se no Balanço Social dos Bancos – FEBRABAN de 1993 onde consta: “Além de seu quadro de funcionários, o Sistema Bancário contrata serviços ... responsáveis por mais de 170.000 empregos” (p.5). As instituições sindicais não dispõem de dados sistemáticos, entretanto dirigentes sindicais entrevistados para essa pesquisa estimaram a ocupação de 260 mil postos de trabalho por trabalhadores prestadores de serviços ou estagiários em dezembro de 2001, excluindo-se desse número os trabalhadores em asseio e vigilância. Poderíamos ainda considerar a situação de milhares de trabalhadores conforme declaração de um executivo sindical patronal: “...como aconteceu com as financeiras que antes tinha 70 mil financiários e hoje tem 5 mil, mas tem 100 mil prestadores de serviços” (entrevista gravada em São Paulo em março de 2002), entretanto como a declaração ocorreu sem ter sido esse o objeto do questionamento optei por considerá-la apenas um comentário.

35%<sup>136</sup>. Tais dados evidenciam que a terceirização tornou-se o mecanismo privilegiado para redistribuir heterogeneamente a despesa com a contratação de trabalho vivo nas organizações financeiras. Por essa forma ampliaram-se as condições de subsunção do trabalho no capital através do estabelecimento de um amplo estrato periférico de força-de-trabalho precarizada e da preservação de um núcleo de bancários integrado aos objetivos estratégicos da corporação, aos quais é conferida, de maneira escalar e concentrada, parcela da margem contábil obtida com a terceirização.

Conforme apontado em pesquisa do Observatório Social sobre a trajetória do Banco Santander e seus antecessores: “Funcionários são demitidos e contratados pelas empresas terceiras desempenhando a mesma função anterior com salários inferiores e perda de direitos trabalhistas conquistados durante anos de lutas sindicais” (Observatório Social, 2001, p.22). Extensa documentação sobre a terceirização no sistema financeiro, organizada pela Confederação Nacional dos Bancários – CNB/CUT e apresentada à imprensa em julho de 2001<sup>137</sup>, registra a prática generalizada de formação de grandes empresas, prestadoras de serviços que contratam milhares de trabalhadores, cujo acionista majoritário e o principal cliente é uma instituição bancária<sup>138</sup> que se utiliza desse artifício legal para pagar salários que variavam entre R\$ 1,75 e R\$ 3,55 a hora, em maio de 2001, exigir jornadas superiores a doze horas e burlar de todas as formas os direitos trabalhistas básicos, conforme descrito por um ex-bancário contratado por uma empresa prestadora de serviço:

O que mudou é que quase não existe mais bancário para serviço de apoio, nós fomos todos terceirizados; claro que para quem ficou no banco em relação ao mercado eles estão bem até enquanto estiverem lá, depois é dureza que todo mundo de lá morre de medo: salário que chega a até R\$ 270,00, com ticket de R\$ 7,00 descontando 20%, entra as 15 horas e sai só quando terminar o expediente, nunca sabe quando sai e também nunca se

---

<sup>136</sup> Dados de 31.12.98 observados no documento Itaú DCF-CTR-016/99 Suac-8876/99 / DSG/STSEF, de 05/03/99; e dados de 31.12.97 observados no documento Itaú DSG/STSEF de 16/02/97, ambos pesquisados na Biblioteca da Federação Nacional dos Bancos – Fenaban em janeiro de 2001. O INPC do período foi de 3,07%.

<sup>137</sup> Documento denominado Relatório da Terceirização no Sistema Financeiro, de junho de 2001, mimeo da Confederação Nacional dos Bancários – CNB/CUT.

<sup>138</sup> Citados estão os bancos Bradesco, ABN-Real, Fiat, BBVA, Santander, Sudameris, Unibanco, Safra, Itaú, Citibank, BCN, Boston, Banco Cidade, Mercantil de São Paulo, Votorantin, Santos e BMC. Embora generalizada a fraude trabalhista, o citado dossiê reconhece também empresas cujo vínculo para a prestação de serviços para os bancos ocorre dentro de princípios básicos de licitude, preservação de direitos e otimização de recursos.

paga hora extra, freqüentemente chega 12 ou 14 horas de trabalho com um lanche de uns 15-20 minutos. E é assim ó: ‘se quer, quer, se não quer tem quem queira’, é o que a gente mais ouve e tem que aceitar porque sabe que tem quem queira mesmo e pronto. Informação? petecas, nem da empresa nem de ninguém, não sei do dono, da sede, do número de funcionários, onde mais atua, o que mais faz, não sabemos nada, só quando quebra e o dono fecha, aí tem falatório de todo lado mas também não dá em nada.<sup>139</sup>

No discurso desse trabalhador evidenciam-se os elementos de precarização do trabalho, fundamentalmente vinculados à diversificação das experiências sobre o tempo e a instauração do medo como propulsor da esquiva que segmenta os trabalhadores. O impacto mais significativo dessa estratégia de organização primária do trabalho na composição identitária dos bancários pode ser caracterizado, seguindo os estudos de Elias (2000) em *Os estabelecidos e os outsiders*, pela reconfiguração das relações intraclassistas vividas pelos trabalhadores em bancos. Tal dinâmica de diferenciação identitária entre bancários e terceirizados e mesmo entre esses últimos pode ser assim representada conforme as figuras a seguir:

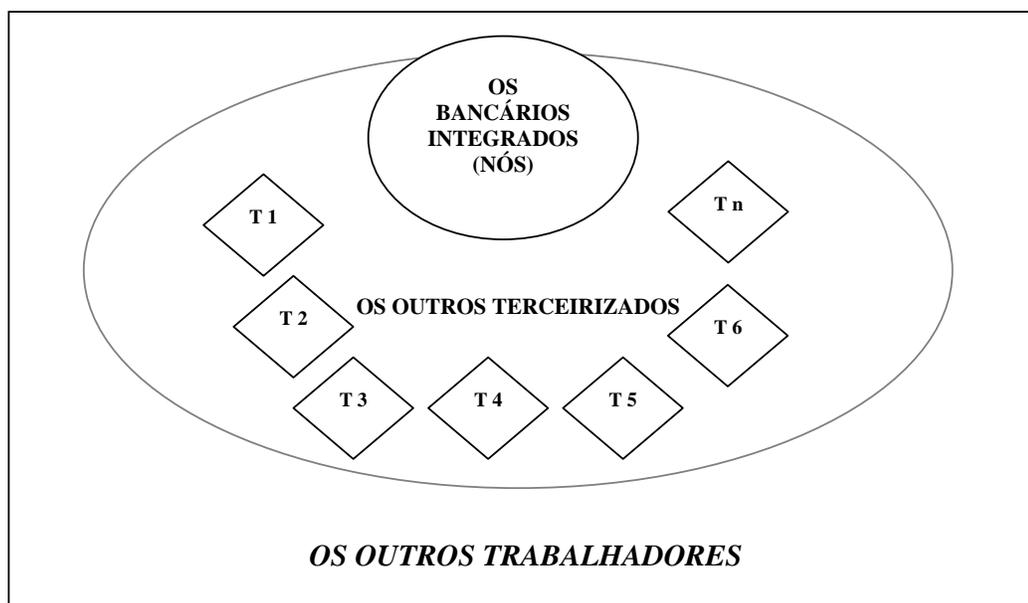
---

<sup>139</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em novembro de 2001, com um prestador de serviços que trabalhou em banco durante onze anos e na época estava vinculado à quarta empresa desde 1995. Segundo o entrevistado as três empresas anteriores haviam encerrado suas atividades com a dispensa sumária de pessoal e elevado passivo trabalhista não resolvido.

**FIGURA 03: CONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE POLARIZADA ENTRE OS BANCÁRIOS E OS OUTROS TRABALHADORES**



**FIGURA 04: RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE POR GRADUANTES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS BANCÁRIOS, OS TERCEIRIZADOS E OS DEMAIS TRABALHADORES.**



As figuras anteriores demonstram o reposicionamento dos bancários remanescentes dos processos de terceirização que sobreconstituíram um *nós* específico a partir dessas experiências e configuraram para os terceirizados o papel do *outro*, assumido e confirmado por esses trabalhadores que reconfirmam assim a posição central dos bancários. Constituem-se assim graduantes de integração, entre os trabalhadores em geral, os terceirizados e os bancários que permanecem integrados diretamente aos bancos.

Outros elementos, além das condições já apontadas anteriormente, para a constituição da alteridade dos bancários podem ser observados no discurso patronal de

um gestor financista que revela a gênese da diferenciação que ocorre pela especialização técnica: “Terceiriza-se mão-de-obra, não inteligência”<sup>140</sup>. O que se revela nessa expressão patronal é o aprofundamento das diferenças na natureza do trabalho advindas da informacionalização. Em movimentos opostos, o trabalho imaterial estabelece um núcleo com ocupações que incorporam tarefas analíticas e simbólicas e uma ampla periferia à qual se destinam tarefas de manuseio e processamento de dados rotineiros. Na dinâmica do trabalho imaterial os bancários *inteligentes*, aqueles sobreviventes e agentes diretos da financeirização, são relativamente isolados dos prestadores de serviços, conforme relato de um bancário:

O Santander não contamina o ambiente bancário com a terceirização, o banco estabelece espaços específicos, uma casa um andar inteiro de um prédio, e ali se fazem todos os serviços terceirizados do banco, tudo controlado por um ou dois funcionários do banco, onde as terceiras trabalham, às vezes em parceria com outros bancos esse espaço é mantido longe da agência, dos bancários mesmo, no banco mesmo a gente não encontra terceiros que é para não complicar, misturando as coisas às vezes um ou outro estagiário só.<sup>141</sup>

O discurso dos bancários incorpora e reproduz a diferenciação identitária quando identifica sistematicamente a condição de externalizado para os prestadores de serviços nas atividades coletivas, nos boletins, teses e deliberações associativas, tal qual pode ser observado na declaração de um dirigente sindical bancário que ressalta consciência superior dos bancários em relação aos *outros* terceirizados:

Tem uma coisa: nas paralisações esse é o pessoal que mais tem pressionado para entrar no banco, impressionante como esse pessoal não tem uma consciência como o bancário tem, eles choram querem pular muro, reclamam e querem entrar a qualquer custo. ...Então até aí nós temos dificuldade de conversar com esse pessoal.<sup>142</sup>

A referência a *esse pessoal* é comum em diversas falas de bancários e reproduzida no discurso de outro dirigente sindical que expressa acentuada acomodação

---

<sup>140</sup> Declaração de Alex Zornig, diretor de finanças Banco de Boston, extraída da reportagem *Bancos testam novas formas de terceirização*, publicada no Jornal Gazeta Mercantil em 19/02/1996.

<sup>141</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um bancário que estava há dezenove anos no banco.

<sup>142</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em outubro de 2001, com um dirigente sindical que tinha na época 27 anos como bancário.

com a diferenciação promovida pela política patronal e se referencia no distanciamento estabelecido entre os estratos de trabalhadores:

A primeira questão é: dá pra reverter essa terceirização? Não, não dá e o banco já tem isso decidido porque quer esse pessoal para trabalhos específicos e ganhar com isso. O que nós queremos agora é aproximar esse pessoal dos bancários, o que interessa é essa aproximação, nós até queríamos é que fossem bancários como bancários mas não tem jeito, a negociação está parada porque o banco na mesa pergunta: então porque vocês acham que eu estou terceirizando se é para continuar bancário.<sup>143</sup>

O discurso patronal e a constituição identitária dos bancários formalmente empregados em instituições bancárias são reconhecidos e confirmados pelos trabalhadores em empresas prestadoras de serviços em bancos, tal qual evidenciado na fala de um prestador de serviços que foi bancário durante dez anos:

Entre o pessoal das terceiras o pessoal é solidário, tem poucos conflitos porque a gente sabe que se sair de uma terceira não tem muito para onde correr senão ir para outra terceira, porque para o banco a gente não volta nunca mais e não pode esperar mais nada lá de dentro, só ferro deles pra nós porque é eles lá e nós aqui. E dá pra entender porque automaticamente tem discriminação, porque eu trabalho com os bancários e eu tô invadindo o setor deles, ficam de salto alto, por exemplo o pessoal fala com frequência que se é que vai terceirizar o pessoal da terceira que se exploda para fazer o serviço, é um tanto agressivo e a gente também tem que se defender só entre nós mesmo.<sup>144</sup>

Interessante observar que a diferenciação de dentro-fora também se reproduz entre os próprios terceirizados, representado na figura anterior por diferentes permeabilidades nas fronteiras de cada grupo, conforme fala de um ex-bancário que destaca a particularidade de sua condição de terceirizado mensalista dentre seus iguais terceirizados horistas:

Eu sou mensalista, graças a Deus. Os outros 90% dos funcionários são horistas, tem muita diferença. O horista ganha por produção, uma média de

---

<sup>143</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical que tinha há época 12 anos como bancário.

<sup>144</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um prestador de serviços que foi bancário durante dez anos e que na época da entrevista estava contratado por uma empresa prestadora de serviços.

R\$ 2,04 por hora, trabalha dez horas com uma de descanso, chegando freqüentemente a doze ou até mais dependendo se o cara agüenta, final de semana e feriado ele não ganha, não é aceito o atestado médico apresentado pelo horista, se ficar doente nem adianta trazer atestado, perde o dia. Então a mão-de-obra é realmente escravizada numa terceira, claro que isso eu só posso falar aqui lá eu não falo, nem posso pensar em falar coisa assim. Tive a felicidade de ser contratado. Quando eu trabalhava no banco eu nunca sabia se eu era um bom profissional, hoje eu sou valorizado porque a possibilidade de crescimento dentro de uma terceira é maior, aquele que realmente é bom profissional encontra portas abertas para organizar o grupo de trabalhadores, eu saio tarde na madrugada e um motorista me leva em casa e no outro dia eu posso chegar mais tarde, hoje eu só não aceitaria ser horista, mas como mensalista eu tô melhor...<sup>145</sup>

Com a terceirização, os financistas realizaram simultaneamente a fragmentação das diferentes posições ocupadas pelos trabalhadores em bancos e sua articulação em uma rede corporativa que gerou graduantes de integração dessas diferenças como elemento propulsor do lucro, promovendo assim uma hierarquização autocontrolada entre os trabalhadores integrados aos núcleos financeiros e os demais terceirizados.

### **3.2. A constituição do trabalhador-financista nas novas formas de remuneração e convencimento**

As novas formas de remuneração variável do trabalho dos bancários que permanecem integrados à dinâmica central da produção da riqueza financeira, fundamentalmente vinculadas ao desempenho individualizado na geração da lucratividade da instituição, são o terceiro fator a ser considerado para análise das recentes alterações nas condições identitárias dos bancários. Desde o início dos anos

---

<sup>145</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um prestador de serviços que foi bancário durante oito anos e que na época da entrevista estava contratado por uma empresa prestadora de serviços havia quatro anos.

noventa<sup>146</sup>, os valores fixos da remuneração dos trabalhadores bancários têm sido progressivamente reduzidos enquanto parcelas variáveis têm avançado rapidamente na composição total da remuneração, conforme detalhado em Dieese (1997b e 2000a), Passos (2001), Costa F. (2002) e Jinkings (1995 e 2002).

Segundo dados da Federação Nacional dos Bancos – FENABAN/FEBRABAN<sup>147</sup>, o salário básico dos bancários foi reduzido em 17% entre 1994 e 1999, enquanto o salário geral médio nos bancos aumentou 88% no mesmo período. Isso não significa que os escriturários estejam recebendo menos e estratos gerenciais tenham tido aumentos reais tão expressivos, mas o que pode ser deduzido é que os valores não pagos na condição de salário básico, piso fixo dos bancários, passaram a ser pago como remuneração variável. Dados das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Itaú, de 30 de junho de 2000, registram que a participação nos lucros e as premiações correspondem a 17% do total de R\$ 1,1 bilhão pagos em remuneração, encargos e benefícios tais como alimentação, assistência à saúde, transporte e educação. Por esses dados pode-se concluir que a parcela variável do salário corresponde em média a 40% da remuneração líquida média dos empregados do banco e se for considerado que esses valores têm uma distribuição acentuadamente heterogênea, pode-se encontrar parcelas de empregados cuja remuneração variável representa, dependendo do seu desempenho em relação às metas e resultados, diversas vezes a parcela fixa.

Fruto da ideologização promovida pela remuneração variável observa-se entre os bancários<sup>148</sup> a crescente demanda por uma maior participação dos trabalhadores na definição dos critérios dos programas de remuneração variável, tais como a definição das metas e da parcela a ser distribuída, fundamentalmente para acompanhar as manobras administrativas e contábeis no pagamento dos valores. Embora a participação nos mecanismos de lucratividade e remuneração variável seja pouco questionada no seu mérito, persiste ainda uma parcela do discurso sindical denunciando face nefasta da

---

<sup>146</sup> Mesmo antes do ingresso dos grandes bancos estrangeiros de varejo no Brasil, alguns bancos de controle de capital nacional já desenvolviam programas de remuneração variável, notadamente os bancos Itaú com o Programa AGIR, o Banco Bamerindus, e o Banco Real que desenvolveram tais programas a partir de 1991.

<sup>147</sup> Dados do Balanço Social dos Bancos – FEBRABAN entre 1993 e 1999.

<sup>148</sup> Análise documental realizada nas teses, deliberações e textos de diversas entidades sindicais, especialmente em 418 edições do tablóide Folha Bancária, editado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo entre julho de 1997 e abril de 2002.

realização das metas e resultados conforme pode ser observado na declaração de um bancário:

Antes [no tempo do Bamerindus] participar nos lucros era até bom porque a gente via o lucro no banco e recebia uma parte, menos do que a gente sempre queria claro, agora tem o PPR que é mais uma forma de exigir mais trabalho de cada bancário que uma participação em resultados, antes o pessoal corria para fazer lucro, hoje corre para escapar do rebaixamento da agência, corre para escapar da demissão por apresentar pouco resultado, tá sempre fugindo de algo de ruim que pode acontecer se não trabalhar tanto quanto o banco espera, quando vem a grana a gente tá doente, quase maluco com a sensação de ter fugido que chega e não de ter construído qualquer coisa.<sup>149</sup>

Além das demandas e denúncias apontadas acima, algumas pesquisas de opinião realizadas com os bancários revelam elevada concordância e satisfação com os programas de remuneração variável. Pesquisa contratada pela Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná – FETEC-PR/CUT<sup>150</sup> para avaliar os impactos do Programa de Participação nos Resultados do HSBC no Paraná conclui que 77% dos entrevistados consideram o PPR ótimo ou bom enquanto apenas um quarto dos entrevistados relata mudanças negativas com a introdução do PPR, como maior cobrança e maior controle, e apenas 15% relata maior competição, 10% mais trabalho e tão somente 8% considera maior o risco de demissão com o PPR<sup>151</sup>. Outra pesquisa realizada pelo Banco Itaú<sup>152</sup> com 23.859 funcionários da instituição conclui que 79% dos entrevistados declararam-se satisfeitos com os procedimentos de remuneração adotados pelo banco em 2001 contra 51% de satisfação registrados em 1997. Adicionalmente a pesquisa do Itaú revela índices de satisfação de 77% com a carreira oferecida pelo banco, 77% satisfeitos com o ambiente de trabalho, 89% satisfeitos com a organização (*corporation*), 88% satisfeitos com os valores corporativos e 96% manifestaram-se satisfeitos com a Visão Itaú: “Ser o banco líder em performance,

---

<sup>149</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um bancário que estava há dezesseis anos no banco.

<sup>150</sup> *Avaliação do Programa de Participação nos Resultados do HSBC* – Pesquisa quantitativa com aprofundamento qualitativo realizada pela GLOBL Pesquisas e Planejamento entre fevereiro e abril de 2000.

<sup>151</sup> Tais percentuais não são cumulativos pois as questões semi-estruturadas permitiam diversas citações por entrevistado.

<sup>152</sup> Pesquisa *Fale Francamente*, coordenada pela Diretoria de Desenvolvimento das Pessoas e divulgada em março de 2002.

reconhecidamente sólido e confiável, destacando-se pelo uso agressivo de marketing, tecnologia avançada e por equipes capacitadas, comprometidas com a qualidade total e a satisfação dos clientes”.

Intensos programas de treinamento e comunicação com os empregados complementam os processos de convencimento dos bancários e a obtenção da dedicação requerida pelas plataformas operacionais corporativas. Segundo dados da FEBRABAN<sup>153</sup>, o número de participações em atividades de treinamento passou de 640 mil em 1993 para 1.055 mil em 2001, não incluída aí a autocapacitação com tutoriais digitais que nos maiores bancos têm ocupado aproximadamente três horas semanais de cada funcionário, enquanto os novos empregados em treinamento têm esse tempo estendido para todos os dias durante os primeiros meses. Se considerarmos que em 1993 havia 671 mil bancários empregados, obter-se-á a média de 1,04 atividades de capacitação por trabalhador naquele ano em contraste com a média de 2,61 atividades para cada um dos 402 mil bancários em 2001, as quais ainda são complementadas pelo auto-treinamento realizado nos ambientes virtuais.

No Banco HSBC o programa de treinamento do primeiro ano do empregado é composto de diversas etapas, e já no primeiro dia de trabalho o bancário recebe um amplo *kit do treinamento* que será seu objeto de estudo pelos trinta dias iniciais, os quais são monitorados diariamente pelo gestor da unidade mediante um *plano de aprendizado* onde conta a descrição minuciosa das tarefas do novo funcionário. Segundo o *caderno do funcionário*, é objetivo do programa avaliar se o novo funcionário identificará com clareza os valores, princípios e políticas do banco, os padrões de conduta requeridos pela organização, o perfil do profissional HSBC e, em último tópico, seus direitos e responsabilidades. O *kit* de iniciação é composto de um caderno texto, diversas fitas de vídeo e material explicativo sobre os conteúdos que o iniciante deverá compreender. Dentre eles destaca-se o guia *Administrando o Tempo*, onde constam as regras de controle e diversos exercícios para reduzir a duração das tarefas rotineiras, e o guia *Managing for Value e Eu*, cujo conteúdo fundamental são as possibilidades de o novo empregado obter vantagens competitivas para o Grupo, entre as quais destaca-se: “O MFV ajuda a garantir os empregos existentes e criar novas oportunidades”. A

---

<sup>153</sup> Dados obtidos nos Balanço Social dos Bancos – FEBRABAN nos respectivos anos.

apresentação desse último caderno é feita com a seguinte mensagem do presidente do HSBC:

O mundo está mudando e precisamos mudar com ele – só progredindo poderemos ter êxito nos mercados extremamente competitivos em que operamos. Por reconhecer essa necessidade o Grupo adotou uma nova estratégia: o **Managing for Value – O HSBC no século XXI**, que nos ajudará a utilizar a energia, a criatividade e as aspirações que já existem dentro do HSBC para transformar o Grupo.

A filosofia que adotamos para isso, o **Managing for Value**, baseia-se numa idéia simples: elevar ao máximo os ganhos do Grupo para seus proprietários.

...

O **Managing for Value** estará no âmago de tudo o que fizermos – vai mudar o seu modo de trabalhar e também o meu. ...absorva seus ensinamentos e os ponha em prática, pois com o envolvimento e o comprometimento totais podemos fazer do HSBC a maior organização de serviços financeiros do mundo.<sup>154</sup>

O envolvimento dos funcionários com os propósitos corporativos é confirmado com admiração por um dirigente sindical bancário que denuncia em sua fala o quanto a liberdade de ação dos trabalhadores está condicionada aos novos padrões de desempenho e às necessidades básicas da concorrência:

O banco diz assim que o cara é importante para o banco, que ele é bom e inteligente para aprender novos conhecimentos e qualquer pessoa gosta disso, todos gostam de ser valorizados... Todos os dias o banco está lá trabalhando a mente, a cabeça, o sonho do bancário dizendo: meu amigo depende de você, da sua capacidade, do seu desempenho porque nós confiamos que você consegue e você merece, isso mexe muito com muita gente. Tivemos um caso onde após um trabalho de motivação o pessoal da agência formou equipes e se revezavam vendendo produtos no calçadão, viraram camelôs literalmente, e o sindicato teve que intervir e o pessoal ainda respondendo que quem sabia o limite e até onde eles podiam ir eram eles mesmos e que nós não devíamos nos meter nisso, aí o próprio banco teve que dizer para o pessoal que não era para se empolgar tanto, que essa

---

<sup>154</sup> Trecho da apresentação de Sir John Bond, presidente do Grupo HSBC, em setembro de 1999. Os materiais citados são institucionais do banco e foram fornecidos por um funcionário treinando do programa.

forma de atuação ainda não estava definida como política do banco e coisa e tal. Isso foi incrível.<sup>155</sup>

Os recursos informacionais que possibilitam aos bancos o acesso permanente e imediato aos bancários são fatores decisivos para a formação continuada do convencimento dos trabalhadores. Em todos os grandes bancos o dia do bancário somente é iniciado após o registro eletrônico de presença que inclui o ciente eletrônico no informativo diário, o qual é repetido diversas vezes como controle e alerta para as necessidades corporativas. Além do informativo diário, os bancos dispõem, ainda em modo digital, de normativos, circulares, intranet com correio eletrônico e publicações diversas voltadas a destacar aqueles funcionários mais dedicados e alimentar o clima motivacional adequado às necessidades corporativas. Tais recursos são assim descritos por um bancário:

Antes da aquisição do Banespa tínhamos a comunicação sim entre o banco/diretoria e o funcionário, mas isso não era tão forte, hoje é com tudo que você faz ta o banco/diretoria junto com você: é intranet, e-mail, terminal de trabalho, comunicados, jornalzinho, folders do banco tudo isso quando o empregado abre a tela de trabalho ele já entra em tempo real com a diretoria do banco. O banco tá muito agressivo, ousado mesmo, mesmo que você não queira o banco ta ali do teu lado, junto, em baixo, em cima de todo jeito. No HSBC agora tem aquela revista, as cartas do presidente chegam mais identificadas com os funcionários porque o banco trabalha com a concepção de analtecer o ego do funcionário, da equipe da agência que alcançou as metas e daí todo mundo quer aparecer na revista para todo o banco, parece que eles entendem bem como é que o bancário pensa e o que ele sente para fazer notícias onde o pessoal quer aparecer lá como se fosse com ele que tivesse acontecido para ele aparecer para todo mundo.<sup>156</sup>

Com o estabelecimento de todos esses mecanismos de motivação e controle, ou de autocontrole, os trabalhadores realizam cotidianamente o culto da excelência incorporando progressivamente os princípios da competitividade e o papel de guardiões da qualidade e da produtividade do trabalho bancário, conforme vários casos estudados

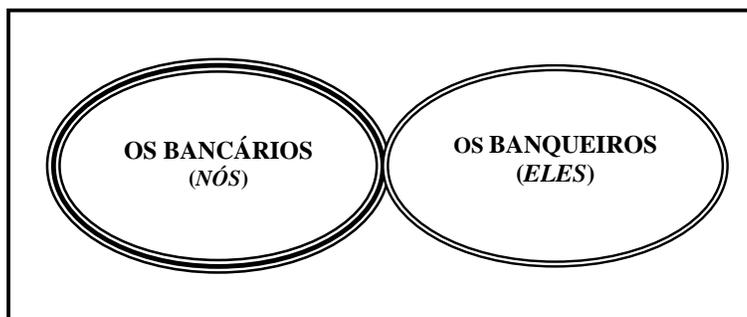
---

<sup>155</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um dirigente sindical bancário.

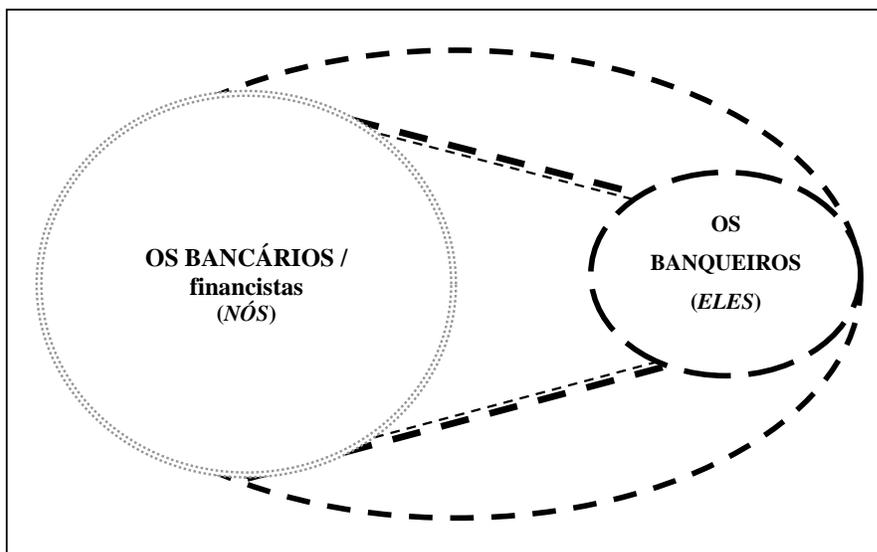
<sup>156</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um bancário que desde 1978 já havia trabalhado em quatro bancos.

por Jinkings (2002). Tantas transformações na gestão de pessoal e no convencimento dos bancários podem ser assim representadas:

**FIGURA 05: CONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE COM FRONTEIRAS POUCO PERMEÁVEIS ENTRE BANCÁRIOS E BANQUEIROS**



**FIGURA 06: RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE COM ARREFECIMENTO DAS FRONTEIRAS DE AUTERIDADE DOS BANCÁRIOS**



Nas figuras acima representam-se as alterações ocorridas nos referenciais identitários dos bancários após as experiências de remuneração variável e participação nos lucros, dos intensos programas de treinamento e dos mecanismos de difusão da ideologia corporativa que dilaceraram as fronteiras constituídas historicamente pelos trabalhadores bancários. Dessa forma os bancários integrados a essa nova dinâmica desenvolveram progressivamente atitudes de pensar e agir para o capital, assumindo a

responsabilidade de ampliar os mecanismos necessários à acumulação financeira. Essa participação ativa em um circuito essencialmente capitalista e seu correspondente interesse positivo na retenção de riquezas no estrato financeiro tem impacto direto na identidade dos bancários integrados pois estes incorporam valores não compartilhados com os demais trabalhadores terceirizados e que os aproximam progressivamente de um perfil de gestor financeiro, conforme expresso em declaração da diretora da área de remuneração e eficácia do Citibank: “Eles acabam se dedicando como se fossem donos”<sup>157</sup>.

As novas formas de remuneração, de treinamento do trabalho e de comunicação com os bancários compõem, como a parte mais perceptível, um novo modelo de gestão de recursos cultivado nos bancos no qual a força de trabalho obediente e fixa, vigente até os anos setenta, foi transmutada pela disciplina híbrida, móvel e autocontrolada. Todas essas transformações ampliam exponencialmente o poder dos bancos nas relações de trabalho e afetam diretamente as condições para a organização de interesses dos bancários e sua capacidade de ação coletiva, potencializando radicalmente os impactos da dinâmica neoliberal sobre o sindicalismo.

Entretanto tais inovações não excluem práticas bastante arcaicas e distantes da imagem baseada em uma relação puramente econômica, em que os resíduos patriarcais e do politicismo pré-capitalista estariam superados. Exemplo dessa contradição pôde ser vivido pelos empregados do HSBC na chegada do banco ao Brasil, em 1997, conforme relato de um funcionário:

O RH de primeiro mundo do HSBC começou se apresentando aos funcionários com uma carta<sup>158</sup>, que o pessoal teve que assinar, dizia lá para os bancários tomarem banho antes de vir para o trabalho para não cheirar mal, é sim e foi assim mesmo pode ver, cortar o cabelo todo mês, pentear todo dia, fazer a barba, cortar a unha e até escovar os dentes e fazer necessidades fisiológicas antes de se apresentar na agência. Um absurdo.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> Trecho de matéria do Jornal Valor *Quando os benefícios se tornam algemas*, publicada em 14 de setembro de 2000, que registra a adesão de 75% dos 2.200 funcionários do Citibank no Brasil ao programa de compra facilitada de ações do banco.

<sup>158</sup> O memorando e seu conteúdo foram objeto de reportagem *Banco lança regras de higiene*, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 10 de junho de 1997.

<sup>159</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um bancário que trabalhava há quinze anos no Bamerindus/HSBC.

Outra demonstração da capacidade de administração de padrões híbridos que rege as corporações financeiras foi o escândalo provocado pelas denúncias de contratação de delegados e policiais militares pelo HSBC para espionagem, infiltração de pessoal, suborno e escutas telefônicas ilegais realizadas em entidades sindicais e credores duvidosos do banco nos anos de 1997 e 1998. O caso foi amplamente divulgado na imprensa em maio e junho de 2001 e motivou trabalhos da CPI da Telefonia na Assembléia Legislativa do Paraná e inquéritos policial-militares nas polícias civil e militar do Estado do Paraná<sup>160</sup>.

### **3.3. A transformação da identidade territorial: a inserção global dos bancários nas redes do capital financeiro**

Além da recomposição orgânica da categoria e das novas tecnologias de gestão de pessoal, os fluxos do dinheiro e das finanças forçaram também uma acentuada recomposição nas referências espaciais de identidade dos trabalhadores em empresas cujos setores tornaram-se globais e cibernéticos. No caso dos bancários brasileiros, pode ser observada uma profunda mudança nas condições de alteridade forjada pelo dilaceramento dos limites territoriais vigentes até os anos noventa, quando as fronteiras do espaço financeiro no Brasil estavam relativamente bem definidas e seus agentes relativamente identificados. Esse quadro foi rapidamente alterado com o aumento da participação dos bancos estrangeiros no sistema e a acentuada mudança no número de bancários empregados nesses bancos.

Em 1994 os bancos estrangeiros empregavam apenas 1,5% do total de bancários do país, e em 2002 essa participação saltou para 18%. Tal mudança correspondente a aproximadamente 87.100 bancários<sup>161</sup> que passaram a estar sob o comando de gestores estrangeiros pois esses “novos bancários” são remanescentes das

---

<sup>160</sup> Matérias publicadas nos jornais Gazeta Mercantil, Folha do Paraná, Folha de São Paulo, Gazeta do Povo e outros entre 30 de maio e 17 de junho de 2001. Toda a documentação está em protocolo de inquérito do Banco Central, número 0001055969, motivado por comunicações jurídicas realizadas pela corregedoria da Polícia Militar do Paraná, durante o ano de 2000, realizadas em virtude do envolvimento de militares no caso.

<sup>161</sup> Dados dos relatórios do BACEN: Semestral de Dezembro de 1998, dados referentes ao período 1993-1998, e Semestral de Dezembro de 2002.

instituições nacionais incorporadas pelo capital externo. Essa alteração torna-se especialmente relevante pois esses trabalhadores que anteriormente eram empregados do capital nacional passam a cumprir o papel de agentes imediatos da transição cultural e mercadológica inerente à troca no controle do capital bancário, conforme pode ser observado no relato de um bancário:

Eu era funcionário do Bamerindus, era empregado do homem do chapéu [Andrade Vieira] que de vez enquanto até passava aqui na agência, bem que lá no CPD eu nunca vi, mas no centro o pessoal via ele de vez enquanto. Aí um pouco antes eu vim pra agência também, quando ainda tinha cadastro aqui. De repente parece que ficou tudo chique e a gente tem que andar na linha, feito mauricinho senão o banco apresenta cartinha de advertência, teve até gozação que o pessoal do Bamerindus ira virar estrangeiro e falar inglês também. Parece que ficou tudo muito grande, antes a gente tinha união entre a gente e o chapeludo que se explodisse, de repente o pessoal começou a defender um banco que nunca tinha visto na vida, elogiar e falar que agora é que ia pra frente porque era inglês de Hong Kong, e todo mundo se convenceu mesmo que era outra coisa<sup>162</sup>.

A dimensão da mundialização do perfil do sistema apontada acima pelo entrevistado pode ser representada nos mapas a seguir, pelo contraste entre a rede de agências do Banco Bamerindus em 1993 e a intensa reestruturação ocorrida após sua aquisição pelo Grupo HSBC em 1997:

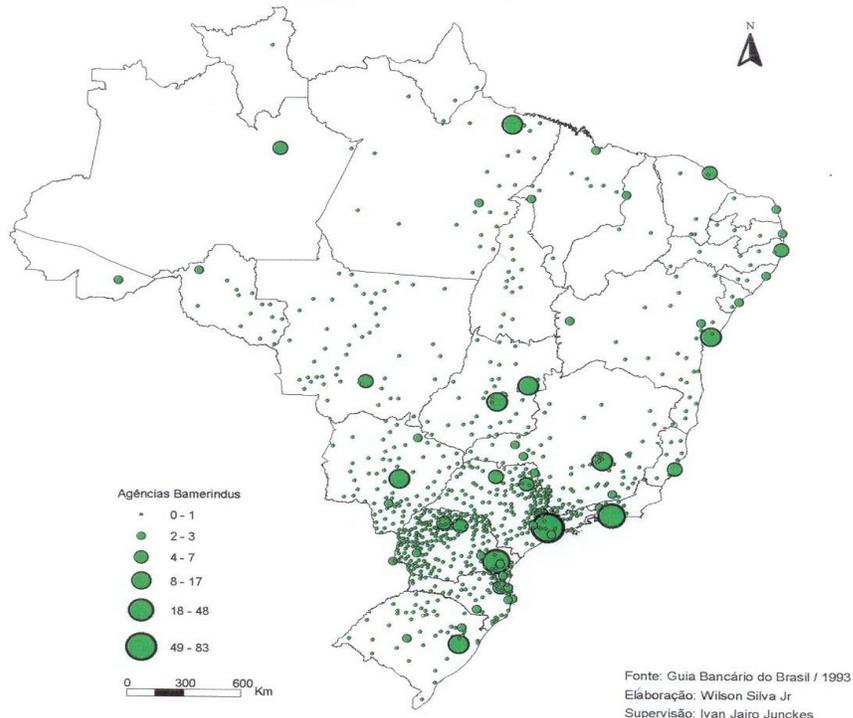
---

<sup>162</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba em novembro de 2001 com um bancário que trabalhou doze anos no Bamerindus/HSBC.

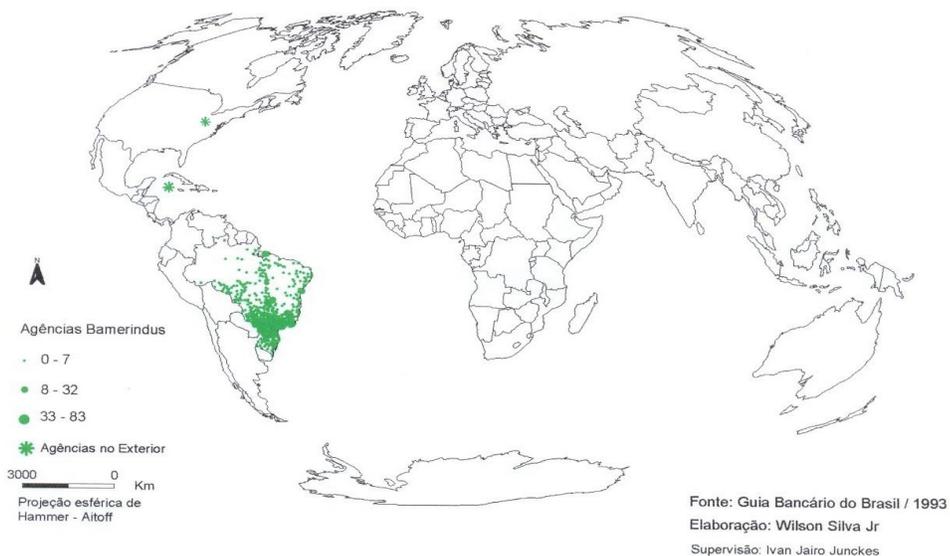
**MAPA 07: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO BRASIL - 1993**

**MAPA 08: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO MUNDO - 1993**

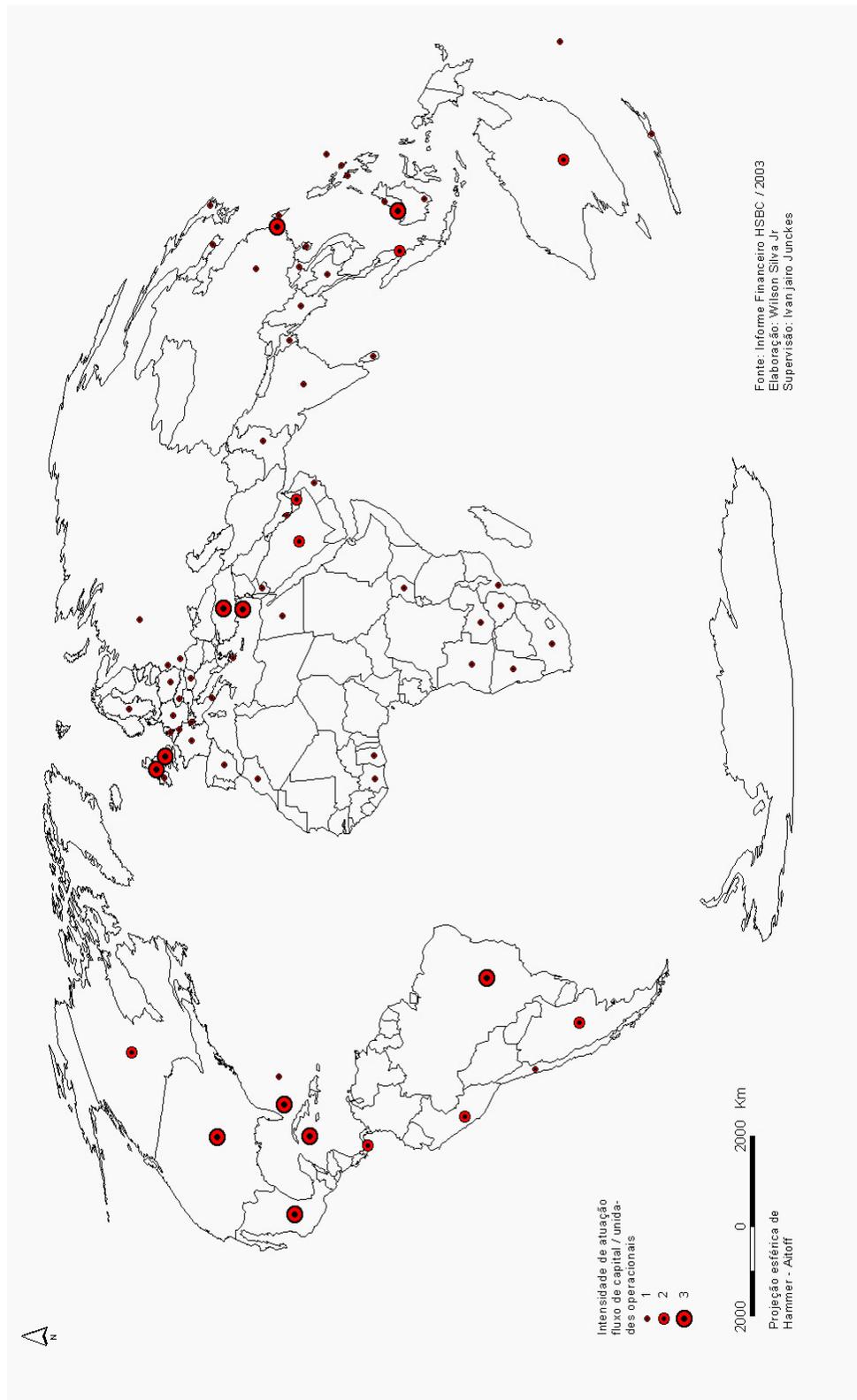
**MAPA 07 - ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO BRASIL - 1993**



**MAPA 08 - ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO MUNDO - 1993**



MAPA 09: ESPACIALIDADE DO GRUPO HSBC - 2003



Os dados comparativos do quadro a seguir entre a condição do Banco Bamerindus em 1993 e do Grupo HSBC em 2003 auxiliam na compreensão das transformações vividas pelos trabalhadores que compuseram a transição entre as duas situações:

**QUADRO 04 - COMPARATIVO BANCO BAMERINDUS 1993 E GRUPO HSBC - 2003 – DADOS SELECIONADOS**

	<b>BAMERINDUS DEZ / 1993</b>	<b>HSBC DEZ / 2003</b>
<b>Número de funcionários</b>	31.325 no Brasil.	20.700 no Brasil; 218.000 no mundo.
<b>Número de agências</b>	1.323 agências no Brasil; 03 agências no exterior.	925 agências no Brasil; 9.781 agências em 79 países.
<b>Demais pontos de atendimento</b>	1.127 PAB's no Brasil.	465 PAB's no Brasil; 4,3 milhões de pontos de atendimento eletrônico no mundo.
<b>Ativos totais</b>	R\$ 30.350 milhões (atualiz. IGP-DI FGV p/ dez 2002))	R\$ 24.753 milh / Brasil (dez/02) R\$ 2.100.814 milh / mundo*

**Fonte:** Relatórios da Administração Bamerindus 1993, Relatórios financeiros *HSBC Group* 2000 e 2003, e Relatórios do Banco Central do Brasil – BACEN.

\* Valores obtidos em dólares americanos e convertidos para Real na cotação 1=3. Observe-se que os ativos totais do HSBC no mundo são 85 vezes superiores aos ativos totais do banco no Brasil.

Como pode ser observado no caso do Bamerindus, também os demais bancos nacionais adquiridos pelas corporações estrangeiras sofreram retração nos seus diversos indicadores específicos, tais como redução no número de agências e funcionários; entretanto o intenso crescimento do conjunto dos bancos estrangeiros em todos os segmentos do mercado de varejo financeiro transformou as relações entre os trabalhadores bancários e os referenciais de grandeza das corporações bancárias no país. Com a desnacionalização, as novas formas de regulação da gestão territorial financista promovem a realocação dos referenciais territoriais para o âmbito corporativo e a sujeição aos ditames verticalizados da mundialização financeira. O ingresso dos bancos estrangeiros foi intensamente associado às noções de estabilidade, confiança,

profissionalismo e sucesso que romperiam e superariam as práticas financeiras locais<sup>163</sup>. Essas associações reforçam circularmente a imagem de poder dos bancos estrangeiros, pois conforme Harvey (1993):

Quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social. ...Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político. (Harvey, 1993, p.207)

O esforço dos bancos para produzir sua imagem e sua inserção com padrões pretensamente superiores pode ser percebido nos intensos treinamentos de seus executivos para implantar os padrões mundializados nos bancos adquiridos no Brasil, conforme matéria jornalística de 1999:

O executivo que passou 14 meses em Londres tem objetivo de trazer para o País a cultura globalizada do banco inglês. O HSBC aposta na sofisticação gerencial proporcionada pela condição de participante do grupo muito restrito de bancos globais. Para tornar efetivo este diferencial, porém, é preciso mudar a maneira como o antigo Bamerindus era administrado. E para mudar a gestão, é preciso mudar as pessoas, ajudando-as a “adquirir uma visão de negócios do tamanho do HSBC”, resume Schwertner.<sup>164</sup>

A mundialização de pessoal citada pelo executivo do HSBC foi também realizada nos demais bancos que ingressaram no varejo brasileiro e enfrentaram o desafio de integrar os seus trabalhadores aos nós de suas redes corporativas mundiais como fator determinante para a sobrevivência na concorrência interbancária. Dessa forma, em poucos anos milhares de bancários que eram empregados em bancos nacionais privados, públicos federais ou estaduais passaram a ser funcionários de bancos globais e seus principais agentes para realizar as estratégias definidas nas suas matrizes.

Os propósitos patronais estrangeiros foram reforçados pelos próprios bancários que, até a desnacionalização do sistema, compartilhavam com as noções de

---

<sup>163</sup> Para a precisão sobre os padrões de operação ver as análises sobre o ingresso e o desempenho dos bancos estrangeiros no Brasil realizadas em Freitas (1999), IMF (2000), Carvalho F. (2001), Carvalho et alii (2002), Rocha (2002), Vidotto (2002), De Paula (2003).

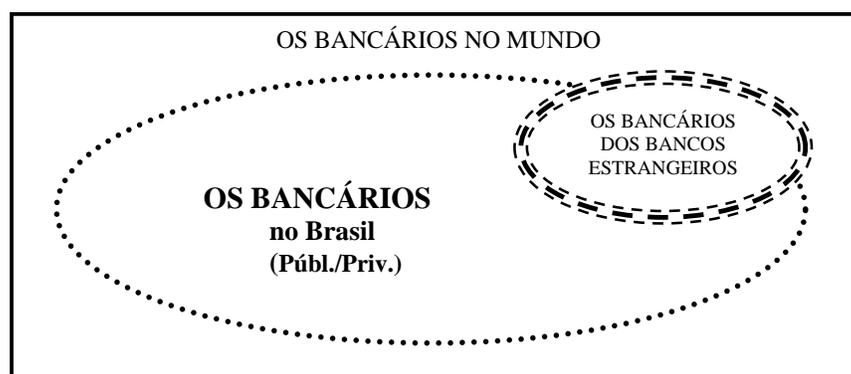
<sup>164</sup> Trecho de matéria jornalística, *Um profissional de RH em Londres*, publicada no Jornal Gazeta Mercantil em 15/12/1999, p. C-3.

superioridade, como demonstra a declaração de um bancário que compara a gestão do Bamerindus com a gestão mundializada do HSBC e sua inserção no banco:

O Bamerindus era mais amador e nós conseguíamos mais coisas porque tudo era mais caseiro, qué vê então quando comparava com o pessoal que trabalhava nos estrangeiros mesmo da época, aí era uma diferença grande mesmo, lá tudo parecia profissional, o salário então... Hoje o HSBC só não tem o salário assim mas tem regras que a gente sabe que valem em boa parte do mundo e a gente aqui significa muito pouco para o banco fora das regras estabelecidas e do que interessa para o banco, eu aqui ou um outro cara no Japão pro banco é a mesma coisa, é trabalhar e dar lucro, meta pra cumprir e pronto.<sup>165</sup>

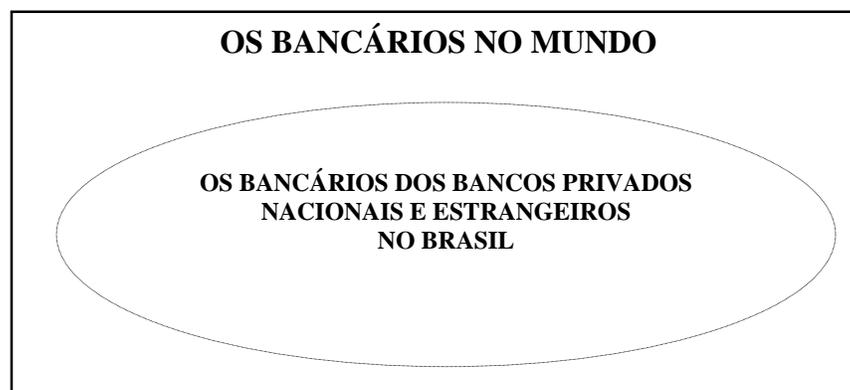
As alterações identitárias forjadas na interação dos bancários com as grandes corporações financeiras globais podem ser assim representadas:

**FIGURA 07: CONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADE ENTRE OS BANCÁRIOS EMPREGADOS EM BANCOS PRIVADOS DE CONTROLE NACIONAL E OS BANCÁRIOS EMPREGADOS EM BANCOS DE CONTROLE ESTRANGEIRO NO BRASIL**



<sup>165</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um bancário que trabalhava no Bamerindus desde 1981 e posteriormente no HSBC.

**FIGURA 08: RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADES ENTRE OS BANCÁRIOS EMPREGADOS NOS BANCOS PRIVADOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS, EM OPERAÇÃO NO BRASIL**



Nas figuras anteriores representa-se a supressão da diferenciação entre os bancários dos bancos estrangeiros e os demais bancários após o ingresso dos grandes bancos estrangeiros de varejo no mercado brasileiro. Atualmente pode ser observada a elevada permeabilidade das fronteiras que diferenciavam os bancários empregados de bancos privados nacionais e também a mundialização dos referenciais de identidade tornando-se residuais as diferenças entre os empregados em bancos estrangeiros e nacionais em operação no Brasil, conforme podem ser observadas no discurso de um dirigente sindical:

Há dez anos atrás tinha diferença sim, os estrangeiros tinham uma série de benefícios e o plano de remuneração era muito melhor e bem consistente, os estrangeiros eram o que poderíamos chamar de uma elite no sistema, hoje é que as diferenças foram suprimidas porque os diversos mecanismos de diferenciação foram deslocados todos para a remuneração variável que passa a ser a política padrão dos bancos.<sup>166</sup>

O desenvolvimento dessas novas condições de alteridade teve grande impacto sobre o conjunto dos trabalhadores bancários, dispondo-os como agentes supranacionais produtores de riquezas fictícias nos fluxos financeiros globais e, como tais, ativamente inseridos nas conexões de rede dominantes da economia mundial. Entre

<sup>166</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um dirigente sindical funcionário, desde 1989, de um banco estrangeiro que já atuava no Brasil, médio varejo, antes do ingresso do HSBC.

os bancários o simbolismo da condição mundializada dos grandes bancos estrangeiros foi expressivo nos debates sobre a privatização do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA, quando a aquisição do banco estadual paulista pelo banco espanhol Santander foi considerada "um mal menor" se comparada com sua aquisição pelo Itaú ou pelo Bradesco, fundamentalmente porque a coincidência de pontos de atendimento era menor e as relações de gestão são mais profissionais<sup>167</sup>. Essa mesma perspectiva é confirmada por uma bancária ao comparar os bancos nacionais e estrangeiros:

A diferença dos estrangeiros para os nacionais é que mesmo cumprindo todas as metas e tudo ele corre o risco de o banco quebrar, não se segurar no mercado, ser vendido ou coisa assim, isso ele sabe que num grande banco internacional não acontece, ele fica tranqüilo fazendo parte de um banco que tem no mundo todo porque sabe que o Santander não vai quebrar nunca, o Hsbc também não. É como tá acontecendo agora o pessoal do Bradesco e do Itaú com essa de o banco também vender uma parte, ou comprar nem sei direito, o que eu sei é que eles tão ficando grandes no mundo também e isso dá segurança sobre esses bancos depois de tudo que já se viu.<sup>168</sup>

Dessa forma a reestruturação bancária ocorrida no Brasil nos anos noventa rompeu as fronteiras da alteridade colonizada que, historicamente, estruturou a negatividade da identidade européia ou americana, mundializou os espaços vividos nos fluxos do trabalho e constituiu temporalidades que estabelecem referenciais identitários híbridos, móveis e efêmeros. Conforme Hardt (2001) todas essas transformação provocam a indiferenciação do *outro*, colonizador e explorador da mais-valia presente no tempo comum, como condição fundamental para realizar a determinação imperial de superar as dualidades da modernidade e substituí-las por graduantes de integração no sistema e de participação nos fluxos necessários à reprodução da ordem corporativa. A reconfiguração das condições de alteridade da categoria dos bancários é um movimento que mescla dominação, resistências e adesão à fragmentação dos referenciais locais que resultam no fortalecimento da verticalização das relações estabelecidas nos espaços de fluxos e afetam profundamente as condições gerais de organização sindical dos trabalhadores.

---

<sup>167</sup> Avaliações presentes em vários boletins sindicais no final de novembro e início de dezembro de 2000 e relato de entrevistas de sindicalistas nos jornais Gazeta Mercantil (21 e 22/11/00) e Folha de São Paulo (21,22 e 26/11/00).

<sup>168</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com uma bancária que trabalhava no Banespa desde 1992 e posteriormente no Santander.

As transformações no poder dos bancos, no sistema bancário brasileiro e na identidade dos bancários demonstram o aprofundamento das condições de dominação estabelecidas nas novas formas de trabalho imaterial e abrigadas na dinâmica própria dos espaços de fluxos que suplementam as condições de dominação política, religiosa ou patriarcal, realizando assim as bases da subsunção real do trabalho nos mecanismos da financeirização mundial. Conforme a análise das condições de dominação realizada por Marx (1995), pode-se verificar o trabalho bancário pleno de contradições: altamente produtivo embora dependente e sujeito ao trabalho morto incorporado nas tecnologias informacionais, culto embora gerindo um saber tão efêmero que pouco se deixa apropriar por seus operadores, auto-responsável mas voltado às condições concorrenciais do mercado, emancipado embora solitário em um contrato individualizado que o afasta das lutas históricas e, finalmente, móvel e mundializado embora estranhado ao cotidiano de seus proprietários e escravo das necessidades de um espaço totalizante e de um tempo absoluto.

Em síntese, as análises elaboradas neste capítulo sobre a financeirização e a hegemonia financeira, sobre as novas territorialidades e a reorganização primária do trabalho e sobre as alterações identitárias e a integração subsumida dos trabalhadores no capital evidenciam os movimentos simultâneos e complementares que estabelecem novas concepções, estruturas e novas práticas que retratam as condições e os impactos da ideologia e das práticas neoliberais nas organizações de interesses dos trabalhadores bancários, as quais se tornam progressivamente estranhadas também à sua própria história. Todavia sobre todas as condições de dominação, a ação coletiva guarda em si o potencial de resistência e transformação próprio de toda situação realizada nas condições relacionais e contraditórias do poder, conforme analisado no próximo capítulo.

### Capítulo III

## **A sobrevivência do sindicalismo bancário: lições de pragmatismo na adesão à hegemonia financeira**

"O fato de o grupo estar formado em torno da identidade de resistência não significa que isso provavelmente irá evoluir num projeto comum. Pode bem permanecer como um grupo defensivo. Ou também, pode tornar-se um grupo de interesse e aderir à lógica da barganha generalizada, a dominante lógica da sociedade global..." (Castells, 1997, p. 357)

Os anos 90 foram críticos para todos os movimentos operários que, com mais ou menos intensidade, enfrentaram a reação capitalista às conquistas dos trabalhadores no período pós-guerra. A reestruturação do capitalismo contemporâneo sustenta-se numa intensa transformação na regulamentação comercial e financeira, na adesão de amplas parcelas dos trabalhadores às ideologias neoliberais, na fragmentação operária em setores avançados da economia, na emergência do informacionalismo pós-industrial e na degeneração global da capacidade estatal para a regulação das relações produtivas, especialmente dos fluxos financeiros mundializados. Nesse contexto, o sindicalismo bancário brasileiro, sustentado nas experiências de resistência e nas conquistas dos anos do sindicalismo novo, desenvolveu uma vigorosa capacidade tática para sobreviver aos ataques governamentais, à transnacionalização do capital, à crise do emprego formal na categoria e à ideologização que promoveu mudanças nos parâmetros identitários dos trabalhadores no sistema financeiro. A análise crítica dessa trajetória de sobrevivência do movimento sindical é o conteúdo deste capítulo.

### ***1. A reorganização flexível dos sindicatos dos bancários***

Quando foram iniciadas as primeiras ondas de demissão nos bancos brasileiros, poucos bancários imaginaram a sua categoria formalmente reduzida à metade durante os anos noventa, e as poucas expressões nesse sentido foram consideradas exageros do pessimismo. Em poucos anos o temor pelo fim dos sindicatos

de bancários tornou-se freqüente ante a curva descendente do emprego bancário e as crescentes dificuldades para restaurar as mobilizações que haviam marcado a década anterior. Entretanto, os bancários se ajustaram às crises geral e específica do sindicalismo e terminaram o século com todos os seus sindicatos abertos, sem a pulverização ocorrida noutras categorias. Com uma das maiores taxas de sindicalização setorial entre os trabalhadores organizados nacionalmente, as máquinas sindicais cresceram e os bancários ainda assustaram o país com algumas campanhas que expuseram as fragilidades geradas pela terceirização dos serviços em bancos. Essa trajetória de ajustes dos trabalhadores ao sistema financeiro suscita muitas problemáticas e algumas delas serão discutidas a seguir.

### **1.1. A concentração metropolitana e a elevada sindicalização relativa**

O enxugamento generalizado da base formal dos bancários, o colapso organizativo dos pequenos sindicatos e a metropolização do movimento sindical são fenômenos determinados pelas alterações na estrutura do emprego nos bancos e pelas limitações para a representação dos interesses dos milhares de trabalhadores empregados nas prestadoras de serviços em instituições financeiras. Tal organização de interesses dos trabalhadores esteve continuamente condicionada pela organização primária da força-de-trabalho pelo capital, mas também é diretamente dependente das regras e da capacidade tática instaladas no movimento para responder em tempo aos seus desafios e limites.

Nos anos noventa, a estrutura de emprego no sistema financeiro no Brasil foi redesenhada pelo movimento global de desterritorialização dos controles da produção e pela conseqüente metropolização das finanças em cidades-nós da informacionalização do trabalho, tal qual descrito em Castells (1999). Esses fatores implicaram um novo perfil do sistema bancário brasileiro caracterizado pela concentração de capital, pela centralização da capilarização direta e intensificação da capilarização indireta. Somaram-se a essas condições estruturais as políticas de ajuste monetário e controle inflacionário, as políticas gerais de desregulamentação e precarização das condições gerais do trabalho, especialmente propulsoras dos processos de terceirização de força-de-trabalho, conforme discutido e demonstrado nos quadros,

mapas e gráficos do capítulo anterior. A seguir será caracterizado o redesenho do estoque do emprego estritamente bancário, o conseqüente enxugamento da base formal dos bancários e seus impactos sobre a organização sindical da categoria no país.

A aguda redução no estoque geral do emprego bancário apresenta uma correspondência, embora em taxas maiores, com a variação geral do estoque de empregos formais no Brasil. Entre 1990 e 2000 o país reduziu em 10% o número absoluto de empregos<sup>169</sup> enquanto os bancários apresentaram índice negativo de 51,2%, passando de 802.451 para 390.986 entre 1989 e 2001. Entretanto, os dados referentes aos bancários correspondem àqueles empregos perdidos diretamente em estabelecimentos bancários, pois a variação no estoque do emprego dos diversos segmentos do sistema financeiro, aqueles empregos considerados não bancários<sup>170</sup>, aponta um crescimento de 7,4% entre 1990 e 2000, passando de 140.464 para 150.988 respectivamente. Adicionalmente esses dados não incluem o conjunto de milhares de trabalhadores em empresas terceirizadoras de força-de-trabalho<sup>171</sup>, ou em correspondentes bancários, que atuam no sistema executando serviço tipicamente bancário, mas cujos trabalhadores não são reconhecidos enquanto tal para cálculos de estoque do emprego no sistema financeiro.

Conforme Rodrigues A. (1999), entre 1986 e 1996 o emprego bancário enfrentou três grandes “ondas de redução de postos de trabalho” que juntas arrastaram quase quatrocentos mil empregos formais para fora dos departamentos de recursos humanos dos bancos. A primeira onda reduziu 109.000 empregos em apenas nove meses após o Plano Cruzado, entre março e dezembro de 1986, quando os bancos

---

<sup>169</sup> Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – CAGED/MTb, base de dezembro de 2000.

<sup>170</sup> Cooperativas de Crédito, Bancos de Desenvolvimento, Crédito Imobiliário, Sociedades de Crédito, Financ. e Invest., Arrendamento Mercantil, Agências de Desenvolvimento, Outras Atividades de Concessão de Crédito, Fundos Mútuos de Investimento, Sociedades de Capitalização, Outras Ativ. de Intermediação Financeira, Seguros de Vida, Seguros Não-Vida, Resseguros, Previdência Privada Fechada, Previdência Privada Aberta, Planos de Saúde, Administração de Mercados Bursáteis, Ativ. de Intermed. em Trans. Tít. Val. Mobiliár., Outras Ativ. Aux. da Interm. Financeira, Ativid. Aux. dos Seg. e Prev. Privada. Tais segmentos seguem a Classificação Nacional de Atividade Econômica de 1995 / IBGE.

<sup>171</sup> Segundo dados da Federação Nacional dos Bancos – FENABAN, em 1993 estavam terceirizados 170.000 trabalhadores (Balanço Social dos Bancos, 1993, p. 05), e segundo estimativas de dirigentes sindicais entrevistados o número de trabalhadores terceirizados em bancos é superior a 260.000 atualmente. Poder-se-ia ainda considerar a situação de milhares de outros trabalhadores conforme a seguinte declaração, em entrevista gravada, de um executivo sindical patronal: “...como aconteceu com as financeiras que antes tinha 70 mil funcionários e hoje tem 5 mil, mas tem 100 mil prestadores de serviços” (entrevista gravada em São Paulo em março de 2002).

efetuaram bruscos cortes de pessoal aproveitando o êxtase econômico e popular vivido pela breve tentativa de estabilização monetária. A segunda onda ocorreu durante o Plano Collor, entre março de 1990 e fevereiro de 1992, e arrastou a maioria dos 128.000 empregos cortados para a precarização sob a nefasta bandeira da desregulamentação mercantil necessária para elevação da qualidade e da produtividade no país. A terceira onda foi mais longa e seus resultados mais duradouros, pois parte dos 161.000 empregos reduzidos após o Plano Real, entre julho de 1994 e final de 1996, não retornaram ao sistema nem mesmo sob a forma da terceirização. Posteriormente seguiram-se ainda microondas motivadas pelas aquisições ou fusões corporativas, pelos programas de demissão voluntária dos bancos públicos federais, notadamente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, ou concentradas em determinados estados onde o banco estadual tenha sido privatizado mediante os programas governamentais de redução da participação estatal no total do sistema financeiro. A redução ocorrida no estoque geral do emprego bancário no Brasil pode ser observada no quadro a seguir:

**QUADRO 05: VARIAÇÃO DO ESTOQUE ESTIMADO DE EMPREGOS NO SETOR FINANCEIRO<sup>(\*)</sup> ENTRE 1989 E 2001 – BRASIL POR REGIÃO NATURAL**

	<b>Brasil</b>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Norte</i>
<b>1989</b>	<b>802.451</b>	472.015	151.948	100.797	55.114	22.579
<b>1991</b>	<b>712.178</b>	410.279	141.320	91.006	50.598	18.974
<b>1993</b>	<b>664.249</b>	379.202	135.089	84.282	48.406	17.270
<b>1995</b>	<b>589.922</b>	332.478	124.335	73.525	44.298	15.287
<b>1997</b>	<b>476.144</b>	267.212	104.447	55.813	36.502	12.171
<b>1999</b>	<b>400.091</b>	241.899	68.206	48.116	29.662	12.208
<b>2001</b>	<b>390.986</b>	236.009	67.035	43.805	32.225	11.912
<b>Variação absoluta</b>	<b>-411.465</b>	-236.006	-84.913	-56.992	-22.889	-10.667
<b>Var %</b>	<b>-51,2</b>	-49,9	-55,8	-56,5	-41,5	-47,2
<b>Média particip.</b>	<b>x</b>	58%	20%	12%	7%	3%

Fonte: CAGED/MTb (Lei4923/65), médias anuais.

Elaboração: DIEESE - Linha Bancários / Atualização Ivan Jairo Junckes

(\*) Bancos Múltiplos, Comerciais, de Investimento e Caixas Econômicas.

A intensa redução ocorrida no estoque do emprego bancário pode ser especificada no quadro de pessoal dos Bancos Bradesco, Itaú e Bamerindus/HSBC exposto abaixo:

**QUADRO 06: VARIAÇÃO NO ESTOQUE DO EMPREGO NOS BANCOS BRADESCO, ITAÚ E HSBC ENTRE 1989 E 1999**

ANO (dez)	BRADESCO	ITAÚ	HSBC <sup>(1)</sup>
1989	104.269	77.499	40.671
1990	91.647	60.865	39.153
1991	75.092	49.433	34.397
1992	68.031	42.679	31.489
1993	63.549	40.830	31.325
1994	60.742	37.119	30.434
1995	52.866	36.636	28.127
1996	45.871	31.368	24.466
1997	42.943	36.263	23.756
1998	47.233	41.630	21.196
1999	47.251	39.982	18.845
Redução 89/99	(-) <b>57.018</b>	(-) <b>37.517</b>	(-) <b>21.826</b>
Redução %	<b>-55%</b>	<b>-52%</b>	<b>-46%</b>

Elab.: DIEESE Subseção FETEC – PR / Daniel Passos (Passos, 2001); e atualização Ivan Jairo Junckes.

Fonte: Relatórios das Administrações dos bancos selecionados.

(\*) Até 26 de março de 1997 tratava-se do banco Bamerindus

A redução de pessoal observada nos três grandes bancos privados torna-se especialmente relevante se considerados o intenso crescimento desses bancos, através das dezenas de aquisições e fusões realizadas, e a duplicação média no número de agências, especificamente do Banco Bradesco e Itaú, no sistema, conforme os mapas e os quadros 02 e 03 expostos no capítulo dois. Tais movimentos evidenciam que a competitividade instaurada com a reestruturação bancária dos anos noventa no Brasil, da qual decorre parte da lucratividade dos bancos, está diretamente associada ao corte de empregos bancários formais e sua conseqüente substituição parcial por trabalho bancário precarizado na forma de terceirização de força-de-trabalho.

A análise dos dados do quadro 05 demonstra uma semelhança nos níveis de variação negativa entre as regiões geográficas, exceto a região centro-oeste, onde proporcionalmente a redução de empregos bancários foi menor. Observada a participação relativa das regiões no estoque do emprego bancário, pode-se constatar que a região sudeste concentrou em média 58% do total dos trabalhadores formalmente

empregados em bancos entre 1989 e 2001, seguida pela participação da região sul em torno de 20%, enquanto as demais regiões somam os restantes 22 % , dos quais 12% são referentes à região nordeste.

Embora a participação relativa das regiões, e concentrada na região sudeste, apresente variações pouco expressivas ao longo do período, estudos do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (2000) apontam a concentração intra-regional dos empregos formais do sistema financeiro:

A reestruturação comandada pelas Autoridades Monetárias - concentradora e pró-mercado - e o acirramento da concorrência têm induzido as empresas bancárias a canalizar recursos financeiros, materiais e humanos na busca de conquistar melhor posicionamento nas regiões com maiores perspectivas de retorno (DIEESE, 2000, p. 03).

A concentração é tão acentuada que apenas cinco regiões metropolitanas do centro-sul do país<sup>172</sup> concentraram durante a década de noventa metade do estoque de empregos bancários e apresentam ainda tendência de continuação dessa progressão. Analisando o período pós plano real, Rodrigues A. (1999) destaca ainda a “são-paulinização” do emprego bancário pois a região metropolitana de São Paulo concentrou no período quase um terço de todo o estoque do emprego bancário do país.

A aguda redução no estoque formal do emprego bancário, ao qual os sindicatos limitaram-se no período estudado, e sua metropolização acompanham a reestruturação bancária dos anos noventa, conforme detalhada no capítulo dois, e provocaram conseqüentemente reflexos semelhantes na base de atuação dos sindicatos dos bancários no país, como pode ser observado nos mapas e no quadro que seguem:

---

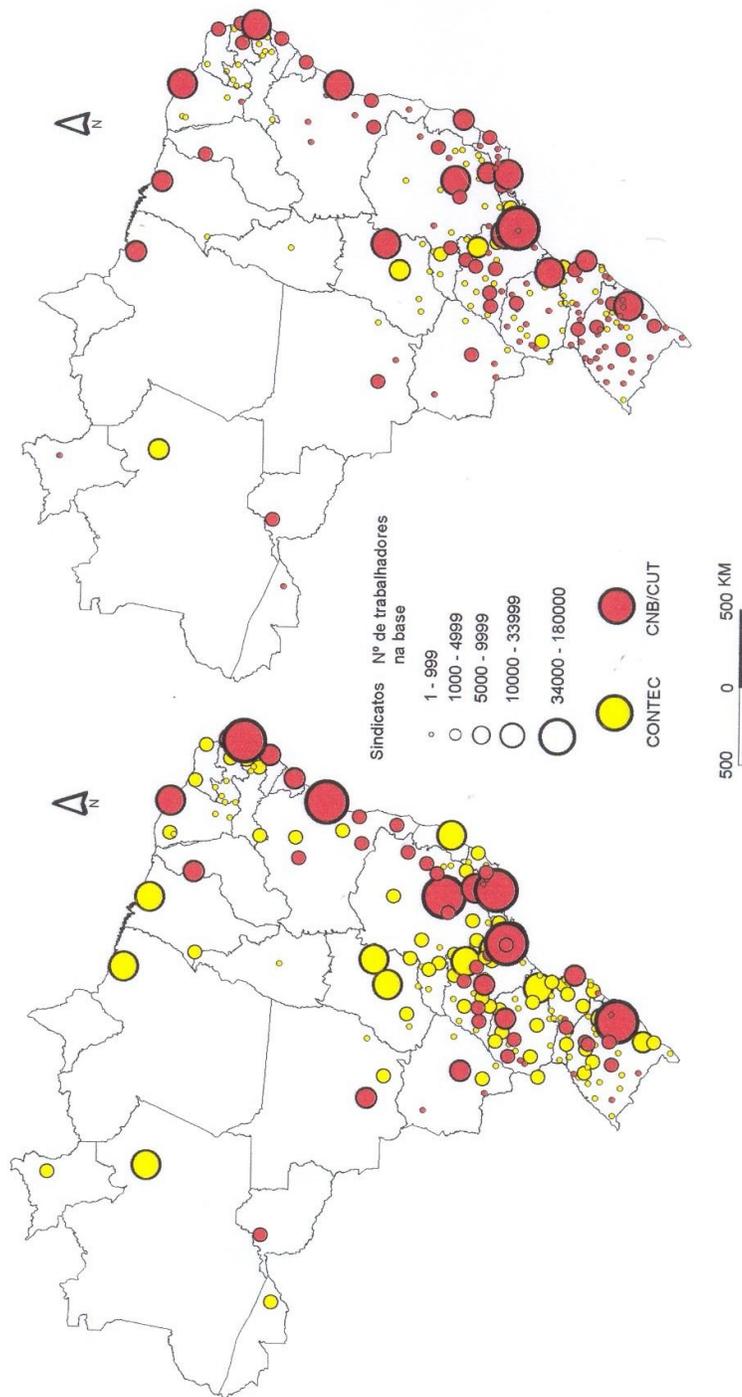
<sup>172</sup> São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

**MAPA 10: ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 1991**

**MAPA 11: ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 2001**

MAPA 10 - ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 1991

MAPA 11 - ESPACIALIDADE DA BASE DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS EM 2001



**QUADRO 07: GRUPOS DE SINDICATOS POR NÚMERO DE BANCÁRIOS NA BASE 1991 - 2001**

<b>Grupo de sindicatos por base sindical</b>	<b>Número de sindicatos por grupo 1991</b>	<b>Número de sindicatos por grupo 2001</b>
Mega (+ 34.000)	06	01
Grandes (10.000 – 33.999)	13	09
Médios (5.000 – 9.999)	11	10
Pequenos (1.000 – 4.999)	75	41
Micro (até 1.000)	86	144
Total de sindicatos	191	205

**Fonte:** Relatórios internos da Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB/CUT; CCT 2001/2002 CNB/CUT e FENABAN; CCT CONTEC e FENABAN 2001/2002; Relatório do desconto assistencial 2001 CONTEC-FENABAN, IBGE/Cidades<sup>173</sup>, IBGE (2002) tabelas 07 e 11; e CAGED/MTb 1991-2001.

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

Destacam-se, nos mapas anteriores, o predomínio obtido pelos sindicatos ligados à CNB/CUT, a manutenção do número de sindicatos e a brusca redução no porte de todos os sindicatos, provocado pela redução da base formal do emprego bancário e conseqüentemente pela dessindicalização absoluta. A Central Única dos Trabalhadores – CUT cresceu em todas as categorias nesses dez anos, passando de 1.668 para 2.834 sindicatos filiados (IBGE, 2002) e os bancários, juntos com os metalúrgicos, petroleiros, professores, trabalhadores rurais e outras categorias, compõem esse crescimento como uma das principais categorias da central. A CONTEC foi derrotada pelos movimentos de oposição bancária apoiados sistematicamente pelo Departamento Nacional dos Bancários da CUT, precursor da CNB/CUT, os quais desafiavam o imobilismo do sindicalismo governista compondo ativamente o novo sindicalismo tal qual já detalhado no capítulo um.

<sup>173</sup> Os dados sobre número de bancários na base e número de sindicalizados não foram disponibilizados pela CONTEC para a pesquisa. Baseado no relatório de municípios que compõem a base dos sindicatos filiados à CONTEC (Comunicado à FENABAN para Desconto Assistencial 2001e CCT 2001/2002) verificou-se o número de unidades bancárias presentes nos municípios (IBGE/Cidades) e estimou-se o número de bancários na base territorial do sindicato.

O número de sindicatos de bancários sofreu pouca alteração no período, passando de 191 para 205 entidades (+ 7,3%), segundo dados do IBGE (2002) e das confederações dos bancários CONTEC e CNB/CUT. Essa estabilidade resultou da coesão obtida entre forças políticas do movimento sindical bancário para evitar a pulverização observada no país, onde o número de sindicatos de trabalhadores passou de 7.612 em 1992 para 11.354 em 2001 (+ 49,1%), fenômeno estimulado pela deletéria combinação que preservou o imposto sindical e liberou o registro de frações das elites sindicais para obtê-lo a qualquer custo. A CONTEC historicamente defendeu a unicidade e o enquadramento sindical e, nas poucas vezes que tomou a iniciativa de criação de uma entidade sindical na base de um sindicato de bancários controlado pela CUT, foi contida pelos militantes cutistas. A CNB/CUT seguiu o princípio cutista de conquistar os sindicatos “por dentro” da ordem corporativista, tornou-se majoritária entre os bancários e, portanto, poucas vezes tomou a iniciativa de criação de um segundo sindicato na base da CONTEC. Tais disposições geraram uma relativa estabilização de forças após 1998, quando as disputas sindicais arrefeceram, e o incremento de filiações à CNB ocorreu marcado pela conveniência de se esquivar do ônus do enfraquecimento da CONTEC.

A redução da base dos sindicatos pela metade, conforme o quadro 05, afetou de forma muito desigual os grandes e os pequenos sindicatos. Os maiores sindicatos ainda continuam grandes o suficiente para desenvolver mecanismos de sustentação orgânica; entretanto os micros e pequenos encontram-se em condições críticas de sobrevivência. O Sindicato dos Bancários de São Paulo continua sendo um dos maiores sindicatos de trabalhadores do país com 100.730 trabalhadores na base e 68.535 sindicalizados em 2001<sup>174</sup>, concentrando 25,1% de todos os bancários do país. Os dezenove outros grandes e médios sindicatos ainda apresentam a média de 9.400 trabalhadores na base e juntos concentram outros 44,3% dos bancários.

Complementando a acentuada metropolização, os demais 185 micro e pequenos sindicatos, que podem ser observados no mapa 11, abrangem apenas 30,6 % dos bancários brasileiros, apresentando uma média de 648 bancários em suas bases. Dentre eles encontramos diversos casos com menos de trezentos bancários na sua base em 2001, casos de Videira (SC), Corumbá (MS), Iguatu (CE) e dezenas de outros cujo

número de sindicalizados é certamente inferior a duzentos bancários. Embora reconhecido historicamente que o reduzido número de militantes não encerra a capacidade de ação de resistência à exploração ou promoção de suas políticas, a conjugação de diversos fatores na categoria bancária, tais quais a informacionalização e a centralização das negociações e da contratação sindical, associados com a perda absoluta de sindicalizados, estabeleceu uma linha de corte entre aqueles sindicatos sediados nas principais metrópoles e, portanto, nos principais centros financeiros e sedes bancárias, e aqueles pequenos e micros sindicatos excluídos desses espaços, tal qual expresse precisamente por um dirigente sindical:

...como a negociação está toda centralizada na verdade sobrarria para eles hoje a fiscalização do acordo né, ações né, o natural seria que você tivesse uma centralização de sindicatos, e a transformação desses sindicatos menores em delegacias, sub-sedes ou coisa assim porque sozinhos eles não conseguem fazer mais nada mesmo né, seria um modelo organizativo mais eficiente, assim ágil. Imagina o que significa para o Bradesco ou para o HSBC o sindicato lá de Limeira, e até outros cinquenta junto com ele, que tem lá uns quinhentos na base toda e uns trezentos no sindicato, se tiver isso né, e do Bradesco então tem é uns trinta ou quarenta, o que significa o sindicato dizer que quer negociar alguma coisa, nada, nada mesmo né. Porque primeiro que o pessoal de lá sozinho já não vai conseguir fazer grande coisa que incomode o banco e se fizesse, o banco deslocava as operações de lá para outra cidade e no outro dia tinha outros trinta lá para trabalhar e pronto, acabou. Há vinte anos até tinha uma força para uma mobilização assim meio sozinha num sindicato pequeno, mas hoje sem São Paulo ou pelo menos outros grandes juntos não tem conversa mesmo, mesmo os grandes sem São Paulo junto ninguém pensa mais nisso, entendeu. Mas porque que não junta tudo e faz um só e pronto, é porque é muito difícil mexer na estrutura né, quando você chegar nos sindicatos e dizer que vai ter um cargo de presidente a menos, aí a coisa pega e o cara fica lá contando as moedinhas para pagar as contas mas não abre mão não daquilo não.<sup>175</sup>

Embora mantido estável o número de sindicatos, a redução da base sindical observada nos mapas anteriores implicou também o rápido estrangulamento do

---

<sup>174</sup> Dados fornecidos pela Secretaria Geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP referente a dezembro de 2001.

potencial de trabalhadores sindicalizáveis em função da tática de organização dos bancários e dos elevados níveis de sindicalização apresentados historicamente pela categoria. Comparativamente a taxa média de sindicalização dos bancários é a mais elevada entre todas as categorias abrangidas pela Pesquisa Sindical realizada pelo IBGE (2002): 69,8% dos 415.529 bancários declarados na pesquisa, o que corresponde a 290.278 sindicalizados no país, enquanto a taxa de sindicalização dos trabalhadores urbanos empregados em 2001 era de 29% apenas. Interessante destacar que quando analisadas as categorias em que são enquadrados os trabalhadores empregados em empresas terceirizadoras de força-de-trabalho que atuam nos bancos, tal qual descrito anteriormente, todas apresentam índices de sindicalização abaixo de 20% indicando uma ampla parcela dos milhares de trabalhadores em bancos que não são sindicalizados, que são tributados por sindicatos alheios aos seus interesses e que tampouco são incorporados aos quadros dos sindicatos dos bancários.

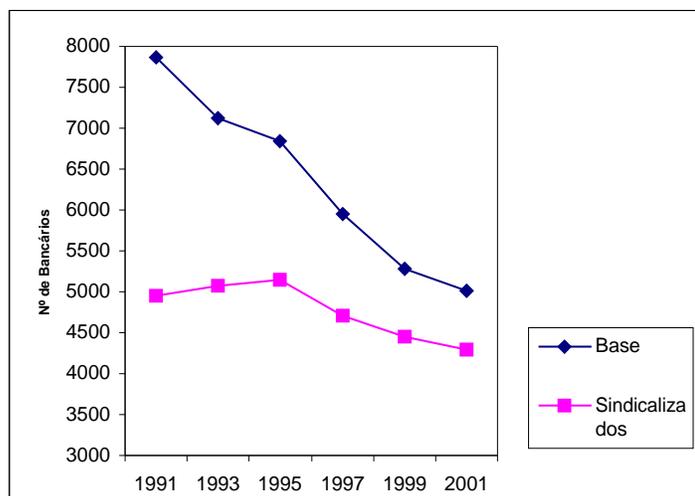
Mesmo apresentando elevadas taxas de sindicalização, os bancários apresentam perda progressiva na sindicalização absoluta, conforme pode ser observada na situação do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região entre 1991 e 2001<sup>176</sup> expressa no gráfico a seguir:

---

<sup>175</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical que há dezenove anos ocupa cargos diretivos na categoria.

<sup>176</sup> Conforme dados fornecidos pelo sindicato à Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB/CUT.

**GRÁFICO 08: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCÁRIOS NA BASE E NÚMERO DE FILIADOS NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS (SC) E REGIÃO ENTRE 1991 E 2001**



**Fonte:** Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB/CUT e SEEB Florianópolis (SC).

**Elaboração:** Ivan Jairo Junckes

Observa-se, no gráfico acima, uma trajetória que é representativa da maioria dos sindicatos de bancários no país independente do tamanho da base: um duplo movimento de preservação e elevação progressiva da taxa de sindicalização, dado pela aproximação das duas linhas, conjugado com uma redução continuada da sindicalização absoluta a partir de 1995, fundamentalmente determinada pela queda na quantidade de empregos estritamente bancários mantidos na base do sindicato. Tal conjugação foi comum entre outras categorias no país e compreendê-la é fundamental para refletir sobre a re-hierarquização ocorrida no movimento sindical bancário.

Analisando os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – PNAD/IBGE no período 1988-1998, Cardoso (2003) conclui que, mesmo apresentando redução absoluta de sindicalizados nos últimos dez anos, em geral os sindicatos preservaram os índices relativos de filiação pela eficácia sindical na manutenção do vínculo com aqueles trabalhadores que permaneceram na categoria e na atração de novos sindicalizados em extratos em expansão no mercado, como as mulheres e os trabalhadores de maior escolaridade. O autor destaca também que as instituições de crédito foi o setor econômico que apresentou o segundo maior número de desfiliações no período, somente superada pelo setor da indústria agropecuária e pesca. Todavia, mesmo com perdas superiores a 200.000 sindicalizados, a variação relativa da

sindicalização entre os bancários mostra-se à frente de outros dez setores, ou seja, apesar de todas as perdas, os sindicatos de bancários estão entre as instituições que mais preservaram sindicalizados ou ainda que mais conquistaram novos membros.

Ao explorar o contraditório de perdas absolutas tão elevadas e sobrevivência das taxas de sindicalização, que entre os bancários corresponde à preservação dos limites de enquadramento do trabalhador bancário pois os demais trabalhadores terceirizados em bancos não sindicalizados estão excluídos do computo de filiação, Cardoso é bastante assertivo:

O fato dos sindicatos terem acompanhado as transformações no mercado de trabalho, abandonando as categorias mais frágeis em favor daquelas com maior poder de barganha, deve estar se refletindo em seu papel de avalista da segurança socioeconômica de seus associados (Cardoso, 2003, p. 246).

Essa dinâmica é confirmada se for observado que o número de sindicatos de empregados de agentes autônomos do comércio - onde se enquadram os empregados de processamento de dados, de segurança e vigilância, de serviços contábeis e de empresas de trabalho temporário - e sindicatos de empregados em turismo e hospitalidade - onde se enquadram os empregados em empresas de asseio e conservação - passou de 454 para 779 (+ 71,5%) nesse período. Essa condição indica o intenso crescimento da representação sindical formal<sup>177</sup> dos trabalhadores envolvidos pelos processos de terceirização corporativa, milhares dos quais trabalhadores em banco, mas não considerados bancários.

Ante todas as alterações na base do emprego em bancos, os bancários, seus dirigentes e o conjunto da categoria preservaram nos quadros sindicais o núcleo integrado dos trabalhadores formalmente empregados. Tal escolha tática implicou a acentuada des-sindicalização absoluta, a metropolização do sindicalismo bancário e a generalização de uma maioria numérica de microsindicatos com reduzida capacidade operacional. Agravaram-se assim as diferenças anteriores entre o porte e a capacidade operacional dos sindicatos; entretanto, no conjunto mantiveram-se elevados os índices

---

<sup>177</sup> Importante observar que a formalização do sindicato não significa a representação efetiva dos trabalhadores, pois conforme entrevistas e dados apresentados a seguir, os trabalhadores em empresas terceirizadoras de força-de-trabalho relatam um abandono generalizado da representação sindical. Tal distanciamento entre a representação formal e a legitimação dos trabalhadores representados ocorre porque tais sindicatos geralmente são mantidos por grupos burocratizados cujo maior interesse é

de sindicalização esgotando-se conseqüentemente o universo de sindicalizáveis. Neste contexto as maiores entidades desenvolveram mecanismos de reconhecimento e sobrevivência orgânica baseados em serviços, e campanhas institucionais indicam, complementares à manutenção dos elevados índices de sindicalização, avançados recursos de ajustamento aos desafios vividos pelo sindicalismo bancário no Brasil.

## 1.2. A prestação de serviços nas grandes máquinas sindicais

Premidos pela redução do emprego estritamente bancário e limitados pela tática de relação com os demais trabalhadores no sistema financeiro, os sindicatos dedicaram-se intensamente para manter as elevadas taxas de sindicalização entre aqueles formalmente empregados em bancos, tornando-se grandes máquinas mediadoras dos mais diversos interesses de seus associados. Conjugados com outros fatores, tais quais a queda geral da mobilização sindical na década do neoliberalismo e as alterações nos referenciais de alteridade dos bancários, o enxugamento sindical promoveu entre os dirigentes sindicais cutistas, emersos dos movimentos de oposição bancária<sup>178</sup>, hábeis promotores de serviços sindicais e gerentes conservadores de elevados patrimônios reconstituídos após a concentração de recursos nas ações de protesto dos anos oitenta. Defendendo a necessidade de adaptabilidade dos sindicatos aos “novos tempos”, um dirigente sindical resume a sua orientação geral:

...nós temos que ter política organizada para esse ‘novo’ bancário que está aí e temos trabalhado bem nesse sentido, então não adianta xingar o banco, o *Citicorp*, o imperialismo, e etc.. O trabalhador está lá, gosta de trabalhar lá, quer fazer carreira lá, tem um salário diferenciado e não quer que o sindicato ameace isso tudo expondo ele de qualquer jeito. Nós temos que discutir o dia-a-dia desse trabalhador e ver como o sindicato pode ser útil para ele, o

---

negociar com as empresas as benesses da legislação tal qual o recolhimento compulsório do imposto sindical e a contratação rebaixada das condições gerais de trabalho.

<sup>178</sup> Refiro-me especificamente aos dirigentes cutistas, entre os quais incluo minha própria experiência e o faço como auto-crítica, porque raras são as referências de mudanças nesse sentido observadas nas publicações de sindicatos ligados à CONTEC ou nas entrevistas realizadas com seus dirigentes, compreensível pois as suas práticas sindicais nas últimas décadas estiveram associadas justamente ao assistencialismo e patrimonialismo sindical. A trajetória das oposições sindicais, sua ascensão às

que ele precisa realmente do sindicato e isso é simples, é o que todo o mundo tá fazendo senão esse cara vai procurar outro lugar pra ele e a empresa tá de braços abertos pra ele... e nós onde é que vamos ficar, só fazendo discurso?<sup>179</sup>

Dentre os argumentos utilizados com maior frequência para convencimento dos bancários à filiação sindical, além do reforço da luta por direitos<sup>180</sup>, estão os serviços jurídicos, os convênios, a capacitação profissional e o lazer proporcionado pelos espaços sindicais<sup>181</sup>. Analisando as matérias publicadas na Folha Bancária – FB do SEEB/SP<sup>182</sup>, a vinculação positiva entre a sindicalização e um ou mais desses recursos oferecidos pelo sindicato aos filiados está presente pelo menos em 337 das 418 edições pesquisadas entre julho de 1997 e abril de 2002, o que evidencia uma política sistemática de promoção da sindicalização vinculada a benefícios diretos e individualizados para o sindicalizado<sup>183</sup>. Trecho de uma matéria que vinculam os serviços jurídicos à sindicalização demonstra essa tática sindical:

O departamento jurídico do Sindicato só moverá ações trabalhistas, coletivas e individuais, para sindicalizados. O objetivo da medida é valorizar as contribuições do sócio e evitar perda de tempo com processos que têm pouca chance de obter julgamento favorável, pois muitas vezes a Justiça não considera o Sindicato representante dos não associados (Folha Bancária, 02/09/1997).

A partir de 1999 tornou-se freqüente também a cobertura jornalística promocional das decisões judiciais favoráveis às petições sindicais, envolvendo

diretorias dos sindicatos e as alterações promovidas na máquina no período dos anos oitenta estão descritas no capítulo um.

<sup>179</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical cutista que se declarou no início da entrevista “um babyssauro porta-voz das novas mentes do sindicalismo”.

<sup>180</sup> O argumento do reforço da luta coletiva e defesa de direitos do trabalhador consta associado à sindicalização em 126 edições dentre as 418 edições da FB (julho de 1997 a abril de 2002) consultadas, contudo, como o interesse específico deste tópico é a análise da constituição recente da prestação de serviços foram selecionadas as categorias relacionadas à prestação de serviços e benefícios não-coletivos aos filiados.

<sup>181</sup> Segundo a Pesquisa Sindical IBGE (2002) 52% dos sindicatos de trabalhadores urbanos no país oferecem os mesmos serviços disponibilizados pelos sindicatos dos bancários, pela ordem: jurídico (77%), convênios (45%), formação profissional (39%) e lazer (39%), além de outros que ocupam ordenamento diferenciado.

<sup>182</sup> A tiragem da FB durante os anos pesquisados variou entre 120 mil exemplares no primeiro período e 80 mil exemplares no segundo, mantendo a média de tiragem diária no primeiro período, 1997-1999, e de 3,6 números entre segunda e sexta-feira no segundo período, 2000-2002.

<sup>183</sup> O recurso da premiação por sindicalização em escala é amplamente utilizado nos maiores sindicatos. Nessa prática, o bancário pode obter prêmios (tais como aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos ou viagens) proporcionais ao número de filiações realizadas, entretanto, não vou tratar disso no texto.

especialmente o favorecimento dos sindicalizados com a sustação temporária da obrigatoriedade de pagamento da contribuição provisória sobre movimentação financeira – a CPMF e a flexibilização de determinadas regras do imposto de renda sobre pessoa física. A entrega de cheques de pagamentos de indenização por reclamatória trabalhista passou a ser motivo de divulgação festiva com a presença dos diretores mais importantes da entidade e mesmo convidados ilustres. A mesma referência aos benefícios proporcionados pelas reclamatórias judiciais foi confirmada nos demais sindicatos pesquisados e pode ser considerada a prática mais freqüente entre os sindicatos de bancários para convencimento à filiação sindical<sup>184</sup>. Tal dinâmica é conseqüência direta, e bastante previsível, da acentuada demanda apresentada pelos trabalhadores em função do descumprimento generalizado da regulamentação trabalhista por parte dos bancos e das demais mazelas na regulação processual civil perpetuadas pelo judiciário brasileiro.

Nos impressos sindicais, as referências aos convênios, que proporcionam principalmente descontos ou outras facilidades de atividades mercantis aos sindicalizados, evidenciam o apelo sindical cotidiano aos seus benefícios para reforço da sindicalização<sup>185</sup>. Quando observadas cada uma das sentenças publicadas nas 418 edições da FB, constata-se a paridade de vínculos entre a expressão *sindicato* e *direitos* e entre *sindicato* e *descontos* e  *cursos*, presentes em pelo menos mil frases nas edições pesquisadas, representando assim uma média de três citações, respectivamente, em cada edição na qual se verificam.

Dentre as centenas de oportunidades de convênios proporcionados aos associados pode-se apontar uma considerável diferença entre aqueles estabelecidos pelos grandes sindicatos das áreas metropolitanas e os pequenos e microsindicatos<sup>186</sup>. Entre os primeiros preponderam descontos e facilidades em centros de capacitação profissional, cursos de faculdades, cursos técnicos de informática e matemática ou

---

<sup>184</sup> Os departamentos jurídicos são também fonte de receita para os sindicatos e correspondem entre 3 e 10% do total arrecadado com mensalidades nos sindicatos pesquisados.

<sup>185</sup> Além da publicação diária de referências aos convênios, o Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP publica, anexo à Revista dos Bancários com tiragem média de 75 mil exemplares, o caderno *Guia* com centenas de convênios e atividades promocionais para os sindicalizados. A publicação da relação de convênios nos jornais sindicais ou em brochuras ocorre também nos demais sindicatos.

<sup>186</sup> Tais diferenciações foram destacadas em entrevistas realizadas com dirigentes sindicais e observadas em algumas publicações de sindicatos menores; não foram, entretanto, objeto de investigação sistemática.

gestão financeira, línguas, escritórios de profissionais liberais, clubes de recreação, clínicas médicas, dentárias e de estética, academias de atividades corporais; enquanto entre os demais podem ser observados com maior frequência convênios com pequenos comerciantes locais, tais como farmácia, restaurantes e lojas de vestuário, possivelmente explicáveis em função das disponibilidades de mercado e do atendimento às demandas diferenciadas dos sindicalizados<sup>187</sup>.

Além dos serviços jurídicos e dos convênios, também a capacitação profissional, passou a ser uma preocupação permanente nos maiores sindicatos. Organizados em centros de formação profissional dezenas de cursos são oferecidos aos sindicalizados<sup>188</sup> com custos reduzidos que conjugam investimentos diretos do sindicato com o financiamento público para essas atividades<sup>189</sup>. A correspondência entre a motivação à sindicalização e a promoção de cursos de capacitação pode ser verificada em pelo menos 132 das 418 edições da FB analisadas, e a referência direta aos cursos oferecidos consta em 358 delas, evidenciando a preocupação continuada com a qualificação dos sindicalizados. Esse mesmo recurso de associação pode ser verificado também nos demais sindicatos médios e grandes no país, ocupando, em alguns períodos, considerável parcela da agenda sindical.

A análise estruturalista do sindicalismo, notadamente realizada por Offe (1994), aponta como condição elementar nas estratégias de organização de classes o desenvolvimento de mecanismos de elevação do preço geral da força-de-trabalho, através da aquisição de habilidades e qualificação específica, para proteção dos interesses dos trabalhadores. O contraditório se estabelece porque entre essas

---

<sup>187</sup> Algumas iniciativas denotam o acentuado esforço para oferecer atrativos aos sindicatos, tais como um desconto na compra de um botijão de gás mediante vale de R\$ 0,83 a ser obtido no sindicato, e descontos em conserto de pneu de bicicleta, banho e tosa em *pet-shop*, nas três primeiras sessões de bronzamento artificial ou ainda um adicional de detergente no aluguel de pressurizador de água para limpeza doméstica.

<sup>188</sup> Matemática financeira, contabilidade, análise de crédito, telemarketing, mercado financeiro e de capitais, cobrança de créditos, oratória, gestão empresarial, marketing pessoal e de vendas, administração financeira e idiomas.

<sup>189</sup> O Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP mantém Centro de Formação Profissional, o maior centro de capacitação profissional entre os sindicatos de bancários, sem utilizar atualmente verbas públicas. O Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte mantém o Instituto Educacional dos Bancários – IEB, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre mantém o Centro Bancário de Formação e Qualificação Profissional e os demais sindicatos grandes e médios mantêm iniciativas no mesmo sentido. Em geral os sindicatos dos bancários fizeram uso dos recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT/MTb entre 1999 e 2002, diretamente, ou através de convênios da Central Única dos Trabalhadores – CUT, na fase inicial dos programas de capacitação promovidos pelo Ministério do Trabalho - MTb.

habilidades geralmente se encontram aquelas destinadas a ampliar a produtividade, considerada como o mecanismo por excelência para reduzir a participação do trabalho vivo na produção. Portanto coloca-se em questão quais segmentos de classe serão afetados pela dedicação daqueles que buscam apenas elevar o preço de sua força-de-trabalho no mercado<sup>190</sup>. Essa busca alimenta um ciclo pleno de contradições que são facilmente reveladas nas experiências imediatas daqueles trabalhadores que buscam recursos avançados de conhecimento para ampliar sua capacidade de gestão do capital e, mais especificamente, a gestão de uma parcela do capital disputada exclusivamente entre capitalistas, como é o caso do juro bancário. Poucos críticos desse processo poderiam crer que no cumprimento de seu papel estrutural - o dever de defender legitimamente os interesses dos assalariados - as entidades sindicais evidenciassem tanto as contradições desse processo, tal qual pode ser observado no enunciado de um curso de gestão empresarial promovido por um sindicato de bancários:

Objetivos: Gestão Empresarial sob um Olhar Financeiro, centrado em Análise de Investimentos em Projetos e Avaliações de Empresas, tem como objetivo principal capacitar o indivíduo participante a adquirir desenvoltura e conhecimento nos princípios básicos da administração financeira bem como capacitá-lo a determinar seus custos, despesas, receitas e pôr fim em seu ponto de equilíbrio gerencial financeiro e estudos de políticas de investimentos. Público-alvo: Empresários, assessores e analistas financeiros, gerentes, administradores, investidores, executivos, ou seja, pessoas empreendedoras<sup>191</sup>.

As oportunidades de lazer proporcionadas pelo sindicato constituem outro importante recurso de motivação à sindicalização. São espaços de exibição e oficinas de cinema, teatro, música, chácaras recreativas, organização de viagens e passeios promovidos ou incentivados pelos sindicatos, em grande parte associados aos convênios em que os sindicalizados pagam menos. Tal qual apontado anteriormente, também as atividades de lazer e cultura são diferenciadas entre os grandes e pequenos sindicatos, pois entre os primeiros são promovidas as possibilidades de inserção individual ou familiar do bancário em eventos ou atividades gerais em curso, geralmente

---

<sup>190</sup> Esse contraditório se amplia exponencialmente quando a busca por especialização ocorre entre os trabalhadores de um setor econômico que se apropria de uma parcela de mais-valia sem participar de sua produção como já explorado no capítulo dois.

<sup>191</sup> Texto extraído de folder promocional do Centro de Formação Profissional do SEEB/SP, também disponível no <http://www.spbancarios.com.br/formacao/forma6.htm#gestao>.

mercantilizadas. Entre os sindicatos micro e pequenos a dinâmica de lazer mercantilizada é menos intensa, e neles persiste ainda a promoção de atividades de confraternização tais como gincanas, “churrasco” e festivais específicos.

As práticas sindicais relatadas até aqui podem ser observadas também em centenas de sindicatos de outros grupos profissionais, guardadas as especificidades, e fazem parte do cotidiano sindical, menos desenvolvidas e menos contraditórias evidentemente, há décadas. Entretanto algumas categorias de trabalhadores, entre elas os bancários, têm atualizado experiências que aparecem em alguns momentos na história do sindicalismo, tal qual o crédito mútuo e as incorporações habitacionais, mas que pouco foram ampliadas nos últimos quarenta anos e merecem uma reflexão crítica sobre seu papel na institucionalização sindical e participação nos circuitos de gestão do capital.

Duas experiências de crédito mútuo estão em curso coordenadas por sindicatos de bancários no país: uma em São Paulo e outra em Curitiba. Observou-se a declaração de um dirigente sindical motivado com o desenvolvimento da Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo – BANCREDI: “...ela começou pequeninha e hoje é uma empresa que está crescendo rápido<sup>192</sup>”. Constituída em janeiro de 1998, a BANCREDI demorou três anos para iniciar atividades e foi comunicada à categoria como um serviço do sindicato, como pode ser percebido em matéria publicada na Folha Bancária:

Sindicato lança cooperativa que beneficia sindicalizados e familiares com empréstimos mais baratos que os cobrados pelo mercado: O Sindicato está lançando nesta terça a Bancredi, cooperativa de crédito que vai beneficiar os sindicalizados, contribuindo para a melhora de sua qualidade de vida. Esse serviço terá taxas menores nos empréstimos, possibilitando ao cooperado usufruir uma linha de crédito mais acessível em caso de necessidade e também remuneração maior nas aplicações. ...A Bancredi vem somar esforços a outras iniciativas para beneficiar os associados do Sindicato, como a Bancoop, os cursos do Centro de Formação Profissional, os descontos em escolas, faculdades e outras opções de saúde e lazer. “Essa proposta da diretoria do Sindicato contribui para que os bancários tenham menor custo financeiro nos empréstimos, quando precisarem. Dentro da

---

<sup>192</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

proposta de Sindicato Cidadão, em que atuamos em todas as áreas para melhorar a qualidade de vida da categoria”, afirma o presidente do Sindicato, João Vaccari Neto (FB, 09/01/2001)

Evidenciando-se como uma prioridade da diretoria dos bancários após o seu lançamento, a BANCREDI foi objeto de uma matéria na FB a cada três edições no período pesquisado, geralmente com manchetes como por exemplo: “Ganhe mais e pague menos: Cooperativa garante rendimento maior e empréstimo com juro menor!” (FB 17/07/2001). Associada ao Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário – ECOSOL, entidade coordenada pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, a BANCREDI tem em seus estatutos o objetivo da educação cooperativista e financeira dos associados através do uso adequado do crédito.

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Sistema Financeiro – COOPCREFI, coordenada e sediada no Sindicato dos Bancários de Curitiba, desenvolve o mesmo discurso de “crédito mais barato e mais rápido” para atrair os sindicalizados e declara: “A Cooperativa é como um banco. Seus donos são os trabalhadores... Objetivos da COOPCREFI: conceder empréstimos com alta competitividade em relação ao mercado...”<sup>193</sup>

Em ambas as iniciativas, a cooperativa capta recursos através das cotas adquiridas e dos depósitos-investimento realizados pelos trabalhadores. Para atrair esses investimentos ela necessita de vantagem concorrencial tanto na remuneração dos recursos investidos quanto na cobrança de tarifas e taxas nos empréstimos cedidos aos cooperados sócios do sindicato. No processo inicial os aportes fornecidos pelos sindicatos proporcionam a “vantagem competitiva” fundamentalmente em função da redução dos custos administrativos, mas tal condição limita sua expansão sem comprometer os demais recursos do sindicato. Entretanto, caso ocorra um expressivo crescimento, a entidade estará condicionada pelas necessidades concorrenciais do sistema financeiro para manter-se superavitária e prestar serviços atrativos, e nesse caso o desenvolvimento de práticas fundamentalmente especulativas são bastante prováveis se considerarmos o processo mundial de financeirização.

Adicionalmente o gerenciamento dos investimentos implica a mobilização de todos os estratos de classe envolvidos na condição de capital-dinheiro e, portanto,

---

<sup>193</sup> Trecho explicativo sobre a cooperativa obtido na página eletrônica do Sindicato dos Bancários de Curitiba e disponível em <http://www.bancariosdecuitiba.org.br/coopcrefi.asp#>.

indiferentes às suas origens se convertem em poupadores propulsores da dinâmica histórica do crédito, ou seja, a geração de riqueza fictícia. Essa característica estrutural, detalhada em Harvey (1990) e inevitavelmente presente em qualquer gestão de experiências de crédito mercantil concorrencial tal qual assumido pelos bancários, implica uma nova dimensão na relação de classes. Refiro-me mais precisamente à ação de trabalhadores organizados, os investidores, convertendo sua massa de poupança em meio de subordinação formal de outros trabalhadores, os tomadores, através do comprometimento futuro de salário para pagamento dos juros (de compromissos arrolados para gastos, amortizações ou aquisição de casa própria, por exemplo) que servirão para remunerar indiferentemente o capital de outros trabalhadores, ou mesmo capitalistas que ali invistam seus recursos se a experiência realmente se ampliar no mercado. Entretanto, dir-se-ia que apenas os trabalhadores participam desse ciclo entre investidor-recebedor de juros e tomador-pagador de juros e, nesse caso, mais crítico se torna o argumento aqui suscitado, pois a expropriação seria cíclica entre os salários dos trabalhadores-investidores e trabalhadores-tomadores, sem a possibilidade de ambos tentarem tirar a diferença no prejuízo de algum capitalista que estivesse envolvido na transação.

Além das experiências de crédito cooperativo, as experiências de cooperativas habitacionais são embrionárias nos sindicatos de Ilhéus (BA), Campinas (SP) e Rio de Janeiro; entretanto na região metropolitana de São Paulo, a Cooperativa Habitacional dos Bancários – BANCOOP já construiu mais de 11.000 unidades de médio e alto padrão desde junho de 1996, conta com 14.000 cooperados, filiados ao sindicato dos bancários, gera 10.000 empregos assalariados direta ou indiretamente e apresentava um orçamento de R\$ 330 milhões em julho de 2003. A cooperativa é apresentada ao longo desses anos na Folha Bancária como um serviço do sindicato aos associados<sup>194</sup>, porém seu orçamento é dezoito vezes superior ao verificado no sindicato e emprega 43 vezes mais que o sindicato<sup>195</sup>, evidenciando-se assim que o porte administrativo-financeiro da instituição controlada já supera dezenas de vezes sua controladora, de tal forma que um

---

<sup>194</sup> Nas 418 edições da Folha Bancária pesquisadas a BANCOOP é citada em 207 delas, ou seja, uma vez a cada duas edições em média, invariavelmente associando o sindicato aos sucessos dos seus empreendimentos e à promoção da qualidade de vida do “cidadão bancário”.

<sup>195</sup> Conforme dados da demonstração financeira de 2002, publicação anexo a Revista dos Bancários, número 90, edição de junho de 2003.

dirigente sindical declara: “A BANCOOP hoje é uma grande empresa de construção que atende aos bancários”<sup>196</sup>.

Vinculada à BANCOOP está a BANCON – Administradora de Condomínios e Serviços que presta serviços nos empreendimentos já realizados pelos bancários e vende serviços no mercado para centenas de outros clientes, conforme declaração de um dirigente sindical do SEEB/SP<sup>197</sup>. Diferente da BANCOOP, a BANCON pouco é citada na FB<sup>198</sup> e pouco é lembrada nos demais espaços de divulgação do sindicato. Entretanto, pode-se estimar que o porte uma terceirizadora de serviços em administração, segurança, limpeza e conservação que atua em pelo menos uma centena de grandes edifícios de São Paulo seja igual ou maior que o próprio sindicato.

Os recursos, descritos anteriormente, e a mobilização da categoria, sem dúvidas, têm um suporte de comunicação em mais de oitenta jornais, entre tablóides e boletins, editados pelos sindicatos de bancários no país ligados à CUT e que, somados aos demais veículos impressos dos sindicatos ligados à CONTEC, representam uma tiragem conjunta próxima de um milhão de exemplares, embora a periodicidade seja variável<sup>199</sup>. Além dos meios impressos de comunicação das entidades sindicais, os bancários contam ainda com os meios das entidades de organização civil apoiadas ou coordenadas pelos sindicatos e dezenas de páginas eletrônicas e participações em menor expressão em programas de rádio ou TVs por assinatura. Para viabilizar seus impressos a maioria dos grandes sindicatos do país dispõe de gráficas ou participação em empresas de mídia impressa. O caso mais expressivo é a Gráfica dos Bancários, a BANGRAF do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Com capacidade para produzir até um milhão de cadernos impressos por dia, em apenas uma de suas rotativas, a BANGRAF é um dos maiores parques gráficos da América Latina<sup>200</sup>, com um patrimônio que supera o patrimônio do sindicato e receitas que representam aproximadamente a metade das

---

<sup>196</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

<sup>197</sup> Busquei investigar se algum banco é cliente da BANCON, não obtive sucesso nas tentativas; entretanto seria inusitado uma empresa “controlada” pelo sindicato prestar serviços terceirizados para uma instituição bancária.

<sup>198</sup> Referências à BANCON aparecem apenas duas vezes no período pesquisado.

<sup>199</sup> Conforme consulta realizada no Centro de Documentação – CEDOC do SEEB/SP em março de 2002 e entrevistas realizadas com dirigentes sindicais ligados à CONTEC. A tiragem excede várias vezes o conjunto da categoria bancária porque cada bancário é abordado diversas vezes pelos jornais ou boletins gerais da CNB/CUT, das federações estaduais, dos sindicatos locais e ainda das comissões de empresa.

<sup>200</sup> Dados sobre a BANGRAF podem ser obtidos na sua página eletrônica [www.bangraf.com.br](http://www.bangraf.com.br).

receitas anuais do sindicato, pois a outra metade diz respeito às contribuições associativas<sup>201</sup>.

Todos esses recursos descritos acima envolvem orçamentos elevados e muitos dirigentes-gerentes para sua realização e desenvolvimento. Analisando as demonstrações financeiras dos últimos anos e as previsões orçamentárias de vários sindicatos<sup>202</sup> pode-se observar uma pequena tendência de queda nos últimos anos sem comprometer a média de receita de R\$ 328,00 anualmente por sindicalizado<sup>203</sup>. Desse valor apenas 52% referem-se às mensalidades diretas dos associados, cabendo portanto a participação de 48% às contribuições extraordinárias, notadamente o desconto assistencial e o imposto sindical ainda incorporado às receitas em alguns sindicatos grandes e prática generalizada entre os pequenos e microsindicatos<sup>204</sup>. Considerando-se um total de 275.500 sindicalizados no país<sup>205</sup> e a receita média apontada acima, pode-se estimar um total próximo a R\$ 90 milhões em receitas anuais administradas pelos sindicatos dos bancários e, quando consideradas as receitas provenientes da BANGRAF, esse valor ultrapassa R\$ 100 milhões. Observado ainda o balanço patrimonial dos grandes e médios sindicatos, observa-se a soma de R\$ 68,3 milhões acumulados em patrimônio imobilizado e investimentos<sup>206</sup>; quando incluídos os pequenos e micros sindicatos, a estimativa é de R\$ 72 milhões em patrimônio acumulado nas entidades sindicais dos bancários, sem considerar o ativo circulante<sup>207</sup>.

Esse testemunho assinado e dirigido à categoria bancária confere validade às dedicadas críticas elaboradas por João Bernardo (1987) ao analisar as relações entre o

---

<sup>201</sup> Dados referentes ao período 2002 – 2003 publicados na demonstração financeira de 2002, anexo à Revista dos Bancários, número 90, edição de junho de 2003.

<sup>202</sup> São Paulo 1999-2004, Porto Alegre 2002-2004, Brasília 2001-2004, Curitiba 1999-2004, Campinas 2002-2004, Florianópolis 1998-2004, e Belo Horizonte 2003-2004; conforme publicações dos sindicatos ou documentos contábeis de prestação de contas à categoria. Ressalte-se que a prática sindical de publicação de balanço e previsão orçamentária, inclusive através da internet, denota legitimação dos dirigentes para o exercício administrativo-financeiro conforme publicado e é um importante fator para a pesquisa acadêmica e a crítica social.

<sup>203</sup> Excluem-se nesse cálculo as receitas provenientes da Gráfica dos Bancários de São Paulo, do contrário a amostra ficaria comprometida pois a média paulistana elevar-se-ia para R\$ 668,90.

<sup>204</sup> Excluem-se nessa média o Sindicato dos Bancários de Florianópolis porque apresenta média de 81% das receitas oriundos de mensalidades e o Sindicato dos Bancários de São Paulo porque tem em média metade de suas receitas oriundas de serviços da gráfica dos bancários, entretanto se considerada apenas a receita líquida proveniente da gráfica a média de participação das mensalidades se aproxima dos demais sindicatos.

<sup>205</sup> 395.000 bancários na base e um fator de sindicalização de 69,8% conforme IBGE (2002).

<sup>206</sup> Dos quais R\$ 38 milhões (55%) correspondem ao SEEB/SP conforme demonstração financeira de 2002, anexo à Revista dos Bancários, número 90, edição de junho de 2003.

capital, os sindicatos e seus gestores. O autor investiga o envolvimento dos sindicatos na economia de mercado em diversos países, incluindo vários da AL, com a coordenação ou participação em empresas, bancos e prestadoras de serviços. Em diversos casos, essa participação remonta ao início do século XX, e em todas as experiências verifica-se que os dirigentes sindicais acumulam participações no mercado para preservar a valorização do montante acumulado com as contribuições dos trabalhadores ou, ante um determinado colapso corporativo e ameaça ao emprego, o sindicato utiliza parte de seu patrimônio para assumir uma empresa com possibilidade de falência para mantê-la no mercado a fim de preservar o assalariamento de seus associados. Algumas variantes de pseudo-organização cooperativa também são relatadas, porém sem alterar a dinâmica de funcionalização mercantil, pois preservam entre os trabalhadores e seus gestores a condição de assalariamento típica, afinal o capital somente se faz *capital* na relação ativa entre um capitalista e seus assalariados, pois sem essa relação direta o primeiro é apenas um pretense investidor que dispõe de dinheiro e bens e os demais são possuidores de força-de-trabalho que não configuram por si qualquer gestor capitalista<sup>208</sup>.

A gestão de tantos recursos patrimoniais e financeiros, conjugada com diversos outros fatores de ideologização neoliberal e intenso refluxo da ação sindical direta, tem promovido tendências históricas de institucionalização e confirmado apontamentos teóricos críticos da burocratização sindical. Embora essa trajetória aparentemente preocupe pouco os dirigentes sindicais<sup>209</sup>, trechos de uma publicação sindical demonstram tanto a constatação dessa dinâmica pelos sindicalistas quanto a sua projeção na condição de objetivo e expressão de uma concepção da ação sindical:

O seu patrimônio [do sindicato] é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária, das mensalidades dos

---

<sup>207</sup> Ativo circulante corresponde aos valores disponíveis em caixa, contas bancárias (corrente), obrigações de terceiros e estoque de material de consumo.

<sup>208</sup> Essas elaborações referem-se exclusivamente às experiências citadas anteriormente no texto, não implicando algumas raras e brilhantes experiências de auto-gestão, ou ainda de gestão solidária, nas quais alguns sindicatos de bancários têm participação ou influência, inclusive o SEEB/SP através da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT.

<sup>209</sup> Embora todos os congressos e conferências dos bancários da CNB/CUT tenham textos de resolução sobre organização e estrutura sindical, as referências críticas à burocratização sindical constam brevemente das resoluções do II Congresso da CNB/CUT, realizado em junho de 1997, associadas ao afastamento dos dirigentes dos locais de trabalho e portanto das bases sindicais. Nos demais textos de resoluções dos demais congressos e conferências nacionais realizadas pela CNB/CUT as referências resumem-se a generalidades em torno dos “desafios da organização” e críticas que ficaram restritas a citações pontuais nas teses preparatórias escritas por tendências minoritárias.

associados, dos bens e direitos adquiridos e das rendas produzidas... Como essas receitas não são suficientes..., a busca sistemática e permanente de captação de recursos, tem sido um caminho árduo para a entidade. Maximizar receitas, minimizar custos e aproveitando oportunidades – investir em segmentos compatíveis com os seus objetivos, como a Bangraf, tem exigido um esforço muito grande da diretoria. (...) **Perspectivas:** Em 2003, esperamos colher os frutos dos investimentos feitos nos últimos anos, especialmente no setor gráfico. A política que adotamos de minimizar custos e despesas, campanhas de sindicalização e conscientização junto à categoria bancária da importância de suas contribuições para a entidade, nos permitirão obter níveis crescentes de receitas e geração operacional de caixa, viabilizando nosso principal objetivo: a manutenção das lutas da categoria em um patamar compatível com as exigências da conjuntura econômica e a gradativa redução do nível de endividamento<sup>210</sup>.

Entre os sindicalistas e produções teóricas que tiveram como limite temporal o final dos anos noventa, a burocratização sindical ainda tem sido explicada parcialmente pela baixa renovação no quadro de dirigentes sindicais e conseqüente envelhecimento e apego dos “dinossauros” à máquina sindical. Tal perspectiva fora válida até o final dos anos noventa, quando ocorreu realmente um vácuo na emergência de novas lideranças, e ainda o é para os pequenos e microsindicatos. Entretanto observadas as novas nominatas das chapas nas eleições sindicais e as diretorias eleitas nos médios e grandes sindicatos verifica-se a tendência de renovação sindical com a substituição dos dirigentes mais antigos, especialmente com a redução no número de dirigentes oriundos dos bancos estatais e a emergência de novos dirigentes empregados de bancos estrangeiros<sup>211</sup>. Tal dinâmica é um reflexo evidente da reestruturação bancária exposta no capítulo dois associada com a migração dos “dirigentes históricos” para cargos no Executivo, principalmente no governo federal após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da República.

---

<sup>210</sup> Relatório da Diretoria das demonstrações financeiras de 2002 do SEEB/SP, publicado anexo à Revista dos Bancários, número 90, edição de junho de 2003. O sublinhado não consta do original e os erros de concordância foram preservados.

<sup>211</sup> A renovação entre os bancários pode ser também contrastada com as conclusões de continuidade nas direções sindicais expressas na Pesquisa Sindical IBGE (2002), em parte a pesquisa confirma o que ocorrera nos bancários até 1999 e também “não capta” a influência da migração de dirigentes para o governo Lula.

Verificada a tendência de renovação nas direções sindicais, as reflexões recaem sobre as diferenças no perfil dos novos dirigentes que ingressam nos sindicatos. Como um fenômeno recente carecem informações para aprofundamento, entretanto a declaração de um dirigente sindical é enriquecedora para compreensão das mudanças qualitativas que ocorrem associadas ao observado entre os bancários:

Agora na década de 90 vêm grande número de dirigentes de bancos privados porque os bancos públicos e estaduais estão sendo desmontados pela política neo-liberal e porque os dirigentes dos bancos privados estão bem mais organizados com o tempo, e esses dirigentes aparecem forjados num movimento que só teve movimento organizada de massa no começo, a maioria pouco conhece o que é uma greve de qualidade, de categoria, como a última greve de 91, depois só greve de setores, de corporação e os que conhece mesmo alguns já até esqueceram. Aparecem com uma característica bem diferente de formação, na capacidade de intervenção, na formação ideológica. Na década de 80 o pessoal era formado nos movimentos sociais, partidário, estudantil e vinha para o sindicato com uma escola pronta, hoje o sindicalismo começa a ser a escola de formação desses dirigentes da década de 90. Como o pensamento único neo-liberal afetou muito o pensamento de esquerda, solidário impondo um pensamento de estado mínimo, competitivo e nós tínhamos que ter dirigentes que refletissem a 'nova' categoria que surgia com esse movimento, o que é verdade, a categoria mudou muito e o dirigente tem mesmo que entender isso, mas nós perdemos um pouco em consistência ideológica ao mesmo tempo que criaram-se dirigentes que tem mais condições de acompanhar as empresas, as mudanças, mas também mais dificuldades ideológica de 'linkar' o trabalho que ele realiza no sindicato com a transformação da sociedade, o que significa isso além do sindicato mesmo<sup>212</sup>.

Essa fase de renovação na direção sindical dos bancários não desmonta contudo o apego histórico aos cargos existentes e suas facilidades, que são fatores recorrentes e sofrem apenas mutações de complexidade. A análise dos textos dos congressos e conferências nacionais promovidos pela CNB/CUT demonstra a grande preocupação dos bancários com as formas de organização das diretorias sindicais e com

---

<sup>212</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical. O destaque é meu.

a própria confederação, como foi o caso das discussões em torno das propostas de constituição de um sindicato nacional dos bancários.

A formação do sindicato nacional foi exaustivamente discutida desde o II Congresso da CNB/CUT realizado em junho de 1997 até seu abandono no final de 2000 em razão das resistências das diversas tendências minoritárias que, hipoteticamente, perderiam poder de influência com a nova organização e principalmente das resistências dos dirigentes dos micros e pequenos sindicatos tal qual relatado por um dirigente sindical:

Para ter dado certo só se a articulação tivesse assinado um documento que abria mão de todos os cargos mais importantes e ainda a presidência tivesse uns cinquenta presidentes na cabeça, porque eu queria ver mesmo é o cara dizer que não tinha nada que ver, que abria mão da presidência do seu sindicatinho lá do caixa prego numa boa pra ser um delegado representante do novo sindicatão, isso nunca mesmo que ia dar certo por causa disso, tava todo mundo agarrado lá, grudado só que só fazendo discurso porque não queria se queimar, e porque na hora ‘h’ sabia que não ia dar certo mesmo, que só quem ia se dar bem mesmo era São Paulo, a federação, Rio, BH e um ou outro do nordeste e do sul para compor a executiva e não dar muita briga, é só ver pro CNB que já dá uma disputa danada, e olha que só se vive pendurado lá sem dinheiro, mas na hora de sentar na cadeira onde tem dinheiro aí o bicho sempre pega, ninguém ia mesmo abrir mão, só concordava sabendo que não daria em nada e ninguém fez mesmo.

Além dos intermináveis debates sobre a estrutura e organização dos sindicatos, durante as campanhas salariais o movimento sindical apresenta-se à mesa de negociações com uma acentuada fragilidade, especialmente forte entre os pequenos e micro sindicatos, devido ao receio de seus dirigentes de serem suspensas as liberações pagas pelos bancos. Demonstração dessa fragilidade pôde ser observada na campanha salarial de 2000 quando a ameaça de corte nas liberações de dirigentes, feita pela Caixa Econômica Federal – CEF, foi determinante para a assinatura de um acordo rebaixado, que estabeleceu inclusive o fracionamento da jornada de seis horas conquistada nas mobilizações dos anos trinta, segundo declarações do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC durante evento de

avaliação da campanha salarial daquele ano promovido pela Federação dos Bancários do Paraná em maio de 2001<sup>213</sup>.

As restrições em torno da liberação paga pelos bancos, o perfil dos novos dirigentes, a generalização das formas de remuneração variável, de que os liberados geralmente participam apenas da parte formalizada no acordo coletivo, e a necessidade de reorientação nos padrões de eficiência nas direções sindicais têm provocado debates em torno da sua profissionalização tal qual expresso por um de seus dirigentes mais influentes:

E também começamos a ter um problema sério de nível salarial, na década de 80 o salário dos dirigentes dos bancos públicos era mais elevado e não se tinha tantos problemas, hoje a média de dirigentes dos bancos privados que estão em cargos importantes é de R\$ 800,00, e tem um agravante: esse dirigente não tem mais 20, 21 anos, hoje tem 30, 40, é pai de família, tem outras responsabilidades, mas o salário é o mesmo. Nós podemos perder as grandes cabeças do movimento e isso começa a se agravar bastante. Precisamos trabalhar urgente a profissionalização e a ideologização dos dirigentes e do movimento para que não tenhamos também o movimento virando meio de vida só, uma profissão, o negócio é dar condições financeiras para que consigamos continuar a luta como ela foi construída nos moldes dos anos 80. ...Mas para profissionalizar com qualificação não pode ser nessa estrutura sindical que temos aí hoje, ...nós precisamos uma reforma profunda, temos um número muito grande de sindicatos, sem capacidade de representação, aí sim teremos a condição de criar uma casta de dirigentes sindicais que possam ser profissionalizados, essa palavra é muito ruim, nós temos condições de mantê-los no movimento com profundo controle da categoria, prestando contas para a base, com organização por local de trabalho como tentamos construir na década de 80<sup>214</sup>.

A fala do dirigente contempla os fatores da complexa transição vivida pelos bancários situados em torno das angústias e das exigências do desempenho burocrático que se confrontam com o ideário de preservação de um perfil de luta e organização

---

<sup>213</sup> Conforme relatório do Encontro Estadual de Dirigentes Bancário 2001, organizado pela FEEB/PR e realizado em Caiobá (PR) em maio de 2001. No referido documento constam também as discussões preparatórias para a campanha salarial de 2002 e seus eixos prioritários, dos quais constam as reivindicações de ampliação no número de dirigentes sindicais liberados.

<sup>214</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical. O sublinhado é meu.

típicos dos anos oitenta. Todavia a trajetória de metropolização da organização sindical e sua progressiva burocratização indica que a resolução desses conflitos dar-se-á acentuando essas características e tornando o ideário um fator residual na memória dos que viveram esse tempo, pelo menos até que o sindicalismo bancário trilhe os limites experimentados pelo movimento operário em diversas outras experiências históricas.

### **1.3. A mercantilização da ação sindical institucionalizada**

As evidências e implicações da burocratização sindical discutidas anteriormente são legitimadas pelos bancários não somente através da compra e venda de serviços gerais nos sindicatos, do apoio às máquinas sindicais formadas para “defender” a categoria e do seu *referendum* aos seus dirigentes-gerentes. A construção desse sindicalismo pelos bancários ocorre no cotidiano das mobilizações, resignificando permanentemente o *ser* sindicalizado e seu correspondente *ser* dirigente. A burocratização tem sua face nas novas lutas sindicais nas quais são constituídas práticas, que se poderia chamar de serviços de mobilização, que alteraram o perfil da ação sindical direta nos conflitos de interesses de classes entre os bancários. A especificação dessa classe de serviços e do perfil de dirigente que o executa é apontada com precisão na declaração de uma dirigente sindical:

Tem diferença sim de quem já estava no banco antes e os que entraram depois dessas mudanças todas iniciadas com o Collor e o FHC e os estrangeiros também, mesmo que o cara que entrou depois disso e tenha uma ideologia favorável para a gente ele não vem, fica na dele, tem medo e dá apoio uma hora ou outra muito pontual, o que ele quer mesmo é que o sindicato faça as coisas pra ele, alguns até cai a ficha e o cara fala mesmo que tá pagando pra isso e até pergunta, meio brincando ou a sério não sei, senão pra que pagar o sindicato? Como você mostrou aquela foto ali, o cara entra e tá lá sentado dentro do ônibus, fechado, ar-condicionado, se desse pra ver ali na janela escura ele tá até vendo TV, e quer que o sindicato fique ali fora, como tá aí, falando no som na frente daquele prédio todo fechado e o cara fechado também no ônibus que entra direto, mas ele vê o caminhão de som e tá bom, tem protesto do sindicato, desse jeito mas tem protesto com

ele sentado lá só assistindo. Tá certo que ele elogia, até dá uma força quando a gente faz as coisas mas se precisar dele a gente não tem muito como contar não, e isso também em todos os bancos...<sup>215</sup>.

A substituição dos bancários por seus dirigentes sindicais nos conflitos teve sua consagração como tática de ação nos preparativos da campanha salarial de 1999, quando 1.500 dirigentes de todo o país reunidos no Rio de Janeiro bloquearam o acesso a dezenas de unidades de trabalho e realizaram um protesto no qual, simbolicamente, incorporavam de vez a demanda relatada pela dirigente no trecho transcrito acima<sup>216</sup>. Nos anos seguintes essa prática generalizou-se para os estados, e os sindicalistas escolhiam então cidades-pólo para protestos itinerantes na tentativa de demonstrar aos banqueiros, e aos próprios bancários, o seu poder de ação. Em 2001, no Paraná, dezenas de sindicalistas concentraram-se em Londrina para “fechar o Bradesco e promover a participação” dos noventa empregados de uma agência do banco no Dia Nacional de Luta<sup>217</sup>. A postura dos sindicalistas é assim explicada por um dirigente:

Até início de 90 nós tínhamos esquemas de troca de pessoal que ia ficar nas manifestações, o pessoal de um banco ia para outro fazer piquete e assim por diante, agora quando a gente faz mobilização de banco isolado e ainda com as demissões apertando cada vez mais criou-se a situação de que a participação efetiva do bancário traria um desgaste para ele e seria no primeiro momento demitido, e ainda com um número cada vez menor de bancários numa agência cria uma proximidade cada vez maior entre o gerente e os funcionários da agência e dificilmente você consegue que esse funcionário esteja lá na frente parando o banco. Então o sindicato tem mudado sua atuação para não comprometer o emprego das pessoas também, então mudou o conceito, mudou e o sindicato para não comprometer o

---

<sup>215</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com uma dirigente sindical. A referida foto ilustra um dirigente sindical falando sobre um caminhão de som e um ônibus com vidros vedados e escuros a sua frente, ao fundo dezenas de outros ônibus e uma grande edificação horizontal. Um trecho da matéria publicada na Folha Bancária em 17/08/1995 é expressivo da situação: “Na atividade de ontem, os diretores conversaram com os bancários que chegavam de carro ou em dezenas de ônibus ao Núcleo Alphaville do Bradesco onde trabalham 2.500 pessoas. O objetivo é fazer que os bancários levem para dentro do local de trabalho o debate sobre a campanha salarial e se preparem para exigir dos banqueiros negociações sérias”.

<sup>216</sup> Durante toda a segunda metade dos anos noventa as campanhas salariais foram marcadas pelas “greves inteligentes” em pontos estratégicos. Essa tática ocultava parcialmente os refluxos dos bancários nos conflitos e sua incapacidade para a ação direta e ainda forçava seus dirigentes para assumirem posições historicamente cumpridas pelos militantes mais ativos, também chamados de piqueteiros. O contexto dessas lutas está descrito no capítulo um.

<sup>217</sup> Conforme matéria *Sindicalistas do Paraná fecham Bradesco em Londrina*, publicada no jornal sindical Folha Bancária, do sindicato dos Bancários de Curitiba PR, em 22/06/2001.

emprego do bancário acaba fazendo o papel que deveria ser feito pelo bancário, o dirigente vai para frente do banco e faz uma paralisação de uma ou duas horas sem expor e comprometer o bancário, porque também as condições do bancário quando comparada com o mercado ainda é um pouco boa e quem está acaba não se envolvendo porque ele acha que é melhor preservar, ou não avançar, não arriscar o que tem e perder.<sup>218</sup>

Tornaram-se freqüentes fotos nos jornais sindicais onde aparecem dois ou três dirigentes, ou pessoas contratadas para esse fim, segurando alguma faixa de protesto em frente ou até lado da entrada principal de uma agência bancária, sem a presença de qualquer outro militante bancário. Progressivamente as paralisações foram sendo assimiladas pelas gerências locais que buscavam acordar sobre a sua duração e abrangência, conforme descrito por um dirigente sindical:

Na campanha [2001] os banqueiros estabeleceram a tática seguinte: manifestação até as 10 hs tudo bem, tava liberado, depois o negócio é trabalhar. Deu prá aproveitar um pouco aqui em SP e outros centros que o pessoal vem mais cedo e tem bastante gente, mas nos sindicatos pequenos em geral o pessoal chega mesmo as 10 hs e quer entrar para trabalhar, aí não teve campanha<sup>219</sup>.

Alguns dos motivos da acomodação da ação sindical às condições patronais, revelados na fala do dirigente bancário, são acidamente denunciados por um executivo sindical patronal:

E por que faz acordo com o gerente? Porque é a única forma que ele tem de não sofrer a contra-pressão do banco, se ele ficar até onze horas o banco não faz nada MAS se ele ficar o dia inteiro o banco vai usar seus meios também, tem aí o interdito proibitório, a conversa com os empregados para dizer para ele que ele tem que trabalhar e tem uma série de coisas que o banco pode fazer, é a contra-pressão. Agora se faz um acordo e é campanha salarial tudo bem, e na maioria das vezes funciona mas as vezes dá zebra e vem contra pressão, porque às vezes ocorre que os funcionários não estão satisfeitos com algo específico e querem aproveitar a deixa para protestar o dia inteiro, mas querem protestar com a proteção do sindicato, porque se fizerem isso sozinhos no dia seguinte eles estão na rua, e daí que complica porque o sindicato fez um acordo, e porque que fez acordo? Porque sem acordo vem

---

<sup>218</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em novembro de 2001, com um dirigente sindical.

contra-pressão e dificilmente o movimento se realizará. Porque? Porque ele não é legítimo.<sup>220</sup>

Estabeleceu-se, portanto, uma dinâmica, na qual o sindicalista assumiu a institucionalização do protesto, que ficou registrada em centenas de manchetes dos jornais sindicais tais quais “O sindicato paralisou a agência...”, “O sindicato mostrou aos banqueiros...” e tantas outras em que o sindicato aparece como o autor-substituto da ação direta no conflito entre bancários e banqueiros.

Sem capacidade de mobilização direta dos trabalhadores, a prática sindical conformou-se com manifestações consentidas e bem toleradas pelos gerentes enquanto provocassem apenas pequenos atrasos que não inviabilizavam o atendimento, pois os eventuais transtornos eram contornados com a prorrogação dos serviços até o completo atendimento do movimento do dia. A posição dos sindicalistas foi assim considerada por um gestor patronal:

Hoje com a participação nos lucros e resultados o banco parado significa prejuízo para o próprio bancário, então o sindicato percebeu isso e modernizou suas técnicas fazendo com que a unidade não pare, usando do seu poder de representatividade para interromper parcialmente as atividades. O sindicato tem direito à paralisação com representatividade e demonstrou objetividade e maturidade fazendo mobilizações passivas e parciais, assim não interferiam nos negócios em si.

Não vi de parte de nenhum banco nenhuma animosidade com esse tipo de manifestação, um respeito mútuo onde o sindicato foi respeitado no seu trabalho, onde o sindicato demonstrou grande respeitabilidade, muita dignidade de luta, de representatividade, demonstrou que consegue discutir sem barbarizar.

É claro que o que você perguntou [sobre o interdito proibitório] também tem limite que é o da civilidade, todo banco tem seu limite para compreender isso e de um ponto em diante nós agimos diferente como você falou, e isso é natural claro, porque ninguém vai ficar sentado vendo seu patrimônio ameaçado, nós estamos numa sociedade democrática onde cada um tem respeitar o outro e isso ocorreu porque o respeito estava ficando para trás<sup>221</sup>.

---

<sup>219</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

<sup>220</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

<sup>221</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em novembro de 2001, com um gestor patronal das relações trabalhistas.

Nas falas anteriores, as citações de motivos para a contra-pressão e limites que não foram respeitados, e a conseqüente reação dos bancos referem-se às alterações no teor das manifestações e à adesão progressiva de uma parcela dos bancários aos protestos dos dirigentes nas unidades bancárias. Nos últimos anos acentuavam-se as contradições da prática sindical, e o seu esgotamento tornava-se evidente. Desgastados com manifestações cuja presença de bancários era inexpressiva<sup>222</sup>, os dirigentes sindicais intensificaram as campanhas institucionais envolvendo diretamente a personalidade de alguns banqueiros, suscitaram dúvidas sobre a boa prática bancária e sobre a credibilidade de algumas instituições<sup>223</sup>.

Em 2001 a preparação para a campanha salarial foi intensa e no dia nacional de protesto, ocorrido em 26 de setembro, centenas de unidades bancárias tiveram seu funcionamento parcialmente paralisado, porém a reação patronal surpreendeu dezenas de dirigentes que foram presos e os equipamentos sindicais de agitação apreendidos por força policial. Por orientação da FENABAN/FEBRABAN diversos bancos obtiveram liminares favoráveis a um recurso judicial, o interdito proibitório<sup>224</sup>, que impedia a presença dos dirigentes sindicais, carros-de-som ou quaisquer outros recursos de mobilização coletiva nas proximidades das unidades bancárias.

Embora os bancos já utilizassem tal recurso desde 1998, a persistência do interdito de aproximação e presença e a ameaça de prisão na maioria dos estados afetaram diretamente a já reduzida capacidade de mobilização coletiva dos bancários e ampliaram a correlação de forças dos banqueiros nas mesas de negociações. Tanto em 2001 quanto nos dois anos seguintes as propostas patronais sofreram resistências mas foram aprovadas sem recuperar as perdas salariais acumuladas no salário fixo e ainda

---

<sup>222</sup> A edição de 30/08/2001 da Folha Bancária relatou a fraca adesão da categoria às atividades de protesto realizadas no Dia do Bancário, 28 de Agosto, e ilustrou a matéria “*Campanha na Rua*” com uma foto do presidente do sindicato falando em uma manifestação sem que seja possível contar algumas dezenas de bancários participando.

<sup>223</sup> As instituições mais atingidas foram o Banco Itaú e o Unibanco. Os bancários aproveitaram a campanha publicitária do banco Itaú, cujo mote era o símbolo arroba com um *i* em seu interior, associaram a *inferno* e reeditaram cadernos-almanaque com anedotas onde “Bob Set” aparecia sorridente com chifres e tridente açoitando bancários e clientes em um caldeirão com a marca do Itaú. O Unibanco, cujo presidente Gabriel Ferreira ocupava a presidência da FENABAN, chegou a publicar nota explicativa na capa do Jornal Folha de São Paulo, em 1º de novembro de 2001, explicando-se à população sobre a pancadaria ocorrida dias antes na sede do banco envolvendo força policial, solicitada pelo banco, e cerca de 1.100 bancários que realizavam dia de protesto.

<sup>224</sup> O interdito proibitório é um recurso liminar na forma de mandato por meio do qual um proprietário pode solicitar força policial para combater ameaças de iminente tomada parcial de uma propriedade ou tomada total da propriedade, por meio de atos violentos e/ou clandestinos.

amaram a redução de direitos históricos dos bancários<sup>225</sup>. Evidenciou-se nestas campanhas a exaustão da capacidade de constrangimento dos banqueiros com as táticas das greves inteligentes localizadas, e emergiu a possibilidade de provocar o patronato com campanhas institucionais agressivas. Tal mudança pode ser confirmada na declaração de um dirigente sindical:

Agora [2003] o movimento tá mais definido, é concentrar forças e atingir os bancos diretamente, é conseguir parar um banco enquanto todos estão funcionando e explicar o porque disso na população e atingir a confiança, a imagem da instituição bancária na mídia, esse é o ponto entendeu, e nós temos força para isso se a gente quiser, podemos fazer muitas coisas<sup>226</sup>.

A força a que se refere o dirigente sindical é o conjunto de recursos patrimoniais, informacionais e de participação política acumulados pelos bancários nos últimos anos. Conforme declaração de outro dirigente tornou-se comum, mesmo nos sindicatos menores, os protestos dependerem da presença dos funcionários do sindicato ou de outros apoiadores<sup>227</sup>, os jornais e panfletos sindicais serem distribuídos à categoria e aos clientes por empresas especializadas nesses serviços, o que classificou de “terceirização da ação sindical”. Apontou ainda, como práticas emergentes, a barganha com as gerências locais envolvendo as contas sob controle ou influência da entidade e o levantamento de informações para serem utilizadas para o constrangimento dos bancos ou empresas em momentos específicos.

Associando as diversas faces das alterações processadas pelo sindicalismo bancário verifica-se que os limites existentes na estratégica da individualização na burocratização sindical são compreensíveis se observadas as duas lógicas da ação coletiva na organização dos interesses de classe, detalhadas por Offe (1984). Os sindicatos têm a gênese de seu poder de ação alocada no convencimento de seus associados para *fazer* e não no fato de *pagar* para fazer<sup>228</sup>. Diferente da organização de interesses patronais, cujo desafio é convencer o capitalista individual a pagar por sua associação (pois nenhum capitalista jamais encontrará razão alguma para ação coletiva,

---

<sup>225</sup> A análise desses fatores será realizada posteriormente no próximo tópico desse capítulo.

<sup>226</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em julho de 2002, com um dirigente sindical.

<sup>227</sup> Expressão genérica que oculta a contratação de pessoas que inicialmente auxiliariam na logística das manifestação mas que aparecem em fotos como se fossem manifestantes bancários, segurando faixas ou “pirulitos” ou ainda fazendo o papel de “piqueteiros”.

isso em função da própria natureza do mercantilismo), na organização dos interesses dos assalariados a constituição do poder de ação implica necessariamente a coletivização dialógica da ação, pois as conquistas individuais do trabalhador assalariado estão limitadas por barganhas marginais, obtidas em condições extemporâneas do mercado de trabalho.

Ante o capitalista o trabalhador assalariado somente negocia sua força de trabalho em condições favoráveis quando se expõe aos riscos inerentes dos conflitos de interesses de classes, especialmente o risco de ser substituído por outro trabalhador terceirizado que aceite as condições colocadas para a contratação. Portanto é o posicionamento ativo do trabalhador no conflito que constitui o poder de ação sindical e jamais o seu inverso. Os serviços sindicais não constituirão poder sindical além da burocracia porque a soma de milhares de pagantes de um serviço jamais constituirá uma classe em luta, jamais coletivizará a ação do trabalho no conflito com o capital.

Quando os trabalhadores e seus dirigentes relaxam da condição dialógica primária, que exige a *atuação* direta do trabalhador nos conflitos, passam então a comprar e vender serviços entre si, e o sindicato perde progressivamente sua condição de resistência aos avanços da exploração capitalista. Dessa forma constitui-se na burocratização monológica um sindicalismo essencialmente anti-sindical que somente se revela a si mesmo na exaustão de suas contradições e na emergência de sua própria superação. Essa regra é válida inclusive para os mais recuados objetivos de representar estritamente os interesses dos *seus* associados, perante os *seus* respectivos empregadores, e manter a luta tão somente conformada nos patamares da conjuntura econômica, sem provocar qualquer sobressalto que possa ameaçar o emprego na *sua* categoria especificamente.

Nesse sentido o sindicalismo bancário, centrado nos grandes sindicatos metropolizados e constituindo grandes máquinas sindicais para prestação geral de serviços e protestos institucionalizados, avança progressivamente em um ciclo de

---

<sup>228</sup> Exatamente esse é o motivo da completa anacronia presente na noção de cliente conferida ao sindicalizado por algumas experiências de qualidade total, ou planejamento estratégico centrado no cliente, adotadas em alguns sindicatos.

aproveitamento de oportunidades táticas, conforme indicado por Offe (1984) em sua teoria sociológica do oportunismo<sup>229</sup>.

Longe das condições proporcionadas pela ação direta de confronto e constrangimento à aceitação de suas propostas mais avançadas, os sindicatos buscam obter vantagens com a ameaça, ou a simulação, de mobilização e protestos. Segue-se, pois, o princípio de obter tamanho e qualidades institucionais para promover a ameaça e a simulação de mobilização e protestos que provoquem tanto o temor externo quanto a adesão interna. Conjugando ambos os fatores, o sindicato obtém conquistas ante os capitalistas e mantém-se ativo como organização representativa dos interesses imediatos dos trabalhadores.

Sob essas condições as noções de crise são sempre discutíveis, pois, como é o caso dos bancários, para si o sindicalismo encontrou, ou está próximo de obter, um ponto satisfatório entre o reconhecimento interno, que pode ser constatado pela estabilidade dos elevados índices de sindicalização, e o reconhecimento externo que pode ser constatado pela aceitação de um determinado padrão de ação sindical liberal, pela projeção de seus líderes aos ambientes de regulação política e adicionalmente pela atuação bem sucedida de suas criações no mercado. Ou seja, falar de crise no sindicalismo bancário tem razão de ser nas elaborações analíticas e na crítica política porque para os bancários esse é um assunto temporariamente fora de questão. Tanto o é que a última vez que tal assunto ocupou a pauta de discussões nos fóruns nacionais dos bancários foi no II Congresso do CNB/CUT, realizado em junho de 1997. Nas deliberações dos congressos e conferências que o sucederam não constam referências críticas à qualquer crise na concepção, prática ou estrutura sindical dos bancários. Dentre todas as teses apresentadas para o IV congresso, realizado em julho de 2003, consta apenas uma referência genérica de crise de representação em uma tese de uma tendência minoritária. No mais os bancários discutem todas as variantes de crises possíveis no planeta: sindical dos outros segmentos, ambiental, econômica, ético-biológica, na saúde, na educação e tantas outras, exceto de bancários organizados.

---

<sup>229</sup> O termo oportunismo tem caráter estritamente analítico, refere-se fundamentalmente ao aproveitamento de oportunidades táticas em detrimento de princípios estratégicos. Segundo o autor: “O oportunismo, então, é um tipo de prática organizacional que resolve os problemas ligados à coexistência precária das duas lógicas da ação coletiva que encontramos como elementos específicos da classe nas organizações operárias. A solução dada é o privilegiamento do padrão monológico da ação coletiva” (Offe, 1984, p. 106).

A conclusão previsível para esse ciclo de aproveitamento de oportunidades táticas é a superação histórica da organização e o retorno qualitativo ao estágio da ação direta “sob a nova direção” dos membros que se reorganizarem para sustentá-la após a sua recriação. Até lá os bancários já apresentam ao país uma lição de ajustamento às necessidades do capital para ampliação da subsunção real do trabalho com suas elevadas taxas de sindicalização e suas poderosas máquinas de prestação de serviços sindicais, entre os quais se incluem serviços de mobilização e campanhas institucionais para uma noção toda particular de defesa da categoria.

## ***2. A negociação da subsunção do trabalho no capital***

A corrupção generalizada dos contratos sociais, promovida pelas novas formas de organização do capital, desconstituiu os grandes agentes mediadores dos conflitos na sociedade imperialista e os substituiu por extensas redes de microconflitos caracterizadas pela permanente gestão das diferenças sem que elas sejam objeto de qualquer contratação geral. Vive-se em uma época em que a suplantação das garantias de longo prazo estão sendo substituídas por vantagens imediatas e os arranjos coletivos são substituídos por fragmentos de acordos conflituosos sujeitos a múltiplas formas de organização ante a transnacionalização do capital. Sob essa perspectiva os movimentos de despolitização dos mecanismos de regulação das formas produtivas e a desregulamentação comercial e financeira desconstituíram parcialmente a capacidade política para a regulação das relações entre capital e trabalho conquistadas pelos movimentos operários nas últimas décadas. Ante essa reconfiguração de forças e instrumentos, os trabalhadores organizados ajustam seus mecanismos de luta para otimizar a relação entre os recursos disponíveis e os fins esperados em cada conflito de interesses.

## 2.1. A (re)regulamentação da contratação fragmentada do trabalho

Não obstante as condições gerais de condicionamento das escolhas dos trabalhadores na organização de seus interesses devem ser considerados inicialmente os impactos do recente movimento de despolitização das relações no mercado de trabalho ocorrido no Brasil. Após a “década da resistência” do movimento sindical aos avanços deletérios da reestruturação produtiva, conforme caracterizado em Alves (1996), a década de noventa consagrou uma seqüência regressiva nas condições de regulação legal e negociação da força de trabalho, já tão assimétricas, conforme apontado no capítulo um durante as discussões da constituição do corporativismo bipartite no Brasil.

A promoção de premissas ideológicas neoliberais massificou o estereótipo do *trabalhador protegido e caro demais*, aquele cujos direitos trabalhistas inviabilizavam a produtividade e a competitividade dos produtos brasileiros ante a desmedida abertura comercial promovida no governo de Fernando Collor de Mello. Estabeleceu-se assim um consenso político-empresarial sobre a necessidade de negligenciar os recursos legais que regulavam o mercado de trabalho para então reduzir os custos de produção, ampliando assim os mecanismos de expropriação do trabalho que, dentre muitos outros, viabilizaram a estabilidade monetária verificada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em extensa análise do desmonte efetuado no direito do trabalho durante a *década neoliberal*<sup>230</sup>, Cardoso (2003) alerta para os acentuados impactos dessa política, dado o Brasil industrializado ter suas relações laborais reguladas legalmente desde seu início, e que o direito do trabalho para esse segmento produtivo é tão constitutivo das relações de classes no mercado de trabalho quanto os conflitos coletivos da ação direta dos trabalhadores. Nesse sentido, o autor aponta o descumprimento empresarial de suas obrigações, a incapacidade sindical de se contrapor a essas práticas e uma acentuada judicialização das relações mediante as reclamações individuais que abarrotam os tribunais trabalhistas. Sem a relevância da equivalência conferida pelo autor pode-se constatar nas discussões da trajetória de lutas dos trabalhadores em bancos, apontada no capítulo um, que a regulação de direitos trabalhistas é também um forte elemento para a

---

<sup>230</sup> Utilizei o título da obra de Cardoso (2003) por sua propriedade para o texto.

identidade de classe dos bancários. Dessa forma o descumprimento sistemático e impune da legislação do trabalho e a crise generalizada no judiciário trabalhista, promovida por práticas históricas de acomodações corporativistas e políticas articuladas pelos círculos governistas e empresariais na década de noventa, contribuem decisivamente à capacidade dos sindicatos dos bancários para sustentação de seus mecanismos de regulação coletiva do mercado de trabalho.

Os impactos da despolitização das regulações coletivas do trabalho entre os bancários podem ser apontados pelos aspectos formais observáveis no mecanismo nacional de contratação coletiva e discutidos com outras evidências das relações entre banqueiros e trabalhadores em bancos. Se observada apenas a redução geral no estoque do emprego bancário já haveria justificativa suficiente para explicar o esvaziamento dos mecanismos tradicionais de regulação do trabalho, pois os sindicatos de bancários representavam no início de 1990 mais de 800 mil trabalhadores e dez anos mais tarde esse número reduziu-se a menos da metade (conforme quadro 05). Associada essa mudança quantitativa às alterações qualitativas ocorridas com a informacionalização do trabalho poder-se-ia concluir um grande abalo formal do mecanismo de contratação coletiva estabelecido entre bancários e os banqueiros. Entretanto as análises dos acordos coletivos provocam problemáticas interessantes, conforme indicado em Passos (2001):

...é surpreendente como uma categoria que perdeu um grande número de trabalhadores demitidos nos anos noventa, além de enfrentar todas as dificuldades que o movimento sindical experimentou no decorrer da última década, tenha conseguido manter a maioria das conquistas obtidas nos anos anteriores (Passos, 2001, p. 127).

Carvalho Neto e Oliveira (1998) analisaram 775 cláusulas dos acordos coletivos dos bancários e destacam a inclusão da cesta básica, indenização especial em caso de demissão, participação nos lucros e outras cláusulas para concluir que apesar da retirada em 1994 da obrigatoriedade do aumento real de salário, “os bancos privados negociaram mais questões com os bancários, numa melhoria lenta, mas contínua entre 1992 a 1998” (Carvalho Neto e Oliveira, 1998, p.269). Todavia os autores chamam a atenção para a inexistência de cláusulas referentes ao controle da terceirização, precarização do trabalho ou programas de produtividade nos acordos analisados e

também a drástica redução das condições negociais no Banco do Brasil com cinco anos seguidos sem qualquer reajuste salarial e esfacelamento da jornada de seis horas<sup>231</sup>.

Os avanços apontados nos estudos citados são também corroborados por um executivo patronal sindical:

Tem muita mudança. Até a década de 80 nós não tínhamos negociação coletiva, nós tínhamos é confronto de mesa, inclusive com ameaça física com o mínimo de respeito. Na década de noventa tivemos uma enorme evolução técnica, os artifícios foram eliminados aos poucos e o respeito aumentou muito, o sindicato melhorou muito e o respeito cresceu muito. No início de noventa o movimento sindical perdeu capacidade de mobilização e aumentou a capacidade técnica e as coisas se equilibraram na mesa: mais técnica, mais profissional, ganhamos todos e os sindicatos ganharam muito em todos os sentidos.<sup>232</sup>

Entretanto essas conclusões carecem de considerações sobre alguns indicadores para compreender a abrangência da corrosão do acordo coletivo entre os bancários, fundamentalmente as alterações ocorridas em direitos históricos como o enquadramento, a jornada de trabalho, o adicional por tempo de serviço, a emergência das comissões de conciliação e justiça e ainda a derradeira consagração da participação dos bancários nos lucros e resultados dos bancos.

A discussão da desconstituição dos mecanismos coletivos de regulamentação das relações de trabalho necessita ser ainda contextualizada nas duas tendências gerais das práticas corporativas, as quais provocam diversos princípios da modernidade que orientaram as atuais convenções coletivas. Para compreender as alterações ocorridas nessas convenções tornou-se imperativo considerar os movimentos corporativos condicionados pelos novos princípios da multidimensionalidade instrumental, ou seja, uma racionalidade que aniquila os parâmetros da universalidade integradora típica da modernidade e instaura a primazia dos fins específicos sobre qualquer diretriz estratégica central. Em segundo lugar, a busca da integração social,

---

<sup>231</sup> Tal constatação contrasta com Costa F. (2002): “Ao analisar todas as Cláusulas e Convenções Coletivas de Trabalho e os principais Acordos do Banco do Brasil referentes a década passada, foi constatada de maneira geral, a tendência pela manutenção de cláusulas anteriormente negociadas nos respectivos documentos. O centro das discussões é a manutenção do que anteriormente foi estabelecido nas negociações e registrado nos Acordos” (Costa F., 2002, p. 96), entretanto optei pela texto mais antigo.

<sup>232</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

típica dos movimentos políticos pós-guerras mundiais, queda-se substituída pelas práticas de dissimilação e diferenciação que orientam as políticas corporativas, segundo as quais a assimetria de condições entre os diversos grupos constituintes deve prevalecer sobre todas as condições de identidade ou proximidade. Por esses princípios, detalhados em Hardt (2001), tem-se a prevalência dos procedimentos particulares e instrumentais sobre qualquer ordem coletiva ou mesmo transcorporativa. É neste contexto que serão analisadas as alterações ocorridas nas relações entre banqueiros e bancários, nos mecanismos de regulação coletiva do trabalho e nas táticas adotadas pelos envolvidos nos conflitos suscitados pelas novas práticas corporativas.

O primeiro indicador para análise é o enquadramento do trabalhador bancário. Essa forja legal é altamente significativa para os bancários desde os anos trinta, guardando exceção nos casos de vigilância, asseio e conservação após os anos cinquenta. Entretanto a generalização das formas de terceirização de força-de-trabalho para o dilaceramento das condições de organização dos trabalhadores e para a redução de custos administrativos tornou o enquadramento bancário uma referência histórica, sem maiores constrangimentos para o patronato financista alterar a condição legal de amplas parcelas do corpo funcional.

Dos 400 mil bancários considerados demitidos, e supostamente não mais trabalhadores em serviços bancários, estima-se que 260 mil sofreram apenas uma alteração legal na qualificação *empregador*<sup>233</sup>, aposto em suas carteiras de trabalho, pois continuaram tão trabalhadores em banco quanto sempre foram, evidentemente com todas as conseqüências da intensa precarização das condições gerais de trabalho, conforme já discutido no capítulo dois. Ou seja, segundo essas estimativas estaria externalizado do enquadramento histórico um contingente que corresponde a 65% daqueles formalmente apontados como bancários. Ou ainda quando se referiu aos bancários de direito, os 400 mil, deixa-se de fora 40% dos bancários de fato sem direito, ou os 260 mil a que se fez referência. Aos primeiros as conclusões dos estudos citados anteriormente afirmam uma relativa manutenção das conquistas no acordo coletivo da categoria; todavia essa mesma análise deveria considerar os demais bancários de fato

---

<sup>233</sup> Conforme já anotado anteriormente, poder-se-ia ainda considerar outros milhares de trabalhadores neste cômputo se adicionados os trabalhadores em correspondentes bancários, cooperativas e financeiras, estes últimos conforme declaração de um executivo sindical patronal: "...aconteceu com as financeiras que antes tinha 70 mil financiários e hoje tem 5 mil, mas tem 100 mil prestadores de serviços" (entrevista gravada em São Paulo em março de 2002).

excluídos desses direitos, pois essa inclusão altera tais conclusões e indica um acentuado egoísmo de fração como recurso operante na constituição de tamanha disparidade entre trabalhadores subsumidos aos mesmos capitalistas. Outras implicações sobre as condições de enquadramento formal advêm também das alterações ocorridas na jornada dos trabalhadores em bancos, como será visto a seguir.

O segundo indicador da degeneração das condições da contratação coletiva entre banqueiros e bancários é a jornada de trabalho<sup>234</sup>. Esta é a regulamentação coletiva mais afetada no cotidiano dos bancários, embora essa afirmação esteja absolutamente associada às disparidades verificadas entre bancários de direito pleno e os bancários de fato sem direito pois é naquele interstício que são cultivadas as formas degenerativas da regulamentação da jornada, e do próprio piso da categoria bancária conforme se verá. O cumprimento das seis horas de trabalho entre segunda e sexta-feira, nos vinte e dois dias úteis do mês, torna-se rapidamente uma vaga referência entre os trabalhadores em bancos, especialmente nos grandes centros financeiros que estabelecem as tendências para o segmento. As políticas de flexibilidade temporal do trabalho cultivadas nos ambientes bancários, tal qual em todos os setores produtivos para ampliação da expropriação do trabalho, desconstituem referenciais conquistados pelos bancários nas grandes greves nacionais dos anos trinta e restabelecem antigos padrões de temporalidade re-significados pelos atuais mecanismos de produtividade e lucratividade, especialmente a auto-responsabilização por tarefas e resultados, conforme detalhado em Jinkings (2002).

A regulamentação da jornada tem se esvaído, além da tradicional extensão do tempo de trabalho diário, em experiências de fracionamento das seis horas, na geração de turnos variáveis que a transformam dois mais quatro em dez ou onze horas de trabalho útil em um determinado dia, com variações entre dias de maior e menor movimento no mês ou mesmo períodos do ano, pela inclusão dos sábados e domingos como dias válidos de trabalho e dezenas de outras variações experimentais em curso. Acrescenta-se a toda essa variação temporal a mobilidade espacial do trabalhador para a realização dessas experiências em dois ou mais locais de trabalho. Dessa forma encontram-se alguns trabalhadores cumprindo doze horas de expediente de segunda a

---

<sup>234</sup> Embora *jornada* no vernáculo francês (*journalée*) refira-se ao de tempo de trabalho em um dia ou remuneração diária por trabalho, consagrou-se seu uso, dentre outros, referindo-se ao tempo de trabalho diário ou semanal.

domingo<sup>235</sup>, outros realizando duas horas durante alguns dias seguidos de outras jornadas de cinco horas em um local e outras sete em outro local em diferentes períodos do dia, e ainda esses são dias variáveis nos sete dias da semana e também entre os meses. Todavia, registra-se no acordo coletivo de trabalho, quando incluso está esse trabalhador, que legalmente a sua jornada de trabalho é de seis horas entre segunda e sexta feira.

Essa intensa degeneração da jornada de trabalho vivida pelos bancários ocupa as pautas dos jornais sindicais com frequência crescente após 1999, de tal forma que a Folha Bancária registra em média uma matéria a cada duas edições geralmente insistindo na necessidade da denúncia e mobilização dos bancários para reverter os propósitos patronais de supressão do direito das seis horas. A precarização das condições gerais de trabalho e o descumprimento da jornada legal generalizou-se de tal forma que, aproveitando-se do estado do alerta mundial referente a “síndrome da vaca louca” em 2001, os bancários promoveram denúncias públicas com manifestações teatrais e alertas aos clientes sobre um possível “contágio” provocado pelos empregados de alguns bancos:

Síndrome do Touro Louco: os principais sintomas são excesso de trabalho manifestando-se inclusive nos finais de semana, extrapolação da jornada, compulsão por metas e redução no nível de qualidade de vida. O bancário contaminado sofre de um distúrbio que o faz esquecer da própria família e confundir suas necessidades com as dos banqueiros (Folha Bancária, 03/04/2001).

Além das tendências gerais de flexibilização temporal do trabalho no período pós-toyotismo, a intensificação dos casos entre os bancários teve amparo também em políticas patronais sistemáticas, resultantes das alterações ocorridas no sistema após a sua desnacionalização, conforme pode ser percebido no discurso de um executivo sindical patronal:

A partir de 99 os bancos fizeram uma interrupção no movimento da terceirização e foi quando nós começamos a colocar na mesa a questão da jornada, como uma necessidade para os bancos, tanto que o nosso quadro

---

<sup>235</sup> “O sindicato voltou a cobrar do banco Itaú uma solução para os funcionários da Itaucred, que trabalham num regime exaustivo de 12 horas diárias. Os analistas de crédito trabalham inclusive aos sábados e domingos sem horário fixo. A diretoria do banco prometeu dar retorno sobre o assunto” Folha Bancária, 29/01/2002.

creceu em 2000, 2001 porque abriu-se novas unidades sem intensificar a terceirização, mas isso tem um tempo de espera limitado. Esse ano nós precisamos resolver essa questão da jornada. Porque eles [os bancos estrangeiros] ficam abismados quando chegam aqui e vêem jornada de seis horas, porque só no Brasil que ocorre uma coisa dessas, e aí eles começam a pressionar porque têm cada vez mais dificuldade para manter o pessoal. Assim no sistema bancário não temos mais espaço para jornada de seis horas, eu tô insistindo nisso a vários anos.

Essa exigência de jornada de seis só tá alimentando advogado trabalhista e profissional desonesto que foi contratado para trabalhar oito horas, ganhou por oito horas e depois vai à justiça reclamar as duas horas que diz que não recebeu. E isso não tá melhorando a vida do bancário. As seis horas só servem para o primeiro emprego, depois que o cara melhora um pouquinho ele quer ganhar um pouco mais mesmo trabalhando oito horas e pronto, ele sabe que não vai ter essa oportunidade a vida toda e tem que aproveitar, e só seis horas é pouco, todo mundo tem que enxergar isso<sup>236</sup>.

A disposição dos gestores dos bancos estrangeiros pôde ser verificada também nas declarações do presidente do HSBC, meses após sua chegada ao Brasil, conforme reportagem abaixo:

O presidente do HSBC no Brasil, Michael Geoghegan, defendeu ontem a ampliação do horário de atendimento dos bancos no país, com a abertura das agências das 8h às 20h, sete dias por semana. Segundo o executivo do grupo britânico, a medida atenderia às necessidades dos consumidores, contribuiria para a redução do nível de desemprego urbano no país e aumentaria o volume de negócios dos bancos. João Vaccari Neto, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, disse que os bancários vêem com bons olhos a proposta do HSBC (Jornal Folha de São Paulo, 09/07/1999, p. 2-3)

Em 1998 a Federação Nacional dos Bancos – FENABAN/FEBRABAN já havia formalizado a proposta de criação da jornada de oito horas, inicialmente para comissionados, e desde então os bancos desenvolvem políticas ostensivas de descumprimento da legislação nas bases sindicais reticentes à propositura e acordos de flexibilização progressiva na maioria das bases sindicais.

Entre as entidades sindicais, a CUT tem sido mais provocada para transigir aos intentos patronais devido à ampla abrangência dos sindicatos a ela filiados,

---

<sup>236</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

ocorrendo uma relativa indiferença com a CONTEC devido a sua maciça representação de pequenos e microssindicatos cuja pressão para formas diferenciadas de jornada ainda é pequena, embora a extensão ilegal da jornada seja igualmente freqüente. A CNB/CUT tem apresentado posições de aceitação contingente que transitam entre a manutenção do reconhecimento daqueles trabalhadores e lideranças que ainda defendem a restauração da jornada tal qual expressa de direito e a conquista do reconhecimento daqueles que tornam fato a flexibilização que tendencialmente torna-se um direito relativo. Nesse sentido a confederação cutista registra dois textos contraditórios no mesmo II Congresso realizado em junho de 1997, em que o primeiro é relativo às deliberações sobre o sistema financeiro e contrário às contratações de trabalho aos sábados e domingos:

É pertinente resgatar a história de luta dos bancários, que, em campanha nacional em 1932, conquistou a jornada de trabalho de 6 horas. Já em 1962, após uma greve a nível nacional foi aprovada a lei que proibia o trabalho nos bancos aos sábados. Atualmente a jornada de 6 horas diárias de segunda a sexta-feira do bancário está prevista no art.224 da CLT (2). Portanto, constitui um retrocesso acordar a flexibilização de trabalho aos sábados (Resoluções do II Congresso Nacional dos Bancários da CNB/CUT, julho de 1997, p. n/d).

Outra parte do texto das deliberações do mesmo II Congresso refere-se à estrutura sindical e faz apreciação diversa da anterior:

Hoje, o dirigente representativo dos trabalhadores é aquele que tem conhecimento do processo do trabalho e das suas conseqüências no cotidiano do bancário. ...essa liderança de renovação tem obrigação de conhecer a cultura da empresa (da qual faz parte), para apresentar soluções a cada conflito existente no local de trabalho. Só assim, fortalecerá a negociação permanente e consolidará com "competência" como representação dos bancários...

Entretanto,...Muitos sentem até "saudade" da interferência do Estado, pois nesta situação dissimula-se a responsabilidade dos dirigentes de decidir e de assumir as conseqüências de um acordo com o patronato. [...] Por exemplo, a recente negociação como o banco Excel Econômico sobre a abertura de suas agências aos sábados, nos shopping centers, levou muitas dessas lideranças a ficarem constrangidas...

Apesar disso, a CNB com delegação da Executiva Nacional dos Bancários apresentou uma proposta que caracterizava essas agências em "regime

especial de funcionamento" garantindo remuneração extra para o trabalho em período extraordinário, bem como a garantia da folga durante a semana, entre outras reivindicações registradas num documento aditivo à última Convenção Coletiva de Trabalho Nacional dos Bancários (96/97). O bancário vive situações concretas e precisa de respostas concretas e realistas. (Resoluções do II Congresso Nacional dos Bancários da CNB/CUT, julho de 1997, p. n/d).

Nos anos que sucederam o II Congresso da CNB/CUT, a confederação cutista apoiou com reservas algumas propostas de acordos que regulamentam o trabalho realizado sob condições diversas daquelas previstas na convenção coletiva, especialmente às referentes ao trabalho em dias não-úteis<sup>237</sup>, e apresentou, em 1999, proposta de redução da jornada de trabalho dos bancários para cinco horas cumpridas em um dos dois turnos de atendimento bancário criados com abertura das unidades entre nove e dezessete horas, ou seja, propôs reduzir a jornada de trinta para vinte e cinco horas semanais, ampliar o atendimento e provocar a contratação de um número maior de bancários.

Ante alguns acordos diferenciados, as discussões prolongavam-se no meio sindical demonstrando novamente a diversidade de condicionantes às quais estavam submetidos suas lideranças e sua incapacidade acumulada de resistir à dinâmica em curso no cotidiano do trabalho bancário. Os bancários reunidos na III Conferência da CNB/CUT, realizada em julho de 2001, realizaram discussões sobre a necessidade de preservação da convenção coletiva dos bancários que foram assim registradas nas resoluções do evento:

Os bancários reunidos em Conferência Nacional condenam as iniciativas dos bancos de tentar retalhar a Convenção Coletiva Nacional dos Bancários, bem como condenam as iniciativas de entidades sindicais que, sem avaliar as implicações de posições isoladas, negociaram contratos diferenciados e rebaixados para a categoria (contatos com jornada, salários e direitos parciais);

---

<sup>237</sup> Como foi o caso do acordo, firmado em 01/12/1999, entre o Banco Bradesco/Telebanco e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Federação dos Bancários de São Paulo e CNB/CUT que estabelecia a jornada semanal de cinco dias entre segunda-feira e domingo.

A Conferência Nacional considera de fundamental importância a reavaliação por estes sindicais dos contratos já firmados que firmam a Convenção Nacional;

A Conferência Nacional decide que doravante a negociação de contratos que mudem os termos da convenção coletiva, deva ser discutida antes em fóruns nacionais categoria como a Executiva da CNB, Conselho Diretivo da CNB ou Executiva Nacional dos Bancários (Resoluções da III Conferência Nacional dos Bancários da CNB/CUT, julho de 2001, p. n/d).

A proposta de redução da jornada foi quase esquecida entre os bancários, e as longas discussões decididas pela conferência têm sido vencidas pela reduzida capacidade de resistência às práticas patronais de gestão do trabalho que esfacelam a regulamentação coletiva e pela postura daqueles dirigentes que apresentam “respostas concretas e realistas”, nos termos do texto do II Congresso, para garantir a representatividade dos trabalhadores tal qual expresso no discurso de um dirigente sindical:

Agora aqui acordamos o funcionamento de lojas de conveniência que funcionam dentro de supermercados e shoppings, trabalha-se sábado e domingo com todos os direitos de bancário só que em vez de hora extra é um adicional diferenciado. Isso foi uma coisa importante porque equivale uma loja a uma agência, nós estendemos os direitos dos bancários, porque de toda forma onde não se fez continua abrindo sábado e domingo, operando como bancário e sem acordo e começa a cobrar dos sindicatos que querem o acordo, então é uma questão de tempo para os outros assinarem também.

Outro acordo com o Hsbc que dá o que falar é do processamento de papéis dos pontos automáticos, máquinas, que na maioria é terceirizado esse serviço nos outros bancos e nós negociamos com o Hsbc sem terceirizar, mas como o serviço tem fluxo muito variável e esse negócio de pagar hora extra acaba sem pagar mesmo ou coloca contratado lá trabalhando até por dois, então nós contratamos um *part-time* por proposição do banco, agora funciona todo mundo com acordo passando pelo sindicato, isso é que é o importante só que tem sido muito criticado. Só que eu sei que a gente só tá sendo bucha de canhão para quem vem logo atrás e logo vai assinar também, só que agora tem medo de enfrentar as críticas, é só uma questão de tempo<sup>238</sup>.

---

<sup>238</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

O acordo citado acima<sup>239</sup> regulamenta o trabalhador horista, já comum nos locais de trabalho, e acrescenta aos debates do esfacelamento da jornada, ou ainda da sua nova regulamentação fragilizada, a desconstituição relativa do piso salarial da categoria. Na cláusula segunda do acordo coletivo nacional dos bancários consta, verificado entre 1986 e 2003, a vinculação entre a jornada e a remuneração mínima pelo trabalho bancário: “Durante a vigência desta Convenção, para a jornada de 6 (seis) horas, nenhum bancário poderá ser admitido com salário inferior aos seguintes valores...”. Questionado sobre o desmonte da jornada e do piso pelo acordo do *part-time* o dirigente sindical afirma ocorrer o contrário, pois para a jornada cria-se o referencial de 5 horas, que é o máximo diário que o temporário pode trabalhar formalmente entre segunda e domingo<sup>240</sup>, e para o piso fica estabelecido um incremento de 15% e não sua abolição, bastando observar o valor da hora<sup>241</sup> e multiplicar por 132, que é o total legal de horas de trabalho dos bancários no mês.

São possíveis ainda inúmeras outras considerações sobre a relação jornada e piso salarial; todavia, pelo exposto anteriormente, as práticas de flexibilização temporária entre os bancários implantam progressivamente a figura de um bancário-horista, na qual ruem tanto a regulamentação da jornada quanto do piso salarial da categoria. Se associar-se o bancário-horista à implantação unilateral dos grupos específicos de gestão que mais interessam aos bancos, os quais já participam de forma diferenciada nos lucros e resultados, pode-se sugerir então o anúncio do lançamento de um novo bancário no mercado de trabalho, consagrado pela constituição de um núcleo integrado com poucos milhares de gestores de capital e uma ampla base de prestadores de serviços que ampliam a estratificação já existente entre os terceirizados. Essa multiplicidade de referenciais nas condições do trabalho informacional nos bancos tem promovido o que Castells (1999) denominou de intemporalização do tempo laboral, ou seja, a intensa diversificação das experiências espaço-temporais no trabalho sustentadas em uma ordem simbólica que absorve e aniquila a resistência de seus agentes-operadores. Nesse contexto apresentam-se argumentos paradoxais das mais diversas

---

<sup>239</sup> Acordo Coletivo para criação do Contrato de Trabalho por Tempo Parcial. No qual contam na “Cláusula Primeira: Considera-se trabalho em regime parcial aquele cuja duração seja de no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas e no máximo 110 (cento e dez) horas por mês, limitadas a 25 horas semanais”; e “Cláusula Terceira: A jornada de trabalho do empregado contratado pelo regime de que trata o presente acordo poderá recair em qualquer dia da semana”.

<sup>240</sup> Nada impede entretanto que o bancário-horista mantenha dois contratos diferentes em distintas instituições, cumprindo assim jornada de dez horas.

variantes sobre o esfacelamento da jornada e do piso salarial da categoria, estabelecendo-os como elementos de coesão e regulamentação coletiva das relações de trabalho nos bancos, constituindo por consequência um novo *coletivo segmentado* que abrange a multiplicidade de segmentos hoje existentes entre os trabalhadores em bancos e recria identidades na fragmentação. O discurso de um outro dirigente sindical demonstra essa complexa conjugação de fatores:

Hoje não podemos mais pensar de forma corporativa, devemos pensar na sociedade, que muda muito e necessita de serviços bancários dinâmicos, somos inclusive críticos contumazes da qualidade da prestação de serviços pelos bancos à sociedade. Por exemplo antes não tinha shopping center em todo canto e hoje as pessoas passam boa parte das suas vidas dentro de um shopping, então e pra lá que os serviços bancários vão e qual é o mal de termos uma agência dentro de um shopping e abrir aos sábados, bem que aos domingos eu acho um pouco mais complicado. Desde que seja mantida a mesma jornada, se isso gera emprego e salários, poderíamos trabalhar com a idéia de os bancos contratarem só para esses casos. Então a sociedade tem necessidades como banco no final de semana, no supermercado, como cartão de crédito que demandam processamento de serviços bancários também no sábado, e domingo também, e alguém tem que processar esses serviços, então o negócio é organizar todos esses trabalhadores do jeito que der ou então o mercado vai terceirizar com trabalhadores desorganizados e perdemos tudo aí.<sup>242</sup>

Considerando-se que o discurso do dirigente citado anteriormente é comum à maioria dos entrevistados, pode-se constatar, além dos próprios acordos em curso, uma tendência de generalização das contratações diferenciadas que alteram definitivamente parâmetros de jornada e piso salarial expressos nos acordos coletivos das últimas décadas, incorporam parcelas importante dos trabalhadores precarizados sob representação dos sindicatos de bancários e, assim, reconstitui o perfil dos sindicalizados e a própria auto-representação do *ser* bancário.

Além das mudanças em torno da jornada de trabalho, poucas iniciativas recentes entre os bancários foram mais pragmáticas que a venda do anuênio e a constituição das comissões de conciliação prévia. No primeiro caso o bancário

---

<sup>241</sup> Correspondente a 1,15/132 do piso.

<sup>242</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

considerou suas dúvidas de permanência no emprego contra a garantia de uma verba imediata, e nas comissões impera o exercício do possível imediato contra as incertezas do desejável necessário. Em ambos os casos se observa que a certeza do imediato, somente viável na condição individual, desconstituiu o parâmetro das conquistas coletivas reelaborando-o como lição de um sindicalismo novo.

O adicional por tempo de serviço – ATS<sup>243</sup> teve seu fim renunciado na correlação de forças estabelecida na campanha salarial de 2000. Após várias rodadas de negociação, permeadas por protestos localizados e "paralisações estratégicas", os dirigentes bancários obtiveram um incremento na proposta de acordo<sup>244</sup> ao proporem um plebiscito nacional inédito<sup>245</sup> para decidir sobre a transigência do referido adicional conforme proposta patronal<sup>246</sup>.

Durante as discussões preparatórias do plebiscito<sup>247</sup>, a FENABAN/FEBRABAN utilizou os boletins internos e recursos administrativos regulares dos bancos para convencer os bancários demonstrando as vantagens imediatas da operação e afirmando que o direito acumulado onerava a folha e, portanto, poderia se tornar uma ameaça ao emprego daqueles com mais tempo de serviço. Os sindicatos de todo país realizaram uma intensa campanha com os lemas "Bancário, Vote Não", "Direito não se vende" e "Onde passa um boi passa uma boiada", envolvendo a ampla distribuição de material de divulgação explicativo sobre a importância da manutenção do direito pago aos bancários há 37 anos. Participaram da consulta 127 mil bancários e

---

<sup>243</sup> O ATS foi conquistado em 1963 e correspondia a uma verba mensal de caráter salarial de R\$ 8,41, aproximadamente 1% do piso da categoria, por ano de trabalho do empregado no banco (valor referente à Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 99/00).

<sup>244</sup> O índice de reajuste salarial passara de 5% para 7,2% (índice que ainda ficava abaixo do ICV-Dieese de 9,21% nos últimos doze meses), participação nos lucros em duas parcelas descontadas nos programas próprios de remuneração variável de cada banco e outras cláusulas já existentes.

<sup>245</sup> A proposta do plebiscito foi considerado o último recurso dos representantes sindicais para a viabilização da proposta patronal que aumentou de 5% para 7,2% o reajuste salarial dentre outras cláusulas; conforme entrevistas realizadas com um dirigente sindical e um executivo patronal, ambos membros da mesa de negociações.

<sup>246</sup> Em 2000 a proposta patronal foi a supressão da verba ATS em troca do recebimento de uma indenização média de R\$ 1.100,00. Um bancário que tivesse 10 anos de banco, cujo valor mensal era de R\$ 84,10, ou 1.009,20 anualmente, receberia em *plus* de 55% e assim a indenização proposta correspondia ao valor recebido por esse bancário em apenas um ano e meio. Além da supressão do ATN, durante a campanha a FENABAN insistiu no rebaixamento de diversas cláusulas e formalizou aos bancários suas propostas para alteração da jornada de trabalho de seis para oito horas, congelamento temporário de salários, adoção de regimes de trabalho para sábado e domingo e a redução do número de dirigentes liberados pagos pelos bancos.

<sup>247</sup> Todo o processo foi coordenado por comissões paritárias e as votações nos locais de trabalho foram acompanhadas pelos sindicatos.

a “venda” do anuênio obteve a aprovação de 62% dos votantes<sup>248</sup>, demonstrando assim resultados amplamente favoráveis à federação patronal e relativa concordância com seus argumentos, especialmente aqueles relativos às incertezas quanto à capacidade coletiva para a manutenção do adicional e a necessidade corporativa de reduzir o custo fixo da folha de pagamento.

Questionado sobre as avaliações do movimento sindical sobre a venda do anuênio, um dirigente sindical revelou uma face pouco evidente do pragmatismo que orientou o cálculo dos bancários além da obviedade da atração exercida pelo ganho inicial na indenização, a qual foi eleita o grande fator expiatório nas poucas avaliações ocorridas nos fóruns coletivos dos bancários junto com as acusações recíprocas entre correntes sobre seus duvidosos esforços pelo *não* no plebiscito. Segundo o dirigente pode-se fazer um cálculo simples se considerado que a condição modal do tempo de trabalho dos 400.854 bancários era dez anos em dezembro de 2000<sup>249</sup>. Os dez anuênios pagos mensalmente aos bancários correspondiam uma despesa anual de R\$ 404,5 milhões que deixariam de ser pagos como custo fixo na folha de pagamento; todavia o discurso dos banqueiros foi baixar custos fixos e nada foi dito sobre não aumentar custos variáveis, portanto esses valores poderiam ser realocados para a remuneração variável. Considerando-se que nos programas coordenados pelos bancos ocorre a concentração desses recursos em 25% do quadro de pessoal, chega-se à conclusão de que parte daqueles que venderam o anuênio apostaram no seu retorno quadruplicado sob outra rubrica contábil em poucos meses, mesmo que às custas dos demais 75% não elegíveis para a mutação ocorrida. Evidencia-se assim que o egoísmo de fração concentrador de salários não se exercita apenas entre os bancários e os terceirizados, mas também entre os legalmente integrados ocorre intensa disputa por recursos orientada pelo mérito dos resultados em detrimento das regulamentações coletivizadas.

Na instalação das comissões de conciliação prévia – CCP, os bancários se anteciparam à lei<sup>250</sup>, tendo sido uma das categorias pioneiras, conforme descrito por um dirigente sindical:

---

<sup>248</sup> O acordo afetava inicialmente apenas os trabalhadores dos bancos privados, aproximadamente 260.400 bancários.

<sup>249</sup> Dados do Balanço Social dos Bancos 2000, editado pela FENABAN.

<sup>250</sup> Portaria nº 329, de 14 de agosto de 2002, que estabelece procedimentos para a instalação e o funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia e Núcleos Intersindicais de Conciliação

Com o Itaú o acordo da comissão de conciliação extra-judicial é muito interessante porque não nasceu na direção do banco mas aqui mesmo na nossa base. Nasceu nos núcleos de controle de qualidade e RH, como as unidades de RH eram descentralizadas, o núcleo daqui, o gerente, nos procurou no sindicato pra discutir uma comissão, em 1996, para resolver as pendências judiciais que ficam entre os bancários e o banco, e depois de seis meses formatamos uma proposta que em 1997 foi implantada como a conciliação extra-judicial com sucesso para todos os que passaram pelo sindicato nessa proposta. A Lei mesmo só saiu em 2000 e nós já fazíamos em 1997, em 98 99 nós fechamos a convenção com a Fenaban para alguns bancos Hsbc, Bilbao, Real...<sup>251</sup>

Entre 2001 e 2003, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC firmou dezenas de protocolos de constituição de CCP com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal em diversas bases sindicais provocando a tomada de posição também na CNB/CUT, conforme relatado por outro dirigente sindical:

As CCP nós subscrevemos antes mesmo da lei, nós discutimos muito e antes mesmo da lei nós já estávamos tendo essa prática que tem solucionado muitos conflitos a favor do trabalhador. As comissões extra-judiciais nada mais são que uma oportunidade para o empregado que deixa o banco e pode evitar conflitos nos tribunais que podem demorar até 10 anos para se resolver... Esse é um ponto importante pro sindicalismo e o que tem feito a Contec avançar mais é o patrulhamento ideológico que tem dentro da CUT em as pessoas não tomarem uma posição e serem contra para não ser criticadas acabam não assumindo uma posição, e a CONTEC mesmo sendo criticada tem avançado tomando posição consultando a nível nacional os funcionários do BB e da CEF, e isso tem enfraquecido as outras mesas que ficam só numa postura de criticar e não fazer isso, não fazer aquilo. Mas agora também estão se mexendo porque o pessoal nos bancos tá pedindo pra CONTEC fazer o que a CUT é pra fazer e fica só discutindo, e aí agora tá diferente<sup>252</sup>.

---

Trabalhista. Antes da Portaria 329 as CCP já haviam sido regulamentadas pela Lei nº 9.958, de 12/01/2000.

<sup>251</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

<sup>252</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em novembro de 2001, com um dirigente sindical.

Após a expansão das CCP promovida pela CONTEC, o setor cutista firmou acordos com o Banco Itaú durante o ano de 2002 em diversas bases, tendo iniciando em Curitiba e São Paulo, e progressivamente tem generalizado a prática em diversas bases sindicais. Nos impressos sindicais, a CCP sempre foi exaltada no setor ligado à CONTEC e entre os cutistas a resistência cedeu à comemoração quando a experiência com o Banco Itaú em São Paulo completou seis meses, e uma matéria na Folha Bancária promovia a alternativa à justiça trabalhista com a manchete: “Acordos obtidos via CCV recuperam R\$ 1,8 milhão” (FB, nº 4428, de 07/11/2002).

As comissões de conciliação prévia - CCP guardam nos termos de sua definição legal que a “Comissão tem natureza privada e não integra o Poder Judiciário”<sup>253</sup>, logo não se poderia esperar outra coisa além da tentativa de deslocar e aliviar o intenso processo de judicialização dos conflitos trabalhistas ocorrida no Brasil e despolitizar as relações de trabalho. Conforme Cardoso (2003), nos anos noventa ocorreu uma explosão no número de recursos individuais nas varas da justiça do trabalho provocada por um duplo movimento de deslegitimação do direito do trabalho pelos empregadores, que o descumprem em todos os setores, e da tentativa dos trabalhadores de obter ressarcimento dos direitos lesados na relação de trabalho. Segundo o autor, a procura da justiça trabalhista revela um intenso movimento de resistência individual dos trabalhadores que ainda buscaram proteção no judiciário, a incapacidade dos sindicatos para coletivizar essas reclusões originadas principalmente nos setores precarizados e ainda uma aguda crise instaurada na ordem jurídica do país. O contraste entre o volume de reclusões e a capacidade do judiciário para apreciá-las aumentou muito o tempo previsto para o curso dos processos e deteriorou as expectativas dos trabalhadores. Nesse contexto qualquer proposta de abreviação do tempo de análise teria obtido sucesso, mesmo que para isso o trabalhador tivesse que rebaixar suas exigências de indenização pelas perdas sofridas no período reclamado.

Estando o trabalhador premido pelo estrangulamento do judiciário, as condições patronais para os acordos prévios foram ampliadas exponencialmente, razão complementar para o sucesso da proposta entre os empregadores. Questionados sobre a estratégia geral utilizada nas audiências, os gestores patronais responderam o óbvio:

---

<sup>253</sup> Art. 13 da Portaria nº 329, de 14 de agosto de 2002.

“promover o respeito aos direitos e pagar o que for justo para ambas as partes”<sup>254</sup>, tendo ficado esclarecido que o “justo para ambas as partes” seria um “meio termo” entre o que fora reclamado e aquilo que o banco se dispunha a pagar. Questionados ainda se o banco aceitaria um acordo se percebesse que o trabalhador buscava obter vantagem baseado na má-fé, apontados atos não praticados pelo banco, os gestores foram enfáticos ao responder que não, em hipótese alguma aceitar-se-ia proposta de acordo nesse caso. Realizei pois um terceiro questionamento sobre a natureza do “meio termo”, pois, se estão descartados os casos de acordos baseados no engodo, no qual o banco perderia, os acordos somente ocorrem quando reconhecida alguma irregularidade praticada pelo banco e, portanto, implicam necessariamente perdas para os trabalhadores que rebaixam suas exigências, reconhecidas pelo banco como válidas pois do contrário não haveria acordo, para que seja obtido o “meio termo”.

A explicação da natureza do “meio-termo” na comissão de conciliação é um bom exemplo de pragmatismo baseada na capacidade assimétrica dos envolvidos suportarem o prolongamento da situação de conflito. Ambos estão sujeitos a necessidades pouco comparáveis, pois o banco dispõe de seu orçamento e dos demais recursos institucionais para suportar o ônus da espera, enquanto o trabalhador dispõe de escassos recursos privados e os recursos sindicais ou judiciais à sua disposição são limitados e podem demorar muitos anos. Sob essas condições a conciliação prévia e sua estrita natureza privada torna o prejuízo do “meio termo” um ganho para o trabalhador, o qual ainda credita à empresa tal mérito. Tal conclusão tem seus impactos ampliados se verificado, conforme dados IBGE (2002), que dos 36% de sindicatos de trabalhadores urbanos que têm em funcionamento alguma CCP em sua base apenas 15% participam nas comissões, ficando portanto a participação restrita aos empregadores e aos representantes diretos dos trabalhadores eleitos para tal fim na própria empresa. Dessa forma as comissões de conciliação se constituem num importante agente do esvaziamento das condições coletivas de regulamentação do trabalho enquanto estabelecem novos parâmetros da organização de interesses dos trabalhadores referenciados na unidade corporativa e seus mecanismos de gestão dos conflitos.

---

<sup>254</sup> Mantenho gestores no genérico pois esse foi o compromisso para obter e gravar as entrevistas. Interessante observar que as respostas dos sindicalistas foram muito semelhantes, considerando “mais justo” o acordo que a contenda judicial.

A derradeira indicação da decomposição das condições sindicais para regulamentação do trabalho é o processo de implantação da participação nos lucros e resultados. Em torno da PLR os bancários tornam-se progressivamente reféns de sua própria desconstituição.

Nos anos noventa ocorreram importantes mudanças no movimento sindical condicionadas pelas condições defensivas ante o avanço de forças neoliberais e marcadas pelo desenvolvimento de um sindicalismo propositivo de caráter neocorporativo tal qual apontado por Alves (2000):

Sob o período da mundialização do capital, o espírito neocorporativo tende a assumir nova dimensão político-ideológica, intensificando-se em virtude da própria natureza da crise capitalista. Ele se transforma numa dimensão restrita de neocorporativismo social, um neocorporativismo de cariz setorial (Alves, 2000, p. 89).

As proposituras sindicais associadas à politização da regulamentação do mercado de trabalho encontraram nesse período um amplo quadro conjuntural desfavorável com intensa precarização das condições gerais de trabalho. Ante tais condições os sindicatos dedicam-se ao fracionamento de suas forças e às tentativas de influenciar na administração direta da força de trabalho, chegando mesmo a reivindicar a co-gestão do próprio capital, em sua própria lógica mercantil, como ocorre no caso dos bancários.

A luta dos bancários para a regulamentação coletiva da participação nos lucros teve como momento decisivo a fraca mobilização vivida na campanha salarial de 1995 para conquistar a recuperação salarial. Diversos bancos haviam iniciado ou ampliado o desenvolvimento de programas de remuneração variável nos anos anteriores<sup>255</sup>, baseados na participação nos resultados, e seus empregados estavam pouco motivados aos conflitos, dentre diversos outros constrangimentos, dadas as perspectivas de preservação dos salários mediante engajamento nesses programas<sup>256</sup>.

---

<sup>255</sup> A circular do Banco Real 024 B/93, de 16 06 93, orientou detalhadamente uma ampla revisão no Plano de Remuneração Variável. Documento consultado no Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP. Em 1990 o Unibanco elaborou o seu Programa de Excelência Gerencial – PEG, e o Itaú em 1991 criou o Programa Eficácia 92 como o precursor do ação Gerencial Itaú para Resultados – AGIR.

<sup>256</sup> Essa tendência seria generalizada em diversos setores econômicos de tal forma que passou a ocupar inclusive a pauta de jornais gerais como pode ser percebido na pesquisa jornalística: *Desempenho*

Ante o rápido crescimento de parcelas salariais variáveis determinadas unilateralmente pelos bancos, o movimento sindical concentrou seus esforços para obter a extensão da remuneração adicional como uma conquista para todos os bancos e, assim, aliviar a frustração de uma perda salarial acentuada no período. Dessa forma os bancários se tornaram a primeira categoria de trabalhadores no país a comemorar a inclusão da participação nos lucros na convenção coletiva nacional, isto apenas um ano após a regulamentação legal desse direito constitucional<sup>257</sup>, conforme Dieese (1996a).

A comemorada conquista da participação nos lucros contém em si fatores bastante complexos e paradoxais e se verificou rapidamente mais favorável aos bancos que aos bancários, conforme Passos (2001):

Para os bancários esta cláusula surgiu como um abono, novamente com o objetivo de facilitar o fechamento da negociação econômica, como ocorrido em 1994 com o Auxílio Cesta Alimentação. [...] Nesse sentido, apesar de a PLR ter significado inicialmente uma ampliação da participação do trabalho na riqueza gerada, quando os banqueiros deixaram de discutir a incorporação de produtividade e aumento real de salário o valor da PLR passou a compensar a inexistência dessas formas de pagamento, representando a flexibilização da remuneração ao tornar variável uma parcela do pagamento do trabalhador até então fixa. Além disso, com as regras da PLR permitiu-se que esta mudança na composição da remuneração do trabalhador passasse a ser realizada exclusivamente pelo capital, sem a intermediação dos sindicatos, fazendo com que cada empresa criasse seu próprio programa, com o objetivo de ampliar a produtividade do trabalho, intensificando a valorização do capital (Passos, 2001, p. 124<sup>258</sup>).

Os impactos da PLR no cotidiano dos bancários foram detalhados por Jinkings (2002) que analisa, indissociáveis dos seus precursores, os programas de qualidade total, e da funcionalização da mobilização física e psíco-afetiva do trabalhador na expropriação do trabalho mediante seus mecanismos de ideologização e individualização da produtividade e auto-responsabilização pelo próprio salário. Nas conclusões da autora:

---

*individual substitui razões coletivas para justificar reajustes* (Jornal Valor Econômico, 13 de junho de 2000, p. D4).

<sup>257</sup> A PL consta no artigo sétimo, inciso décimo primeiro da Constituição Federal de 1998 e foi regulamentada por MP em 1994 e tornada Lei 10.101 em 19/12/2000.

Sem dúvida, o sistema de remuneração *flexível* aperfeiçoa as formas de exploração da força de trabalho, na medida que possibilita ao capital um rigoroso controle sobre o trabalhador. Com efeito, *tudo se passa como se o trabalhador, individualmente e no seu grupo de trabalho, determinasse os próprios rendimentos*, a partir de seu desempenho pessoal e do de seus companheiros. O estabelecimento arbitrário das normas que regem o programa e das metas a serem cumpridas, o conteúdo ideológico e autoritário dos critérios que fundamentam as avaliações de desempenho, o estímulo ao individualismo e à competição entre colegas, todas as táticas de poder que permeiam tais programas ficam, muitas vezes, obscurecidas diante da necessidade imperiosa da produtividade para o capital (Jinkings, 2002, p. 167).

A mobilização do trabalhador pelos programas de remuneração variável, especialmente a participação nos lucros, pode ser também percebida no relato de um dirigente sindical sobre os limites da ação sindical e as tentativas dos sindicatos para participarem da gestão do processo:

Foi nítido que a entrada do Santander uma parte muito maior do salário passou a ser variável, inclusive nós queremos negociar especificamente os critérios e regras da remuneração variável, que para alguns chega quase a metade do salário sem que nós saibamos como é que isso funciona. Isso faz com que os gerentes e quem recebe a variável trabalhe cada vez mais, o cara entra as 8 da manhã e sai as 10 da noite e ainda não quer que o sindicato intervenha porque é assim ele está ganhando mais e não do jeito que o sindicato diz pra ele e cobra do banco, se ele tiver que ficar no acordo e fazer só as seis horas ele vai ganhar menos. Isso acontece direto com a gente e com gente boa mesmo, companheiros que a gente conhece há tempo e não dá pra bater de frente porque senão a gente perde o cara de vez porque ele mesmo diz isso, se tiver que escolher ele fala que vai ficar lá dentro trabalhando enquanto der e agüentar, e é assim que funciona para ele ganhar o dele.<sup>259</sup>

A angústia relatada pelo dirigente sindical no trecho anterior pode ser confirmada pelas pesquisas de satisfação dos bancários com os programas de remuneração variável, realizadas tanto pelos bancos quanto por institutos especializados

---

<sup>258</sup> O sublinhado não consta do original.

<sup>259</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um dirigente sindical.

contratados por entidades sindicais, conforme detalhado no capítulo dois. Várias amostragens, no caso do Banco Itaú quase um senso funcional, concluem uma ampla aprovação dos trabalhadores para tais programas sem que eles desconheçam os efeitos deletérios dos programas sobre a organização coletiva ou mesmo sobre as suas condições psico-físicas.

A mobilização dos sindicatos para manter a PLR no acordo coletivo e para influenciar nas regras dos programas estende-se por toda a segunda metade dos anos noventa, quando paradoxalmente lutam intensamente para ampliar a influência do principal fator degenerativo dos parâmetros de coletividade no seu mecanismo de regulamentação coletivas das relações de trabalho. Análise da exposição dessa disposição sindical nas 418 edições da Folha Bancária entre 1997 e 2002 revela que em 276 edições a PLR, ou o PPR, estão na pauta do jornal<sup>260</sup> e sua associação com o acordo coletivo é intensa até 2000 e perde progressivamente esta associação. Essa mudança ocorreu porque os bancários experimentaram a estabilidade da PLR no acordo coletivo e sua limitação como verba compensatória gerenciada unilateralmente pelos bancos, conforme apontado nos textos deliberativos dos congressos e conferências nacionais realizados pela CNB/CUT. A partir de 2000, acompanhando o movimento geral de reforçamento das comissões específicas de empresa, os bancários simplesmente mantêm a regulação parcial da PLR no acordo coletivo, entretanto concentram seus esforços para a influência direta nas comissões internas dos bancos tal qual pode ser percebido na fala de um dirigente sindical:

No Itaú temos uma nova diretoria de Rh um cara importado da Autolatina, tem chamado o sindicato para discutir e quer mostrar para o Roberto Setúbal que ele está resolvendo os problemas de RH do banco, o grande problema do banco na relação conosco hoje é o AGIR, que é o Ação Gerencial Itaú para Resultados, porque desde 95 com as discussões nós temos conseguido só mudanças pontuais, até hoje o AGIR é todo determinado pelo banco, todo. Agora nós mudamos um pouco e com a nova direção nós começamos a questionar a participação nas decisões do AGIR, nós queremos participar do AGIR também, de que forma esta sendo discutido, até hoje as metas, regras, normas do AGIR tudo é imposto pelo banco. Dentro do banco são 17 membros de diversas diretorias que determinam o AGIR. Nossa participação

---

<sup>260</sup> Essa proporção de 276/418 equivale a média de duas marcas na pauta a cada três edições.

nós não queremos como comissão onde ficamos em minoria, pensamos que podemos até bater chapa com o banco e quem ganhar leva a comissão<sup>261</sup>.

O sublinhado no trecho anterior é expressivo da nova disposição dos sindicalistas ante os programas de remuneração variável. “Bater chapa” significa disputar a presença na comissão do AGIR com o banco para a gestão do programa, de modo que os sindicalistas poderiam hipoteticamente eleger todos os membros, e, portanto, a gestão de um mecanismo nuclear para o capital, a participação nos lucros, estaria sendo realizada pelos trabalhadores. Seria uma grande mudança nas relações de capital os trabalhadores obterem dos financistas a sua auto-destituição do poder de destinação de uma parcela dos seus lucros, dessa forma os trabalhadores bancários fariam a gestão da incorporação, na sua própria fração de classe, de uma parcela da mais-valia que o financista reteve de outro capitalista que dela se apropriou no setor produtivo. Eventualmente os trabalhadores poderiam ainda não se apropriar dessa parcela de maisvalia sob sua gestão e socializá-la, ou mesmo devolvê-la, com os trabalhadores que efetivamente geraram tal riqueza. Porém dedicadas ao egoísmo de fração de classe, o máximo que essas experiências de participação corporativa produzem é uma condição auxiliar subordinada aos mecanismos gerais de acumulação do capital, especialmente da sua parcela financeirizada, a qual passa a contar com a intensa dedicação dos seus trabalhadores para o seu incremento e, portanto, maiores lucros e maior participação aos trabalhadores, seja da forma que for.

Os diversos fatores de degeneração da regulamentação coletiva dos salários dos bancários têm sido objeto de debate entre os dirigentes e militantes bancários nos congressos e conferências nacionais que discutem o aprofundamento de sua participação após a regulamentação governamental da participação dos empregados nos resultados das empresas no Plano de Participação nos Resultados – PPR, em dezembro de 2000<sup>262</sup>. Motivados por vantagens tributárias os bancos pressionaram os sindicatos para indicação de um representante sindical com funções marginais, conforme legislação, para compor ou formalizar a equipe de gestão parcial dos planos patronais de remuneração variável, tal qual expresso por um gestor patronal:

Nossos benefícios, participação nos resultados e outros são contratados com uma comissão de empregados. A participação do sindicato foi possibilitada

---

<sup>261</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>262</sup> Lei nº 10.101, de 19/12/2000.

há três anos, quando o acordo foi feito, e o sindicato tinha a posição de não participar dessas comissões, e assim fechamos entre nós, e agora comunicamos sempre o sindicato, protocolamos, mas sem a participação propriamente<sup>263</sup>.

A proposta patronal forçava os sindicatos a um posicionamento entre uma participação secundária, e simplesmente legitimadora do processo, ou a rejeição global e a conseqüente mobilização para mudanças radicais. Premidos pela baixa capacidade de mobilização para qualquer ação de rejeição da proposta em função da adesão dos funcionários nas empresas, fator suficiente para o funcionamento das comissões, o isolamento da posição dos sindicatos era iminente, conforme expresso em texto deliberativo da III Conferência da CNB/CUT realizada em julho de 2001:

Aos sindicatos, federações e CNB, cabe o papel primeiro de alterar esta tentativa dos banqueiros de deixar os sindicatos à margem da contratação de parcela importante da remuneração dos bancários. Ao movimento sindical cabe ainda fazer o debate dos reflexos desta contratação de PPR na remuneração e condições de trabalho. [...] pois a maior fragilidade deste debate é a omissão dos sindicatos em discutir e enfrentar este problema enquanto milhares de bancários estão contratando direta e individualmente parte de sua remuneração com os banqueiros. Este processo vem culminando com o distanciamento dos sindicatos frente à representação que lhes cabem. ...neste caso o bancário fica órfão do sindicato e no meio de duas situações: ou cumpre a meta ou é demitido (Resoluções da III Conferência Nacional dos Bancários da CNB/CUT, julho de 2001, p. n/d).

Ante a ameaça de isolamento e a constituição legal das comissões com a participação apenas dos empregadores e de representantes dos empregados, os sindicatos cutistas formalizaram um discurso envergonhado e optaram por participar das comissões de PPR seguindo as orientações da III Conferência:

Este processo poderá trazer avanços no diálogo e representação dos sindicatos frente à categoria. ...Os sindicatos poderão também ter um diálogo mais próximo com o extrato da categoria que tem renda superior a média nacional... Sendo assim, é preciso estabelecer alguns parâmetros para participação dos sindicatos no processo de contratação da PPR, respeitando as especificidade de cada banco:

---

<sup>263</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

1) Que o plano de PPR não seja inferior ao já contratado na CCT, quanto à PLR; 2) Que o plano de PPR não coloque em risco a extinção ou substituição da PLR; 3) Que o plano de PPR seja por prazo determinado de 12 meses à 24 meses; 4) Que a comissão tenha mandato vinculado ao acordo de PPR; 5) Que as próximas eleições de comissão representante dos empregados tenha participação dos sindicatos e da CNB em todo o processo; 6) Que sejam garantidas as informações básicas aos sindicatos; 7) Que não haja meta individual aos empregados; 8) Que o debate sobre a proposta de comissão e aprovação do plano seja apresentada e debatida em fórum nacionais tais como: Executiva da CNB, Executiva Nacional ou Conselho Nacional da CNB; 9) Criar comissão paritária para discutir o tema com a FENABAN (Resoluções da III Conferência Nacional dos Bancários da CNB/CUT, julho de 2001, p. n/d).

O trecho assinalado acima denuncia o inequívoco desgaste dos mecanismos de contratação coletiva provocado pela participação nos resultados contratada na empresa. A deliberação dos bancários foi participar das comissões e procurar a federação patronal para, então, instituir uma comissão com objetivo de discutir as experiências em curso entre sindicatos e empresas. A tentativa não se efetivou pois, embora os sindicatos e as empresas discutam suas táticas nos fóruns de organização de interesses, não debatem esse assunto em específico, já que as pautas ficam restritas às querelas da genérica PLR. O influxo provocado pelas tentativas de participar da gestão dos lucros é analisado por Passos (2001) que apresenta a seguinte conclusão da trajetória dos bancários:

Dessa forma, com a PLR, desloca-se o olhar do trabalhador bancário da negociação nacional – da qual dependia em grande parte para a manutenção e ampliação dos seus ganhos econômicos –, para o desempenho do banco em que trabalha. Desta forma, desloca-se para as empresas o principal item que tem pautado a negociação coletiva em termos salariais, sem que haja participação sindical ou mesmo do próprio trabalhador nessa discussão, já que em geral os espaços de representação das Comissões no interior dos bancos ainda é bastante reduzido (Passos, 2001, p. 131).

Após 2001, a PLR se manteve nos acordos coletivos como verba compensatória, tal qual fora criada, e as comissões de PPR formadas com diversos bancos debatem os critérios de lucro *versus* rentabilidade como referenciais para os pagamentos, critérios de avaliação de desempenho e elegibilidade, metas e outros

pontos, na tentativa de influenciar os programas de remuneração variável, especialmente na distribuição interna da participação de lucros e resultados. Entre conflitos, ameaças de abandono de uma ou outra comissão, denúncias de manipulação de informações pelos bancos e reivindicação de maior participação, os bancários estampam nos boletins sindicais manchetes comemorativas de alguns avanços, tal qual passar de um para dois representantes sindicais entre os doze da comissão PPR do HSBC, e anunciam antecipações de valores como importantes conquistas dos representantes sindicais nas comissões. Todavia a precariedade da intervenção sindical pode ser facilmente percebida no comunicado a seguir:

Na reunião realizada no dia 27 de dezembro, os representantes dos Sindicatos não assinaram o contrato de PPR para o primeiro semestre de 2002. "O movimento Sindical entendeu que não houve uma discussão mais aprofundada sobre as metas. Infelizmente, muitos dos que participam da Comissão de PPR têm medo de manifestar-se e, cá entre nós, quem é que vai querer se indispor com o Banco?" [...] " Assuntos como o superperformance, pagamento trimestral para alguns, falta de informações e as grandes diferenças entre os que ganham mais e os que ganham menos merecem ser aprofundados" finaliza... (Comunicado Eletrônico da Comissão de Empresa do HSBC, divulgado em 03/01/2002 e obtido na <http://www.fetecpr.org.br/comissao/noticia> em 16/02/2003).

Essas experiências dos bancários na luta pela participação nos lucros, ao contrário de apontar para a redistribuição de uma parcela da mais-valia retida pelos financistas, têm reforçado a particularização das relações econômicas. Isto porque a participação dos trabalhadores nos lucros rompeu com uma dinâmica própria do capital e passou a contar com o interesse ativo desses trabalhadores numa relação exclusivamente capitalista, pois o componente fundamental do lucro bancário, os juros como um mero resultado de possuir dinheiro como propriedade fora de qualquer processo real de produção, é um fator estruturante da relação de expropriação entre capitalistas, conforme detalhado em Harvey (1990), e não entre capitalistas e trabalhadores. Adicionalmente sob a ótica dos interesses dos trabalhadores, uma vez realizada a venda da sua força de trabalho e tendo recebido por ela, é secundário se a mais-valia vai ser embolsada pelo rentista fundiário, pelo empregador capitalista ou pelo rentista financeiro, conforme Marx (1987). Porém, para os bancários, passou a fazer uma diferença primária que a parte retida pelo financista na expropriação dos

demais capitalistas seja ampliada para garantir sua participação formal nos resultados, mesmo que ela seja precariamente distribuída de modo assimétrico sob controle do capital através da parcela variável da remuneração.

Dessa forma, o egoísmo de fração levou os bancários, assim como todos os trabalhadores, a uma emancipação solitária na relação de trabalho que se realiza na individualização da contratação de metas, rentabilidade, lucros e resultados a serem alcançados em um determinado período, correspondendo sobremaneira com os apontamentos de Marx (1995) sobre as contraditórias conquistas dos trabalhadores no estágio avançado da subsunção real do trabalho no capital. Da mesma forma encontra-se correspondência para os apontamentos Hilferding (1973) sobre o *novo* papel dos lucros nas experiências do século XIX: “Os empregados separados do ponto de vista proletário colocam suas esperanças na ampliação do capital, convertem-se pois em prisioneiros de sua ideologia” (Hilferding, 1973, p. 395). No caso dos trabalhadores em bancos, tal ideologia está amalgamada pelas formas de gestão do trabalho bancário, constatadas por Jinkings (2002) em suas pesquisas, e na prática sindical apontada anteriormente.

Observada a reconstituição do estoque de emprego entre integrados e precarizados, os novos parâmetros para jornada e piso salarial da categoria, os cálculos pragmáticos de risco da ação coletiva e ainda a reconstituição dos parâmetros de luta pela própria remuneração do trabalho, verifica-se que por tais movimentos degeneram-se as condições de regulamentação coletiva do trabalho bancário e ampliaram-se as tendências de concorrência intraclasse. Consagraram-se assim conquistas caracterizadas pela solidariedade fechada, a partir da qual negocia-se vantagens declinantes para os remanescentes condicionadas à aceitação da precarização progressiva, ou mesmo exclusão, de parcela da massa salarial, tal qual apontado em Offe (1994) e observado também por Castro (1995) ao analisar o sindicalismo latino americano:

...os sindicatos, debilitados em seu poder de pressão e de mobilização, têm negociado seu ‘consentimento’ em troca da manutenção de alguns dos principais instrumentos para a sua sustentação orgânica, aproximando-se muito do exemplo mexicano - a dualidade entre uma estrutura sindical centralizada e verticalizada e a flexibilização das regras trabalhistas e dos contratos coletivos (Castro, 1995, p. 135).

A desconstituição das condições gerais para a regulamentação coletiva das relações de trabalho demonstrada aqui evidencia o avanço da capacidade patronal para o

radical convencimento dos trabalhadores à dedicação para a acumulação contínua do capital e o conseqüente envolvimento das organizações representativas dos bancários no mesmo sentido. Os financistas reduziram a capacidade dos bancários para provocar, através da coletivização das formas de contratação do trabalho<sup>264</sup>, as contradições inerentes ao processo de acumulação e ampliaram, portanto, sua capacidade de subsunção real do trabalho no capital.

## **2.2. A endogenia das relações negociais entre banqueiros e bancários**

A acelerada decomposição dos mecanismos coletivos de contratação das relações de trabalho compõe, na condição de produto e produtor<sup>265</sup>, a supressão de meso-referências transcorporativas nacionais e a constituição de duas variantes de organização, uma com características microcorporativistas que se realiza no ambiente formado entre empresas e comissões de empregados, e outra que tenta articular os interesses dos trabalhadores de um mesmo grupo financeiro nos diversos países em que atua. Serão discutidas, a seguir, as diversas variantes desses movimentos conjugados e seus impactos sobre o movimento sindical.

A organização dos trabalhadores bancários em comissões de empresa é bastante antiga, pois desde 1950 é possível observar panfletos sindicais relatando experiências bem sucedidas e estimulando a formação de comissões de banco como a principal tática de resistência dos bancários aos ataques à organização sindical ocorridos na época<sup>266</sup>. Além disso, durante o regime ditatorial pós-golpe de 1964, a resistência dos bancários ao governismo sindical e a constituição do novo sindicalismo deu-se referenciada nas comissões de banco, portanto não se trata de um fenômeno novo mas sim de demandas e oportunidades geridas por essas comissões que pouco estiveram

---

<sup>264</sup> Extensa análise da capacidade de contratação coletiva promover uma “torção” nos mecanismos de ocultação da dominação operantes no direito burguês, fundamentalmente a individualização do contrato de trabalho, é realizada em Boito Jr. (2001).

<sup>265</sup> Seria inócuo apontar uma relação de causa-efeito entre a degeneração dos mecanismos coletivos de contratação e a dimensão assumida pelas comissões de banco, ambos são fenômenos interdependentes e retroalimentadores.

colocadas anteriormente. As primeiras grandes mobilizações dos anos oitenta guardam a gênese das atuais comissões de empresa, conforme relatado por um dirigente sindical:

Entre 85 e 89 iniciamos a febre dos comandos de banco, basicamente pela CUT porque eles não tinham sindicatos e não concordavam com o jeito que os sindicatos e a CONTEC mobilizavam os bancários, respeitando a organização sindical unificada, sem dividir. Então o pessoal da CUT quis comandar paralelamente e organizaram os comandos dos bancos, e fizeram jornal, as greves e tudo por banco sem respeitar o que a gente tinha de organização legítima<sup>267</sup>.

O trecho anterior é uma visão particular que merece ser complementada com a história das mobilizações dos bancários, conforme já exposto no capítulo um. Considerando a própria natureza da agremiação sindical, cujo motriz do convencimento para a ação está associado tanto à necessidade quanto à confiança depositada nos líderes do movimento, deve-se observar, portanto, que a mobilização dos bancários dependia de um agente reconhecido no local de trabalho e depositário das expectativas desse trabalhadores. Esta foi fundamentalmente a função dos comandos de banco nos anos oitenta e início dos noventa, quando tais comissões foram o principal fator de sustentação das mobilizações ocorridas e o principal fiador dos acordos coletivos delas decorrentes, o que institui as comissões e os acordos coletivos como fatores indissociáveis nesse período.

A organização das comissões negociais específicas, as práticas de negociações micro-corporativas e as proposituras de sindicato por empresa que surgiram nos próximos anos foram potencializadas pela intensa redução do número de trabalhadores em cada local de trabalho e a incapacidade do sindicalismo bancário na reelaboração de seus mecanismos de organização por local de trabalho. Enquanto o número de agências permanecia inalterado entre 1986 e 2002, o número de trabalhadores formalmente bancários foi reduzido a menos da metade nesse período, conforme demonstrado no quadro abaixo:

---

<sup>266</sup> Folhetim *O Bancário*, editado pelo *Órgão da Comissão Provisória Pró-aumento de Salário* em março de 1950.

<sup>267</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em novembro de 2001, com um dirigente sindical.

**QUADRO 08: NÚMERO MÉDIO DE BANCÁRIOS EM AGÊNCIAS ENTRE 1986 E 2002**

Ano (dez)	Nº agências	Nº bancários	Bancários /agência
<b>1986</b>	17.115	842.188	<b>49,2</b>
1988	16.228	802.598	49,5
1990	20.009	750.744	37,5
1992	17.837	679.232	38,1
1994	17.400	643.536	36,9
1996	16.583	524.313	31,6
1998	16.002	420.218	26,2
2000	16.396	402.425	24,5
<b>2002</b>	17.049	379.433	<b>22,2</b>
Variação 86 / 02	- 0,3 %	- 54,9 %	- 54,8 %

Fonte: CAGED/MTb (Lei 4923); BACEN: Boletim Abril 1994, Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 – Q10, Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q10, Relatório Anual de Dezembro de 2000 - Q10, Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q6.

Elaboração: IN Amorim (1995) / atualizado por Ivan Jairo Junckes

Se forem consideradas, nesse contexto de poucos - e bem ideologizados - bancário por agência, as alterações no perfil do quadro de pessoal dos bancos<sup>268</sup>, as demais mudanças ocorridas nas formas de gestão do trabalho bancário, tal qual detalhado em Jinkings (2002), as alterações nos parâmetros identitários desses trabalhadores e ainda a aguda obsolescência dos mecanismos de organização por local de trabalho<sup>269</sup>, encontrar-se-á um quadro geral dos fatores determinantes para desenvolvimento das propostas que reelaboraram o papel das mobilizações por empresa.

<sup>268</sup> Em 1993, 61% dos empregados eram caixas ou escriturários e apenas 7% eram técnicos de nível superior, em 2002 essa relação passa para 35% e 21% respectivamente. As demais participações relativas são referentes ao gerentes e chefes. Dados do Balanço Social dos Bancos – FENABAN, edições de 1993 e 2002.

<sup>269</sup> Em todos os sindicatos pesquisados os mecanismos de organização por local de trabalho – OLT, especialmente os delegados sindicais, são restritos a poucas experiências remanescentes no BB ou CEF. A organização informal, ou mesmo clandestina, de militantes em bancos privados é cada vez mais estranhada à prática sindical. Em duas ocasiões nas entrevistas, a comissão de empresa - COE, negocial do PLR e outros pontos “específicos” como já detalhado anteriormente no texto, foi citada como depositária das expectativas de recuperação da organização por local de trabalho. O mais estranho, entretanto, é a realização, ou mesmo contratação de institutos especializados, de pesquisas de opinião pelas comissões de empresa para “subsidiar a COE com informações que possibilitem identificar as principais reivindicações e qualificar a Comissão nas negociações com a direção do Banco” (trecho de informe, e 30/09/2002, da CNB/CUT aos sindicatos onde a confederação “solicita às entidades sindicais a aplicação do questionário que visa medir junto aos funcionários do BBV a satisfação com o banco”, obtido em <http://www.cnbcut.com.br/popup.php>, em 11/10/2002).

Dessa forma o papel dos comandos de banco alterou-se profundamente, e o declínio das mobilizações gerais diretas, o esvaziamento dos parâmetros coletivos de contratação e a preponderância de mecanismos de defesa concorrentes entre os estratos da categoria foram objeto de deliberação no II Congresso dos Bancários da CNB/CUT, conforme o texto seguinte:

Estamos assistindo um lento e seguro processo de esgarçamento dos direitos conquistados pela ação direta dos sindicatos nos últimos anos. E, conseqüentemente, uma diminuição da capacidade de liderança deste processo frente aos trabalhadores.

Segundo nosso entendimento, poucas e ineficazes são as respostas que se pode adiantar para inversão desta tendência de perda da efetividade das normas contratadas. Talvez o único lenitivo às nossas preocupações, é que este processo é de longo curso. Entretanto, não podemos deixar de pensar que tal tendência já é, por si, irreversível. Quanto a uma única resposta factível ao momento que estamos vivendo, no entanto, estamos seguros: é necessário uma inversão da preponderância das negociações centralizadas. É fácil perceber-se que através da mesa unificada de negociação será muito difícil formalizar-se respostas com novas conquistas de normalizações protetivas para realidades ainda fugidias. Estamos dizendo que é preciso desenvolver-se rapidamente as negociações por empresa (Resoluções da II Conferência Nacional dos Bancários da CNB/CUT, junho de 1997, p. n/d).

A deliberação dos bancários deixa poucas dúvidas sobre as determinações desse processo quando se lê “é necessário uma inversão da preponderância das negociações centralizadas... Estamos dizendo...”. Os bancários decidiram, ante os constrangimentos e possibilidades já apontados, intensificar determinado perfil negocial das comissões por empresa e assim o fizeram. Nos anos seguintes foram recorrentes as deliberações no sentido de esclarecer que embora as negociações ocorressem no âmbito das empresas, as comissões deveriam limitar a sua atuação às especificidades de cada banco para não ameaçar a convenção nacional dos bancários<sup>270</sup>. Os conflitos foram crescentes, conforme relatado por um dirigente sindical:

---

<sup>270</sup> Passos (2001) destaca que os temas negociados nas comissões, tais quais seguro-saúde, auxílio-educação, isenção de tarifas, emprego e remuneração variável pouco, ou nada, têm de específico pois são discutidas em todos os bancos. A especificidade alegada para as comissões foi um recurso de linguagem para contornar as críticas de alguns setores do movimento, embora, conforme entrevistas realizadas, os membros das comissões estivessem convencidos que negociavam efetivamente apenas as especificidades referentes a cada item.

No começo a comissão era para uma coisa bem diferente, era para cuidar da mobilização na empresa, agitação, organização interna, cipa, delegados sindicais, assim. Com o tempo é que passou a ter caráter negocial e a negociar pontos importantes da pauta geral com a motivação de que isso era específico, e foram se formando mesas de negociação que enfraquecem sem dúvida a mesa nacional que negocia a convenção nacional e as especificidades ficam por conta de cada comissão, com o tempo a especificidade é que começou a interessar, o pessoal parece que agora espera fechar a convenção para daí dizer que vai negociar porque na campanha mesmo não tem saído muita coisa, por exemplo se você perguntar para esse pessoal que tá aí fora na fila da escada com a cartinha na mão a resposta vai ser mais ou menos assim<sup>271</sup>. Então a questão é quando a comissão começa a passar por cima do sindicato ou da executiva nacional, aí dá briga mesmo como aqui já deu algumas vezes quando o sindicato era chamado para assinar o que a comissão negociava, agora já revertemos isso mas tem sido assim o tempo todo<sup>272</sup>.

Apenas os raciocínios mais ingênuos ou capciosos poderiam alimentar expectativas positivas para a tríplice combinação entre as negociações diretas com os bancos, a pretensa centralização dessas negociações nos sindicatos e ainda o fortalecimento da contratação coletiva nacional<sup>273</sup>. O cumprimento dessas disposições não dependia do compromisso assumido entre os dirigentes, pois seu rompimento estava sendo provocado pela exigência contínua dos trabalhadores para que seus

---

<sup>271</sup> O entrevistado refere-se a uma longa fila formada por bancários para entregar a manifestação de oposição ao desconto da taxa negocial referente à campanha salarial de 2001. Neste caso a correspondência de alguns dados provoca interessante problemática relacionada aos impactos das comissões de empresa. O número de bancários não sindicalizados que após oposição ao desconto de R\$ 33,16 foi de 1.887, dos quais 1.561 empregados eram do HSBC, 90 do Bradesco, 67 do ABN e os demais em menor número. A comissão de empresa do HSBC é a mais antiga entre os bancos privados e seus membros estavam em processo negocial com o banco sobre os itens “específicos” da convenção coletiva. Sem dúvida uma multiplicidade de fatores concorrem para o fato de 82% das negativas terem origem no HSBC, todavia os recorrentes argumentos dos sindicalistas para explicarem o fenômeno crescente dos últimos anos, especialmente dedicados a apontar a administração do banco no papel de instigadora de tal oposição manifesta pelos empregados, merecem ser revistos considerando a possibilidade dos bancários conferirem progressivamente à comissão de empresa, COE/PPR, o papel negocial de seus direitos e, portanto, estarem menos suscetíveis ao apelo sindical para o financiamento da negociação nacional.

<sup>272</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em outubro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>273</sup> Tal qual deliberado no III Congresso dos Bancários da CNB/CUT: “Colocar como eixo de sua estratégia de ação a construção de UM SISTEMA ARTICULADO DE CONTRATAÇÃO COLETIVA, o que implica o fortalecimento da Convenção Coletiva Nacional e a inclusão de todos os bancos nessa negociação- e a negociação de acordos coletivos por bancos que não poderão ser menos que a convenção, mas sim estabelecer condições específicas para os trabalhadores desses bancos, refletindo assim as diferenças de porte, lucratividade e produtividade de cada banco”.

representantes sindicais negociassem as propostas patronais sob risco de serem substituídos, ou mesmo destituídos. A pressão era alimentada diretamente pelos bancos, conforme declaração de um executivo patronal:

Eu penso que sim, tanto que o Itaú já tem vários acordos específicos, na Comissão de Conciliação Voluntária foi pioneiro com a FEEB/SP e com a CONTEC. A questão não é só querer ou não querer acordo específico e ficar discutindo eternamente enquanto a realidade corre na nossa frente, é uma necessidade porque tem-se problemas específicos. Eu até acho que a convenção coletiva e a data-base vai continuar, isso eu não acho que vai ser tão já que se desfaz, porque é ainda importante para os bancos também esse mínimo. De toda forma tem-se atividades próprias das mudanças do sistema que implicam diferenciações de banco para banco e o banco precisa contratar diferenciado. Nós estamos discutindo muita coisa com os sindicatos, ainda não tem acordo mas tem muita coisa específica sendo discutida, estamos caminhando a curto/médio prazo para acordos específicos. Só é ruim quando um ou outro sindicato vem com aquele papo de que não poderia fechar algo conosco porque isso ou aquilo, logo o próprio sindicato vai sentir que perde mais que o banco com isso e aí vai pedir para negociar, porque é claro, nós estamos discutindo com os funcionários uma série de dados que antes não discutimos e que seria para discutir só com o sindicato, nós sabemos que precisamos preparar muito bem o ambiente interno antes de propor a negociação só entre nós. Para nós é interessante sem dúvida essa parceria, esse contato mais próximo com nosso próprio discurso, mas ainda tem muitas coisas a serem observadas. Os próprios sindicatos estão se acordando para essa parceria, se não acordar também... fecha né, o jogo é esse pô<sup>274</sup>.

As posturas patronais relatadas no trecho anterior proliferaram entre 1997 e 1999 em função da intensificação da concorrência interbancária provocada pelo ingresso dos bancos estrangeiros de varejo no país e pela concentração em curso entre os bancos de controle nacional. Questionado sobre as possibilidades de avanços na contratação diferenciada por empresa, um outro executivo patronal sindical evidencia as perspectivas motivações patronais:

Os estrangeiros tem o interesse de intensificar essa dinâmica, nós discutimos muito isso e concluímos que a negociação coletiva não se opõe à negociação

---

<sup>274</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo patronal. Mantive a longa citação pois ela é bastante elucidativa da tática patronal.

localizada na empresa. A negociação coletiva no segmento cria uma competição mais justa, padrões de remuneração que ajudam a todos. Depois dessa negociação você pode estender para as empresas, como as Comissões de Conciliação Prévia por exemplo, trabalho aos domingos, banco de horas, jornada parcial, são específicos porque cada banco tem uma necessidade diferente; e os bancos estrangeiros vão muito nessa linha: negocia-se o que é de interesse geral e negocia-se o específico conforme a necessidade e o interesse de cada um. E muitas vezes as negociações de empresas podem ser transformadas em convenção coletiva: trabalho aos domingos, conciliação prévia, as comissões internas de PLR ou PPR, como temos em vários bancos dessa forma. É uma negociação que o banco faz diretamente, chama o sindicato e oferece vagas para o sindicato participar mas a negociação é com a comissão formada na empresa<sup>275</sup>.

As citações anteriores evidenciam vários aspectos da tática patronal para subverter as disposições sindicais, apontadas anteriormente, e promover a legitimação da prática negocial na empresa, ou seja, estabelecida a dinâmica de negociação microcorporativa, o representante sindical torna-se um agente de colaboração e conveniência conforme sua capacidade de mobilizar seu reconhecimento na defesa dos pontos acordados na negociação.

Tal dinâmica de competição interbancária e influxo das práticas negociais tem promovido alterações também na federação patronal, FENABAN/FEBRABAN, que teve sua composição bastante alterada<sup>276</sup> no período, e sua influência no processo negocial diminuída, provocando diversas, modificações internas conforme Minella (2001). O enfraquecimento dos principais agentes diretos da negociação coletiva, CNB/CUT e FENABAN/FEBRABAN, tem alimentado perspectivas de criação de sindicatos por empresa, conforme já apontado na citação anterior, e tem sido um tema freqüentemente suscitado pelos bancos conforme declaração dois dirigentes sindicais:

O banco [HSBC] já disse que quer, já apresentou pra gente a proposta de negociar mesmo, se a gente topasse se isolar da comissão nacional teríamos que enfrentar entraves jurídicos, mas sempre teria jeito de fundar um novo

---

<sup>275</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

<sup>276</sup> Em 1993 apenas um representante de banco estrangeiro listava-se entre os treze membros da diretoria executiva do órgão; em 2000 essa participação passou para quatro entre os onze bancos privados membros da executiva. Entre os 36 membros do conselho deliberativo de 1993 havia apenas cinco

sindicato, migrar o pessoal do banco para lá e de um jeito ou outro acabaria negociando e pronto e o resto viria de arrasto, e o banco já disse que topa o desafio e fazer inovação nisso, é claro que eles topam porque hoje seria bem fácil, favorável para o banco...<sup>277</sup>

No Itaú o pessoal adoraria que o sindicato negociasse somente com o banco, se fosse sindicato de todos os bancários ou sindicato só do pessoal do Itaú acho que não fazia muita diferença, mas negociar direto e só com o banco o pessoal adoraria, poderia ter até um sindicato geral para negociar um mínimo para todos mas só o macro, as coisas do banco seria direto mesmo entre o pessoal que entende do banco<sup>278</sup>.

As proposituras patronais relatadas nos trechos anteriores encontram correspondência entre dirigentes sindicais sob discursos bastante sinuosos, conforme expresso por um dirigente sindical:

Nós, da Cut, somos radicalmente contra o sindicato por empresa, uma por ideologia claro e outra porque nossa OLT não é nada hoje, o controle desse processo ficaria na mão do banco e a gente correndo atrás, como no Chile e México já dão conta para saber onde vai dar. Temos certeza que a convenção coletiva deve ser mantida articulada para todo o país sem sindicatos por empresa, *agora* na situação que a gente tá ela pode ser fracionada e daí talvez tenhamos que mudar a estratégia de manter convenções coletivas nacionais talvez por banco mas contratadas por um único sindicato que assine os diversos contratos com os diversos bancos naquela região /. [entrevistador: *então teria convenção por banco e por região?*] Não assim por região diferente a convenção, a convenção seria uma só, só que contemplando as diferenças enormes que precisam ser mediadas pelos sindicatos que representem a sociedade também e daí não cabe uma só sociedade no Brasil todo, somos muitos brasis, nós temos o sindicato envolvido com toda a cidade, as especificidades regionais devem se refletir na organização dos sindicatos<sup>279</sup>.

A propositura expressa no trecho anterior provoca uma tempestade cognitiva ao leitor pouco habituado com as manobras do discurso sindical ao afirmar a

representantes estrangeiros; em final de 2003, gestão 2004-2007, o número de representantes de bancos estrangeiros era a metade entre os bancos privados membros do conselho diretor.

<sup>277</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em outubro de 2002, com um dirigente sindical.

<sup>278</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>279</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um dirigente sindical.

unidade da convenção e dos sindicatos e simultaneamente indicar a contratação de convenções regionais por banco articuladas sob uma mesma entidade sindical. O mesmo discurso controverso de centralização sindical, verificado quando foram instaladas as comissões de empresa, agora se apresenta reciclado nas idéias constituintes das convenções regionais por banco, estabelecendo uma perspectiva que completaria a multiplicidade generalizada na organização de interesses entre bancários e banqueiros. A trajetória para a constituição das convenções regionais por banco, e conseqüentemente sindicatos por empresa, sugerida no trecho anterior foi objetivada por um executivo patronal da seguinte forma:

No Brasil negociação e representatividade se confundem historicamente com o sindicalismo, com os sindicatos, o que os trabalhadores não perceberam ainda é que podem ter muito mais representatividade e negociações muito melhores, mais favoráveis tendo comissões ligadas diretamente à empresa sem necessariamente negar sua história, tem sido assim em muitas empresas no mundo. Na verdade em razão da legislação interna do Brasil não temos o horizonte de ter sindicato por empresa diretamente como temos nos outros países, uma comissão interna aqui não quebraria essa hegemonia, entretanto o sindicato por empresa pode tranqüilamente compor essa representação sindical sem se confrontar, mas suplantar acho que não por enquanto porque o conflito não interessa a ninguém. Com o tempo ficará claro para os sindicatos que ocorrem políticas internas ou planos bem mais favoráveis quando se conhece diretamente as condições do banco e participa delas<sup>280</sup>.

Ambas as declarações transcritas anteriormente apontam para uma transição entre o atual modelo sindical que garante a representatividade às entidades legalmente constituídas e a progressiva instalação de mecanismos de negociais por empresa nos quais incluem-se a regionalização e a institucionalização das comissões específicas de negociação, das quais as atuais COE e PPR destacam-se como precursoras. Tal dinâmica encontra correspondência em outras iniciativas ainda tênues de organização internacional por empresa intensificadas nos últimos anos entre os bancários.

A reestruturação do sistema financeiro nos anos noventa, e especialmente o ingresso dos bancos estrangeiros de varejo no Brasil, foi determinante para a

---

<sup>280</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em novembro de 2001, com um gestor patronal de relações trabalhistas.

reorganização dos bancários no sindicalismo internacional<sup>281</sup>. Sob influência da filiação da Central Única dos Trabalhadores – CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres – CIOSL em 1992 e sob demanda de diversas entidades sindicais estrangeiras, as quais buscavam também se articular em função da transnacionalização do capital financeiro, a CNB/CUT intensificou suas relações internacionais a partir de 1995 participando das atividades preparatórias para a I Conferência Mundial dos Bancários, realizada em Genebra em julho de 1997, organizando a Conferência sobre Bancos Estrangeiros na América Latina, realizada em São Paulo em agosto de 1998, quando se constituíram as comissões internacionais de trabalhadores nos três grandes bancos estrangeiros de varejo no Brasil, o HSBC, o ABN-Amro e o Santander para sediar a I Conferência Mundial da UNI-Finanças, realizada em agosto de 2002 no Rio de Janeiro, com o tema geral *Sindicalismo sem Fronteiras*.

As comissões de bancos estrangeiros organizadas na CNB/CUT e apoiadas pela setorial da *Union Network International* – UNI<sup>282</sup>, a UNI-finanças, da qual a confederação brasileira é uma das coordenadoras, participaram de diversas campanhas internacionais de combate à extrapolação da jornada de trabalho legal, na promoção de capacitação profissional e igualdade de oportunidades. Além das atividades de organização setorial, as comissões coordenadoras dos bancos estrangeiros têm obtido destaque nas discussões sobre o sistema financeiro nas rodadas do Fórum Social Mundial – FSM e outros eventos internacionais de elaboração de políticas de enfrentamento às políticas mundiais de precarização das condições gerais de vida coordenadas pelas principais corporações capitalistas mundiais.

A comissão coordenadora do Santander, que também organizava os trabalhadores do BBV até a aquisição das agências do Banco no Brasil pelo Bradesco em janeiro de 2003, tem desenvolvido um elevado número de atividades, especialmente após a aquisição do Banespa pelo Santander em novembro de 2000. As comissões do HSBC e ABN apresentam atividades menos frequentes e apontam como problema,

---

<sup>281</sup> As discussões sobre a organização internacional dos bancários estará restrita aos laços estabelecidos pela CNB/CUT pois a CONTEC não declara filiação a qualquer central internacional e as notícias de possíveis ações nesse sentido são pouco acessíveis.

<sup>282</sup> A CNB/CUT filiou-se à Federação Internacional dos Empregados do Comércio, Administrativos, Profissionais e Técnicos – FIET em 1992 e em 1999 passou a integrar a UNI após a fusão da FIET às outras seis federações mundiais de trabalhadores.

dentre outros, uma singular limitação operacional, conforme relatado pela representante da CNB/CUT em debate sobre as redes sindicais e a organização no local de trabalho nas empresas multinacionais:

No ABN e HSBC temos problemas, mas para uma articulação mais globalizada, por causa da língua, o desconhecimento do inglês pelos trabalhadores brasileiros dificulta a negociação. Encontramos outras barreiras também, talvez políticas, para uma intervenção mais sistemática (Observatório Social, 2002, p.13).

Além do idioma as comissões encontram outros problemas para responder às táticas de exploração dos bancos mundiais nos diversos países e em especial aquelas práticas negociais evasivas e de repressão à organização sindical, tal qual apontado em pesquisa sobre as ações do banco espanhol Santander no Brasil<sup>283</sup>:

- O Banco discrimina trabalhadores que têm maior vínculo com o sindicato e que participam de atividades e reivindicações organizadas por este.
  - Dirigentes sindicais não têm livre acesso aos locais de trabalho.
  - O Banco não cumpre muitos dos acordos específicos, alguns verbais, feitos com o Sindicato.
  - O Banco Santander no Brasil tem pouca autonomia para negociar...
- (Observatório Social, 2001, p. 9-10).

Os problemas apontados para o Santander são também relatados pelos dirigentes dos demais bancos acrescidos de políticas policiais no HSBC<sup>284</sup> e especialmente a fraca organização sindical dos empregados do ABN na Holanda e do HSBC na Inglaterra. Contudo o problema destacado por todos os dirigentes é a multiplicidade de artimanhas administrativas evasivas, nos casos de conflitos ou negociações “pra valer”, proporcionadas pela complexa mobilidade hierárquica instalada nas corporações transnacionais. Essa última variante do problema apontado pelos dirigentes resulta das condições estruturais das corporações anônimas globais e constitui o que denominei de gestores financistas sem face.

---

<sup>283</sup> Pesquisa baseada nos critérios da Organização Mundial do Trabalho – OIT intitulada *Banco Santander: comportamento social e trabalhista*, realizada pelo Observatório Social, entidade mantida pelo Centro de Solidariedade Sindical da Holanda – FNV Mondiaal com apoio da CNB/CUT e Sindicato dos Bancários de São Paulo.

<sup>284</sup> Ver o “caso do grampo”, conforme detalhado no capítulo dois.

Em diversas corporações, as conhecidas figuras dos grandes banqueiros nacionais, padrão vigente até a desnacionalização dos grandes bancos de varejo no Brasil, foram subitamente substituídas por desconhecidos financistas estrangeiros, e os bancários perderam um importante referencial de identidade, tal qual expresso no discurso de dois dirigentes sindicais:

Hoje tá muito mais difícil, antes a gente colocava um cartaz ou publicava no jornal a cara do Amador Aguiar e sempre tinha alguém que conhecia um filho, a mulher, ele circulava aqui no país e não tinha como dizer que não era com ele e ele não tinha nada a ver com isso. Quando isso acontece num banco estrangeiro vem o presidente do banco no Brasil com aquele papo de ‘Eu não vou mentir que eu tenho autonomia sim, eu respondo pelo banco aqui no país, mas nesse caso especificamente quem resolve é a matriz’, e sempre o nosso problema é esse caso do especificamente, se tivesse uma vice-presidência no Brasil pra esses especificamente tava bom, mas não tem nem aqui nem em lugar nenhum, nem na matriz porque é pra ficar assim mesmo sem resolver<sup>285</sup>.

No Itaú nós temos ainda como demonizar o Roberto Setúbal, e mesmo isso já tá difícil. Agora penso que hoje para os bancários desses bancos [estrangeiros de varejo] a referência de patrão deles é quase como um membro da *Ku-klux-klan* com aquele capuz, você nunca sabe quem está ali debaixo, atrás daquele lençol... assim às vezes é como brincar de cabra cega<sup>286</sup>.

A virtualização patronal atinge também os bancos nacionais que nos anos noventa alteraram o perfil de suas diretorias contratando executivos de diversas áreas ou países para suprir a intensa troca de titulares das diretorias, especialmente na área de RH<sup>287</sup>, conforme pode ser observado nos relatórios de administração dos maiores bancos privados em operação no Brasil.

Associado à virtualização gerencial apresenta-se também uma paradoxal, e complementar, proximidade dos gestores com os bancários para compartilhar a

---

<sup>285</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis, em outubro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>286</sup> O termo “cabra cega” refere-se a uma brincadeira infantil na qual uma criança tem seus olhos vendados e tenta, geralmente em vão, alcançar outro membro do grupo tateando o ar de braços abertos. Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>287</sup> Especificamente em RH, o HSBC é uma exceção que manteve e capacitou o mesmo gestor de RH do Bamerindus, embora as demais táticas sejam as mesmas conforme relatado pelos dirigentes sindicais.

necessidade de competitividade, para estimular a incorporação dos valores e princípios corporativos e promover o bancário-financista, conforme detalhado no capítulo anterior. O duplo desempenho da figura do gestor gera o empregador bivalente que pode estar simultaneamente ocultado pela difusa rede hierárquica e também presente em todas os momentos ao lado do bancário, dedicado e companheiro para a luta contra os concorrentes do mercado, conforme declaração do mesmo dirigente sindical que se revela admirado com o contraste no discurso e a adaptabilidade da figura patronal:

Então tem mudado todas as formas na relação com o funcionário a ponto de o último jornalzinho do banco o Roberto Setúbal abre o editorial com ‘companheiros’ e isso assustou muita gente, e o pessoal ainda gostou disso, mas então dá pra perguntar ‘o que que é isso companheiro?’, porque ‘companheiros’ somos nós, os trabalhadores que usamos historicamente e agora vem o presidente do banco vira meu companheiro, só que na hora de negociar ele nunca aparece e manda uma hora um argentino, outra hora um cara que acabou de chegar da auto-latina que diz que merece um tempo para conhecer o banco e fazer suas propostas, e se a gente der o tempo quando ele estiver no ponto já tem outro lá pra começar a conhecer tudo denovo, ou então se o cara continuar na hora H ele vai para Europa fazer um curso...<sup>288</sup>.

Questionados, os executivos patronais concordam parcialmente com a versão sindical e acrescentam um contraponto crítico aos sindicatos, conforme trecho de uma entrevista:

Existe sim um grande fantasma para os sindicalistas que veio com a globalização, acho mesmo que estão meio perdidos como todos estamos quando nos defrontamos com as grandes *corporation* mundiais hoje. Mas alguns segmentos dos sindicatos viajaram o mundo e já sabem há muito tempo que as coisas iriam mudar muito, e o pessoal acordou meio tarde para a supressão da figura do banqueiro tradicional sentado no cofre, como Amador Aguiar que assumia direto o papel difícil, já era sabido de tempo que teriam que negociar com gente lá de fora, com profissionais para fazer esse papel, e isso não pode ser ‘desculpa’ por não ter conquistas ou efetivação de um determinado pleito. A gente sente isso nas negociações, o pessoal às vezes cobra da gente como se fosse o diretor lá de oitenta, o ritmo

---

<sup>288</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical bancário.

é outro, do mundo globalizado, e os bancos nesse mundo não tem dado tanta importância para os sindicatos também por causa disso<sup>289</sup>.

As falas anteriores evidenciam que as relações transnacionalizadas complementam o quadro de indicadores da degeneração dos mecanismos coletivos contratuais nacionais dos bancários e estabelecem práticas às quais, esses trabalhadores tentam aceleradamente se ajustar. Os bancários dos bancos estrangeiros defrontam-se com dificuldades escalares que revelam a potencial e crescente fragilidade da reorganização dos bancários. No microambiente a comissão de empresa apresenta-se inconsistente por todas as limitações e contradições, detalhadas anteriormente, no mesoambiente os mecanismos de regulamentação coletivos e nacionais das relações de trabalho apresentam acelerado estado de degeneração e no macroambiente das finanças mundializadas a ausência de instrumentos negociais e a virtualização gerencial provocam a desorientação dos trabalhadores ante a intensidade das identidades híbridas e móveis presentes nos campos dos conflitos.

A trajetória do movimento sindical bancário nos anos noventa experimentou o amargo diferencial existente entre as condições de coesão dos capitalistas numa economia transnacionalizada e dos trabalhadores ainda amarrados ao nacionalismo antioperário. Adicionalmente os bancários compõem um estrato de economia avançada que transnacionaliza parcela dos trabalhadores e os integra aos fluxos do dinamismo financeiro enquanto encerra nos limites regionais a maioria dos demais trabalhadores em setores decadentes ou marginalizados. Dessa forma os bancários evidenciam o papel da revisão dos limites nacionais na funcionalização do controle capitalista sobre a força de trabalho.

Ao refletir sobre as formas da reestruturação produtiva e a organização integrada do trabalho na atual fase da organização capitalista, Bernardo (2000) aponta a progressiva dispensabilidade das burocracias sindicais representativas dos estratos integrados de trabalhadores nas empresas, os quais têm desenvolvido organização suficiente para gerir e negociar diretamente seus interesses no curto e médio prazos. Tal situação pode também ser apontada para os bancários e puderam ser demonstrados diversos indicadores do esgotamento do modelo sindical dos bancários baseado nos trabalhadores em bancos formalmente reconhecidos como bancários. Todavia apontam-

---

<sup>289</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo patronal.

se tendências de acentuadas mudanças e ajustes dos sindicatos que revisam os limites negociais no microambiente corporativo, resignificam os parâmetros de negociação e organização nacionais e estabelecem tentativas de acompanhamento da dinâmica corporativa mundial.

### **2.3. A integração marginal dos terceirizados e a contratação diferenciada**

Os ajustes e tendências promovidas pelo movimento sindical na reorganização das formas de contratação do trabalho formalmente bancário apontam para a subordinação marginal da atuação associativa, comprometendo especialmente sua necessidade elementar na maximização das condições favoráveis para a negociação da força de trabalho, mesmo quando consideradas essas ações nos estritos limites das relações mercantis. Ou seja, os ajustes sindicais efetuados pelos bancários relatados anteriormente são insuficientes para preservar o sindicalismo ante sua base sob qualquer perspectiva de longo prazo.

Nas condições relatadas anteriormente, sob qualquer hipótese o sindicalismo bancário, no médio prazo, torna-se um elemento funcional do capitalista individual e, portanto, absorto em seus limites é tornado incapaz de cumprir seu papel para o próprio sistema mercantil, qual seja a simples capacidade de reivindicar qualquer ampliação nas condições para a negociação da força de trabalho além daquelas já estabelecidas nas políticas estratégicas da corporação na qual está subsumido.

Entretanto, algumas vezes foram citados aqueles trabalhadores que, embora não sejam reconhecidos como bancários de direito, o são tão trabalhadores no sistema financeiro tanto quanto os primeiros. Em função desses e das recentes tentativas de reincluí-los na categoria, alteram-se consideravelmente as formulações anteriores sobre as perspectivas para o sindicalismo dos trabalhadores em serviços financeiros, embora não muito, afinal atuarão sob os limites da lógica do crédito que viabiliza seus salários e, portanto, da financeirização que desconstitui aquelas esperanças que não estejam baseadas na ilusão ou na ignorância.

As recentes alterações nas disposições de ampla representação dos trabalhadores “não-bancários” no sistema financeiro implicaram retomar as discussões anteriores sobre a composição identitária dos bancários com origem na regulamentação da categoria em 1933. Naquele tempo os comerciários foram “expulsos” da categoria e serviram de elemento negativo imediato para a afirmação de uma identidade legitimamente bancária baseada naqueles empregados que realizavam “tarefas e operações mentais”<sup>290</sup>. Desde então, especialmente depois de meados dos anos sessenta, os bancos burlam o enquadramento contratando trabalhadores que não são reconhecidos na categoria - os “prestadores de mão-de-obra” - que não estão sujeitos ao cumprimento da jornada de seis horas e tampouco recebem o piso salarial da categoria ou os demais direitos coletivos. A luta dos bancários para a defesa do enquadramento desses trabalhadores na categoria ocorreu durante décadas sob o princípio “trabalhador em banco bancário é” conforme pode ser percebido em diversos textos sindicais e boletins tal qual o transcrito a seguir datado de 1976:

Aos Empregados em “Locadoras de Mão-de-Obra” que prestam serviços em bancos:...reunião, em continuação aos trabalhos anteriores, para estabelecer os rumos da Campanha de Esclarecimentos que estamos promovendo no sentido de se conseguir a EXTINÇÃO de locadoras de mão-de-obra dentro dos Bancos, e o reconhecimento por parte dos mesmos, como empregados seus, todos os trabalhadores que lhes prestam serviços sob tal crédito. O regime de locação EXCLUE os companheiros dos direitos garantidos por lei dos bancários...<sup>291</sup>

A locação de força-de-trabalho no setor bancário até os anos oitenta era marcada principalmente pelos serviços em vigilância, asseio e conservação; entretanto generalizaram-se os serviços de apoio administrativo, digitação, apoio operacional de comunicações, teleatendimento, a maioria dos serviços de processamento de documentos e informações e até o *front line* nas agências também foram terceirizados. Progressivamente os postos de trabalho ocupados por empregados estáveis foram substituídos por força-de-trabalho precarizada através de empresas prestadoras de serviços, de subcontratação ou de interposição fraudulenta de estágios sub-remunerados, conforme detalhado em Rodrigues I. (1999) e Jinkings (2002).

---

<sup>290</sup> Conforme enquadramento da “lei das seis horas”, Decreto-Lei nº 23.322, de 03 de novembro de 1933.

Enquanto os bancos estabeleciam no Brasil a tendência mundial do trabalhador hifenizado (*part-time-workers*, *temporary-workers*, *casual-workers* e *self-employed-workers*), conforme descrito por Beynon (1999), os sindicatos dos bancários resistiam a ela reivindicando<sup>292</sup> na Federação Nacional dos Bancos – FENABAN/FEBRABAN a incorporação dos terceirizados no acordo coletivo da categoria pela contratação, ou mais propriamente pela recontração, direta desses trabalhadores pelos bancos, tal qual já tentara o movimento desde os anos setenta. O posicionamento patronal foi recorrente e assim sintetizado por um dirigente sindical:

O Alencar é que sempre respondia perguntando: com quem vocês acham que estão negociando? Oras, se fosse pra re-contratar com acordo e tudo porque é que os bancos teriam terceirizado?, como eu já disse, mas eles nunca deram muita bola pra isso porque sabiam que faltava força pra fazer isso parar, podia até ter mas tinha também a categoria que tava bem mais interessada na inflação que nos contratados nos CPDs e um pouco nas agências, foi uma fase que não dava pra pensar noutra coisa que não fosse correr no final do mês atrás do que a inflação já tinha levado...<sup>293</sup>

Sem sucesso para a reintegração dos terceirizados, a partir de 1991 os sindicatos tentaram que a FENABAN/FEBRABAN exigisse das empresas terceiras o cumprimento da convenção nacional dos bancários, e entre outubro de 1993 e meados de 1997 vigorou precariamente um protocolo de intenções no qual a federação patronal se comprometia a exigir das empresas prestadoras de serviços, em conjunto com os sindicatos, a aplicação da convenção coletiva dos bancários para os trabalhadores que executassem serviços de natureza bancária, como compensação de cheques e outros papéis. A reação das empresas ao protocolo e as mobilizações promovidas pelos sindicatos dos bancários foi assim relatada por um dirigente sindical:

Em 93 com a carta compromisso forçando a barra na compensação e etc a Transpev, maior empresa do setor aqui em São Paulo, demitiu todos os sindicalizados aos bancários e nós fizemos greve e tudo, e só reverteu parcialmente e por pouco tempo, acabou passando os trabalhadores para outra prestadora de serviços que envolvia outros serviços além de compe, e

---

<sup>291</sup>Trecho de panfleto, de setembro de 1976, timbrado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo- SEEB-SP. Consultado no acervo do Centro de Documentação – CEDOC do SEEB-SP em novembro de 2001. Os termos em maiúsculo constam do original e foram assim preservados

<sup>292</sup> Dentre outras muitas formas de resistência e também de adesão por conviência conforme diversos estudos citados nos capítulos anteriores.

assim fazem até hoje desde 94-95 e a FENABAN faz vista grossa porque os bancos ganham com isso também, e ela [a empresa] queria também criar um sindicato das terceiras e cooperativas, isso nós conseguimos inviabilizar e em 2000 conseguimos retomar o debate<sup>294</sup>.

A disposição da FENBAN para o cumprimento do contrato foi assim expressa por um executivo sindical patronal:

O sindicato dos bancários ia a essas empresas e dizia: ‘Quem trabalho para banco é bancário, então tem que seguir toda a convenção dos bancários: piso, jornada...’ e queria que nós cobrássemos isso das empresas. Primeiro que essa capacidade é limitada porque os contratos são realizados pelos bancos e segundo que, oras, essas empresas não sobrevivem se fizerem isso, elas estão num mercado competitivo onde o empregado trabalho oito horas com o piso de comerciário, benefícios de comerciário; claro que não no mesmo nível que dos bancários. Se impusermos a elas a convenção dos bancários elas não vão suportar, e os bancos não vão mais internalizar porque não tem mais interesse em restaurar essa situação empregando esforço de gestão em cima disso<sup>295</sup>.

Com o previsível reduzido empenho da federação patronal para coibir a prática da terceirização, pela qual seus associados fragmentavam a organização e a solidariedade dos trabalhadores nos bancos, e ainda com os esforços localizados em poucos sindicatos no país, agravou-se a redução numérica dos bancários de direito, conforme demonstrado nos quadros 05 e 06, e ampliou-se o número de trabalhadores terceirizados no sistema financeiro.

Em milhares de casos os bancos acordavam durante o processo de demissão a contratação do próprio bancário que estava sendo demitido em uma empresa locadora de força-de-trabalho, a qual freqüentemente era uma subempresa do próprio banco, sob a qual abundam denúncias e processos de elisão trabalhista e tributária (CNB/CUT, 2001a). Essa dinâmica de re-contratação rebaixada gerou e continua gerando, milhares de vezes, situações nas quais o trabalhador continua sendo o mesmo, nas mesmas funções e no mesmo local de trabalho; todavia não é mais bancário de direito pois em sua carteira de trabalho o seu enquadramento profissional o remete ao sindicato dos

---

<sup>293</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>294</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>295</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

comerciários que por regra não o reconhece, exceto para tributá-lo por ocasião do imposto sindical.

Ante o drástico enxugamento da categoria formalmente reconhecida como bancária, uma nova dinâmica para as táticas de luta da categoria foi indicada no III Congresso dos Bancários da CNB/CUT, realizado em setembro de 2000. Alterações imediatas nos estatutos dos sindicatos foram propostas com o objetivo de assimilar a sindicalização dos trabalhadores das empresas terceiras que operam nos bancos e a representação desses trabalhadores “mesmo que inicialmente essa tenha que ser descentralizada (por empresa)”<sup>296</sup>. Essa orientação replica parcialmente deliberações de inúmeros outros eventos sindicais dos bancários, distinguindo-se, entretanto, na admissão do acordo coletivo diferenciado, o que até então fora sistematicamente negado pelos bancários, embora alguns sindicatos já firmassem acordos isolados com terceiras ou outras empresas que operam no sistema financeiro. Essas disposições foram também reafirmadas na III Conferência Nacional dos Bancários da CNB/CUT, realizada em julho de 2001 em Brasília, onde 400 delegados aprovaram:

Barrar a terceirização e ampliar a representação do ramo financeiro: para avançar na estratégia de combater a terceirização e trazer para o nosso campo de representação segmentos terceirizados ou que pertencem ao ramo financeiro mas estão completamente precarizados (em salário, jornada, direitos e benefícios). A III Conferência aprovou a busca da contratação desses trabalhadores, mesmo que em bases diferenciadas, para que uma vez dentro da categoria possam ter melhores condições de se organizar para lutar pela igualdade de direitos<sup>297</sup>

A contratação diferenciada encontra acolhida também no meio patronal que havia optado, ante a mobilização dos bancários do início da década, pela transferência de parte da própria categoria para outras subempresas bancárias e, assim, transferiam o custo decorrente da convenção coletiva. Ou seja, dadas as dificuldades para reduzir direitos diretamente na convenção, os banqueiros reduziram o número de trabalhadores portadores desses direitos, transferindo-os para outras empresas através da terceirização.

---

<sup>296</sup> Trecho das deliberações do III Congresso, mimeo CNB/CUT, set 2000.

<sup>297</sup> Folha Bancária do Sindicato dos Bancários de Curitiba, 19/07/2001, capa. O sublinhado não consta do original.

Realizada a redução de direitos e benefícios de 260.000 bancários terceirizados<sup>298</sup>, abriu-se, portanto espaço para novos contratos que tornem de direito o que já estava posto de fato, conforme destacado por um gestor da FENABAN/FEBRABAN:

Veja qual é o problema da terceirização, quando o sindicato insiste em acordos diferenciados para reverter as situações existentes ele não está alcançando as dificuldades que os bancos terão para fazer isso. Porque os bancos não terceirizaram pessoas, terceirizaram tecnologia e métodos de trabalho que os bancos não dispõem mais para realizar esses serviços, o ajuste foi feito e hoje essa tecnologia está com as empresas que os bancos contrataram para fornecer mão-de-obra, e não tem mais volta, não tem mais escala para fazer um preço compatível... Então agora algumas coisas podem ser revertidas outras não, mas se quiserem fazer negociação com esse tipo de empresa terão que estar dispostos a esquecer o 'link' com bancário, com a convenção coletiva, participação no PPR, a condição é outra hoje<sup>299</sup>.

Entre os trabalhadores terceirizados também há uma acentuada aceitação da contratação diferenciada, conforme avaliação dos dirigentes sindicais e prestadores de serviços entrevistados. Embora um dos entrevistados revele diversos ressentimentos entre os integrados e os outros, entre os quais se inclui, ele destaca que a insistência para o enquadramento sempre partiu dos trabalhadores integrados pois os terceirizados sempre foram amplamente favoráveis a qualquer inclusão sua nos sindicatos dos bancários ou mesmo a criação de outro sindicato para representá-los, conforme ele:

O desconto em folha do imposto sindical a gente nunca nem soube para onde que foi, e a gente fica pensando que seria bom ir para o sindicato dos bancários, para a gente ter a quem recorrer no caso de uma demissão, um abuso no trabalho, e os bancários seria bom, mesmo se fosse só para passar todos para mensalista, nem precisa ter mesmo piso, mesmas horas de trabalho dos bancários, pode ser diferenciado desde que tenha acordo e a quem recorrer. O pessoal dos bancários já faz movimento aqui, passa com o jornalzinho, tá lá no banco também sempre e acho que deveria integrar o pessoal das terceiras nos bancários ou até o pessoal dos bancários criar um outro sindicato para o pessoal das terceiras. A gente fica pensando que senão logo os sindicatos de bancários não vão ter quem representar ou assinar

---

<sup>298</sup> Estimativa conforme já discutido anteriormente no texto.

<sup>299</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

acordo, e nós hoje a quem é que vamos recorrer, não tem para quem, não tem nada<sup>300</sup>.

A contratação diferenciada de milhares de trabalhadores na categoria foi deliberada em congresso dos bancários, os banqueiros que controlam ou influenciam as empresas locadoras de força-de-trabalho não se opõem formalmente e os terceirizados sugerem, na impossibilidade da contratação diferenciada dessa forma, que ela seja feita por outro sindicato criado pelos bancários para esse fim. Com tudo isso, tal proposta foi lentamente encaminhada pelos sindicatos, e ambas as confederações ainda incluíram nas minutas apresentadas à FENABAN/FEBRABAN uma propositura de internalização<sup>301</sup> dos serviços terceirizados pelos bancos, conforme a seguinte redação:

ARTIGO 41 – TERCEIRIZAÇÃO: Os bancos suspenderão a implantação de quaisquer projetos de terceirização, a partir da data de entrega da presente pauta de reivindicações.

§ 1º - Fica vedada a terceirização dos setores de compensação, tesouraria, caixa rápido, home banking.

§ 2º - Os bancos que terceirizaram os setores descritos no § 1º, reassumirão as atividades e recontratarão imediatamente os empregados para a sua execução.

§ 3º - Os demais setores também deverão ser reassumidos pelos bancos no prazo máximo de seis meses.<sup>302</sup>

As estranhas propostas das confederações poderia estar referida a uma reintegração dos terceirizados pelos bancos já em um acordo diferenciado na própria convenção coletiva, entretanto nenhuma menção é feita nesse sentido e em sua redação não constam as condições pelas quais os terceirizados seriam recontratados, concluindo-se pois que os bancários reivindicam a reincorporação dos terceirizados nas mesmas condições que os bancários, reafirmando-se pois o princípio “quem trabalha em banco bancário é”. Entre a prática de alguns acordos diferenciados e a estranha reivindicação de reincorporação plena, as negociações coletivas registram apenas uma vaga formação

---

<sup>300</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis (SC), em outubro de 2001, com um prestador de serviços em banco que havia sido bancário durante dez anos.

<sup>301</sup> O discurso sindical parece sofrer de uma estereotípia esquizofrênica pois enquanto diversos sindicatos, de ambas as confederações, firmam acordos diferenciados, a CONTEC redige um documento, Informe Contec nº 02/086 de 07/07/2002, no qual reafirma a ‘internalização dos terceirizados’ no acordo dos bancários com todas as condições dos bancários, tal qual expresso na minuta apresentada à FENABAN em agosto de 2001: “Os Bancos deixarão de utilizar mão-de-obra terceirizada, obrigando-se a contratar, diretamente, os atuais trabalhadores das empresas terceirizadas”.

de uma comissão paritária para discutir o assunto da terceirização. Sob essas condições confirmam-se as avaliações anteriores sobre a trajetória evanescente da convenção coletiva, evidenciam-se as acentuadas divergências existentes entre os bancários a respeito da reincorporação dos terceirizados e a conseqüente implantação das inovações mediante acordos específicos, geralmente sob coordenação das comissões de empresa ou das diretorias dos maiores sindicatos do país.

Ante os impasses no movimento sindical, a CNB/CUT e alguns sindicatos, especialmente o Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP, naquele momento, promoveram intensas campanhas institucionais de denúncia das irregularidades praticadas nos bancos pelas prestadoras de serviços terceirizados. Em extenso *Relatório da Terceirização no Sistema Financeiro Nacional*<sup>303</sup>, o SEEB/SP e a CNB/CUT expuseram publicamente as facilidades para a quebra de sigilo bancário, obtenção de documentos de cadastro e outras informações privilegiadas dos bancos, provocando escândalos com a exposição de extratos de contas e dados cadastrais de personalidades públicas amplamente divulgadas na imprensa<sup>304</sup>. A intensificação dos esforços dos sindicatos para implantar acordos diferenciados é assim considerada por um dirigente sindical:

Antes para mudar a tática nós passamos a estimular ações contra as empresas que não respeitam a sindicalização e o acordo dos bancários e isso acabava sobrando para os bancos que orientavam as empresas para os acordos, e outras empresas começaram a crescer por respeitar o acordo e o compromisso de que todos são bancários... agora é outro lado agora é a questão da contratação diferenciada dos diversos estratos desses trabalhadores... e aí teve também todas as denúncias contra a segurança das terceiras onde o sigilo não vale nada ou muito pouco, e deu certo que várias tão procurando para discutir uma forma de haver respeito ai pra um acordo, só não dá pra aceitar do jeito que tá e assinar em baixo, vai ter que melhorar muita coisa, tem muita sujeira escondida aí, quase trabalho escravo e vamos

---

<sup>302</sup> Trecho da Minuta da Categoria Bancária 2001/2003, da CNB/CUT.

<sup>303</sup> Relatório da Terceirização no Sistema Financeiro Nacional, mimeo, São Paulo: SEEB/SP – CNB/CUT, abril 2001.

<sup>304</sup> A campanha provocou estado de alerta em diversas entidades e personalidades que temiam seus dados bancários “vazados” ao público, especialmente aquelas envolvidas na simbiose bancos-mercados ilegais conforme apontado no capítulo dois. Alguns títulos de matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo em abril de 2001: Terceirização fragiliza o sigilo bancário; Febraban admite que terceirizado acessa dados; Advogado de Xuxa ameaça processar banco; Até movimentação e cadastro de FHC podem ser obtidos dos bancos.

ter que abrir bem o olho antes de assinar em baixo das propostas. Uma que já foi boa, limpa, foi no Bradesco, tele-banco, tinha 600 trabalhadores no início e agora são hoje são 3.200 que tem acordo diferenciado, muito melhor que antes embora que pior que os bancários, mas agora estão no sindicato e podem lutar para melhorar<sup>305</sup>.

Ocorreram também outros acordos entre financeiras, cooperativas<sup>306</sup> e incorporação de trabalhadores contratados em regime *part time* ou por regulamentação do trabalho em final de semana. Destacam-se a ampliação de um acordo firmado entre o SEEB/SP e uma das maiores prestadoras de serviços bancários em São Paulo, a PROSERVVI, em abril de 2003, no qual a empresa reconhece o sindicato como negociador para seus empregados e passa a cumprir um acordo semelhante ao ACT dos bancários, e também as tratativas entre o Sindicato dos Bancários de Campinas (SP) e a direção da Caixa Econômica Federal – CEF que se comprometeu, em dezembro de 2003, a apresentar um plano de substituição de todos os terceirizados no país em que deverá constar a proposição de contratação desses trabalhadores em regime diferenciado. Entretanto, conforme avaliação de diversos dirigentes sindicais consultados no final de 2003, as contratações diferenciadas ainda têm baixo impacto quantitativo no conjunto da categoria, e o acompanhamento realizado nas publicações e informes da CONTEC e da CNB/CUT pouco diferem dessa avaliação.

Verifica-se dessa forma que a diretriz de reincorporação de milhares de trabalhadores na categoria através de uma contratação diferenciada assume de direito o dilaceramento já ocorrido do enquadramento bancário, abre possibilidades para a rápida recomposição numérica e qualitativa da categoria e promove a coexistência de vários acordos coletivos, gerais ou por empresa, de trabalhadores no sistema financeiro. Essa diretriz foi deliberada entre os bancários, apoiada formalmente pelos banqueiros e é desejada pelos terceirizados; entretanto esse movimento ainda é lento e pleno de controvérsias que incluem desde as tentativas de realizar qualquer acordo sob quaisquer condições até a simples acomodação de continuar representando apenas os integrados sindicalizados até o colapso do modelo em curso no sindicalismo bancário.

---

<sup>305</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>306</sup> Entre financeiras ou cooperativas de crédito e os Sindicatos de Bancários já são firmados acordos desde meados dos anos noventa, geralmente em data-base diferente dos bancários e com cláusulas diferenciadas. Contudo os trabalhadores abrangidos por esses acordos, em diversas empresas, são minoria ante o total de prestadores de serviços e outros vinculados a essas empresas de crédito, a maioria das quais controladas por grandes bancos.

Questionados sobre os motivos da lenta reincorporação dos trabalhadores terceirizados, os dirigentes bancários iniciam suas falas geralmente com a mesma concordância sobre sua necessidade e apontam dezenas de motivos para sua fraca realização, tal qual expresso por dois sindicalistas:

Nós estamos trabalhando no sentido de incluir todo esse pessoal, primeiro mudamos o estatuto para permitir a sindicalização e nós vamos poder oferecer inicialmente serviços para os terceirizados do sistema financeiro, fica diferente com os terceirizados de fora do sistema financeiro, aqueles que prestam serviços em áreas não bancárias. De toda forma nós mudamos o estatuto para prestar serviços para eles, jurídico, os convênios, a chácara e depois quando eles saem do banco podem entrar na justiça contra o banco como se bancários fossem. Mas o trabalho mesmo com o pessoal direto ainda tem muito conflito, tem muita coisa diferente, tem desde o cara da Proserv que você tava conversando, um cara consciente que vem sempre aqui no sindicato então ele tá sempre junto, até o cara que se esconde com medo de perder o emprego quando o sindicato chega por perto, tem o cara que trabalha lá com mais duzentos ou trezentos e tem também o cara lá da lotérica, da farmácia que o terceirizado é filho dele que a gente nunca vai sindicalizar. A campanha tá correta mas é muito difícil porque tem uma diferença aí do ideal e do real, que o sindicato tem `que estar preparado, tem que contratar isso, ter uma forma para ele ganhar com a negociação, tem a empresa também então isso é muito complicado tudo aí<sup>307</sup>.

Os demais dirigentes também destacam as alterações formais ou estatutárias, revelam o mesmo elenco de dificuldades, alguns acusam uma tendência de pragmatismo conformista e outros apontam para outras tendências acusando de purismo e acomodação. Todos reafirmam o consenso sobre a necessidade de mudanças, entretanto pouca objetividade pode ser observada nas falas sobre os encaminhamentos.

A observação das teses apresentadas ao IV Congresso dos Trabalhadores da CNB/CUT, realizado em julho de 2003, evidencia o frágil consenso dos bancários sobre a contratação diferenciada dos terceirizados. Consensuais são as avaliações sobre a necessidade de incluir todos os trabalhadores do ramo financeiro nos sindicatos dos bancários, buscar a regulamentação geral das atividades terceirizadas na reforma trabalhista e fiscal e pressionar para um novo enquadramento legal das prestadoras de

serviços em bancos. Desse consenso derivam avaliações que os bancários contribuem com a nova regulamentação referenciando-a nas contratações baseadas no contrato coletivo e outras que apontam a propriedade de concentrar os esforços para o fim das terceirizações na nova lei, reafirmando pois que todos os trabalhadores em bancos devem estar abrangidos pela convenção coletiva dos bancários. Pode-se estimar portanto a persistência da relativa neutralização de forças enquanto durarem os debates internos e a formulação da nova legislação.

Caso a nova legislação trabalhista e fiscal imponha às empresas prestadoras de serviços em bancos o cumprimento da convenção dos bancários, ambos os grupos vêem-se vitoriosos; entretanto, caso a regulamentação desse segmento econômico seja reformada com poucas alterações, possivelmente sucumbirão os sindicatos que persistirem em representar tão somente os bancários assim considerados por legislação. Em ambos casos, essas forças políticas encontram-se sob a dependência de reconhecimento institucional externo dada a maior capacidade patronal para remanejar os trabalhadores entre as empresas abrangidas por diferentes acordos, ou mesmo descumprir abertamente qualquer acordo que lhes provoque restrições para execução de suas determinações estratégicas na gestão do trabalho.

Todo esse processo de terceirização provoca algumas reflexões sobre as suas determinantes e suas perspectivas. A primeira delas refere-se à neutralização de resistências no processo de dilaceramento da coletividade dos bancários através do duplo movimento de inflação de uma fração precarizada e enxugamento de outra integrada, ambas compondo a gênese do trabalho imaterial preponderante no sistema financeiro. O movimento de informacionalização das últimas décadas ampliou a divisão social do trabalho consagrando uma camada de trabalhadores cuja característica é a permuta contínua de informações e conhecimentos, especializando-os na resolução de problemas e atividades estratégicas, e outra ampla camada com diversas graduantes para o manuseio rotineiro de dados e documentos, conforme Hardt (2001)<sup>308</sup>. Dos primeiros o capital necessita a participação no núcleo da corporação e, portanto com esses são

---

<sup>307</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em outubro de 2001, com um dirigente sindical.

<sup>308</sup> A condição inédita não é a divisão social do trabalho, já tão analisada por Marx (no Livro I, cap. 1, do Capital) e entre nós por Azis Simão (Sindicato e Estado, 1981) e Maurício Tratemberg (Burocracia e Ideologia, 1985) mas a qualidade de integração de uma fração da classe trabalhadora à dinâmica gestora do capital conforme analisado também por João Bernardo (Economia dos Conflitos Sociais, 1991).

negociadas condições pouco extensíveis aos demais. Este status de integração ao capital seduz pelo poder simbólico de compor o movimento mais avançado do capitalismo contemporâneo, a financeirização, e pelas benesses materiais que proporciona. Certamente isso explica parte da baixa resistência dos bancários ao serem promovidos progressivamente para a condição de gestores financeiros, afinal são esses que hoje compõem os sindicatos e não aqueles excluídos que configuram e confirmam com a sua precariedade a condição dos primeiros.

A fragmentação promovida pelo capital provocaria um antagonismo direto entre os interesses dos grupos integrados e precarizados se internalizados continuassem no mesmo sindicato; entretanto essa condição foi evitada pois o elemento de tensão, a precarização constante das condições gerais de trabalho dos terceirizados, foi colocado à margem das lutas e conquistas dos integrados tendo sido remetido para outra área de representação sindical pouco atuante. Ou seja, excluídos do sindicato, os precarizados não contestavam diretamente a conformação tática interclassista que vigorou para preservar aos bancários uma parcela dos recursos materiais não consumida pelos terceirizados em sua precária condição de trabalho. Tal dinâmica entre frações de classe é detalhada em Offe (1994) em análises dos processos de conquistas obtidas na negociação de vantagens declinantes para os remanescentes e precarização ou exclusão de parcela da massa salarial a cargo do comprador geral de força-de-trabalho. Dessa forma ao hesitarem permanentemente entre a adesão e resistência às formas modificadas de dominação do capital, os trabalhadores contribuíram decisivamente para a subsunção real de uma fração de si ao capital.

Em síntese, no processo de fragmentação analisado, os bancários organizados foram fundamentais para a diferenciação afirmativa ocorrida na categoria e ainda o são para a gestão da sua híbrida composição. Contudo o sindicalismo bancário denuncia por si os riscos de sua sucumbência, caso inalteradas as atuais premissas de enquadramento. Assim o é porque a base dos bancários, os 400 mil integrados, tem sido reduzida numericamente, centralizada geograficamente e concentrada qualitativamente, amoldando-se continuamente aos mecanismos de participação corporativa e suas artimanhas para a gestão dos conflitos. Nesse contexto o ambiente sindical ainda será funcional num médio espaço de tempo, após o qual se tornará obsoleto, restando pois sua recriação que talvez possa estar sendo cultivada nos esforços para internalizar os conflitos assimilados na representação dos terceirizados. No caso caberá a esses grupos

a sucessão do sindicalismo bancário, embora esse caminho seja longo até se desarmarem as tramas da imensa máquina sindical que certamente absorverá e neutralizará parte do poder de contestação inerente aos reintegrados na categoria.

### ***3. A ampliação do reconhecimento externo institucional***

Nas últimas décadas, os sindicatos perderam capacidade de coletivização e degenerou-se o poder de ação para negociação da força de trabalho. Entretanto alguns foram menos afetados que outros porque distribuíram de forma heterogênea os efeitos gerais do enfraquecimento entre os diferentes segmentos laborais que gravitam em torno de sua representação. Ampliando a fragmentação intra-classista, o sindicalismo tem sido conivente com a barbárie em alguns segmentos enquanto sobrevive reconhecido pelos setores mais integrados às necessidades da acumulação capitalista, ampliando assim as condições históricas de subsunção do trabalho no capital. A dinâmica de sobrevivência por solidariedade excludente implica ciclos de oportunismo, ou de aproveitamento pragmático de oportunidades, nos quais ocorre um esgotamento do reconhecimento interno e do poder de atuação obtidos através da ação direta ou da ameaça de promover mobilizações contra as posturas patronais, conforme Offe (1984). Ante o desgaste das táticas para gerar temor pela ameaça de mobilização e ante o desgaste do apoio interno, o sindicato busca o máximo de reconhecimento externo junto aos capitalistas, às esferas de governo e às agências de Estado e, assim, cresce burocraticamente para garantir sua existência.

Entre os bancários, a recente intensificação das buscas por reconhecimento externo tem dois movimentos privilegiados para serem analisados<sup>309</sup>: as alterações no leque de alianças e na concepção de sindicato cidadão estabelecidas no início dos anos noventa, forjadas na resistência aos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e

---

<sup>309</sup> Refiro-me à intensificação da busca de reconhecimento externo considerando que a CONTEC sempre buscou nas agências estatais parte de sua sobrevivência, especialmente no judiciário, conforme já detalhado no capítulo um, e o setor ligado à CNB/CUT desde seu início mantém amplas alianças com setores sociais, tendo participado intensamente das campanhas gerais promovidas pela Central Única dos Trabalhadores – CUT e nas campanhas presidencial desde 1989, além dos diversos pleitos estaduais. Portanto a constituição de alianças institucionais faz parte da formação histórica do sindicalismo bancário e o que destaco aqui são as alterações contingentes ocorridas nessa trajetória

Fernando Henrique Cardoso, e a participação nos governos eleitos pelos partidos de oposição, especialmente a constituição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que arrastou para as máquinas estatais considerável parcela dos dirigentes sindicais no país, conferindo assim um reforço de reconhecimento aos sindicatos sem precedentes na história do movimento sindical.

### **3.1. A complexa constituição da cidadania sindical bancária**

A eleição de Fernando Collor de Mello e os intensos ataques promovidos pelo seu governo contra os funcionários do Banco do Brasil – BB e da Caixa Econômica Federal – CEF promoveu nos bancários a necessidade de intensificar as disputas pelo convencimento e apoio popular às manifestações de protesto da categoria, já que o discurso governamental apontava esses bancos como um dos principais focos de “marajás” que deveriam ser caçados para que o país pudesse crescer rumo ao “primeiro mundo”. Premidos por esse discurso, dispendo de reduzida representação no Congresso Nacional e enfraquecidos pelo crescente desemprego formal na categoria, os bancários iniciaram uma longa trajetória de revisão de suas táticas de alianças, assim como também ocorreu na própria CUT<sup>310</sup>. Tais alterações foram expressas nas teses do sindicato-cidadão para a defesa dos direitos civis, nas proposições sindicais para a influência sobre os mecanismos de regulação estatal do mercado, especialmente o sistema financeiro, e na formulação de suas políticas específicas de alianças com agentes operantes no mercado bancário.

Nos documentos pesquisados observa-se um conjunto de preocupações e propostas que, à parte das condições gerais de trabalho (especialmente salariais), provocavam a mobilização pelos direitos civis fundamentais como saúde, educação, segurança pública, moradia, transporte, alimentação, previdência e também aqueles relacionados a gênero, etnia, infância, senilidade, urbanismo e corrupção, dentre dezenas de outros temas reunidos na concepção do sindicato-cidadão. A tese do

---

associadas à intensa redução da ação sindical direta contra as condições gerais de exploração do trabalho.

“sindicato cidadão” substanciou a necessidade de o movimento sindical estender seu discurso e suas práticas às diversas esferas da vida dos trabalhadores e se tornar referência para os debates e políticas das relações de exploração que se legitimam além do mercado de trabalho, conforme trecho de matéria da Revista dos Bancários:

Também nesse período [1990-1992], acentua-se o conceito de Sindicato-cidadão – segundo o qual, num país marcado pela forte concentração de renda e desigualdade social, é preciso chamar a atenção da classe assalariada e incluída para o fato de que o Brasil jamais será justo e seguro se as pessoas tiverem seus olhos voltados apenas para seus próprios holerites e umbigos (Revista dos Bancários, nº 88, março de 2003).

A nova disposição foi resumida por um dirigente sindical da seguinte forma: “percebemos que o bancário come, mora, estuda e o sindicato não poderia estar longe disso, o cara só é bancário um pedaço do dia e alguns dias da semana... mas o salário dele é pra vida dele toda, o mês todo no super-mercado, pro condomínio, pra tudo, e até pra cervejinha também”<sup>311</sup>.

Na organização interna das entidades sindicais, o sindicato-cidadão implicou o surgimento de secretarias de políticas específicas para o combate à discriminação de raça e gênero, políticas sociais de apoio às lutas pela terra, moradia e democratização das comunicações, saúde e educação e transporte urbano. Tornaram-se freqüentes o apoio financeiro, a cessão de espaço físico ou equipamentos para os movimentos sociais e também a ocupação de assentos nos conselhos municipais de transporte, saúde, trabalho, habitação e outros por dirigentes sindicais que dividiam seus esforços de mobilização e gestão sindical com as tarefas de representação social nesses conselhos.

Associando a ação direta dos trabalhadores às alianças estabelecidas sob o princípio do sindicato-cidadão, o movimento sindical ampliou sua influência sobre os diversos fatores que intervêm na negociação da força de trabalho, para se constituir em um dos pilares da organização dos setores populares em oposição às políticas neoliberais adotadas pelo governo federal. Assim, os sindicatos ligados à CUT acumulavam o reconhecimento dos movimentos populares e agentes de oposição, que

---

<sup>310</sup> As mudanças de orientação ocorridas na CUT estão detalhadas em Rodrigues I. (1994), Antunes (1999), Boito Jr. (1999 e 2002), Ferraz (2003) dentre outros.

<sup>311</sup> Trecho de entrevista gravada em Florianópolis (SC), em outubro de 2001, com um dirigente sindical.

localizavam nos sindicatos dos bancários uma fonte de apoio logístico e financeiro, e também eram reconhecidos pelas principais forças governistas, tais quais a maioria das grandes redes de jornais e televisão do país e das agências estatais do judiciário trabalhista, que apontavam os bancários como um dos principais fatores de ameaça à estabilidade social e econômica proporcionada pelo plano governamental. Internamente as entidades sindicais ligadas à CUT mantinham elevadas as taxas de sindicalização e ampliavam seu reconhecimento nas bases da CONTEC, vencendo diversas eleições em sindicatos filiados àquela confederação.

Para as lutas organizadas pelos bancários, o impedimento de Fernando Collor teve o sabor de revide e de assertividade da política adotada nesse período pelos seus trabalhadores, conforme descrito pela Revista dos Bancários:

O presidente da entidade na época, Gilmar Carneiro dos Santos, lembra que a categoria foi uma das poucas forças organizadas que participou em peso do Domingo Negro e continuou vestindo o preto. “A luta pela ética na política dividiu a agenda com a campanha salarial. Tivemos nesse movimento influência inversamente proporcional à que tiveram os presidentes do BB e da Caixa, Lafaiete Coutinho e Álvaro Mendonça, na tropa de choque do Collor”, observa Gilmar (Revista dos Bancários, nº 88, março de 2003).

A ampla ação dos bancários nos movimentos sociais sofreu, todavia, severa retração a partir da estabilização monetária e dos primeiros movimentos para a reestruturação bancária, os quais tiveram grande influência no refluxo das mobilizações dos bancários e nas dificuldades para manter as alianças firmadas. Conforme já detalhado anteriormente, os sindicatos sofreram intensa redução da sindicalização absoluta, concentraram seus esforços para manter elevados os índices de sindicalização relativa e parcela dos seus dirigentes voltou-se progressivamente às questões relacionadas à gestão dos serviços e benefícios oferecidos aos sindicalizados, provocando assim uma ressignificação do sindicato-cidadão que comportou paradoxos como o de tentar mediar interesses de amplos setores sociais sem, contudo, representar o estrato da categoria em acelerada precarização pela terceirização.

O influxo dos bancários pode ser percebido primeiramente nas mobilizações para regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e nas alianças de classe estabelecidas desde o novo sindicalismo do início dos anos oitenta. O artigo 192 trata do funcionamento do sistema financeiro nacional e, após 1995, vencidas pelas iniciativas

governamentais de regulamentar pontualmente o referido artigo, tanto a CONTEC quanto a CNB/CUT refluíram em seus esforços para a tal. Nos documentos dos congressos da confederação cutista, a última referência ao artigo foi no II Congresso realizado em junho de 1997, tendo sido apontada a necessidade da luta pela sua regulamentação em algumas teses inscritas no último congresso realizado em julho de 2003, possivelmente pelas expectativas promovidas pela posse do novo governo federal. Na Folha Bancária, a última citação sobre o artigo foi em julho de 1998 e, após meados de 2002, ocorrem citações secundárias ante as discussões de autonomia do Banco Central. Tal trajetória é assim considerada por um dirigente sindical:

É, até 98 tivemos um trabalho melhor e depois o próprio governo deu uma esquecida e esfriou um pouco os debates, e daí em diante teve um isolamento dos bancários no debate de regulamentação do sistema financeiro nacional, dos metalúrgicos que querem saber de política industrial, dos petroleiros na situação da Petrobrás, antes era mais fácil discutir o artigo no Congresso também, hoje tá assim cada qual no seu espaço, cuidando dos seus problemas<sup>312</sup>.

A segmentação apontada no trecho anterior pode ser constatada na progressiva alteração do perfil das alianças classistas existentes no início da década e no discurso sindical relacionado à reforma agrária e à categoria dos trabalhadores metalúrgicos ligados à CUT. Presentes com frequência nos documentos dos congressos e na FB até o ano de 1997, os metalúrgicos foram desaparecendo progressivamente do principal tablóide dos bancários após as disputas entre as direções das duas categorias pela direção nacional da CUT. No período inicial das resoluções dos congressos, os metalúrgicos são citados como importantes aliados nas campanhas salariais e na defesa de direitos trabalhistas; entretanto nos últimos eventos nacionais dos bancários, os metalúrgicos têm sido associados às negociações pró-capital pelas tendências minoritárias do movimento, de tal forma que esta é a única menção feita aos metalúrgicos em todas as teses apresentadas para o IV Congresso da CNB/CUT, realizado em julho de 2003. Na Folha Bancária os metalúrgicos são citados em apenas três edições seguidas, entre setembro de 2000 e abril de 2002, e, após esse período, a referência aos metalúrgicos ocorre apenas na condição de ex-categoria profissional do candidato à presidência da república apoiado pelos bancários, Luiz Inácio Lula da Silva.

---

<sup>312</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

Os debates em torno da reforma agrária repetem a mesma trajetória não tendo sido sequer citada nas resoluções da IV Conferência da CNB/CUT realizada em junho de 2002, constatando-se apenas algumas referências à questão agrária nas teses do IV Congresso da CNB/CUT e ainda assim concentradas principalmente em uma das teses. Na FB a reforma agrária aparece associada à campanha salarial dos bancários até 2001 e, após esse período, também desaparece da pauta do tablóide evidenciando seu câmbio por temas diversos que diminuía a associação dos bancários com setores históricos do movimento sindical ou organizados pela luta do uso da terra.

As alterações nas alianças para a ação sindical promoveram na segunda metade dos anos noventa uma noção de cidadania referenciada nos bancários, tal qual ocorrido em diversas outras categorias também. Tais mudanças podem ser constatadas nas teses de encontros e congressos, nos textos de boletins e nos programas das chapas nas eleições sindicais que mesclaram a promoção de direitos civis gerais e as denúncias ou defesa das questões de interesse direto dos bancários, incluindo-se uma peculiar noção de *cidadania fisco-financeira*. Em 418 edições da FB, entre 1997 e 2002, a cidadania está pautada em 83 números do tablóide, dos quais 55 deles estão concentrados nos primeiros dois anos e evidenciam associações entre o exercício da cidadania e a promoção de direitos civis, defesa do emprego e debates sobre modelos de organização social. Nas 28 edições compreendidas entre 2000 e 2002, as primeiras noções são superadas pelas campanhas específicas de proposição da regulamentação fiscal e de organização do sistema financeiro ou pelas campanhas de denúncia dos projetos governamentais e parlamentares governistas que votavam contra os interesses dos trabalhadores, especialmente àqueles ligados às privatizações.

A trajetória de alterações nas noções de cidadania e do sindicato-cidadão são assim explicadas por um dirigente sindical:

As participações institucionais cresceram muito, mesmo com todas as divergências dentro da central e do sindicato, especialmente na participação de fóruns tripartites, com tudo estamos assumindo um pouco do que as ongs faziam durante muito tempo como agentes externos aos sindicatos, ações que podemos fazer com muito mais propriedade e integração e o sindicato ganhar diretamente com isso... Agora podemos desenvolver projetos do sindicato e isso é muito mais que apoiar propostas de diversos grupos de dentro do sindicato que traziam ongs para

viabilizar os trabalhos, hoje está mais discutido com todos, mais envolvimento hoje nos debates nacionais: reforma agrária, privatizações, reforma clt, o sindicato tem pautado direto e os bancários a gente vê que estão sabendo do que está acontecendo e participando mais.

As demais participações em coletivos, conselhos municipais têm seguido o mesmo caminho aqui no sindicato... Para discutir e influenciar no rumo da sociedade, fazer um sindicato cidadão onde o salário é uma parte da ação sindical e onde o trabalhador está interessado também em habitação, e aí organizamos a Bancoop para aproximar o bancário do sindicato, e assim com os demais interesses do trabalhador, o crédito, por exemplo, que tem a Bancredi, o emprego do cidadão normal tem a central ali em baixo, a formação tem um centro todo pra isso, então hoje temos uma atuação bem mais certa<sup>313</sup>.

Evidencia-se na fala acima um deslocamento da concepção de sindicato-cidadão co-participante de organizações sociais de luta pelos direitos civis para uma coordenação de ações de cidadania centradas na capacidade de organização dos próprios bancários. Essa dinâmica conferiu ao sindicato o reconhecimento externo necessário para ampliar suas ações institucionais de sobrevivência e agregar forças auxiliares para as campanhas de negociação da força de trabalho no ambiente corporativo específico dos bancos.

A trajetória de influxo dos bancários pode ser observada também nos debates de idéias registrados nas edições da Folha Bancária. Embora exista uma nítida abertura dos bancários para admissão de diversos temas, constata-se a elevada concentração das abordagens em um pequeno número de temas no período pós 1999. Para tanto foram analisados os 265 projetos pautados nas 418 edições da Folha Bancária, correspondendo a duas citações de um ou mais projetos a cada três edições da FB.

Os projetos mais abordados na FB seguem dois nítidos eixos de reação e proposição promocional. No primeiro bloco encontram-se projetos referentes à remodelação no atendimento bancário e à reestruturação do sistema bancário público de São Paulo, no qual os bancários posicionam-se contra a política de fila zero e totalização do auto-atendimento e contra os processos de privatização do Banespa e da

---

<sup>313</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

Nossa Caixa. No segundo bloco encontram-se os temas referentes à atuação do ex-dirigente sindical bancário na Câmara Federal, Ricardo Berzoini, especialmente o projeto de revisão das faixas de tributação do imposto de renda. Referências à atuação de Berzoini estão presentes em 167 das 351 edições analisadas que correspondem ao período de seu mandato, ou seja, a cada duas edições da FB em uma delas o deputado foi pautado em uma ou mais matérias, evidenciando uma política sistemática de projeção de seu mandato na categoria, especialmente no seu estrato médio que mais se beneficiava com suas proposições legislativas<sup>314</sup>.

Os projetos culturais promovidos pelos bancários contam com pelo menos dez citações específicas anualmente entre 1999 e 2002 e, dentre os projetos sociais, destaca-se o esforço dos bancários em promover o Projeto Travessia<sup>315</sup> em 53 edições da FB, nos últimos anos especialmente no mês de dezembro para a promoção dos cartões de natal elaborados pelas crianças e jovens atendidos pelo programa mantido pelos bancários em parceria com bancos e outras empresas privadas. Observando os projetos pautados na FB, destaca-se ainda que, nos períodos da campanha salarial, reduz-se, ou não são sequer citados, aqueles projetos que não contribuam especificamente com a mobilização, mantendo-se pois na pauta os projetos que afetavam diretamente os bancários, tal qual aqueles referentes às privatizações do Banespa, da Nossa Caixa ou referentes à reforma da previdência ou da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Além do Projeto Travessia, das intervenções parlamentares para revisão das faixas tributárias do imposto de renda, das lutas contra as privatizações no sistema financeiro e contra a reforma na CLT, o novo sindicato-cidadão dos bancários foi constituído também pelas iniciativas, dentre outras, de implantação da Central de Trabalho e Renda na sede do SEEB/SP, de mobilização da categoria para os debates sobre o sistema financeiro nos eventos do Fórum Social Mundial e pelas intensas

---

<sup>314</sup> Os bancários de São Paulo já tiveram outros dirigentes sindicais eleitos parlamentares tais como Luiz Gushiken (Deputado Federal), Lucas Buzato e Luiz Azevedo (Deputados Estaduais SP) e Tita Dias, Sérgio Rosa e Augusto Campos (Vereadores em São Paulo), entretanto o trabalho de projeção na FB e busca de reconhecimento do mandato de Berzoini parece muito mais acentuado que nos mandatos anteriores. Essa hipótese está baseada na observação assistemática das edições da FB anteriores à 1997, carecendo pois de confirmação empírica.

<sup>315</sup> A Fundação Projeto Travessia foi fundada em 1995 por sindicatos de trabalhadores, bancos e empresas privadas. Idealizada no SEEB/SP o Travessia atende a crianças e adolescentes em situação de rua na região central da cidade de São Paulo, os diversos trabalhos desenvolvidos podem ser acessados em [www.travessia.org.br](http://www.travessia.org.br).

alterações táticas observadas na relação com os clientes dos bancos e demais trabalhadores.

A Central de Trabalho e Renda é uma agência pública de emprego organizada pela CUT com verbas do Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT com a “missão de (re) inserção do trabalhador no mercado de trabalho visando o fortalecimento da cidadania do trabalhador”<sup>316</sup>. Com capacidade operacional para atender até 300 trabalhadores, a central dos bancários funciona na sede do SEEB/SP e está articulada com outras seis outras centrais da região metropolitana de São Paulo realizando a intermediação de oferta e busca de emprego, qualificação e apoio às políticas de empregabilidade desenvolvidas no Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. As perspectivas da central são assim descritas por um dirigente sindical:

...pensamos que com o tempo as vagas abertas no setor privado poderiam ser contratadas pelo sistema público de emprego que integraria emprego e requalificação, que hoje estão bastante distantes. O enxugamento dos custos desse sistema que hoje tem muitas centrais de todo tipo em todos os médios e grandes municípios do país, e é super dispendioso, isso tudo poderia ser otimizado e utilizado para aumentar o seguro desemprego, que fosse seguro mesmo e não uma ajuda para tentar uma requalificação individualizada a cargo do desempregado<sup>317</sup>.

A posição adotada, conforme demonstrado no trecho anterior, denota uma avançada estratégia sindical com o objetivo de organizar um sistema público de gestão do desemprego no qual o sindicato tenha uma influência destacada sobre a dinâmica da mão-de-obra de reserva no mercado de trabalho. Tal influência poderia ser, e já o é limitadamente, convertida para as entidades sindicais nos processos de negociação da força de trabalho formal configurando assim um forte elemento de reconhecimento externo para os sindicatos.

Outra frente de busca de reconhecimento interinstitucional dos bancários tem sido os eventos do Fórum Social Mundial – FSM. A CNB/CUT tem participado intensamente da organização do evento e explorado as possibilidades para divulgar os resultados das oficinas realizadas e documentos produzidos em conjunto com

---

<sup>316</sup> Trecho da descrição da “missão institucional” da central disponível em sua página eletrônica, [www.central.org.br](http://www.central.org.br).

<sup>317</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em dezembro de 2001, com um dirigente sindical.

trabalhadores do sistema financeiro de outros países. No II FSM, a CNB/CUT coordenou a produção de um documento intitulado “Com crédito para desenvolvimento social, um outro mundo é possível”, cuja redação afirmava a necessidade de reformas no sistema financeiro mundial e a articulação global de um novo sistema de crédito. No III FSM, os bancários ampliaram sua participação no evento com o tema “Por um sistema financeiro internacional como agente do desenvolvimento humano e produtivo”. A análise dos discursos e documentos produzidos em ambos os eventos evidencia um posicionamento crítico às condições do atual sistema financeiro mundial; entretanto alimenta a utopia de reformas coordenadas no sistema que viabilizem a utilização dos atuais mecanismos de crédito para inclusão social e promoção dos direitos civis. De toda forma as lideranças dos bancários têm proporcionado aos seus sindicatos a ampliação do seu reconhecimento externo participando ativamente destes e de outros eventos de organização internacional dos bancários, conforme já citado anteriormente quando discutido a intervenção dos bancários na UNI-Finanças.

Os clientes das instituições financeiras, embora difusos, são outro forte agente de reconhecimento externo para os bancários, e as abordagens a esse agente alteraram-se consideravelmente na última década. Nas grandes mobilizações dos anos oitenta, a figura do cliente era chamada de “bucha de canhão” pois, excetuando-se a solidariedade humanitária aos idosos aposentados que ficavam sem receber seus benefícios, eram os prejuízos reclamados pelos clientes que geravam demandas e pressão sobre o patronato bancário ou gestores estatais. Portanto até aos anos noventa, os clientes eram tão mais funcionais ao movimento quanto mais reclamassem atendimento e, evidentemente, que essas reclamações não se voltassem contra o movimento. Contudo com o advento do auto-atendimento e o processamento remoto e flexível das operações bancárias, o papel do cliente para os bancários alterou-se radicalmente. Direitos específicos do consumidor dos serviços financeiros foram intensamente fomentados pelo movimento sindical para constituir uma peculiar cidadania bancária, a qual implicava reflexões sobre as políticas de crédito no país, a necessidade de regulação do sistema e do controle da ganância daqueles que Harvey (1990) chamou tão assertivamente de traficantes de dinheiro.

Ante as dificuldades de mobilização nos primeiros anos da década de noventa, os clientes passaram então por uma fase de transição e não mais deveriam ser prejudicados em suas demandas por serviços bancários e deveriam ser um importante

ponto de apoio dos movimentos e protestos contra as privatizações no setor, lutas contra a retirada de direitos trabalhistas e tentativas de recuperação salarial. Na fase atual os clientes são considerados aliados diretos nas campanhas dos sindicatos pela efetivação do código do consumidor dos serviços financeiro e nas denúncias que os sindicatos promovem contra as elevadas taxas de juros e tarifas bancárias e contra a precarização dos serviços em função da generalização da terceirização no setor. Dessa forma, progressivamente o termo cidadania foi ressignificado incluindo a luta contra as condições de acesso restrito ao sistema financeiro como as filas, elegibilidade para o crédito, tarifas ou taxas de operações bancárias, conforme pode ser observado em matéria da Folha Bancária:

A boa receptividade do público à semana de defesa do cliente organizada pelo Sindicato reflete o grau de insatisfação da população com o tratamento que recebe dos bancos...

Para o Sindicato, promover manifestações que questionem a função social dos bancos é uma forma de agregar o apoio da sociedade às lutas dos bancários.

...Por isso, para defender o emprego, melhor atendimento e que os bancos assumam maior responsabilidades sociais, compatíveis com a lucratividade que colhem num país de miseráveis, o trinômio bancários-população-cidadania é fundamental (Folha Bancária, ed. n° 4161, de 03/05/2000).

A nova postura provocou uma nova temporalidade para as demandas dos clientes que primeiramente reclamavam atendimento especificamente durante as mobilizações da campanha salarial e passaram a ser estimulados para fazê-lo durante todo o ano exceto nos meses após a data-base. Nas 418 edições da Folha Bancária analisadas, as referências aos clientes estão presentes em 219 edições, mantendo uma média de uma matéria pautada a cada duas edições. Entretanto os problemas entre os bancos e os clientes desaparecem nos momentos pós-acordo coletivo, especificamente entre os meses de outubro e dezembro, tal qual ocorre com as edições dos jornais do cliente editados pela CNB/CUT e distribuídos em quase todos os sindicatos a ela filiados. Esses períodos coincidem com as negociações “específicas” entre as comissões de empresa e os bancos, nas quais são discutidas especialmente a participação nos lucros. Evidencia-se, pois, a suspensão unilateral da busca pelo reconhecimento externo no momento que as relações entre os empregados e banqueiros devem ser preservadas do desgaste provocado pela estimulação de conflitos entre os clientes e seus bancos. O

comportamento dos bancários pode ser compreendido no seu próprio cálculo pragmático de evitar conflitos na hora da negociação específica e também pode ser analisado como resultado da ameaça de restrição do reconhecimento patronal, tal qual expresso por um executivo patronal sindical ao considerar as recentes mudanças nas relações sindicais:

É absurdo, aqui o sindicato dos bancários só fica satisfeito quando dá prejuízo ao banco, e faz campanha na sociedade: não pague, não compre, é alta a tarifa, é alta a taxa. O que mantém o emprego bancário é a cobrança de tarifa, é o lucro do banco e o sindicato fala para não pagar a tarifa, fala contra o lucro, contra o banco. Eu entendo quando a indústria ou o Procon fala contra as tarifas, mas os bancários combaterem o lucro dos bancos estão praticamente combatendo o próprio emprego bancário, isso é ilógico.

Há uma pressão dos bancos para que essa relação com os sindicatos seja modificada, do contrário vai ficar cada vez mais difícil uma negociação saudável, justa. Essa linguagem muito agressiva do movimento sindical bancário, isso realmente choca os novos executivos, principalmente os estrangeiros que chegam aqui. Muito ofensivo o que se faz aqui, de pouco respeito, e muito próprio do meio bancário, na indústria é diferente. Quando o sindicato faz isso muitas vezes, muitas mesmo ataca a figura de um brilhante empresário que é muito admirado pelos empregados e isso se volta contra o sindicato, ha muitos anos talvez isso até fosse aceitável para os velhos banqueiros e os velhos sindicalistas, mas hoje os novos gestores, gestores profissionais, estão bem pagos para receber pressão e isso vai ter que mudar<sup>318</sup>.

Amoldando-se entre as diversas fontes de reconhecimento para agregar o maior leque possível de alianças, os bancários abrandam suas denúncias dos mecanismos de expropriação da mais-valia a tal ponto que efetuam chamados pueris à mobilização dos trabalhadores contra os financistas às vésperas da campanha salarial. Baseado em generalidades valorativas, tais quais o esforço de todos e a ganância dos banqueiros, o comunicado a seguir evidencia o distanciamento dos dirigentes sindicais das condições de luta e, conseqüentemente, o seu acentuado ajustamento aos artifícios do reconhecimento externo, conforme pode ser percebido no artigo *Os bancos também têm de mudar*, assinado pela CNB/CUT e publicado na Revista dos Bancários em 2003:

---

<sup>318</sup> Trecho de entrevista gravada em São Paulo, em março de 2002, com um executivo sindical patronal.

Uma nova realidade permeia a sociedade, uma grande expectativa move os brasileiros neste ano de 2003. Finalmente vimos um governo realmente eleito pela vontade de mudanças tomar posse. A tarefa desafiadora de colocar o Brasil nos trilhos tem início. É assim que os sonhos começam a se tornar realidade. Fazer o Brasil crescer, tirar a miséria de nossa realidade torna-se objetivo nacional. Vemos todos os setores de nossa sociedade se empenhando por essas mudanças. Todos devem dar sua cota de esforço. O trabalho tem início e empresários, trabalhadores, políticos tentam fazer sua parte. Falta uma coisa ser mudada: a ganância do setor financeiro. Os lucros do setor continuam crescendo em detrimento da queda de toda nossa economia. Os juros cobrados da população continuam surreais. O financiamento popular continua não existindo. Ou seja, a sociedade se move para as mudanças e os bancos passam ao largo.

É em meio a essa realidade que começa nossa campanha salarial. Acreditamos nas mudanças. Neste ano não queremos só reajuste e garantias de nossos empregos...

As mudanças começaram, o Brasil já está nesse processo e os banqueiros precisam perceber os novos tempos. Assim como a esperança venceu o medo, a luta e a mobilização dos bancários podem vencer a ganância (Revista dos Bancários, edição nº 91, de agosto de 2003)

Além dos frágeis apelos à sensibilidade dos financistas para que sejam menos gananciosos diante das mudanças dos novos tempos e a mobilização dos trabalhadores contra essa ganância, e não necessariamente contra a exploração, os esforços do movimento sindical para o reconhecimento externo promovem algumas iniciativas que se destacam pela conjugação inusitada de fatores, tal qual ocorrido com entusiasmado anúncio da CUT sobre os acordos em torno dos empréstimos em consignação. Ante o endividamento generalizado em determinadas categorias, as centrais sindicais buscaram obter reconhecimento para seus sindicatos proporcionando aos filiados uma alternativa de crédito que em geral serve para refinanciamento de dívidas acumuladas e, nesse caso, os sindicatos promovem a legalização da agiotagem para seus filiados e esperam com isso ser reconhecidos como promotores da cidadania. Por certo o âmbito dessa condição cidadã está muito mais referenciado no mercado que nas políticas públicas reguladoras dos direitos civis básicos. A proposta foi assim anunciada no boletim informativo da CUT:

Marinho apresenta proposta a banqueiros de empréstimos a juros baixos: O presidente da CUT, Luiz Marinho, apresentou hoje pela manhã a 30 executivos da Febraban, Federação Brasileira dos Bancos, a proposta da central que prevê empréstimos bancários a juros baixos. A Força Sindical, as duas CGTs e a CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores) participaram da reunião e apoiam a proposta da CUT. [...] "O objetivo é livrar a cara do trabalhador que, por exemplo, está preso ao cheque especial e não vê saída, tais são os altos juros cobrados", diz o presidente da CUT.

Segundo Marinho, se os bancos aceitarem implementar esta proposta, será mais uma iniciativa no rumo da geração de empregos. "O fato das centrais intermediarem essas negociação facilitaria ao trabalhador negociar empréstimos com os bancos em condições mais vantajosas", declarou Marinho (INFORMACUT, nº 246, de 20/09/2003).

A modalidade proposta pelo presidente da CUT havia sido articulada com o governo federal semanas antes e dia 17/09/2003 havia sido regulamentada pelo presidente da república<sup>319</sup> nos moldes propostos pela central<sup>320</sup>. Tais esforços evidenciam a facilidade de acesso dos sindicalistas ao núcleo do governo e a singular agilidade da burocracia estatal para atender a um pleito dos representantes dos trabalhadores quando se trata do incremento da relação entre esses e o sistema bancário.

Logo após a regulamentação central iniciou ampla campanha de divulgação dos acordos firmados com os bancos para viabilização do empréstimo utilizando-se de cartilhas, jornais e notícias reproduzidas nos sindicatos filiados, esforço no qual a CNB/CUT e diversos sindicatos de bancários integraram-se com dedicação. O *banner-link* eletrônico que está estampado abaixo não foi copiado de nenhuma financeira, mas integra a página eletrônica principal da CUT na qual é acessado o trecho explicativo da proposta:

---

<sup>319</sup> Medida Provisória 130, de 17/09/2003, regulamentada no mesmo dia pelo Decreto Lei nº 4.840, de 17/09/2003, ambos os documentos disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cut.org.br/documentos>, acessado em 23/02/2004.

<sup>320</sup> Conforme matéria jornalística *Governo lança empréstimo com juro menor para trabalhador*, veiculada no boletim eletrônico Folha OnLine/Dinheiro ([www1.folha.com.br/folha/dinheiro](http://www1.folha.com.br/folha/dinheiro)) em 17/09/2003.

# Empréstimo

Clique e calcule o valor das prestações



Sobre o acordo: A Central Única dos Trabalhadores e 33 instituições financeiras assinaram acordos que viabilizam operações de crédito com desconto em folha de pagamento aos empregados ou servidores de empresas da base das entidades sindicais filiadas à CUT. O processo só foi concluído após intensas negociações com esses bancos... O principal objetivo da CUT em firmar estes acordos é possibilitar aos trabalhadores “livrarem-se das suas dívidas com o cheque especial”, de um lado, e não estimular o “superendividamento” do empregado, de outro<sup>321</sup>.

Tais buscas por reconhecimento externo tem alcançado ainda a promoção de eventos de agregação genérica de forças sociais em torno dos projetos propostos ou coordenados pelas organizações sindicais cujo tema central seja a promoção da cidadania, como ocorrido nos eventos relativos ao dia do trabalhador<sup>322</sup>. Historicamente o 1º de Maio é uma data comemorativa e de protestos, todavia nos últimos anos ela tem sido marcada nas metrópoles por mega-eventos promovidos pela CUT com caráter de inclusão social<sup>323</sup>, os quais impelem a população geral ao reconhecimento das entidades

---

<sup>321</sup> Trecho explicativo do acordo de empréstimo sob consignação firmado pela CUT com diversos bancos, disponível no endereço <http://www.cut.org.br/documentos/emprestimos.htm>, acessado em 23/02/2004.

<sup>322</sup> Não considerei para esse apontamento os eventos de marketing promocional da Força Sindical, realizados nos anos anteriores, em apoio às proposições dos governos Collor e Fernando Henrique em torno da desregulamentação dos direitos trabalhistas, tal qual o ato-show de 17 de março de 2002 em apoio às reformas da CLT no qual a Força Sindical sorteou automóveis, geladeiras e aparelhos de televisão entre os “manifestantes” presentes ao evento.

<sup>323</sup> Reconheço evidentemente a assertividade sindical em obter o reconhecimento do exército de reserva capitalista, ou aqueles que Castel (1998) chamou de supra-numerários, pois a pressão exercida pela situação desses grupos sobre o mercado de trabalho é indiscutivelmente nefasta. Portanto não promovo aqui qualquer crítica normativa à promoção de condições mínimas de sobrevivência aos estratos sociais sob franco risco de desagregação. O apontamento analítico refere-se ao *quantum relativo* de forças as entidades sindicais acumulam para o cumprimento de seu papel estrutural, ou

sindicais como interlocutoras para a organização de necessidades de registro civil, educação, saúde, moradia e tantos outros temas, tal qual relatado em comunicado da CNB/CUT:

CUT Cidadão: 60 mil lotam praça Campo de Bagatelle: A estréia das ações de cidadania, promovidas pelo projeto CUT Cidadão, foi um sucesso. ...“Emprego e Renda” é a principal bandeira de luta da CUT, que marcará todos os eventos, que acontecerão nos próximos domingos, e o dia 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador.

De acordo com dados da Fun Prime, empresa responsável pela coordenação geral do evento, os serviços gratuitos mais procurados pelo público foram: saúde (exames de diabetes, glaucoma, catarata e prevenção ao câncer do colo de útero) que totalizou 11.654 atendimentos; na seqüência vêm as áreas de meio ambiente, ciência e tecnologia e empregos com 13.089 e as demais somaram 6 mil atendimentos. “Foi um trabalho maravilhoso. A CUT deveria fazê-lo todo o mês. É difícil termos acesso a estes tipos de serviço”, conta a representante da Central de Triagem de Coleta Seletiva, Rosimere Cintra Neto, que passou pelo atendimento de podologia. ...Para o desempregado, Rubens Justino Joaquim, a CUT acertou em realizar o evento. “Fiz o meu cadastro na Central de Trabalho e Renda e estou otimista em voltar ao mercado de trabalho”, conta.

O evento da CUT contou com a participação de 94 entidades da sociedade civil, públicas, ONGs e oito mil profissionais voluntários. As atividades foram encerradas ao som dos grupos Sampa Crey e dos cantores Pedro & Thiago e Felipe Dylon, que contagiaram a juventude.

Em síntese, observa-se que progressivamente a representação sindical torna-se uma variável das estratégias corporativas ou da política pública à medida que obtém reconhecimento e avança organicamente nesses espaços. Essa tática de sobrevivência com a associação de reconhecimento interno e externos, com baixo poder de ação direta contra a exploração do trabalho, pode se prolongar pelo tempo em que as entidades sindicais não ameaçarem a ordem vigente no assalariamento de seus associados e tampouco confrontarem-se com as regras políticas.

### **3.2. A participação na gestão governamental: a complementação do reconhecimento**

Os bancários organizados tiveram participação marcante na ascensão e estabelecimento dos partidos de oposição no período recente da democracia formal brasileira, especialmente o Partido dos Trabalhadores – PT que, desde os primeiros candidatos eleitos, teve em seus quadros militantes ou dirigentes bancários. Portanto o ser bancário e gestor público eleito, ou contratado pelo PT ou por outro partido político, é primeiramente uma consequência da história de luta política dos militantes que antes de serem bancários são cidadãos que disputam com seus grupos os destinos do país. A análise que segue não é, portanto qualquer demérito à ascensão dos homens e mulheres que compõem o governo de suas histórias, muitas das quais compartilho há mais de vinte anos. Segue-se uma análise da relação entre as táticas sindicais utilizadas para atenuar os impactos da aguda redução da capacidade de ação direta e progressiva dependência dos mecanismos de reconhecimento externo, dos quais a gestão das agências estatais é um expoente.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 complementa um longo ciclo de reconhecimento externo iniciado pelos bancários com a resistência ao governo de Collor de Mello e as disputas de políticas de organização do sistema financeiro durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso. As políticas neoliberais implantadas nos últimos governos e a reestruturação produtiva do setor serviços financeiros condicionaram uma intensa reorganização do sindicalismo bancário ante o acentuado desgaste da sua capacidade de coletivização para negociação das condições gerais de trabalho. Nesse contexto, a vitória de um candidato apoiado historicamente pelos trabalhadores bancários tornou-se um forte ponto de apoio para a sobrevivência institucional e fonte de contradições na gestão dos conflitos de classe.

Um grande deslocamento de energias do movimento sindical para as eleições presidenciais, parlamentares e estaduais pôde ser observado após a campanha salarial de 2001. Abundam os casos de dirigentes sindicais que obtiveram designação de suas diretorias para integrar os comitês dessas campanhas, alguns deles aprovados em assembléia da categoria. Os dirigentes sindicais entrevistados para a pesquisa

ressaltaram a importância da autonomia sindical ante os candidatos na disputa eleitoral, entretanto, aqueles ligados à CNB/CUT declararam a organização de comitês e grupos de trabalho pró-Lula na categoria para garantir a vitória nas eleições, tal qual declarado por um dirigente sindical:

Em 94 a Veja colocou o Lula na capa e elegeu ele presidente quase um ano antes e nós acreditamos e fomos pra casa pensar quem dos nossos companheiros ia subir a rampa junto com ele, a disputa rolava solto no PT por causa dos cargos que o Lula tinha, e nós perdemos feio e tivemos que esperar esses oito anos prá consertar o erro. Agora foi diferente, tava discutido aqui e no país todo que não podia ser assim denovo, o negócio é ver o homem colocar a faixa, até lá ele tá eleito mas não é presidente ainda. Nós aqui trabalhamos duro para isso, abrimos o jogo mesmo e colocamos a cara pra bater direto, sobrou um ou outro aqui dentro pra cuidar do sindicato e agora juntou todo mundo, até o pessoal da CONTEC tava fazendo campanha, uns com vergonha de fazer campanha pro PT mas na hora h ninguém queria correr o risco de ficar de fora<sup>324</sup>.

Os dirigentes sindicais cutistas seguiram as deliberações da IV Conferência dos Bancários da CNB/CUT, realizada em junho de 2002, que aprovou o apoio único à candidatura Lula como já o havia feito a própria CUT dias antes, conforme trecho a seguir:

Aprovou-se a resolução da plenária nacional da CUT realizada durante o mês, conforme trecho a seguir: "O desenvolvimento que os trabalhadores defendem é diferente de um simples aumento dos índices de crescimento da economia acompanhado de programas sociais compensatórios. O país precisa eliminar a exclusão, que é estrutural, distribuindo renda e produzindo os bens que a população precisa consumir. Isto sem abrir mão dos confortos da vida moderna e defendendo a integração soberana do país na economia global. Só Lula reúne as condições para garantir as transformações que o Brasil precisa (...)" (IV Conferência dos Bancários da CNB/CUT, julho de 2002)

A CNB/CUT orientou seus sindicatos a constituírem comitês de apoio à Lula, divulgou notas de apoio, estampou tais decisões e orientações em sua página eletrônica com matérias em apoio à Lula tal qual pode ser observado nas seguintes

---

<sup>324</sup> Trecho de entrevista gravada em Curitiba, em outubro de 2002, com um dirigente sindical.

manchetes: “Porque os bancários apóiam Lula”, “CUT apóia adesão de empresários a Lula”, “Agora é Lula: a alternativa para reinventar o futuro no Brasil” e centenas de outras com o mesmo teor reproduzidas diariamente nas publicações sindicais. Em todas as 46 edições da Folha Bancária entre maio e outubro de 2002, consta uma ou mais referências à candidatura Lula e com menor frequência às candidaturas de José Genuíno ao governo de São Paulo e de Ricardo Berzoini à câmara federal, dentre outros candidatos à assembléia do estado. As matérias promoviam os candidatos de interesse dos sindicatos e também mantinham assídua denúncia e crítica às ações do governo federal, muitas delas realizadas através de charges como a apresentada a seguir e publicada na edição 4386 da FB, em 11 de junho de 2002:



A explícita campanha pró-Lula nas publicações sindicais foi objeto de manifestações no Congresso Nacional, nas campanhas dos demais candidatos e obteve repercussão nos meios de comunicação televisiva e nos jornais de circulação nacional, como pode ser observado em matéria do Jornal Folha de São Paulo:

Legislação eleitoral proíbe ajuda de entidades sindicais e de classe a candidatos ou a partidos políticos: ... A legislação eleitoral proíbe que "entidades de classe ou sindical" contribuam com recursos para campanhas políticas, "em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie", diz o artigo 24 da lei 9.504, de 1997.

[...]Os sites da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CNB (Confederação Nacional dos Bancários), além dos de outras entidades sindicistas, têm divulgado atos petistas, reuniões e encontros sindicais nos quais são definidos apoios a Lula, entrevistas do candidato e artigos e documentos de campanha do presidenciável em suas agências de notícias<sup>325</sup>.

Enquanto a CNB/CUT se expunha na campanha, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC manteve considerável distanciamento com raras publicações sobre o processo eleitoral. Em junho de 2000, no XXXI Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais e Securitários para Planificação da Campanha Salarial 2002, a confederação analisou uma proposta do documento, Plano Mudar para Crescer com Justiça Social, que posteriormente foi entregue aos seis presidenciáveis sem qualquer referência sobre a indicação de qualquer dos candidatos. Dias antes da eleição, em 21 de outubro, a CONTEC divulgou em sua página eletrônica<sup>326</sup> uma nota na qual a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT indica voto em Lula. No referido informe, a diretoria executiva da CONTEC dá conhecimento da nota e comunica sua filiação à CGT desde sua fundação em 1986 sem no entanto afirmar qualquer posição da própria CONTEC em relação à candidatura.

A vitória de Lula no segundo turno das eleições foi comemorada com festas em diversos sindicatos de bancários no país, foi pauta de quase todas as suas publicações sindicais e, desde então, seu governo faz parte dos debates da categoria, sendo assim considerado no IV Congresso dos Bancários da CNB/CUT:

A eleição de Lula em si mesma é uma vitória de nossas lutas ao longo de três décadas - incluindo, dentre outras, todas as formas de resistência à ditadura militar, as jornadas pela Anistia e pela Constituinte, as Diretas Já, o *impeachment* de Collor e os oito anos de combate às políticas neoliberais implantadas por FHC - significando uma alteração dos componentes estruturais da inserção de segmentos alijados historicamente da política nacional.

A vitória de Lula deslocou pela primeira vez no Brasil as massas excluídas - rurais e urbanas - da condição de reserva estratégica das forças conservadoras para o papel de agentes favoráveis às mudanças estruturais;

---

<sup>325</sup> Trecho da matéria jornalística *Legislação eleitoral proíbe ajuda de entidades sindicais e de classe a candidatos ou a partidos políticos*, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 27/08/2002, p. 07.

<sup>326</sup> Informe CONTEC nº 02/204 de 21/10/2002, disponível em [http://www.contec.org.br/contec\\_online](http://www.contec.org.br/contec_online).

completando um ciclo histórico que pode ser computado como efetiva conquista da democracia política neste país<sup>327</sup>.

Nas eleições de 2002, a CNB/CUT apontou a candidatura de aproximadamente 130 bancários aos diversos cargos legislativos e governos estaduais: a expressiva maioria dos candidatos eram dirigentes, ex-dirigentes ou militantes que contavam com apoio sindical. Elegeram-se dentre eles uma senadora, dois governadores, quatorze deputados federais e dezoito deputados estaduais, além de dezenas de suplentes, dos quais vários assumiram a legislatura em virtude da composição dos executivos nacional e alguns estaduais demandarem parte dos bancários eleitos. Dentre os trinta e cinco eleitos, vinte e dois são, ou já foram, membros de diretorias ou militantes em sindicatos filiados à CNB/CUT. Entre as bancadas de parlamentares federais e estaduais ligados à CUT, os bancários são o segundo maior grupo, superados apenas pelos parlamentares cuja origem imediata é o setor da educação.

Os três casos de maior expressão pública de bancários que compõem o governo Lula são o Ministro do Trabalho e Emprego - MTE, Ricardo Berzoini, que foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP e da Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB/CUT, o titular da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushiken, que também foi presidente do SEEB/SP e deputado federal por três mandatos, e o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul.

Outros ex-dirigentes sindicais bancários assumiram cargos expressivos no novo governo, como o ex-diretor executivo do SEEB/SP e ex-presidente da CNB/CUT, Sérgio Rosa, que assumiu a presidência do maior fundo de pensão da América Latina, a PREVI dos funcionários do Banco do Brasil – BB, entre outros membros da diretoria do BB, da Caixa Econômica Federal – CEF, dos fundos de previdência dos funcionários da CEF, o FUNCEF, e da petrobrás, o PETROS, e dezenas de assessores nos ministérios

---

<sup>327</sup> Trecho da tese da tendência Articulação Bancária ao IV Congresso dos Bancários da CNB/CUT, realizado em julho de 2003.

ou secretarias ligados à regulação do trabalho, previdência ou áreas sociais que são também oriundos da cúpula do movimento sindical bancário ligado à CUT<sup>328</sup>.

O desempenho dos sindicalistas bancários no primeiro ano de governo Lula foi marcado pela atuação do ministro da previdência, Ricardo Berzoini, na reforma da previdência social. Tendo a tarefa de encaminhar a reforma que Fernando Henrique Cardoso não realizou nos seus oito anos de governo, o desgaste do ex-presidente do sindicato dos bancários foi inevitável ante a pluralidade de interesses envolvidos: ocorreram greves de servidores, ameaças de paralisação do judiciário, reuniões gerais de governadores para pressionar o governo, protestos nacionais de aposentados e foram afixados cartazes denunciando os ministros e os parlamentares que conduziram e votaram favoráveis à reforma em diversas cidades por setores do movimento sindical. Diante disso, a CNB/CUT, o SEEB/SP e outros sindicatos desenvolveram diversas medidas para atenuar as críticas e o desgaste do ministro bancário, utilizando-se dos seus recursos informacionais. A Revista dos Bancários dedicou sua edição nº 90 para defender a necessidade das reformas e publicou longa entrevista com Ricardo Berzoini, na qual a matéria de capa *No olho do furacão: o homem da reforma* foi assim apresentada no texto do editorial:

O Brasil de hoje vive às voltas com um problemão que, de resto, as economias do mundo todo vivem... A continuar como está – a população de aposentados crescendo vertiginosamente em relação aos da ativa que bancam seu sustento –, os regimes de previdência social se inviabilizarão em poucos anos. Mexer com isso requer, porém, saber não botar no mesmo saco direitos consagrados de uma maioria e privilégios insustentáveis de uma minoria. Resolver essa equação, e caminhar na direção de um sistema justo, solidário, único e sustentável, como anseia o movimento sindical e como prometeu Lula durante a campanha, é o primeiro grande desafio do ainda novo governo. A parada é polêmica. E dura. Com a palavra, em entrevista exclusiva para a RdB, o ex-presidente do Sindicato e ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini (Revista dos Bancários, nº 90, junho de 2003).

---

<sup>328</sup> A CONTEC não informou durante o ano de 2003 a posse no governo federal de qualquer dirigente sob sua influência.

Na matéria introdutória que contextualizou a reforma da previdência nos demais desafios do governo à época, o tom apocalíptico do sub-texto de abertura é uma franca defesa da necessidade das reformas conduzidas pelo ministro da previdência:

*Prova de Fogo: O Congresso está diante de uma das reformas mais difíceis da história. Para Lula, estão em jogo o futuro da Previdência Pública e do orçamento para tocar seu programa de governo* (Revista dos Bancários, nº 90, junho de 2003).

A CNB/CUT também produziu publicações e replicou dezenas de notícias para debater a reforma da previdência com um nítido caráter de defesa das posturas adotadas por seu ex-presidente. Constam no informativo eletrônico da confederação, o CNB Brasil, as manchetes das notícias veiculadas e reproduzidas pelos sindicatos filiados “Reforma da previdência deve ser feita sem demonização”, “Berzoini: sem reforma previdência pode ser privatizada”, “Berzoini prevê 19% de reajuste nas aposentadorias”, dentre tantas outras.

No final de 2003, enquanto o ministro cumpria a missão de encaminhar a reforma já aprovada, o presidente da república discutia uma reforma no ministério. Tal associação de fatores desencadeou entre os sindicalistas bancários uma ampla, e rápida, mobilização que resultou em manifesto de apoio endereçado ao presidente da república e subscrito, na primeira versão e em seus adendos, por representantes de mais de cem entidades sindicais dos mais diversos setores com o texto a seguir:

Senhor Presidente,

É com preocupação que temos acompanhado desde o final do ano passado os debates em torno da chamada ‘reforma ministerial’, quando tem se discutido a possibilidade de substituição do Ministro da Previdência Social. Entendemos a importância das mudanças a serem feitas, mas entendemos também que o ministro Ricardo Berzoini tem desenvolvido um destacado trabalho na defesa de um sistema previdenciário mais justo, no combate à corrupção e à sonegação. [...]

Diante do exposto, solicitamos a permanência de Ricardo Berzoini no Ministério da Previdência como forma essencial para manter os avanços do sistema previdenciário e as conquistas dos trabalhadores<sup>329</sup>.

---

<sup>329</sup> Trecho da carta endereçada ao Presidente da República, divulgada no boletim eletrônico CNB Brasil em 21/01/2004.

Dois dias após o manifesto, Berzoini foi anunciado como o novo titular do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, cujo cargo era reivindicado desde o início do governo pela CUT para ser ocupado diretamente por um sindicalista, pois o titular anterior, Jaques Wagner, embora tivesse sido também sindicalista apresentava perfil parlamentar com pretensão ao governo estadual da Bahia. Embora reivindicada por uns, a indicação de Berzoini gerou preocupações entre outros sindicalistas de várias correntes não cutistas em virtude da sua intensa ligação com a CUT e os seus anúncios de implantar a reforma sindical, que estava sendo elaborada no Fórum Nacional do Trabalho, com a mesma determinação e brevidade reservada anteriormente à reforma da previdência.

A busca de ganhos de reconhecimento para os sindicatos com a nomeação de Berzoini no MTE foi evidente. A posse contou com a presença, previsível, de dezenas de sindicalistas, e os jornais sindicais dos bancários imediatamente estamparam matérias buscando o constrangimento patronal utilizando o próprio ministro tal qual evidenciado na manchete a seguir:

Bradesco. Ministro manda recado a bancos: “Um setor que tem um desempenho tão bom não pode gerar desemprego”. A declaração foi feita pelo recém-empossado ministro do Trabalho Ricardo Berzoini à CNB-CUT na quarta-feira da semana passada, referindo-se ao processo de demissões deflagrado por alguns bancos (Folha Bancária, nº 4.571, 03/02/2004).

No primeiro mês no ministério, Berzoini foi solicitado diversas vezes pelos sindicalistas para discutir outras ameaças de emprego, reforma sindical e greves no setor bancário. O Sindicato dos Bancários do Ceará procurou o ministro do trabalho após a aquisição do Banco do Estado do Maranhão – BEM pelo Bradesco solicitando apoio ao projeto do sindicato que prevê a incorporação do Banco do Estado do Ceará – BEC, próximo na lista das privatizações dos bancos estaduais, ao Banco do Nordeste – BNB, evitando assim demissões de bancários<sup>330</sup>. Apelo pelo emprego também foi a tônica da busca da Associação dos Funcionários do Banespa – AFUBESP e do SEEB/SP ante as 600 demissões ocorridas no Banco Santander-Banespa nos primeiros dois meses de 2004, conforme noticiário da CNB/CUT:

---

<sup>330</sup> Conforme informe CNB Brasil *Sindicato dos bancários entrega carta ao ministro Berzoini*, divulgado em 11/02/2004 em <http://www.enbcut.com.br/noticias>.

Os representantes dos funcionários pediram a intervenção do ministro para tentar reverter as dispensas e impedir novos cortes no banco. Eles salientaram que as demissões são discriminatórias, pois atingem pessoas acometidas de doenças ocupacionais ou próximas da aposentadoria, com mais de 40 anos de idade e 25 anos de banco – justamente aquelas que terão mais dificuldade de encontrar nova colocação no mercado de trabalho. Ao final do encontro, Ricardo Berzoini afirmou que irá analisar as denúncias e tomar as medidas cabíveis<sup>331</sup>.

Os dirigentes bancários buscaram apoio do ministro também na greve dos trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC pelo cumprimento do acordo coletivo da categoria no banco<sup>332</sup>. Os sindicalistas da CNB/CUT e do Sindicato dos Bancários de Florianópolis – SEEB Fpolis estiveram reunidos com Berzoini para viabilizar seu apoio a uma proposta do ministério da fazenda para atendimento da reivindicação dos trabalhadores, vez que o banco está federalizado desde 1999<sup>333</sup>.

Além do reconhecimento obtido através das dezenas de parlamentares ligados ao sindicalismo bancário e do acesso privilegiado ao executivo federal, o sindicalismo bancário tem a possibilidade de estabelecer um fortíssimo ponto de apoio externo, em médio prazo, com a criação de fundos de previdência fechada nos próprios sindicatos assistidos pelos gigantes no setor PREVI, PETROS e FUNCEF. A CNB/CUT exerce grande influência sobre a direção desses fundos, onde apoiou a indicação de diversos de seus membros, e sobre a Associação Nacional dos Participantes dos Fundos

---

<sup>331</sup> Trecho de matéria *Bancários denunciam demissões para Berzoini*, publicada no informativo CNB Brasil em 03/03/2004, disponível em <http://www.cnbcut.com.br/popup>.

<sup>332</sup> Conforme informe CNB Brasil *Greve do Besc será tema de audiência com ministro do Trabalho*, divulgado em 05/04/2004 em <http://www.cnbcut.com.br/noticias>.

<sup>333</sup> A greve do BESC tornou-se uma passagem singular para a história dos bancários. Entre 1991 e 1993 os empregados desse banco desenvolveram uma dinâmica microcorporativista setorial antecipando sua mobilização às greves da categoria e, portanto, tentando se esquivar das apreciações judiciais do dissídio e dispensando qualquer tentativa de mediação do ministério do trabalho. Nesses anos os empregados do BESC obtiveram acordos com vantagens sobre a convenção nacional dos bancários, tal qual o reajuste mensal conquistado em 1992, e assim estiveram na condição de referência para a categoria como demonstra a manchete da FB 23/09/1992: “Sai mensal no BESC. Se o BESC pode, o Bradesco pode, o Banespa também...”. Porém, dez anos mais tarde, os empregados do BESC, mesmo fragilizados pela federalização e programas de demissão que reduziram o quadro funcional do banco à metade, realizaram oito dias de greve para obter o cumprimento do acordo coletivo da categoria, necessitaram da intermediação do ministério e de diversos parlamentares e ainda não teriam evitado o pior dos recursos judiciais que os sindicatos têm enfrentado, o interdito proibitório que foi interposto pela direção do banco no último dia da greve. Para todos os trabalhadores em bancos estaduais a história dos últimos dez anos foi crítica, mas para os trabalhadores do BESC se revelou pelo avesso em 2004. A trajetória sindical dos trabalhadores do BESC entre 1985 e 1995 está detalhada em minha dissertação de mestrado: *O microcorporativismo no movimento sindical brasileiro: a trajetória dos trabalhadores do BESC* (Junckes, 1997)

de Pensão – ANAPAR que juntos obtiveram no órgão regulador do setor, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, a autorização e a regulamentação para a criação de fundos de previdência nos próprios sindicatos, conforme compromisso de campanha do presidente da república. As primeiras medidas, inspiradas no modelo vigente nos EUA, para a implantação da proposta, foram finalizadas em fevereiro de 2004 com uma parceria entre a CEF, a FUNCEF e a CAIXA Seguros a fim de oferecer a infra-estrutura necessária para os sindicatos operarem fundos de previdência<sup>334</sup>.

Os debates no movimento sindical em torno da constituição de fundos de previdência fechada nos sindicatos ainda parecem bastante incipientes pois nem nas deliberações do 8º CONCUR, realizado em junho de 2003, e tampouco nas do IV Congresso dos Bancários da CNB/CUT, realizado em julho do mesmo ano, constam referências ao tema. Todavia o potencial de crescimento apontado para o mercado dos fundos de previdência fechada, já composto por uma poupança superior a R\$ 136 bilhões em maio de 2003, estabelece uma tendência que possivelmente seja discutida pelo movimento sindical após as primeiras experiências terem sido iniciadas nas entidades sindicais. Possivelmente o movimento sindical discutirá dessa forma a sua inserção ativa e indubitável na gestão de grandes massas de capital que poderão constituir expressivas fontes de reconhecimento externo para sobrevivência institucional.

A expressiva participação dos bancários no governo, nas estatais e na gestão dos fundos de previdência complementa a busca de recursos de reconhecimento junto aos gestores financeiros nos mecanismos de negociação específica, conforme já observado anteriormente, ou seja, a participação dos bancários na gestão do capital pode ser apontada tanto no espaço corporativo quanto nas agências governamentais ou estatais que têm sua primazia de atuação voltada à inclusão e controle dos cidadãos em relações de troca, fundamentalmente as trocas primárias do mercado de trabalho.

Na busca de reconhecimento e sobrevivência os bancários atingem assim os pólos da gestão da relação capital e trabalho. Essa trajetória implica determinados

---

<sup>334</sup> Informações sobre essa trajetória podem ser obtidas nas publicações da ANAPAR, disponíveis em [www.anapar.com.br](http://www.anapar.com.br), da PREVI, [www.previ.com.br](http://www.previ.com.br), FUNCEF, [www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br), e nos noticiários da CNB Brasil disponíveis em <http://www.cnbcut.com.br/noticias> ou no boletim eletrônico Em Questão, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, disponível em [www.brasil.gov.br/secom.planalto](http://www.brasil.gov.br/secom.planalto).

ganhos e também compromissos com os institutos jurídicos que funcionalizam a dominação política de classes, tornando-a menos evidente e mais ampla, constituindo assim renovadas condições para a subsunção real do trabalho no capital.

A dinâmica observada entre sindicatos e Estado implicará nos próximos anos uma considerável remontagem de diversos estudos baseados no padrão bipartite que predominou no corporativismo brasileiro desde sua constituição nos anos trinta, conforme detalhado no capítulo um. Além do reforço das tendências de abrangência microcorporativista e da inclusão dos agentes de representação sindical dos trabalhadores, alteram-se as condições de regulação política, que transitaram entre o autoritarismo e o abandono liberal em determinados momentos, para um padrão societal que reforça a influência dos sindicatos na constituição das políticas de Estado dirigidas à regulação do trabalho.

O sindicalismo bancário abordado nesse capítulo se ajustou aos desafios da alta modernidade do final do século XX e sobreviveu a eles desenvolvendo mecanismos de reconhecimento baseados na reorganização da prática e da estrutura sindical, nos mecanismos de negociação corporativa e na intensa reorganização de sua rede de alianças civis e sua participação governamental. Para esse sindicalismo a subversão da dialógica da coletivização pelo pragmatismo do egoísmo de fração, a ampliação da concorrência intraclassista e a consagração de conquistas declinantes por solidariedade fechada são fatores de uma preocupação que está continuamente sujeita à necessidade de sobrevivência em curto e médio prazo, prevalecendo, portanto, o reconhecimento compensatório ante o declínio da capacidade de ação direta contra a exploração do trabalho.

Organizados e ativos, os bancários ressignificaram o sindicato-cidadão com novas alianças e uma intensa participação na gestão das políticas públicas desenvolvidas no governo recentemente eleito. Condiçoados por toda a crise sindical dos anos noventa, os bancários participam ativamente de uma ampla rede gestora de conflitos corporativos que abrange tanto o microambiente do trabalho quanto a macrotransnacionalização do capital. Os bancários integrados persistem organizados como estrato de classe e estruturaram grandes máquinas sindicais, e os seus dirigentes acumulam *know-how* avançado na prestação de serviços e na mobilização monológica baseada em campanhas institucionais. Dessa forma, os bancários organizaram um

sindicalismo novo que não mais se reconhece integrante da crise sindical constatada nos anos noventa, e sua sobrevivência constitui uma delicada referência para os demais sindicatos no país.

## Conclusão

### **Reflexões críticas sobre o estudo do sindicalismo novo dos bancários e as políticas de organização de interesse dos trabalhadores**

Nessas reflexões finais faço o registro das conclusões obtidas na pesquisa, aponto alguns de seus pressupostos e as confirmações de alguns dos enunciados da produção teórica sobre o mundo do trabalho. Proponho também alguns questionamentos à metodologia de abordagem do sindicalismo e algumas indicações para se prosseguirem as investigações sobre o movimento sindical.

Devo registrar inicialmente minha convicção da importância em demonstrar, na história dos bancários, a trajetória de uma categoria que se organizou há mais de um século e se reconstituiu nos últimos vinte anos como agente ativo da resignificação de sua própria história nas escolhas, condicionadas é certo, de resistência, adesão, obstrução ou promoção de políticas que devem ser consideradas na trajetória de suas lutas, sendo insustentáveis os mitos de outorga constituídos em torno do Estado ou do patronato, tal qual apontado em Antunes (1982). Assim como se constituem categorias nas lutas dos trabalhadores, também a sua reconstituição permanente exige um intenso cuidado para explorar o dinamismo e a multideterminação envolvidos nas lutas de classes. Com esse pressuposto investiguei as condições relacionais entre bancários organizados e financistas considerando a sua história econômica, o poder acumulado pela centralidade ocupada por ambos no sistema financeiro, a reestruturação e a reorganização do capital e das tecnologias de controle do trabalho, as condições identitárias estabelecidas entre os trabalhadores e seus agenciadores e os múltiplos fatores das condições gerais de organização das classes trabalhadoras.

Na exploração da sociologia econômica percebi a primazia da natureza do papel do crédito e das suas alterações para compreender as recentes mudanças na constituição de classe dos bancários. A abordagem de qualquer relação envolvida na gestão financeira deve considerar que a riqueza fictícia compõe a própria genética do

capital, é a expressão de sua essência e não de algum desajuste especulativo carente de regulação ou suscetível aos apelos contra a ganância capitalista.

As frações de classes que operam as transformações nas relações de produção e no sistema financeiro estão fundidas na dinâmica do crédito e gravitam conflituosamente em torno das elevadas perdas nas recorrentes crises financeiras ao longo do planeta. Esse é um elemento angular para compreender os limites da resistência e das proposições fomentadas entre os bancários, os quais compõem o cotidiano de uma multiplicação fictícia de riquezas, tal qual detalhado em Nise (2002). Os dados observados para essa pesquisa demonstraram que as suas organizações de interesses desses trabalhadores tendem a encarar o capital fictício como um desvio que deve ser reformado por combinações globais de grupos organizados na sociedade civil, instituições multilaterais ou políticas públicas nas quais se propõe a participação ativa.

É fundamental para qualquer pesquisa sobre os bancários considerá-los como trabalhadores que são contratados para expandir o crédito e que legitimamente tendem a formular e defender, nas suas organizações de interesse, reformas marginais que preservem a dinâmica e os poderes estabelecidos em torno das relações que lhes são provedoras. A negligência da necessidade de conhecer detalhadamente as funções estruturais do crédito e compreender os trabalhadores em bancos como agentes contraditórios dessa dinâmica poderia levar o pesquisador a compartilhar da crença de que o que ocorre entre os financistas é uma desregulada ganância que precisa ser reconduzida ao compromisso da justiça social. Os estudos desenvolvidos apontaram que somente o compromisso com a dinâmica do crédito, a ignorância ou a crença poderiam sustentar tais argumentos. Constatei e concluo que os bancários, tipicamente, integram o primeiro bloco e que são legítimas as suas preocupações, proposições e ações que, combinadas, protegem e ampliam as condições gerais de subsunção real do trabalho no capital.

Derivado da dinâmica do sistema de crédito, o poder dos bancos e dos financistas impôs-se na pesquisa como outro elemento central para compreensão das alterações na dinâmica das lutas dos bancários. Constituído pela centralidade da gestão dos mecanismos de crédito no sistema produtivo, pela co-gestão dos mercados ilegais e pela inserção dos financistas nos principais núcleos de coordenação ideológica e de consenso político, tal qual apontado por Minella (1988, 1995, 1998 e 2001), o poder dos

bancos e dos financistas projeta-se como agente destacado na corrupção generalizada das relações ontológicas constituídas na modernidade. Tal qual postulados em Hardt (2001), durante a pesquisa verifiquei a impossibilidade de compreender essas alterações sem considerar a dimensionalidade instrumental dos movimentos corporativos financistas, os quais aniquilaram a integração das relações amplas de luta que sustentavam a identidade do trabalhador em banco. Pela trajetória de constituição e exercício continuado do poder dos bancos evidencia-se que a corrupção das relações relativamente estáveis se estabeleceu como regra hegemônica entre os banqueiros e os bancários, e ambos validam a efemeridade das participações nos mecanismos de gestão do capital estabelecendo, assim, uma onicrise processada em múltiplos e infinitos microconflitos que absorvem seus agentes e gestores nas fronteiras corporativas.

Para a análise do poder dos bancos, a utilização do referencial analítico da territorialidade foi decisivo para compreender a complexidade das condições relacionais entre forças, recursos, temporalidades e espaços dos agentes em conflitos no mundo do trabalho. A abordagem territorial permitiu compreender a dinâmica instável da apropriação desigual de recursos mantidos sob determinados limites para viabilizar determinados objetivos estratégicos. Esse referencial tornou-se ainda mais importante quando foi necessário compreender que entre seus diversos indicadores repousa uma complexa conjugação de materialidades e virtualizações que compõem tanto o poder transnacionalizado quanto o espaço banal da vida no ambiente de trabalho, moradia, lazer ou crença dos bancários. A conjugação desses diversos fatores é um desafio para a análise sociológica que aborda forças sociais compondo-as precariamente em suas espacialidades escalares.

O poder dos bancos pôde ser observado durante a reestruturação bancária que mobilizou todas as forças políticas do país e consumiu R\$ 84 bilhões – valor equivalente a 10% de toda a riqueza declarada gerada no país em 1996 - para socorrer uma fração de classe co-gestora dos processos de corrupção e outros desastros políticos que provocaram as ameaças de colapso no sistema financeiro brasileiro. A reestruturação bancária foi um exercício de poder e demonstração de força que generalizou a transnacionalização do capital financeiro no Brasil e evidenciou aos trabalhadores a centralidade sistêmica da fração de classe com a qual lutavam. Os processos de desnacionalização, concentração, centralização da capilarização direta e extensão precarizada da capilarização indireta reorganizaram o trabalho bancário e

tornaram-se elementos determinantes nos cálculos de escolhas na organização sindical dos trabalhadores em bancos.

Dessa forma o detalhamento da desnacionalização e a centralização de capital bancário tornaram-se elementos fundamentais para qualquer pesquisador compreender a recente história dos bancários, pois afinal, poucos grupos organizados de trabalhadores tiveram que alterar seu padrão de respostas na resistência à exploração do trabalho de forma tão acentuada quanto os bancários o fizeram. Em poucos meses milhares de trabalhadores dos bancos vendidos às corporações estrangeiras passaram a responder por uma organização mundial, coordenados por centenas de executivos virtualizados nos fluxos gerenciais, ou outros milhares participaram dos esforços dos bancos nacionais para duplicar seu tamanho e participação no mercado pressionados pelos líderes mundiais do setor. Muito mais que a participação nos mercados mundiais a reestruturação financeira desfez fronteiras simbólicas, desestabilizou certezas, dilacerou subjetividades que não imaginavam a proporção da situação criada.

Essas alterações foram determinantes para a reconstituição dos padrões identitários dos bancários e tornou-se fundamental para a pesquisa explorar quais foram as mudanças ocorridas nos significados atribuídos por esses trabalhadores entre si e ao patronato financeiro. Novamente os postulados de Hardt (2001) foram confirmados e orientaram a identificação da recomposição híbrida de identidade entre os trabalhadores em bancos e a necessidade dos sindicatos de organizarem os diversos interesses fomentados nos graduantes de integração entre *o nós* e *os eles* que se reconstituíram na história dos bancários. Constatei, entre os trabalhadores bancários integrados e os precarizados pela terceirização, uma aguda segmentação que se constitui no mais forte fator de dispersão das forças de organização dos interesses comuns desses trabalhadores, confirmando assim os postulados de Offe (1984) sobre as estratégias de organização do capital na relação com o trabalho organizado.

Movidos pelo medo da exclusão e do isolamento da precarização, os bancários adotaram referenciais ideológicos típicos do gestor financeiro, constituindo-se em gestores de capital em oposição complementar aos terceirizados e das demais categorias laborais. A formação do bancário-gestor de capital foi detalhada em Jinkings (2002) em análises sobre as novas formas de gestão do trabalho implantadas nos bancos e a intensa ideologização dos trabalhadores que desenvolvem continuamente um culto

da excelência e da auto-responsabilização pela qualidade e produtividade do trabalho. Confirmou-se que essa nova dinâmica de controle do trabalho acompanhada da participação dos bancários nos lucros, portanto na própria gestão do capital, forma um amálgama ideológico entre as estratégias corporativas e as necessidades imediatas dos trabalhadores. Os bancários integrados desenvolveram ativo interesse pela parcela de mais-valia retida pelo gestor financista na relação inter-capitalista, sendo esse movimento não somente uma armadilha própria do capital para o trabalho mas também uma busca criada nos próprios trabalhadores.

A ideologização observada entre os bancários confirma as clássicas formulações de Marx (1987 e 1995) sobre a subsunção real do trabalho no capital em que as forças produtivas são assimiladas como forças inerentes ao capital, ao qual o trabalho deve o seu empenho para manter o dinamismo do sistema. Essa inversão absoluta na ordem dos fatores implica a reivindicação do capital pelo trabalho, ou seja, o trabalho pede para trabalhar e, portanto, deve dedicar-se com toda intensidade para a auto-valorização do capital que se tornou seu provedor. Consagra-se, assim, a legitimidade imediata da exploração do trabalho e a aceleração da produtividade compartilhada pelos trabalhadores, os quais alimentam sua própria dispensabilidade em prol do capital sob a esperança de permanecerem integrados ou serem os últimos dentre os que ficarão sem trabalho.

A geração exponencial da riqueza fictícia que unifica as necessidades dos grandes capitalistas e se constituiu no amálgama da burguesia financeira é também o principal elemento de atração para a sobrevivência individual dos trabalhadores integrados aos núcleos de gestão financeira e se reproduz no entrelaçamento progressivo dos sindicatos com grandes massas de capital, seja para gerar e preservar relações de assalariamento, para suplementar o orçamento da entidade ou para obter poder de constrangimento e reconhecimento externo através dos grandes fundos de previdência, das sociedades incorporadoras habitacionais ou clubes de investimento de capital. Confirmaram-se nesta pesquisa as novas dimensões estabelecidas na luta de classes pelo envolvimento dos trabalhadores na gestão do capital, tal qual postuladas em Harvey (1990) e descritas em Bernardo (1987, 1991 e 2000). Essa concepção de agente sindical ativo no processo de gestão do capital é fundamental para compreender as escolhas táticas dos bancários nas lutas operárias ou nas alianças por políticas públicas sem

considerá-las desvios de compreensão histórica da luta dos trabalhadores, pois o são reflexivas e calculadas pela fração de classe que representam.

Constatei, nesta pesquisa, que os bancários - integrantes ativos do sistema de crédito, partícipes da ideologia financista, segmentados entre integrados e terceirizados, constrangidos pela redução da ação sindical em quase todo o mundo e pelo poder demonstrado pelos bancos durante a reestruturação financeira - reconstituíram o seu sindicalismo reduzindo sua disposição para a ação direta e demandando de seus dirigentes táticas de sobrevivência que lhes permitissem compor sua história de lutas com as vantagens instrumentais que se avolumavam na relação de trabalho. Demonstrei que tais táticas se dividiram entre a busca de reconhecimento interno, para a preservação do convencimento à filiação e apoio às iniciativas de constrangimento ao patronato, e a busca de reconhecimento externo para alimentar o status interno e obter vantagens marginais na negociação do salário ou na regulação institucional das condições gerais do trabalho.

Nos anos noventa, os sindicatos dos bancários preservaram elevados os índices de sindicalização relativa apesar da redução, pela metade, no estoque de emprego formal nos bancos. Tal façanha só foi possível porque os sindicatos dispensaram do cálculo os terceirizados e continuaram representando estritamente aqueles trabalhadores formalmente reconhecidos como tal pelos empregadores. Evidenciaram-se os postulados de Offe (1994) sobre a economia política do mercado de trabalho e a competição estabelecida entre vendedores de força de trabalho e, entre esses, os compradores no mercado. Determinadas frações entre os bancários transigiram um declínio progressivo das suas condições gerais de contratação do trabalho em detrimento de outras frações que tiveram suas condições rapidamente precarizadas para atenuar as exigências da massa salarial a cargo dos financistas.

Constituído por aqueles trabalhadores formalmente integrados aos bancos, o sindicalismo novo dos bancários quase desapareceu nas micro e pequenas entidades e constituiu grandes máquinas sindicais com serviços de apoio à capacitação para o trabalho, especialmente voltada para a gestão do capital, grandes empresas, cooperativas de serviços de crédito, cooperativa incorporadora habitacional e outras iniciativas que lhes servem de importante suplementação orçamentária. As novas máquinas exigiram também dirigentes sindicais aptos a gerenciá-las em conformidade com “o que

realmente interessa para a categoria”, conforme expresso por um dirigente em entrevista. Há entretanto um diferencial desse novo dirigente quando comparado com o clássico burocrata sindical, detalhado por Martins (1989): o dirigente do sindicalismo novo é também um hábil prestador de serviços de mobilização e de campanhas institucionais que “protegem” o bancário dos riscos da luta por melhores condições de trabalho.

A sustentação da sindicalização na venda de serviços sindicais, que tentam inclusive substituir o próprio bancário na ação sindical, implica o enfrentamento desse sindicalismo com os paradoxos do padrão monológico aplicado à ação coletiva, tal qual postulado por Offe (1984). Ao convencer o sindicalizado a comprar um produto que a máquina sindical aprendeu a fazer bem feito, as campanhas institucionais para constranger o empregador financista, o dirigente destrói o fator constituinte do poder de ação dos trabalhadores que é a coletivização da ação. Para contornar essa dificuldade estrutural, os bancários intensificaram as relações diretas entre as comissões de empresa e os gestores corporativos, confirmando assim tendências gerais de desenvolvimento das negociações com abrangência microcorporativa, como as apontadas em Antunes (1999) e Boito Jr. (2002) e outros. Constatei, entretanto, que os bancários participam do processo negocial, ao qual chamei de relações endogênicas, amplamente estrangulados pelas condições jurídicas e pelas táticas patronais de intensificação dos esforços de convencimento dos trabalhadores para as vantagens da negociação específica.

Outras táticas para tentar compensar o rompimento do padrão dialógico foram demonstradas na pragmática reorganização que os bancários realizaram em seu leque de alianças para sustentar novas noções de cidadania baseadas na *inclusão bancária* ou financeira. Tal qual postulado por Antunes (1999) e Boito Jr. (1999), pode-se observar que a maioria dos bancários incorporou progressivamente parcelas da ideologia neoliberal ao defender direitos de acesso diferenciado ao mercado para os sindicalizados e apontar obrigações de auto-responsabilidade do trabalhador para assumir a gestão de crises de capital em sua área ou setor específico. Entenda-se no complementar dessas ações a legitimação ou a naturalização das dificuldades daqueles excluídos do acesso ao mercado. Confirma-se na trajetória desses bancários uma noção de cidadania vinculada à funcionalização das agências de estado para a inclusão dos cidadãos em relações de troca, objetivando assim a persistência e a dinamização das condições de mercado e capital.

Conclui-se que os sindicatos dos bancários afastaram-se das alianças com caráter classista e incorporaram algumas funções de Organizações Não-Governamentais – ONGs financiadas pelo movimento no início dos anos noventa. Tal manobra permitiu elevar o controle de ações utilizadas para obter reconhecimento ante os sindicalizados e mobilizar esses recursos para obter o reconhecimento e influência sobre os financistas ou governantes. Inclui-se na mesma tática a ampliação da participação de bancários apoiados pelos sindicatos na composição parlamentar e governos eleitos em 2002, especialmente o governo federal. Constatou-se a intensa reciprocidade entre os sindicatos e os representantes-gestores públicos que possibilita aos bancários acumular recursos de poder compensatórios da redução da ação direta, especialmente naquelas inserções analisadas nos espaços de regulação governamental e gestão de grandes massas de poupança previdenciária. Tendencialmente o sindicalismo bancário torna-se assim uma variável da política pública tal qual já o tem sido em diversas situações na estratégia das corporações financeiras.

Algumas questões foram suscitadas nesta pesquisa e constituem proposições teóricas ou indicações de pesquisa. A primeira delas refere-se à acentuada imprecisão existente nas análises do sindicalismo bancário sobre quais e quantos são os trabalhadores considerados nesses estudos, e especialmente as avaliações sobre a degeneração da centralidade do trabalho nos bancos. As políticas patronais de segmentação do trabalho estabeleceram entre os trabalhadores, e mais precisamente entre os bancários, uma multiplicidade de situações que sofrem uma generalização imperfeita a partir da redução absoluta do emprego bancário. São equívocos complementares a superestimação dos impactos da brusca redução no emprego formal nos bancos e a subestimação da sua transferência para as formas precarizadas de trabalho através dos mecanismos de terceirização.

Um cálculo simples e pouco lapidado, embora bastante plausível conforme apontado na pesquisa, pode auxiliar na precisão do equívoco que aponto. Em 1990 havia 700 mil bancários que trabalhavam em média 7 horas por dia e, em média, 100 mil outros trabalhadores executando trabalhos tipicamente bancário durante 8 horas diárias em média. Em 2000 eram 400 mil bancários que trabalhavam em média 8 horas por dia e, estima-se, 260 mil outros trabalhadores executando trabalhos bancários durante 9 horas por dia em média. Computados ambos os totais constata-se um consumo diário de 5,7 milhões de horas em 1990 que se reduz para 5,5 milhões de horas

em 2000, significando uma redução de apenas 3% no consumo geral de horas de trabalho nos bancos. Se for considerado que nesses cálculos não se incluem o trabalho de asseio, vigilância e conservação, os correspondentes bancários e o trabalho da maioria dos financiários, pode-se seguramente afirmar que os bancos consumiram mais horas de trabalho em 2000 que há dez anos atrás, sendo, pois um fetiche a redução do trabalho nos ambientes bancários. Excluem-se ainda dessas considerações o trabalho gratuito realizado por milhares de clientes a todo instante nos mecanismos de auto-atendimento.

Por esses cálculos é possível verificar que a contratação de trabalho pelo capital permanece inalterada, ou mesmo foi ampliada, nos anos noventa, tendo ocorrido uma intensa ampliação das formas conjugadas de mais-valia e a dissimulação da exploração por diversos recursos de discurso e gestão do trabalho. Essas alterações nas formas de agenciamento do trabalho permanecem difusas para a maioria dos estudos acadêmicos e das análises realizadas pelo próprio movimento sindical e tendem a privilegiar os aspectos formais do emprego reproduzindo a própria hierarquização do sindicalismo novo dos bancários.

Proponho considerarem-se criteriosamente os terceirizados como uma fração de classe contígua dos trabalhadores em instituições financeiras, sem reproduzir a miopia imediata provocada pela segmentação do trabalho pelo capital e pela intensa corrosão da sua regulamentação coletiva. A negligência dessa regra para a análise da organização de interesse desses trabalhadores induz à simplificação da vitimização dos bancários ante as estratégias dos financistas, pois teriam sido numericamente reduzidos à metade do que eram em 1990 e têm gravitando em torno de si algumas dezenas de terceirizados que lhes rebaixam direitos e benefícios. Tal miopia dificulta a identificação da intensa concorrência entre esses trabalhadores e a hegemonia interna de uma de suas frações, à qual não pode ser conferido qualquer status de vítima transtornada frente às barbáries do capital. Repondo algumas verdades, como todas as outras também relativas, o número de trabalhadores em bancos foi pouco reduzido, o número de horas de trabalho contratadas ampliou-se e os terceirizados cumprem múltiplos papéis, dentre eles aliviar a pressão dos financistas sobre a redução da massa salarial dos bancários integrados.

Outra generalização imperfeita que essa pesquisa pôde contestar refere-se às considerações sobre a renovação entre lideranças sindicais. Tornou-se verdade superada a degeneração da capacidade de luta dos bancários em função da senilidade de seus dirigentes, pois a observação das recentes nominatas das chapas em disputa e das diretorias eleitas evidencia a emergência de novas lideranças que forçam a despedida dos “velhos dinossauros” que ingressaram no movimento nos anos oitenta. As novas lideranças sindicais, em sua maioria, realizam uma complexa e delicada conjugação do apego retrógrado às artimanhas da burocracia sindical com avançadas práticas de gestão dos resultados corporativos, de ampliação das massas de capital dos trabalhadores - fundos de previdência fechada, fundos de investimentos e sociedades de crédito habitacional - e de campanhas institucionais de mobilização e protesto como um serviço sindical. Esses novos sindicalistas não mais correspondem aos estereótipos de um burocrata controlado e defensivo, pois são agentes propositivos, ousados e bem treinados na arte do serviço sindical. Todavia constituem um grupo que carece de maiores estudos para precisar seu perfil de ação, seus projetos e sua ideologia, sendo esta uma indicação de aprofundamentos necessários na temática da pesquisa.

Faço ainda três indicações adicionais para aprofundamentos em pesquisas posteriores. A primeira refere-se ao envolvimento dos bancários nas agências governamentais e reguladoras e principalmente nos fundos de previdência fechada. Quanto à influência das organizações sindicais nas agências governamentais uma demonstração do esgaçamento de fronteiras pode ser observado nas deliberações do seminário de planejamento da Direção Executiva Nacional da CUT, realizado em agosto de 2003, o qual decidiu sobre os encaminhamentos ante a multiplicidade de deliberações do 8º Congresso Nacional da CUT realizado em junho de 2003. Nas discussões sobre o eixo prioritário *Salário, Emprego e Desenvolvimento*, consta, dentre outras, a seguinte ação prioritária: “combater a informalidade e as péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho. Desenvolver campanha em defesa da carteira assinada e denúncia das horas extras...”. Evidencia-se na formulação o papel instrumental reservado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, dado que o órgão é citado como o recurso para o desenvolvimento da ação na relação direta *ação* (combater) – *recurso* (poder fiscalizador do MTE). Tal disposição sugere uma tendência de comprometimento progressivo do sindicalismo com a gestão

pública que demanda um atento acompanhamento sociológico para ampliação das condições de análise do sindicalismo.

O domínio de determinados circuitos de relação de poder institucionais pode significar um grande diferencial entre sindicatos no país, e a gestão das maiores massas de capital acumuladas no Brasil projeta alguns setores do sindicalismo no controle de áreas nevrálgicas do capitalismo contemporâneo. Tal qual indicado em Oliveira (2003), o uso dos fundos de previdência fechada sob a influência de um neo-populismo sindical poderá fazer das experiências populistas, e das formulações acadêmicas a elas referentes, apenas meros ensaios antecipatórios da funcionalização da pobreza e da dominação política de classe viabilizados pela instrumentalização desses recursos. Essa possibilidade merece ser atentamente acompanhada pois pode significar a maior mudança no sindicalismo brasileiro após sua politização nos anos trinta.

A segunda indicação refere-se à reforma sindical formulada no Fórum Nacional do Trabalho - FNT entre julho e 2003 e março de 2004. Desde 1978, a estrutura sindical passou por várias alterações pontuais que, entretanto, preservaram os pilares corporativistas dos anos trinta, tais quais a unicidade sindical, o imposto sindical, o enquadramento por categoria profissional e outros, conforme detalhados em Boito (1991a). Durante os governos dos anos noventa, a política adotada foi a repressão aos setores operários que organizaram lutas contra as políticas neoliberais em curso no país combinada com benesses aos setores que organizassem os trabalhadores para o apoio às mesmas políticas, especialmente a desregulamentação do mercado de trabalho. A ação direta sobre a estrutura sindical foi deixada a cargo do próprio movimento que, liberado do reconhecimento oficial da unicidade, pôde disputar os recursos do imposto sindical criando milhares de sindicatos para esse fim específico, como detalhado em Cardoso (2003).

A reforma sindical proposta no fórum tripartite consultivo do Presidente da República e coordenado por um ex-membro da executiva nacional da CUT, Osvaldo Bargas, está estruturada em torno da retomada do controle perdido com a pulverização sindical, flexibilizando e complexificando o reconhecimento sindical e, em torno da sustentação financeira da estrutura sindical, especialmente das federações e centrais sindicais, ampliando dissimuladamente a condição tributária dos sindicatos no país. Durante os debates para a formulação da proposta, os setores historicamente

dependentes da unicidade sindical, e dos impostos dela decorrentes, negociaram prazos e repazos para subverter às novas regras em troca da facilitação de destinação de recursos para sustentação das centrais, especialmente da CUT, que foi majoritária na formulação das propostas. A complexidade da regulamentação e os inúmeros complicadores para a fiscalização de diversas regras propostas, associadas a todos as prorrogações de prazos para adaptação, são indicadores de poucas alterações a médio prazo além da ampliação da contribuição obrigatória dos trabalhadores para sustentação do sistema representativo. O acompanhamento da evolução da proposta até a sua efetivação legal e seus impactos sobre a organização dos sindicatos no país é uma necessidade permanente nos próximos anos para a pesquisa do mundo do trabalho.

Os estudos sobre o sistema financeiro e os mercados ilegais estimularam uma provocação à produção acadêmica e também uma terceira indicação de pesquisa. Observei a pouca exploração de um tema tão relevante quanto a associação entre esses dois pólos complementares do capitalismo contemporâneo e tão rentáveis às carteiras especializadas das grandes corporações financeiras. Quando somados os recursos financeiros gerados pelo narcotráfico, pelo tráfico da biota e seres humanos, pelos desvios de recursos públicos para grupos privados, pelo caixa dois das grandes corporações e fortunas mundiais chega-se a valores comparáveis com os recursos declarados legalmente no sistema; entretanto esses espaços são pouco explorados e fragilmente analisados pela sociologia econômica. São desafios que se apresentam e podem proporcionar consideráveis avanços tanto na produção de metodologia de abordagem e análise quanto na produção de recursos instrumentais para compreensão desses círculos de negócios.

A última contribuição dessa pesquisa refere-se à noção de crise aplicada aos debates sobre o sindicalismo bancário. Compreendendo crise sindical como um colapso regenerativo de um determinado modelo de ação fundamentalmente vinculado a um projeto de classe para limitar ou superar a exploração do capital sobre o trabalho. Pode-se afirmar que os bancários já regeneraram seu sindicalismo desvinculando-o dos compromissos de emancipação operária e limitando suas preocupações com o pragmatismo das negociações imediatas das forças de trabalho. Portanto os debates sobre a crise no movimento sindical bancário devem ser realizados sobre novas bases.

Os principais indicadores da crise no sindicalismo bancário nos anos noventa foram a ampliação das forças financistas no conjunto social, a despolitização das relações de trabalho, a reestruturação produtiva, a segmentação da categoria e a brutal queda na sindicalização absoluta. Ante cada um desses fatores, os bancários organizados repensaram sua estratégia de ação sindical e encontraram o ponto satisfatório de sobrevivência a médio prazo, especialmente a constituição de recursos de reconhecimento interno e externo compensatórios da degeneração nas condições de ação direta. Dessa forma, a ressurgência contestatória observada no novo sindicalismo e amplamente descrita em Antunes (1991), do qual os trabalhadores em bancos foram protagonistas destacados, completou seu ciclo nos bancários, os quais no século XXI debatem crises de todos os matizes nos mais diversos grupos sociais, exceto sobre sua própria experiência imediata.

A última vez que o sindicalismo bancário tomou uma posição congressional sobre a crise sindical tendo como objeto sua própria experiência foi em 1997, e a última referência a um projeto integrado entre as classes trabalhadoras para a construção do socialismo foi em 2000 entremeio às discussões sobre a crise ambiental mundial e o degelo das calotas polares. No novo século algumas referências a essas temáticas têm sido proferidas pelas tendências minoritárias do movimento, todavia sem alcançar expressão no conjunto das políticas de ação adotadas entre os bancários.

Essa trajetória evidencia o ajustamento desses trabalhadores aos avanços do capitalismo fazendo pouco sentido persistir considerando a ação dos bancários como expressão de qualquer crise reativa ou sem projeto estratégico, pois essa fração de classe superou tal condição convencida de que seu limite é explorar algumas barganhas na negociação do trabalho, num modelo marcado pela gestão do realismo pragmático.

Finalmente é sempre importante considerar que os ciclos de mobilização operária contra a exploração do trabalho historicamente implicaram progressivos avanços nas formas de controle implantadas pelo capital, e é nessa perspectiva que se inscrevem as análises dos mecanismos ampliação da subsunção real do trabalho no capital no sistema financeiro. As lutas operárias desconstituem e reconstituem as forças do capital, tal qual enunciado por Marx (1987) e Hardt (2001), e as alterações nas formas de subsunção são uma resposta necessária dos capitalistas ao esgotamento provocado pelo trabalho nas condições formais da exploração. Nesse sentido os

trabalhadores bancários se tornaram expressão de uma luta social que teve o mérito de manter a organicidade de determinadas condições de intervenção nas relações de trabalho e forçar mudanças na gestão capitalista, todavia, destituída do seu caráter de classe e restrita às funcionalidades do capital, a luta dos bancários não ultrapassa os limites do sindicalismo para alcançar com força a esfera política integradora das lutas sociais.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O corporativismo em declínio? IN: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, :51-58. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital – crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho. IN: *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Correz; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.
- AMORIM, Wilson A. Costa de. Setor bancário brasileiro: a busca de novos rumos para a negociação coletiva. IN: *Relasur*. Montevideo: Ed. Cono Sur, 1995.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.
- ANDIMA. Relatório econômico: o sistema financeiro no mercosul. Rio de Janeiro: ANDIMA, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas,SP: Ed. UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, IN: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, 3ª edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Angela M. C. & TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. IN: *BIB*, 32: 1-31. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Anpocs, 2º semestre de 1991.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30*, mimeo apresentado na XIX Anpocs, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

- BACEN – Banco Central do Brasil. *Democratização do crédito no Brasil*. Nota técnica DINOR. Brasília: BACEN, 2003.
- BANCO BRADESCO - *Relatório Formulário 20-F*. Registrado em 28 de setembro de 2001 junto a *Securities and Exchange Commission* - órgão da Comissão de Bolsas e Valores Mobiliários de Washington, DC, p. 154-162.
- BARROS, José Roberto Mendonça de; e ALMEIDA Júnior, Mansueto Facundo. *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil*. Brasília: Ministério da Fazenda [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br), em maio de 1997.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. IN: *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Igeo/UFRJ, 1982.
- \_\_\_\_\_. Elementos para a construção de um conceito sobre gestão do território. IN: *Cadernos do Laget n° 01*. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1988.
- BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação, IN: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, 3ª edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- BERNARDO, João. *Capital, sindicatos e gestores*. São Paulo: Vértice, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.
- BLASS, Leila M. da S. *Estamos em greve!: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985*. São Paulo: Ed. HUCITEC / Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*, Campinas(SP)-São Paulo: Ed. UNICAMP - HUCITEC, 1991a.
- \_\_\_\_\_. Reforma e persistência da estrutura sindical. IN: *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, :43-92. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991b.
- \_\_\_\_\_. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro, IN: *Perspectiva*, 3(8): 23-28, jul-set/1994. São Paulo: SEADE.
- \_\_\_\_\_. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. IN: *Crítica Marxista*, 1(3). São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

- \_\_\_\_\_. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical, IN: *Crítica Marxista*, nº 12. São Paulo: Boitempo Editorial, maio de 2001.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. IN: *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.
- BRASIL, PLANFOR - *Programa nacional de qualificação do trabalhador: Avaliação gerencial*. Brasília: SEFOR, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria de Controle Interno no Ministério do Trabalho e Emprego: *Proposta para avaliação dos projetos e atividades executados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT*. Brasília, 1999, mimeo.
- CALDERÓN, Álvaro; e CASILDA, Ramón. La estratégia de los bancos españoles em América Latina. IN: *Revista de la CEPAL 70*. Santiago de Chile: CEPAL, abril de 2000.
- CANÊDO, Leticia B. *O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923 - 1944*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Bancários: movimento e participação política*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A classe operária vai ao sindicato*. São Paulo: Contexto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877 - 1944)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARVALHO, A. Gledson. Ascensão e declínio do mercado de capitais no Brasil – a experiência dos anos 90. IN: *Revista Economia Aplicada*. São Paulo: Fea / USP / Fipe, v.4, n.3, 2000.
- CARVALHO Et Alii. Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas. IN: *Texto para discussão 822, maio de 2002*. Brasília: IPEA, 2002.
- CARVALHO, Fernando Cardim. The Recent Expansion of Foreign Banks in Brazil. IN: *Working Paper Series CBS-18-01*. Oxford GB: University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 2001.

- CARVALHO Neto, Antônio Moreira de; e OLIVEIRA, Vanessa Criscuolo Parreiras de. Negociações coletivas no setor bancário brasileiro: perdas, resistência e alguns avanços nos anos 90. IN: *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1998.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *The power of identity*. Oxford GB: Blackwell Publishers, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Maria H. Guimarães de. Interesses, organizações e políticas sociais. IN: *BIB*, 31. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1991.
- CASTRO, Maria Silvia Portela de. Possíveis estratégias sindicais frente a reestruturação produtiva no Brasil. IN: *Sindicalismo latino-americano – entre la renovación y la resignación*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad/Ildes-FES, 1995.
- CEPAL/ONU – Comisión Económica para America Latina y el Caribe. *Estudio económico de America Latina y el Caribe 1998 – 1999*. Santiago de Chile: Ed. Sínteses, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Financial globalization and the emerging economies*. Santiago de Chile: ECLAC and International Jacques Maritain Institute, 2000.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. IN: *Novos Estudos Cebrap*, nº52, 17-20. São Paulo: Cebrap, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. IN: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xãma, 1998b.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *Uma visão crítica da teoria da repressão financeira*. Campinas SP: Ed. Unicamp, 1999.
- CNB/CUT - Confederação Nacional dos Bancários da CUT. *Democratização e controle social do sistema financeiro*. São Paulo: CNB/CUT, caderno s/d.
- \_\_\_\_\_. *Rumo ao contrato coletivo de trabalho*. São Paulo: CNB/CUT, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Sistema financeiro*. São Paulo: CNB/CUT, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Perfil dos Bancários*. São Paulo: CNB/CUT, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Resoluções do II Congresso*. São Paulo, junho de 1997, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Balanço anti-social dos bancos*. São Paulo, 1997, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Conferência sobre bancos estrangeiros na América Latina*. São Paulo, agosto 1998, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Resoluções do III Congresso*. São Paulo, setembro de 2000, mimeo.

- \_\_\_\_\_. *Resoluções da III Conferência*. São Paulo, julho de 2001, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Relatório (dossiê) da terceirização no sistema financeiro nacional*. São Paulo, junho 2001a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Resoluções da IV Conferência*. São Paulo, junho de 2002, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Caderno de teses do IV Congresso*. São Paulo, julho de 2003, mimeo.
- CNB/DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.  
*Os rostos dos bancários – mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro*.  
São Paulo: CNB/CUT, 2001.
- CNB/IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor. *Manual: Os bancos e você, conheça seus direitos*. São Paulo: CNB/CUT/IDEC, s/d.
- CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico*. Relator: Dep. Moroni Torgan. Brasília: Congresso Nacional, novembro de 2000.
- \_\_\_\_\_. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI PROER destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil – BCB com o sistema financeiro privado*. Relator Dep. Alberto Goldman, Brasília, 16 de abril de 2002.
- COCHRANE JUNIOR, Leo Wallace. *Sistema financeiro: panorama e perspectivas*. São Paulo: IBCB, 1991.
- COSTA, Fernanda H. R. *A jornada de trabalho e as recentes transformações no setor bancário brasileiro*. Dissertação em Economia. Curitiba: UFPR/Setor de Ciências Sociais Aplicadas, 2002.
- COSTA, Vanda M. R. Costa. *Origens do corporativismo brasileiro*. IN: *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Iuperj / Ed. Rio Fundo, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial*, IN: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 59-64. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- CUT - Central Única dos Trabalhadores. *O que mudar na estrutura sindical e nas relações de trabalho?* São Paulo: CUT, agosto 1996.
- \_\_\_\_\_. *Formação profissional*, Informacut nº 257. São Paulo: CUT, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Formação profissional e sistema público de emprego*. Separata do texto base da 9ª Plenária Nacional. São Paulo: CUT, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Manual administrativo e financeiro da CUT*. São Paulo: CUT, 1999b.

- \_\_\_\_\_. A CUT e o FAT. IN: *Revista Forma e Conteúdo*, nº 10, p.37-65. São Paulo: CUT, agosto de 2000.
- \_\_\_\_\_. *Panorama dos ramos da CUT*. São Paulo: CUT, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A política internacional da CUT*. São Paulo: CUT, 2003.
- CYSNE, Rubens Penha; e COSTA, Gustavo Silveira da. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. IN: *Revista Brasileira de Economia* V.51, n.3, p277-412. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, jul/set, 1997.
- DE PAULA, Fernando Rodrigues. Los determinantes del reciente ingreso de bancos extranjeros a Brasil. IN: *Revista de la CEPAL nº 79, abril 2003*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p. 169-188.
- DIEESE - *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-Econômicos. Produtividade e campanha salarial*. São Paulo, 1979, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Profissão bancário: perfil da categoria*. São Paulo, 1980, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Política salarial. Cadernos de pesquisa*. São Paulo, 1993, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção*. São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O comportamento do setor bancário em 1995*. Florianópolis, março 1996, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Dieese, nº 184*. São Paulo, julho de 1996a.
- \_\_\_\_\_. *Conseqüências da reestruturação produtiva dos bancos sobre os bancários*. Rio de Janeiro: Subseção Dieese Seeb Rio, junho 1997, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Desempenho e Reestruturação dos Bancos Após o Plano Real*. São Paulo: Subseção Dieese CNB, junho de 1997a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *O programa de remuneração variável do Itaú – AGIR*. São Paulo: Subseção Sese-Seeb São Paulo, 1997b, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *A jornada de trabalho nos bancos*, Dieese Texto 03/98. São Paulo: Subseção Sese-Seeb São Paulo, 1998, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Emprego bancário no Brasil*, Informativo nº 01. São Paulo: Subseção Sese-Seeb São Paulo, março de 1999a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Emprego bancário no Brasil*, Informativo nº 02. São Paulo: Subseção Sese-Seeb São Paulo, novembro de 1999b, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Bancos (e finanças) no Brasil: reestruturação e tendências* São Paulo: maio de 1999c, mimeo.

- \_\_\_\_\_. *Um Balanço do Emprego Bancário no Brasil em 1999*. São Paulo: Subseção Seeb São Paulo, Março de 2000a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Marcas da reestruturação do setor bancário brasileiro pós-94: concentração, internacionalização, privatização e desemprego*. São Paulo: Subseção CNB Bancários, 2000b, mimeo.
- DINIZ, Eli. Empresariado, sindicatos y política económica en la nueva república: Brasil, 1985-1986. IN: *Estabilización y respuesta social*, Santiago: Prealc/OIT, 1990.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil, In; *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*, :13-42, Florianópolis SC: Ed. da UFSC/ IDACON, 1993.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. Olha o empresariado aí, minha gente. IN: *Revista Insight Inteligência, nº 17, junho 2002*. São Paulo, Ed: Insight, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1986.
- \_\_\_\_\_. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O jogo da direita*. Petrópolis RJ: Vozes, 1989.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- FEBRABAN/FENABAN – Federação Brasileira de Associações de Bancos. *Balanço social dos bancos 1993*. São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 1994*. São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 1995*. São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 1996*. São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 1997*. São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 1998*. São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 1999*. São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 2000*. São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Balanço social dos bancos 2001-2002*. São Paulo, dez. 2002.

- FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. *CUT-Cidadã, uma avaliação do sindicalismo recente*. Trabalho apresentado no seminário intermediário GT ANPOCS-USP. São Paulo, 2003, mimeo.
- FERREIRA, Carlos Kawall L.F., FREITAS, Maria Cristina P. de, SCHWARZ, Gilson. A institucionalidade do sistema monetário e financeiro. IN: *Transformações institucionais dos sistemas financeiros – um estudo comparado*. São Paulo: Fundap / Fapesp, 1998.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. *Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro*. São Paulo: Fundap : Fapesp; Brasília: IPEA, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A ampliação recente da participação estrangeira no sistema bancário brasileiro*, 2000, mimeo.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de; e PRATES, Daniela Magalhães. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. IN: *Economia e Sociedade* (11): 151-72, Campinas SP: UNICAMP, dez. 1998.
- GALL, Gregor. Developments in trade unionism in the financial sector in Britain. IN: : *Work, employment & society: Journal of the British Sociological Association*, vol.11, n.2, London, junho 1997.
- GLASBERG, Davita Silfen, *The Power of Collective Purse Strings - The effect of bank hegemony on corporations and the state*. Los Angeles: University of California Press, 1989.
- GLASBERG, Davita Silfen; e SKIDMORE, Dan. *Corporate welfare policy and the welfare state - bank deregulation and the savings and loan bailout*. New York: Ed. Aldine de Gruyter, 1997.
- GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo (1977-1993), IN: *O mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Scritta, Campinas: Unicamp/Cesit, 1994.
- GROS, Denise Barbosa. Liberalismo, Empresariado e Ação Política na Nova República. IN: *Empresários e modernização econômica: Brasil Anos 90*, Florianópolis: Ed. UFSC, 1993. p. 135-153.
- GUIA BANCÁRIO DO Brasil. *Edição 1993* – São Paulo: Guiatec Computação e Editora Ltda, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Edição 1997* - São Paulo: Guiatec Computação e Editora Ltda, 1997.
- GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. IN: *A mundialização financeira*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

- HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Los limites Del capitalismo y la teoria marxista*. Ciudad Del México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero y las clases sociales*. Madrid: Ed. Tecnos, 1973.
- HOBBSBAWN, Eric J. Adeus ao movimento trabalhista clássico?. IN: *Estratégias para uma esquerda racional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar - PNAD 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sindicatos: indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. *International Capital Markets – developments, prospects, and key policy issues*. Washington: IMF/PS, 2000.
- JINKINGS, Nise. *O Mister de Fazer Dinheiro: Automatização e Subjetividade no Trabalho Bancário*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”, os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas (SP): Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- JOFFILY, Bernardo. Toytismo e microeletrônica: uma revolução que desafia dos sindicatos, IN: *De Fato / CUT*, 14-25, n. 2, dez 1993. São Paulo: CUT.
- JUNCKES, Ivan Jairo. *O microcorporativismo no movimento sindical brasileiro – a trajetória dos trabalhadores do Besc*, Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/CFH, 1997.
- KAREPOVS, Dainis. *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1993*. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.
- LARANGEIRA, Sônia M. Guimarães. *Reestruturação das telecomunicações e o desafio aos sindicatos numa perspectiva internacional*. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS – 2002, mimeo.

- LEOPOLDI, Antonieta P. Burocracia, empresariado e arenas decisórias estratégicas: trajetórias do neocorporativismo no Brasil (1939-1955). IN: *Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo/Anpocs, 1992.
- LOBO, Valéria Marques. *Democracia e corporativismo no Brasil*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte: DCP-UFGM, 1994.
- LOBOS, Julio. *Sindicalismo e negociação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Manual de guerrilha trabalhista para gerentes*. Edição do autor, 1986.
- MACHADO, Lia Osório. Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. IN: *Drogas. Hegemonia do Cinismo*. São Paulo: Ed. Memorial, 1995. p. 217-242.
- \_\_\_\_\_. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? IN: *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 15-64.
- \_\_\_\_\_. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. IN: *Revista Território nº 8 (jan/jun 2000)*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1999. p. 9-30.
- \_\_\_\_\_. *Glossário do sistema financeiro mundial*, obtido em <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/sistfin/>, em 06/01/2004.
- MACHADO, Zaira. *O papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento*. Porto Alegre: Veraz Editores/Central Única dos Trabalhadores/AFLCio, 2002.
- MADI, Maria A. Caporale. Inovações financeiras e automação bancária no Brasil (1990-1994). IN: *Economia e Empresa*, janeiro 1995 : 21-30. São Paulo.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará : ANPOCS, 1993.
- MARTIN, Scott. As câmaras setoriais e o meso-corporativismo. IN: *Lua Nova*, 37. São Paulo: Tec Art / Cedec, 1996.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Ed. Global, 1987.
- \_\_\_\_\_. O método da economia política. IN: *Marx/Engels*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 36. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Ed. Moraes, 1995.
- MICK, Jacques. *Sessenta: 1935-1995, uma história*. Florianópolis (SC): Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, 1995.

- MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro-São Paulo: Anpocs-Espaço e Tempo, 1988.
- \_\_\_\_\_. Transformações dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil, IN: *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- \_\_\_\_\_. Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90, IN: *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC / IDACON, 1993.
- \_\_\_\_\_. El discurso empresarial em Brasil: tienen la palabra los señores banqueros. IN: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 57, nº 4. México, outubro de 1995.
- \_\_\_\_\_. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. IN: *Ensaio FEE*, ano 17, n. 2, 1996.
- \_\_\_\_\_. Elites Financeiras, Sistema Financeiro e Governo FHC. In: *No Fio da Navalha – Crítica das Reformas Neoliberais de FHC*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina*. Trabalho apresentado no XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, MG, de 16 a 20 de outubro de 2001. Seminário Temático: Para onde vai o capitalismo no Brasil? Dilemas e perspectivas das empresas e dos empresários, mimeo.
- MINTZ, Beth e SCHWARTZ, Michael. *The power structure of american business*. Chicato: University of Chicago Press, 1985.
- MIZRUCHI, Mark S., e STEARNS, Linda Brewster. Money, banking, and financial markets. IN: *The handbook of economic sociology*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978.
- MORAIS, Jorge Ventura de. Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política. IN: *Revista brasileira de ciências sociais*, 25: 65-81. São Paulo: ANPOCS, junho 1994.
- NOVELLI, José M. N. *Burocracia, dirigentes estatais e idéias econômicas: um estudo de caso sobre o Banco Central do Brasil (1965-1998)*. Dissertação em Ciência Política / Campinas: Unicamp, 1999.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Banco Santander: comportamento social e trabalhista, Relatório Executivo*. São Paulo: Observatório Social, setembro 2001.

- \_\_\_\_\_. *Relatório do II Seminário de Pesquisa e Ação Sindical – redes sindicais e organização no local de trabalho nas empresas multinacionais*. Florianópolis (SC): Observatório Social, junho de 2002.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho & Sociedade : problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, vols. I e II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia V. S. Cruz. *As origens do sindicalismo bancário no Rio de Janeiro (1930-1937)*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Marco Antonio de. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente, IN: *O mundo do trabalho*. São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- PASSOS, Daniel Domingos dos. *A internacionalização do setor bancário no Brasil após o plano real: divergências de interesses dos banqueiros com a ação do Estado e mudanças nas negociações com os trabalhadores bancários*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil - dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: O movimento operário (1889 a 1930), vol. 1*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado (1889 a 1930), vol. II*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PIO, Carlos. Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites estratégicas e atores sociais. IN: *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília: EDUnB/ENAP, 1997.
- \_\_\_\_\_. A estabilização heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 46, junho 2001. São Paulo: ANPOCS, 2001.
- PRATES, Daniela Magalhães. Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico, IN: *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: IPEA, 1999.

- PRZEWORSKI, Adan. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Democracia e mercado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PUGA, Fernando Pimentel. Sistema Financeiro Brasileiro - Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. IN: *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. IN: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- ROCHA, Fernando Alberto G. S. de C. *Desnacionalização Bancária no Brasil (1997 – 2000)*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 2002.
- RODRIGUES, Alcinei Cardoso. *O emprego bancário no Brasil e a dinâmica setorial (1990 – 1997)*. Dissertação de mestrado em economia, PUC-SP: São Paulo, março de 1999.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, 1994.
- \_\_\_\_\_. A Trajetória do Novo Sindicalismo. IN: *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis RJ: Ed. Vozes; São Paulo: Educ / Unitrabalho, 1999.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio M. (org.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- \_\_\_\_\_. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990a.
- \_\_\_\_\_. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ed. Ática, 1990b.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: University Press, 1986.
- SALAMA, Pierre. A financeirização excludente. IN: *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- SANDRI, Adriano. *Os trabalhadores e o movimento sindical no Brasil*. Belo Horizonte: GEFASI; Duque de Caxias RJ: CPO, 1990.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- SAUL, Renato P. Corporativismo, as duas faces de Janus. IN: *Cadernos de Sociologia*, 2, maio 1990. Porto Alegre: UFRGS.
- SEGNINI, Liliana. *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: EDUC, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Formas diferenciadas de relações empregatícias e qualificação requeridas em um contexto altamente informatizado: análise do sistema financeiro no Brasil - relatório final de pesquisa*. Campinas SP: CEDES/FINEP/UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres no Trabalho Bancário - Difusão Tecnológica, Qualificação e Relações de Gênero*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1998
- SENADO FEDERAL. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bancos*, Relator Sen. João Alberto. Brasília: Congresso Nacional, 1999. p. 476 disponível em <http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen>, acessado em 22/09/2003.
- SILVA, Antônio Álvares da. Marcos legais do corporativismo no Brasil, IN: *O mundo do trabalho*. São Paulo: Mtb - Cesei/Unicamp - Scritta, 1994.
- SILVA, Hélio. *O Ciclo de Vargas, vol. IX*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- SILVA, Hélio da. *Em busca da memória*. São Paulo: Scritta, 1995.
- SILVA, José Carlos da. *Sindicalismo bancário em Santa Catarina, reforma e persistência da estrutura sindical de Estado*. Dissertação de mestrado, Florianópolis (SC): UFSC, 1995.
- SILVA, Mauri Antônio. *Bancários e desemprego, flexibilização no trabalho e estratégias sindicais*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis (SC), 1999.

- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Ática, 1981.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO / GEP-URPLAN. *Paramos São Paulo, sacou?: a participação dos bancários paulistas na greve que parou o Brasil em 85*. São Paulo: SEEB/SP, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Um estudo sobre o perfil da categoria bancária*. VENCO, Selma B. & AZEVEDO, Luiz A., 1989, mimeo.
- TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?, IN: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, :65-80. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- TAVARES, Maria da Conceição; e MELIN, Luiz Eduardo. Mitos globais e fatos regionais: a nova desordem internacional. IN: *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- TOSI, Alberto. *Bancários: 60 anos de história*. Vitória (ES): Sindicato dos Bancários do ES, 1995.
- UNESCO. *Globalisation, Drugs and Criminalisation*. Final Research Report on Brazil, China, India and Mexico. Scientific coordination: Christian Geffray, Guilhem Fabre and Michel Schiray © CD-ROM by UNESCO, Guilhem Fabre and Michel Schiray, 2002.
- VIDOTTO, Carlos Augusto. Protecionismo e abertura no setor bancário brasileiro: o sentido da metamorfose regulatória. IN: *Revista pesquisa e debate*, vol. 10. núm. 1(15), p. 77-102. São Paulo: 1999.
- \_\_\_\_\_. *O sistema financeiro brasileiro nos anos noventa, um balanço das mudanças estruturais*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas SP - UNICAMP - Instituto de Economia, 2002.
- VAN STRALEN, Terezinha Berenice de Sousa. *Movimento sindical dos bancários em Belo Horizonte - 1932/1964*. Belo Horizonte MG: UFMG/DCP, 1986.
- VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna e companhia*. São Paulo: Cortez, 1981.
- WORLD BANK. *Global development finance striving for stability in development finance*. Washington DC: World Bank, 2003.

## JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS FONTES DOCUMENTAIS

Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho entre a FENABAN e os sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC, entre 1987 e 2003.

Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho entre a FENABAN e os sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Bancários da CUT – CNB/CUT, entre 1987 e 2003.

Boletim do MOB. Florianópolis (SC). Arquivo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Vários números entre 1985 e 1987.

Jornal Contra-cheque. Curitiba (PR). Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. Várias edições entre 1996 e 1999.

Jornal FOLHA BANCÁRIA. Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP, 492 edições entre julho de 1997 (nº 3867) e junho de 2003 (nº 4491).

Jornal Folha de São Paulo - FSP. São Paulo, várias edições.

Jornal FOLHA SINDICAL. Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC e Região, 127 edições entre março de 1995 (nº 293) e março de 2002 (nº 442).

Jornal Gazeta do Povo. Curitiba, várias edições.

Jornal O Bancário. Sindicato dos Bancários de Campinas SP e Região, várias edições entre abril de 1999 e outubro de 2003.

Revista dos Bancários. Os espertalhões: usando influência e informações privilegiadas, ex-dirigentes do Banco Central fazem a festa na iniciativa privada. São Paulo: Sindicato dos Bancários de São Paulo, nº 1, julho 1996.

\_\_\_\_\_. Reforma da previdência. São Paulo: Sindicato dos Bancários de São Paulo, nº 20, maio de 1997.

\_\_\_\_\_. A hora da estrela: o que faz de Lula o candidato que pode transformar o Brasil. São Paulo: Sindicato dos Bancários de São Paulo, nº 82, setembro de 2002.

\_\_\_\_\_. Histórias que não se contam na escola. São Paulo: Sindicato dos Bancários de São Paulo, nº 88, março de 2003.

\_\_\_\_\_. Passo em falso: terceiras intenções. São Paulo. Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, nº 92, outubro de 2003.

Revista Informação Financeira. Jogo marcado: na crise do sistema financeiro, o governo banca a aposta dos perdedores. São Paulo: I e A Editora, nº 03, dezembro de 1995.

\_\_\_\_\_. Socorro: só a expansão do crédito poderá evitar o mergulho na recessão. São Paulo: I e A Editora, nº 05, abril de 1996.

## **ANEXOS**

**ANEXO I:****Entrevistas Realizadas entre outubro de 2001 e março de 2002\***

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Alberto Rodrigues Nunes	Gerente A de Relações Sindicais do Banco Itaú.
Cleber Pinheiro	Gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais do Banco Citibank.
David Leite	Empregado do Banco Itaú e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
David Zaia	Empregado do Banco Nossa Caixa, membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Campinas SP e Presidente da Federação dos Bancários de São Paulo.
Denilson Machado	Empregado do Banco Santander e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC.
Gladir Antônio Basso	Empregado do Banco Bradesco, Vice-presidente da CONTEC e Presidente da Federação dos Bancários do Paraná.
Humberto Aurino de Pinho	Empregado em empresa prestadora de serviços bancários e ex-empregado do Banco Bandeirantes.
Joel Moreno de Santos	Empregado do Banco Santander e militante sindical.
José Adilson Stuzata	Empregado do Banco HSBC, membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná – FETEC PR.
José Daniel Farias	Empregado do Banco Itaú (Banestado) e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Curitiba PR.
José Irineu Nunes Braga	Diretor Adjunto do Banco BBA (Itaú).
Josiana Maria Moura	Empregada em empresa prestadora de serviços bancários e ex-empregada do Banco Itaú.
Juvândia Moreira Leite	Empregada do Banco Bradesco e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
Luiz Azevedo	Consultor de Projetos, Ex-Secretário Geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo e ex-Deputado Estadual SP.
Luiz Carlos Champs	Gerente Jurídico-trabalhista do Banco HSBC.

---

\* Realizei uma entrevista em outubro de 2002.

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Luiz Cláudio	Empregado do Banco Itaú e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
Magnus Ribas Apostólico	Superintendente de Relações Trabalhistas da FENABAN/FEBRABAN.
Marco Antônio Pinheiro do Paraná de Oliveira	Empregado em empresa prestadora de serviços bancários e ex-empregado do Banco Bradesco e ex-militante sindical.
Marcos Benedito da Silva	Empregado do Banco Santander e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
Marcos Roberto Carnieri	Gerente Geral de Relações Trabalhistas do Banco Itaú.
Mário Abelardo Cunha Solto	Empregado em empresa prestadora de serviços bancários e ex-empregado do Banco Real.
Maurício Farias	Empregado do Banco HSBC e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC.
Messias da Silva	Empregado do Banco HSBC e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Curitiba PR.
Ricardo Jacques	Empregado do Banco BBV (Bradesco), membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC e Secretário de Relações Internacionais da CNB/CUT.
Rodrigo Carlos Siqueira	Empregado em empresa prestadora de serviços bancários e ex-empregado do Banco Bamerindus e ex-militante sindical.
Rui Richard	Empregado do Banco Sudameris (Itaú) e membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC.
Sérgio Visonel	Empregado em empresa prestadora de serviços bancários, ex-empregado do Banco Bradesco e ex-militante sindical.
Vânia Soares de Oliveira	Empregada do Banco Itaú e militante sindical.
Wagner Freitas de Moraes	Empregado do Banco Bradesco, membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Presidente da CNB/CUT.

**ANEXO II**

**REAJUSTES SALARIAIS DOS BANCÁRIOS DE 1986 a 2001**

<b>MÊS/BANCO</b>	<b>PRIVADOS</b>	<b>BB</b>	<b>CEF</b>
JAN/86.	0	0	(A) 89,35
MAR/86.	52,80 a 62,44	0	0
SET/86.	(B) 8,50	(B) 8,50	(B) 8,50
FEV/87.	20	20	20
MAR/87.	20	(C) 56,00	(D) 32,00
ABR/87.	20	20	20
MAI/87.	20	20	(F) 39,23
JUN/87.	20	20	20
SET/87.	(G) 51,04	(I) 39,00	(J) 46,90
OUT/87.	0	4,69	4,69
NOV/87.	0	4,69	4,69
DEZ/87.	9,19	9,19	9,19
JAN/88.	9,19	9,19	9,19
FEV/88.	9,19	9,19	9,19
MAR/88.	16,19	(L) 67,31	16,19
ABR/88.	16,19	0	0
MAI/88.	(N) 33,62	0	0
JUN/88.	17,68	17,68	17,68
JUL/88.	17,68	17,68	17,68
AGO/88.	17,68	17,68	17,68
SET/88.	(P) 53,32	(R) 188,99	(R) 188,99
OUT/88.	21,39	21,39	21,39
NOV/88.	21,39	21,39	21,39
DEZ/88.	(T) 38,65	26,05	26,05

<b>MÊS/BANCO</b>	<b>PRIVADOS</b>	<b>BB</b>	<b>CEF</b>
JAN/89.	26,05	26,05	26,05
ABR/89.	15	0	0
MAI/89.	(V) 41,47	0	26,06 E 4,00
JUN/89.	29,66	29,67	29,67
JUL/89.	24,83	24,83	24,83
AGO/89.	28,76	28,76	28,76
SET/89.	(X) 55,00 a 111,70	152,38	152,38
OUT/89.	35,95	35,95	35,95
NOV/89.	37,62	37,62	37,62
DEZ/89.	41,42	41,42	41,42
JAN/90.	53,55	53,55	53,55
FEV/90.	56,11	56,11	56,11
MAR/90.	72,78	72,78	72,78
JUN/90.	20	0	0
AGO/90.	15	0	0
SET/90.	(AA) 60,00	104,27	104,27
DEZ/90.	25	0	0
FEV/91.	35	57,63	59,97
MAI/91.	20	0	0
JUL/91.	12	0	0
SET/91.	(AD) 99,05	(AE) 87,20 a 152,70	(AE) 86,90 a 196,30
NOV/91.	(AF) 20,00 a 23,00	(AG) 25,60 a 33,90	(AG) 25,50 a 37,40
JAN/92.	(AH) 78,70 a 83,20	(AJ) 35,50 a 81,30	(AJ) 34,50 a 71,90
MAR/92.	(AK) 29,50 a 31,00	(AM) 7,60 a 15,40	(AM) 7,50 a 20,20
MAI/92.	(AN) 67,00 a 77,80	(AP) 67,90 a 91,70	(AP) 66,70 a 91,70
JUL/92.	(AQ) 23,50	(AR) 8,10 a 12,70	(AR) 7,90 a 16,70
AGO/92.	0	(AS) 50,00	0

<b>MÊS/BANCO</b>	<b>PRIVADOS</b>	<b>BB</b>	<b>CEF</b>
SET/92.	(AT) 93,00 a 132,70	(AV) 40,90 a 184,10	(AX) 94,60 a 187,00
NOV/92.	(AZ) 43,10 a 45,83	43,13	30
JAN/93.	(AW) 50,50 a 64,73	(BA) 50,50 a 64,40	81,4
MAR/93.	(BB) 48,80 a 51,87	(BC) 51,80 a 71,67	36,62
MAI/93.	(BD) 60,93 a 73,91	(BE) 73,90 a 113,24	93,32
JUL/93.	(BF) 53,87 a 57,24	57,24	40,26
AGO/93.	(BG) 15,00 a 19,26	19,26	19,26
SET/93.	(BH) 62,80 a 108,27	(BJ) 55,10	(BK) 73,50
OUT/93.	(BL) 28,14 a 29,89	(BO) 25,17	(BP) 22,30 a 25,17
NOV/93.	(BQ) 32,68 a 40,40	(BO) 24,92	(BP) 22,10 a 25,11
DEZ/93.	(BS) 27,91 a 29,66	(BO) 24,89	(BP) 22,10 a 24,89
JAN/94.	(BT) 40,68 a 44,77	(BU) 75,27	(BU) 75,30 a 87,71
FEV/94.	(BV) 32,20 a 34,21	(BO) 30,25	(BP) 27,50 a 30,25
MAR/94.	(BX) 47,34 a 51,77	(BZ) 35,27	(BX) 34,10 a 35,49
ABR/94.	(BZ) 42,5999	(BZ) 45,22	(BZ) 47,674
MAI/94.	(BZ) 44,0003	(BZ) 42,6346	(BZ) 42,6346
JUN/94.	(BZ) 46,6026	(BZ) 64,8147	(BZ) 64,8147
SET/94.	16	(BW) 13,69	(BW) 13,71 a 14,14
SET/95.	(CB) 20,37 E 25,53	(CB) 25,00	(CB) 20,94
SET/96.	(CC) 10,80	(CD) 0,00	(CE) 0,00
SET/97.	5	(CG) 0,00	(CE) 0,00
SET/98.	(CH) 1,20	0	(CI) 1,00
SET/99.	5,5	0	0

MÊS/BANCO	<i>PRIVADOS</i>	<b>BB</b>	<b>CEF</b>
SET/00.	7,2	(CK) 1,70	(CK) 0,00
SET/01.	(CL) 5,50	(CM) 2,00	0

Elaboração: DIEESE - Subseções FETEC PR - CNB CUT

### **OBSERVAÇÕES:**

- (A) Inclui 4% de produtividade e 10,4% de reposição sobre o Salário Padrão;
- (B) Reajuste de 6,37% mais 2,00% de produtividade;
- (C) Além do gatilho de 20% está incluída equiparação de 30% com o Banco Central;
- (D) Além do gatilho de 20% está incluída antecipação salarial de 10%;
- (F) Além do gatilho de 20% está incluído um ajuste de curva salarial de 16,03% sobre o salário padrão;
- (G) Incluído o pagamento antecipado das URP's de outubro e novembro/87 (9,69%);
- (I) A composição do índice é a seguinte: 4,74% de resíduo do Plano Bresser, 9,6% dos IPC's e 21,06% de equiparação com o Banco Central;
- (J) A composição do índice é a seguinte: 4,74% de resíduo do Plano Bresser, 9,6% dos IPC's, 25,92% de reposição e 1,63% de ajuste na curva salarial;
- (L) Além da URP de marco concedido 44% a título de equiparação com o Banco Central;
- (N) Além da URP de maio foi concedido uma antecipação salarial de 15%;
- (P) A composição do índice é a seguinte: 41,97% de reposição, 8% de produtividade e mais 21,39% a título de abono somente para o mês de setembro;
- (R) A composição do índice é a seguinte: 120,43% de reposição (incluindo as URP's congeladas de abril e maio), 4% de produtividade e 26,06% da inflação de junho do Plano Bresser. No caso do BB acrescenta-se mais 40% a título de equiparação com o Banco Central;
- (T) Além da URP de dezembro foi concedido 10% a título de antecipação;
- (V) Reajuste concedido somente para os pisos;
- (X) Além do IPC foi concedido 16,5% a título de antecipação; No caso dos bancos privados a variação dos índices se deve a diferentes antecipações pagas no período pelos bancos;
- (X) Reajustes diferenciados por bancos em função das diferentes antecipações praticadas pelos bancos;
- (Z) Reajuste escalonado para os comissionados e para os pisos;
- (AA) O reajuste de 60% para os bancos privados refere-se aos comissionados, para os pisos os reajustes foram diferenciados pelo tamanho de cidade e valor atual do piso: para a

portaria o reajuste variou de 75,71 a 120,42%, para o escriturário de 76,34 a 131,4% e para os caixas de 80,34 a 131,44% todos estes percentuais aplicados sobre o mês de agosto. Os diferentes reajustes são aplicados pelo valor do piso praticado no acordo de 1989, que variou Cr\$ 800,00 a Cr\$ 900,00 como no caso de escriturário;

- (AD) Estes índices foram obtidos pela evolução dos IPC's da FIPE e IBGE descontados as antecipações e incluído 3% a título de produtividade;
- (AE) Este percentual é variável do menor nível (maior reajuste) para o nível mais elevado do quadro de carreira (menor reajuste). Neste percentual estão incluídos: a primeira parcela de 65% do reajuste da data-base, incorporação do abono de Cr\$ 35.700 para todos os níveis já em agosto e mais Cr\$ 20.160 também para todos os níveis em cumprimento a nova lei salarial;
- (AF) O percentual de 23% é aplicável apenas para a faixa até 3 salários mínimos (segundo a lei), os 20% são lineares aos demais salários e verbas;
- (AG) os percentuais são variáveis de acordo com as faixas de cada banco, o reajuste maior é para as faixas menores (E.1 no BB e B.18 na CEF) e os reajustes menores são para as faixas maiores (E.12 e B.95). Nestes percentuais estão incluídos o pagamento da segunda parcela de reajuste de setembro/91 (21,21%) e mais Cr\$ 28.980,00 conforme determina a lei salarial;
- (AH) Os percentuais acima foram pagos para quem recebia até Cr\$ 288.111,99 e teve reajuste de 20% ou 23% em novembro/91. Para os salários acima de Cr\$ 288.111,99 até Cr\$ 399.467,27 é concedido um valor fixo de Cr\$ 239.680,36. Acima de Cr\$ 399.467,27 o reajuste é de 60%. As demais verbas foram corrigidas em 78,72%;
- (AJ) Estes percentuais são resultantes da aplicação da lei salarial, que previa neste mês o zeramento quadrimestral (119,82%) até a faixa de três salários mínimos, acima deste valor deve-se somar ao salário de setembro/91 um valor fixo de Cr\$ 345.215,78, que aplicado nas tabelas da CEF e do BB resultou nos intervalos acima. Para a CEF foram utilizados as referências EB.18 (maior reajuste) e EB.95 (menor reajuste) e, no BB as referências 020 (maior reajuste) e 042 (menor reajuste);
- (AK) O percentual de 29,5% foi aplicado para quem ganhava até 3 salários mínimos (Cr\$ 288.111,99) e o percentual de 31% para os demais salários; No Bamerindus os comissionados receberam 33%;
- AM) Estes percentuais referem-se a aplicação da lei salarial, que prevê uma antecipação de 29,5% para os rendimentos até 3 salários mínimos (Cr\$ 288.111,99). Acima deste valor deve ser somado ao salário de janeiro/92 um valor fixo de Cr\$ 84.993,00 o que resulta em reajustes diferenciados nas tabelas salariais dos bancos. No caso do Banco do Brasil, o menor reajuste (042) foi de 7,5% e o maior (020) foi de 14,0% e na CEF o menor reajuste (EB-95) foi de 7,3% e o maior (EB-18) foi de 17,8%;

- (AN) A proposta da Fenaban prevê reajuste de 77,88% para quem ganhava até Cr\$ 373.105,00 em março/92 (piso), 75,85% para quem ganhava em março entre Cr\$ 373.105,00 e 903.900,00 e um reajuste de 67% para quem ganhava acima de Cr\$ 903.900,00. As demais verbas foram corrigidas em 77,88%;
- (AP) estes percentuais resultaram da aplicação exclusiva da lei salarial em vigor que prevê o zeramento do quadrimestre até 3 salários mínimos em 130,36% e para quem ganhava acima deste piso (Cr\$ 690.000,00) em janeiro/92, deve-se somar um valor fixo de Cr\$ 899.484,00. Os percentuais acima referidos são para o piso de escriturário (maior reajuste) e para o maior nível (menor reajuste);
- (AQ) O reajuste de 23,50% e 30,0% foi linear para todos os níveis salariais e demais verbas;
- (AR) Estes percentuais resultaram da aplicação exclusiva da lei salarial em vigor que prevê o zeramento numa antecipação de 23,5% até 3 salários mínimos, e para quem ganhava acima deste piso (Cr\$ 690.000,00) em junho/92, deve-se somar o valor fixo de Cr\$ 162.150,00. Os percentuais acima referidos são para o piso escriturário (maior reajuste) e para o maior nível (menor reajuste);
- (AS) Antecipação salarial para todos os níveis a ser compensada na data-base;
- (AT) Percentual de reposição calculado pelo INPC de setembro/91 a abril/92 e complementado pelo IRSM/ FAS de maio a agosto/92 acrescidos de 5% de produtividade. O reajuste menor é para salário de ingresso e o maior para os comissionados;
- (AV) O reajuste menor é para o E1 (ingresso) e o maior para E12 (maior nível). A reposição foi feita seguindo o mesmo critério da Fenaban (1049,7% + 5% de produtividade);
- (AX) O reajuste menor é para o EB18 (ingresso) e o maior para o EB 95 (maior nível). Em janeiro/93 haverá uma complementação na reposição da data-base. O critério da reposição foi o da Fenaban sem produtividade (zero) para o EB 18 e 19 e o INPC total do período da data-base para os demais níveis (1038,30%);
- (AZ) O percentual de 45,8% foi aplicado para quem ganha até 3 salários mínimos e todas as outras verbas e o de 43,13% para quem ganha acima de 3 S.M;
- (AW) Os percentuais aplicados são variáveis de acordo com a faixa salarial. O piso de escriturário e verbas salariais tiveram reajuste de 61,68%. Os reajustes foram escalonados de acordo com as seguintes faixas de salários de dez/92: entre Cr\$ 2284515,64 e 2382198,74 o índice ficou entre 61,70 a 64,73%, entre Cr\$ 2382198,74 e 10741512,00 o índice foi de 64,73% entre 10741512,00 e 13768279,00 soma-se um valor fixo de Cr\$ 6952981,00 acima de Cr\$ 13760279,00 o índice foi de 50,50%;
- (BA) Os percentuais referem-se aos níveis E-01 (maior reajuste) e E-12 (menor reajuste);
- (BB) Os percentuais aplicados são variáveis de acordo com a faixa salarial, O piso de escriturário e as verbas salariais tiveram reajuste de 51,87%;

- (BC) Os percentuais referem-se aos níveis E-01 (menor reajuste) e E-12 (maior reajuste). O reajuste do E-12 foi maior devido a aplicação do interstício de 11% para todos os níveis;
- (BD) Os percentuais aplicados são variáveis de acordo com a faixa salarial. O piso de escriturário e verbas salariais tiveram reajuste de 73,91%. Os reajustes foram escalonados de acordo com as seguintes faixas de salários de abril/93: entre Cr\$ 15576000,00 e 16217626,00 o índice ficou entre 73,91 e 77,47% , entre Cr\$ 16217626,00 e 29495965,00 o índice foi de 77,47% entre Cr\$ 29495965,00 e 37503638,00 soma-se um valor fixo de Cr\$ 22850967,00 e acima de Cr\$ 37503638,00 o índice foi de 60,93%;
- (BE) Os percentuais referem-se aos níveis E-01 (menor reajuste) e E-12 (maior reajuste). O reajuste do E-12 foi maior devido a aplicação do interstício de 11% para todos os níveis;
- (BF) Os percentuais aplicados são variáveis de acordo com a faixa salarial. O piso de escriturário e verbas salariais tiveram reajuste de 57,24%. Os reajustes foram escalonados de acordo com as seguintes faixas de salários de junho/93: entre Cr\$ 27838800,00 e 29578737,93 soma-se um valor fixo de Cr\$ 15.935.485,90 e acima de Cr\$ 29578737,93 o índice foi de 53,87%;
- (BG) O percentual de 19,26% refere-se ao índice da nova lei salarial (MP 340) e foi aplicado no piso de escriturário, nas verbas salariais e nos salários até 6 S.M. O percentual de 15% foi entendido linearmente para todos os salário superiores a 6 mínimos de agosto/93;
- (BH) Os percentuais referem-se ao zeramento da data-base pelo IRSM-FAS (1.710,90%) acrescido de 5% de taxa de produtividade. O menor reajuste (62,8%) é para os pisos e vai subindo gradativamente de acordo com as faixas salariais até atingir o teto de 108,27%. No caso das verbas salariais além do zeramento houveram aumentos reais acima do IRSM- FAS de 21,46% na portaria, 24,10% no piso de escriturário, 81,57% na gratificação de caixa, 136,27% na gratificação de compensador que passou a ser unificada, 22,23% no auxílio alimentação e 85,31% na ajuda de deslocamento noturno que também passou a ser unificada nacionalmente;
- (BJ) Os percentuais referem-se ao zeramento da data-base pelo IRSM-FAS (1.710,90%) sem taxa de produtividade (zero). O reajuste é linear para todos os níveis;
- (BL) os percentuais referem-se a 85% do IRSM do mês anterior (29,89%) para os pisos, verbas e salários até 6 mínimos e 80% do IRSM (28,14%) para os salários acima 6 mínimos;
- (BO) O percentual se refere ao da lei salarial aplicado linearmente a todos os níveis, com redutor de 10 pontos percentuais da inflação do mês anterior. As verbas salariais são corrigidas pelo IPC-FIPE;
- (BP) Os percentuais se refém ao da lei salarial aplicado para quem ganha até 6 mínimos e o IRSM do mês anterior menos 15 pontos percentuais para quem ganha acima de 6 mínimos . As verbas salariais são corrigidos pelo IPC-FIPE.

- (BR) O percentual refere-se ao zeramento bimestral pelo IRSM para todos os níveis e verbas;
- (BS) O percentual de 29,66% se refere a 85% do IRSM do mês anterior para quem ganha até 6 mínimos e demais verbas. Para quem ganha entre Cr\$ 112.560,00 e Cr\$ 119.595,00 receberá um valor fixo de Cr\$ 33.381,36 e para quem ganha acima de Cr\$ 119.595,00 o reajuste será de 27,91%;
- (BT) Os percentuais menores se referem aos pisos( limitados até 6 salários mínimos), os maiores, aos demais salário;
- (BU) Zeramento do FAS/IRSM do quadrimestre anterior (set/dez);
- (BV) Para os salários até 6 mínimos houve reajuste de 85% do IRSM; demais salários receberam 80% do IRSM;
- (BX) O percentual menor se refere ao 6 mínimos, os demais salários receberam reajustes maiores até o limite na tabela descrito. A partir desta data os salários passaram a ser corrigidos pela variação da URV. Para apurar este reajuste foi comparado o valor recebido no mês, em cruzeiros reais, com o valor recebido no mês anterior, também em cruzeiros reais;
- (BZ) Os salários foram convertidos em URV no mês de março pela média dos meses de NOV à FEV pelo dia do pagamento. A partir de então, a média apurada foi corrigida pela variação da URV. Para apurar este reajuste foi comparado o valor recebido no mês, em cruzeiros reais, com o valor recebido no mês anterior, também em cruzeiros reais. No caso dos bancos privados consideramos o último o ultimo dia útil do mês. Como o Bamerindus geralmente efetua o pagamento no dia 27 e o Banco do Brasil, CEF e Banestado no dia 20, houve uma correção adicional no mês de junho do dia do pagamento até o final do mês, já que a URV continuou variando até final de sua vigência em 30/06/94;
- (BW) Os menores salários foram reajustados em 16% e os maiores foram reajustados até 17,67%; no caso da CEF o reajuste foi de 13,71% à 14,14% para os menores e maiores salários respectivamente, nestes bancos o reajuste se refere ao IPC-R (jul/ago) mais a diferença da média em URV dos últimos 12 meses comparado com o que estava sendo pago em agosto. No caso do Banestado dos 16% de reajuste foi descontado 2,38% que havia sido pago em março no momento da conversão dos salários em URV;
- (CB) A Fenaban concedeu novos valores para os pisos que representaram na média 35,57%, descontando a antecipação de 8% concedida em março; nos demais salários o reajuste foi de 30% descontando também as antecipações e garantindo um reajuste mínimo de 14,64% sobre agosto. No caso do Bamerindus e Banestado, prevaleceu o reajuste de 14,64%; no Banco do Brasil o TST determinou reajuste de 25% sobre os salários de setembro/94 em julgamento no dia 11/12/95; na CEF foi aplicado apenas o resíduo do IPC-R de set/jun de 20,94%;

- (CC) Os Pisos da Fenaban tiveram reajuste de 12,50%, 12,20% e 12,07% para Portaria, Escriturário e Caixa, respectivamente.
- (CD) Não houve acordo entre o banco e o movimento sindical. A Contec ajuizou Dissídio. A decisão do TST em 22/09/97 definiu reajuste de 0% e um abono a todos os empregados no valor de R\$ 3.500,00.
- (CE) O Acordo foi assinado pela Contec em 09/10/97, retirando o dissídio 1996 do TST, e posteriormente foi assinado pela Comissão de Empresa. O reajuste definido para set/96 e set/97 foi de 0% e foi concedido um abono para os dois períodos no valor de R\$ 5.500,00.
- (CG) a negociação definiu reajuste de 0% e o pagamento de um abono no valor de R\$3.000,00 para a Carreira Administrativa e Técnico-Científica, e de R\$ 1.800,00 aos integrantes da carreira de Apoio.
- (CH) além do reajuste de 1,20% foi concedido um abono no valor de R\$ 700,00 e o pagamento da PLR equivalente a 80% da remuneração mais R\$ 300,00 aos bancos que apresentarem lucro no exercício.
- (CI) Reajuste de 1% aplicado sobre Salário Padrão e vantagens pessoais decorrentes.
- (CK) Na CEF e BB houve abono de R\$ 1.200,00 decidido pelo TST em julgamento de Dissídio Coletivo.
- (CL) além do reajuste foi concedido um abono de R\$ 1.100,00
- (CM) além do reajuste foi concedido um abono no valor de um salário bruto e uma cesta básica de R\$ 60,00 mensais

### ANEXO III – DIGITAL

O anexo digital é um *Compact Disc* – CD que contém 1.856 arquivos digitais distribuídos em oito pastas e tem objetivo de socializar e difundir parte das fontes e dados utilizados na pesquisa. Todos os documentos são de acesso público em suas entidades de origem, foram amplamente divulgados ou tiveram sua gravação e disponibilização autorizados.

PASTA	CONTEÚDO
TESE	Texto completo da tese em [pdf] para consulta e cópia de trechos.
CCTs minut	78 arquivos com <b>contratos coletivos de trabalho</b> , ou convenção coletivas de trabalho, <b>minutas</b> e protocolos realizados entre a FENABAN e a CNB/CUT ou a CONTEC no período 1991-2003 [rtf], [doc] e [htm]
FB 97 02	589 arquivos com: <ul style="list-style-type: none"><li>- <b>418 edições do tablóide Folha Bancária</b> do Sindicato dos Bancários de São Paulo [pdf] editadas entre 1997 e 2002;</li><li>- <b>arquivo askSan com todos os 418 arquivos pdf convertidos para banco textual de pesquisa;</b></li><li>- <b>165 arquivos [ask] e [rtf] com as palavras selecionadas</b> no banco textual, processadas e contadas as associações.</li></ul>
FS 97 02	01 Arquivo [zip] contendo 916 arquivos de <b>127 edições do tablóide Folha Sindical</b> , editado pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis SC entre 1997 e 2002. Arquivos em diversos formatos, predominantemente [p65] e [jpg].
MAPAS T	12 arquivos com todos os onze <b>mapas utilizados na tese</b> , em formato [rtf] e [wmf]
Resol CNB	37 arquivos com <b>resoluções e teses dos congressos</b> e conferências da Confederação Nacional dos Bancários da CUT – <b>CNB/CUT</b> , em formatos [doc] e [htm].
Resol CUT	165 arquivos com <b>resoluções dos 6º, 7º e 8º congressos nacionais</b> da Central Única dos Trabalhadores – <b>CONCUT</b> , em formatos [htm] e [pdf].
\$ ilegal	58 arquivos com <b>figuras, mapas e textos sobre a simbiose entre o sistema financeiro e o mercado ilegal de drogas e os paraísos fiscais</b> , em diversos formatos.

Revisão dos originais: Edson Armando Silva e Joseli Maria Silva

Elaboração de mapas: Wilson Silva Junior

Revisão ortográfica e gramatical: Sozangela Shemin da Mata

Tradução do Resumo: Silvana Prado

Revisão e diagramação: Rodrigo Carneiro dos Santos